



**“O LUGAR DA MULHER”**  
*gênero, agência e trabalho*

*(séculos XVIII, XIX e XX)*

Silvana Mota Barbosa (org.)



Silvana Mota Barbosa (org)

**O lugar da mulher:**  
*gênero, agência e trabalho (séculos XVIII, XIX, XX)*

Juiz de Fora - 2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF.

O lugar da mulher: gênero, agência e trabalho (séculos XVIII, XIX, XX) / Organizadora Silvana Mota Barbosa. -- Juiz de Fora, MG: EDITORA UFJF/ClioEdel, 2023.  
Dados eletrônicos (1 arquivo: 92 mb)  
Il. color.

ISBN: 978-85-93128-62-2

1. Gênero. 2. Mulheres - História. 3. Imprensa. 4. Trabalho feminino. I. Barbosa, Silvana Mota. II. Título.

CDU: 396(091)

Todos os textos foram produzidos e aprovados no ano de 2021.

Diagramação

*Vicente Euzébio*

Capa

*Caroline Alves*

Imagem

*Pieter Janssens. Woman Reading, 1665-70. Óleo sobre tela, 75,5 x 63,5 cm. Alte Pinakothek München.*

# Sumário

Apresentação.....	8
<i>Silvana Mota Barbosa</i>	
Prefácio.....	18
<i>Joana Maria Pedro (UFSC)</i>	
<b>Parte I</b> .....	<b>24</b>
Mulheres parisienses na década de 1780: disputas de moda, de classe e de gênero.....	25
<i>Felipe Goebel</i>	
Costureiras e vendedoras: histórias entrelaçadas (Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX).....	43
<i>Laura Junqueira de Mello Reis</i>	
Sibilas Europeias em terras tropicais: cartomancia, gênero e imigração no Rio de Janeiro (1874-1908).....	62
<i>Kathleen de Oliveira Maia</i>	
Seriam elas profissionais? Mulheres e o exercício das letras no jornalismo (Rio de Janeiro, século XIX).....	80
<i>Cristiane Ribeiro</i>	
“Do lupanar à sepultura”: os crimes das degoladas da rua das Marrecas.....	102
<i>Caroline Farias Alves</i>	

<b>Parte II .....</b>	<b>124</b>
Uma notável escritora: trajetória de Madame de Staël (1766-1817).....	<b>125</b>
<i>Louise Salles Schaeffer</i>	
O Mundo de Maria Graham: Análise sobre a narrativa autobiográfica <i>Reminiscences</i> .....	<b>140</b>
<i>Flaviana Aparecida da Silva</i>	
Mulheres letradas entre a História Intelectual e as práticas historiográficas: breves considerações sobre produção feminina e a escrita da história nos oitocentos brasileiro.....	<b>158</b>
<i>Jeane Carla Oliveira de Melo</i>	
Educação Feminina e a produção literária no século XIX – Narcisa Amália de Campos e a publicação da obra <i>Nebulosas</i> .....	<b>179</b>
<i>Olga Mattos de Lima e Silva</i>	
Os usos da retórica antiescravista na produção literária de Maria Firmina dos Reis: as obras <i>Úrsula</i> e a <i>Escrava</i> (1859 – 1887).....	<b>197</b>
<i>Natália Lopes de Souza</i>	
(Re)pensar a história intelectual e das/os Intelectuais: gênero e decolonialidade em <i>El Corno Emplumado</i> e nos testemunhos coletados por Margaret Randall.....	<b>214</b>
<i>Stella Ferreira Gontijo</i>	
Sobre as autoras e autor.....	<b>231</b>



## Apresentação

*Quando a mulher se torna visível*

*Silvana Mota Barbosa<sup>1</sup>*

Este livro conta a história de várias mulheres. Por motivos diversos, elas estiveram invisíveis na historiografia por muitos anos. Ao contar estas histórias, o livro também conversa com uma multiplicidade de autoras e autores que escreveram antes de nós, e com quem dialogamos ao longo destas páginas. Michelle Perrot há algumas décadas já salientou os muitos silêncios da história, e a infinidade de caminhos de pesquisas (PERROT, 2005). Desde então, muito já foi feito. Nossas dívidas com esta historiografia, especialmente dos estudos de gênero e da história das mulheres, são imensas

Ao organizar o livro, ficou claro como estes textos falam de *lugares*, onde encontramos estas sujeitas? Em lugares muitas vezes considerados tipicamente masculinos. Os artigos aqui reunidos demonstram que isso nunca existiu. E que as mulheres estavam lá, nos múltiplos lugares, só não foram ouvidas por muito tempo. O Prefácio da grande mestra de todas nós, Joana Maria Pedro, explica os sentidos do título, com sensibilidade, generosidade e um chamado à ação.

Gostaria de iniciar esta apresentação tratando de uma categoria de mulheres ainda pouco compreendidas – as viúvas.<sup>2</sup> No século XIX, elas não formam uma categoria propriamente dita, sua condição de viúva pode mudar com um novo casamento, mas elas, muitas vezes, *surgem* na documentação com a morte de seus maridos. Muitas foram as viúvas célebres do Brasil oitocentista. Fictícias ou não, apareceram em algumas narrativas e, como diriam alguns antropólogos, elas são boas para pensar.

Começo com uma que veio da obra machadiana. Valéria Gomes, viúva do desembargador e mãe de Jorge, em *Iaiá Garcia*. O mote do romance, aliás, vem dela. Para que seu filho não se envolvesse amorosamente com Stela, que julgava não estar à sua altura, Valéria mente e manipula os cordéis da dependência para conseguir tirar seu filho da Corte, mesmo que para isso precisasse enviá-lo para a Guerra no Paraguai. Como demonstrou tenazmente Sidney Chalhoub, nos diálogos entre a senhora Valéria e Luiz Garcia, um também viúvo que buscava sua independência, observamos como os:

dependentes se confrontam com uma vontade senhorial mais consciente de si, ciente da resistência a seus desígnios e decidida a fazer valer a sua autoridade através da astúcia e mesmo da fraude, não hesitando em violentar os subordinados. (CHALHOUB, 2003, p. 67)

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>2</sup> Este texto é parte de uma pesquisa inicial que trata das representações das mulheres viúvas no Oitocentos.



No argumento de Chalhoub, *Iaiá Garcia* explicita os antagonismos entre senhores e dependentes, e deixaria claro como a ideologia senhorial estava fundada no falseamento da realidade. Peço a ajuda de Machado de Assis, contudo, para observar um outro aspecto. Como as mulheres viúvas de boas condições financeiras herdavam de seus falecidos maridos não apenas a fortuna, mas também seu poder senhorial. Mas até que ponto esta posição estaria ou não ameaçada por uma nora? O que colocava em risco o poder senhorial destas mulheres? Quais os desafios para uma viúva? Para Machado de Assis elas assumiam um lugar de destaque e ele usou várias viúvas em seus textos<sup>3</sup>.

Uma mulher menos abastada, contudo, herdava outras coisas. Lembro aqui o caso de Rufina, viúva de Paula Brito. Rodrigo Camargo de Godoi narra no último capítulo de seu livro sobre o editor, o caso de duas mortes. Primeiro, morre Teixeira e Sousa, melhor amigo de Paulo Brito. Este organiza então um socorro à viúva, que foi deixada com 6 filhos crianças sem nenhum sustento (GODOI, 2016, 321). Poucos dias depois, contudo, morre o próprio Brito. Suas filhas já eram adultas e casadas. Mas a viúva (e suas filhas) herdavam muitas dívidas. A vida íntima se expõe na feitura do inventário, nada de muito valor, pelo contrário, tudo muito simples e usado. Rufina tentou negociar os contratos, manter a tipografia funcionando, mas não foi possível aguentar por muito tempo. Mas o autor afirma que, com a morte do marido, e até a conclusão do inventário:

Rufina não cruzou os braços e, do mesmo modo que outras esposas de tipógrafos falecidos, como as viúvas Moré e Bertrand em Portugal, ou a viúva Ogier no Rio de Janeiro, assumiu os negócios. Por certo ela conhecia os meandros tanto da oficina como da livraria, desempenhando ao lado do marido um papel que as fontes escondiam até a morte dele. (GODOI, 2016, 326-327)

Chegamos ao ponto que este texto pretende destacar. Como a viuvez era o momento no qual estas mulheres do século XIX “aparecem” nas fontes. E como pelo fato de herdarem bens ou dívidas, elas ganham autonomia e obrigações que até então estavam restritas aos homens.<sup>4</sup>

Em 18 de março de 1859, *A Marmota* trazia uma notinha na qual contava que a viúva do redator M. Rigault receberia uma pensão de 6 mil francos do *Journal des Debats*, prática adotada pelo jornal para socorrer redatores aposentados ou suas viúvas. “É um bom exemplo, embora ninguém o imite.” (A MARMOTA, 1859).

Na falta de iniciativas como esta, restavam às viúvas contar com a ajuda dos que viviam no mesmo círculo de sociabilidades. É o caso de um “benefício para uma viúva e duas filhas”, de Maria Severina Candida de Seixas, filha do ator dramático

3 Jaqueline Padovani da Silva analisou as viúvas nas crônicas que Machado de Assis publicou no *Jornal das Famílias*. Seu trabalho faz uma ótima discussão do tema. (SILVA, 2015)

4 Sobre as viúvas no século XIX, ver o trabalho de Carolina Braga que faz uma análise detalhada da bibliografia e dos temas correlatos. Ainda que seu objetivo tenha sido pensar as viúvas do Recife na época da Praieira, ela discute os temas em geral, com a questão dos nomes, da herança, das dívidas, do novo casamento ou do viver sozinha. (BRAGA, 2019).

também falecido, José Candido da Silva. O jornal informa que haveria um evento no Ginásio Dramático, citam o nome do pai duas vezes, mas nada se diz sobre o marido. (A MARMOTA, 1859, b)

Num artigo intitulado “A mulher forte”, publicado pelo jornal *O Novo Mundo*, depois de discorrer por diversos exemplos do que faria a força feminina, o redator (que pode ser Sousa Andrade) faz um último comentário<sup>5</sup>.

A viúva de um impressor de Charleston toma conta da tipografia por morte do seu marido; põe em ordem sua escrituração; faz todos os negócios com a maior exatidão, educa seus filhos admiravelmente; compra parte da tipografia, que pertencia a Benjamin Franklin; e dá essa magnífica fonte de riqueza a seu filho.

Se esta mulher só soubesse ler romances frívolos, enfeitar-se como uma boneca e val-sar nos bailes como uma bacante, a viuvez seria para ela a miséria e a infâmia e não a hora solene de patentear ao mundo um sublime exemplo de uma mulher forte. (O NOVO MUNDO, 1875, p. 107).

Foram muitos os artigos que trataram da educação de meninas apresentados no *Novo Mundo*. O autor não estava apenas defendendo uma educação para a mulher, estava também tratando do momento no qual esta mulher se via sem a proteção e o sustento de seu marido. Três anos antes, o jornal publicou duas gravuras que retratavam a França da década de 1870. E o enfoque é exatamente aquele momento no qual falta o marido.



Estas gravuras são de Emile-Antoine Bayard, um artista muito produtivo e conhecido no século XIX, que publicava em diversos jornais como *Journal des Voyages*, *Cassell's Magazine*, *Le Tour du monde*, *L'Illustration*, e muitos outros.

<sup>5</sup> O Novo Mundo, 23 de fevereiro de 1875.

(EVANS, 1998, 253). Seu trabalho como gravurista é lembrado sempre por ter ilustrado *Os Miseráveis* de Vitor Hugo, principalmente pela imagem icônica de Cosette. Mas também ilustrou obras de J. Verne (BÉNÉZIT, 1939, p. 438). Em resumo, tratava-se de um homem do século XIX, engajado em suas principais referências. As gravuras em questão demonstram os impactos da guerra franco-prussiana para os franceses. A família feliz, num dia ensolarado, contrasta com a viúva triste com seus filhos órfãos. O recado estava dado. Pela empatia, as mulheres eram mobilizadas a pensar no momento quando estariam sozinhas e teriam que viver por si. Teria esta viúva herdado dívidas? Ou seria ela uma jovem viúva que tinha posses e um círculo familiar que lhe daria sustento e apoio? Ou era uma das mulheres que tinham que assumir os negócios do marido?

Lynn Hunt já demonstrou o papel dos romances epistolares na conformação de um sentimento de empatia. O que vemos na imprensa do oitocentos, de certa forma, é um exercício de mobilização de sentimentos. De chamar a atenção para os casos de mulheres deixadas sozinhas pela morte de seus maridos. Mas que também remete ao fato de que era preciso garantir uma maior autonomia às mulheres. Voltando ao romance *Iaiá Garcia*, ainda que não mencione a ideia de uma viuvez, Luiz Garcia, o pai, fica feliz quando a filha manifesta a “ideia de ser mestra de piano”.

Demais, que lhe poderia ele desejar, senão aquilo que a tornasse independente e lhe desse os meios de viver sem favor? Iaiá tinha por si a beleza e a instrução, podia não ser suficientemente bastante para lhe dar casamento e família. Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade.” (ASSIS, cap. 1).

Talvez as preocupações de Luiz Garcia fossem as de muitos pais e mães do oitocentos. Pensar numa profissão para suas filhas, capaz de garantir seu sustento diante da falta de um marido, seja pela solteirice, seja pela viuvez. Uma profissão que garantiria o “viver sem favor”. Talvez a historiografia tenha acreditado demais nos silêncios que excluía as mulheres dos espaços públicos e do mundo do trabalho. Mas elas estavam ali. Por outro lado, não resta dúvidas de que nas classes mais abastadas o destino das viúvas não era tão triste. Muitas chegavam a se casar novamente. Mas gostaria de reforçar aqui um aspecto. A questão da cidadania. A mulher que assumia os negócios de seu marido, que tocava uma fazenda ou uma tipografia, pagava impostos, empregava pessoas, assumia todas as funções masculinas, mas não lhe era lícito tornar-se cidadã. Ao menos para o Brasil no longo século XIX, o sistema representativo excluía as mulheres dos lugares da política. E a historiografia também silenciou a respeito desta experiência das mulheres que atuaram de forma muito mais ativa do que desejavam os moralistas.<sup>6</sup> Longe das salas íntimas, dos pianos e da costura para sua família, estas mulheres estavam vivendo no espaço pú-

6 No contexto da revolução francesa, a atuação feminina foi insistentemente deslocada da história e da memória. Elas estavam lá, atuaram politicamente, e entenderam que a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, era, também uma declaração de direitos da mulher. Veja sobre as mulheres na Revolução Francesa o livro de Tania Morin (Morin, 2013).

blico. E são parte destas histórias que este livro pretende contar. São professoras de primeiras letras ou piano, modistas, costureiras, jornalistas, cartomantes, viajantes, prostitutas, acadêmicas.

A primeira parte do livro trata do tema das *mulheres e seus ofícios*, da inserção feminina ao universo de trabalho, da busca por sustento, da demarcação de seu lugar no espaço público.

Partimos do século XVIII e das *marchandes de modes*, como se chamavam as mulheres que efetivamente viviam do mercado da moda. Tais mulheres, cuja guilda foi oficializada em 1776, circulavam dos salões às costureiras, num exercício intenso de troca cultural. O capítulo de Felipe Goebel articula os significados e disputas em torno da moda, gênero e sexo no final do século XVIII. Nestas disputas, observamos como o processo revolucionário foi retirando da mulher sua autonomia, e entramos no século XIX com uma projeção de que o espaço da mulher é o mundo privado. Nas palavras do autor “a cultura comercial da moda baseada no gênero que emergiu na década de 1780 parece ter estabelecido, de certa maneira, as bases para a cultura comercial e para a noção de espaço privado e de economia doméstica como espaço legítimo de atuação feminina do século XIX.” Com o artigo de Laura Junqueira de Mello Reis a noção de *interseccionalidade* nos permite compreender estes múltiplos lugares e papéis das mulheres que tiravam da costura seu sustento. As modistas, muitas delas estrangeiras, e os comerciantes, usaram da mão de obra de mulheres escravizadas para a costura. Mas não eram as únicas costureiras. Mulheres livres também se ocuparam da função, muitas vezes com contratos firmados com as casas de moda. O que o artigo nos apresenta é um universo de trabalho múltiplo e carregado de disputas, onde a moda se tornava um lugar de sustento e autonomia para mulheres escravizadas ou pobres.

Mas não era apenas de costuras que uma mulher se sustentava. Os artigos seguintes explicitam dois universos instigantes. Mestra Kathleen de Oliveira Maia nos oferece uma análise criativa que articula imigração, cartomancia e gênero. Partindo de alguns estudos de casos, anúncios de cartomantes noticiados na imprensa e da literatura, a autora nos apresenta o universo das cartas de tarot. Imigrantes ou não, abastadas ou pobres, muitas destas mulheres tiravam das cartas do tarot seu sustento. Outras precisavam buscar outras atividades. Não era raro ver uma cartomante oferecendo serviços de costura e ensino. Os espaços por onde circulavam, as múltiplas facetas, tudo isso vai nos mostrando, como faz João do Rio, com quem a autora dialoga, a *alma encantadora das ruas*.

Afinal, as mulheres estão nas ruas, nas oficinas, nas casas e tipografias. No artigo de Cristiane Ribeiro podemos acompanhar o percurso das mulheres por um mundo que julgávamos eminentemente masculino – o universo da imprensa. Articulando o conceito de gênero, observa como as “dificuldades coercitivas” dificultaram a entrada das mulheres no universo das letras, mas ainda assim é possível falar de uma profissional do jornalismo, como é o caso de Corina Coaracy que participa de uma longa trajetória de “*sujeitas* que se organizaram e atuaram”, seja como proprietárias,

redatoras, administrando a empresa jornalística, negociando preços, anúncios, subscrições.

É preciso ressaltar um dado. O *lugar* destas mulheres na imprensa demonstra também sua atuação na formação da chamada opinião pública. Afinal, estas mulheres não aceitaram o lugar doméstico. O que salta aos olhos aqui é, também, a necessidade de buscar sustento. No artigo seguinte, observamos um outro *lugar* para a mulher. Quando as mulheres surgem nas fontes? Especialmente em dois momentos. Quando elas cometem um crime, ou quando são assassinadas. No texto de Caroline Farias Alves vemos como a prostituição significou uma forma de sustento. E, também, como as mulheres e seus corpos estão constantemente sendo medidos, exibidos, controlados. Ao tratar o caso dos “crimes da rua das Marrecas”, o assassinato de duas meretrizes famosas no Rio de Janeiro, Lili das Joias e Augusta Martins, a autora explora o caráter formativo das imagens, numa “pedagogia da violência” que tratava tais mortes como castigos por comportamentos indesejados. A mulher que não se adaptava ao ideal preconizado, que ocupava o espaço público, que usava de sua sexualidade, era punida exemplarmente. Com a morte, estas mulheres que ameaçavam o poder instituído, ganham *lugar* de destaque na imprensa. Um *lugar* meticulosamente estudado para garantir o efeito de amedrontar, domar e silenciar as mulheres.

O recorte proposto para a Parte II do livro é o conceito de *mulheres de letras*. A produção letrada feminina sempre foi tratada como excepcionalidade, ou caíram no esquecimento. Afinal de contas, mulheres produzem conhecimento? Qual o lugar das mulheres no mundo das letras, na imprensa ou na historiografia? Nos dois primeiros capítulos desta parte, nosso olhar se volta para a trajetória de duas mulheres de letras que deixaram uma obra reveladora dos seus *lugares* no mundo. Primeiro, pelas mãos de Louise Salles Schaeffer nos voltamos para a trajetória de Madame de Staël, uma mulher da elite francesa, que vivenciou e interferiu em momentos históricos fundamentais. Vivendo entre o final do século XVIII e o início do XIX, conviveu com os grandes escritores das Luzes, com os principais homens de letras, e deixou sua produção de forma autêntica, estabelecendo críticas e diálogos contundentes. Como poucos, Madame de Staël enfrentou Napoleão Bonaparte, tornando-se um de seus maiores desafetos.

No capítulo seguinte, Flaviana Aparecida da Silva analisa a trajetória de Maria Graham por meio da narrativa *Reminiscences*. Tratava-se de uma mulher branca, culta, inglesa, que saiu da Europa e viveu experiências culturais diversas, que deram a ela um olhar de alteridade. Ao investigar seu relato autobiográfico e sua busca por conhecimento, a autora nos mostra uma Maria Graham que não se enquadrava nos papéis pré-determinados reservados às mulheres, o que lhe causava também dissabores com outras mulheres. Ela não cabia no lugar que lhe deram, e para sobreviver era preciso uma certa dose de astúcia.

O terceiro capítulo traz outra mulher de letras do século XIX. Olga Mattos de Lima e Silva acompanha a trajetória de Narcisa Amália de Campos, nascida no interior da província do Rio de Janeiro, chega à corte na década de 1880. O capítulo

discute o problema do esquecimento e do cânone, e demonstra como a autora de *Nebulosas* alcançou reconhecimento e visibilidade de seus contemporâneos, mas restou esquecida como mulher de letras do oitocentos.

A presença feminina na literatura parece ter sido mais aceita que em outras áreas da produção letrada. Com o artigo de Dra. Jeane Carla Oliveira de Melo somos confrontados com a questão da participação feminina na construção do conhecimento histórico. Sua pesquisa resgata a produção de algumas mulheres de letras e discute a relação entre o gênero e o desenvolvimento das práticas historiográficas. As mulheres do Brasil Imperial estavam impedidas de participar dos espaços nos quais a produção do conhecimento histórico era legitimada, como o IHGB e o liceu imperial. Mas isso não impede uma produção nesta direção, como é o caso de Herculana de Sousa e Maria Guilhermina de Andrade, professoras primárias, que escrevem sobre a história pátria. O artigo, assim, explicita como a história da historiografia pode se transformar num projeto político, capaz de dar visibilidade à produção feminina.

No capítulo de Natália Lopes de Souza encontramos outra mulher de letras, desta vez, uma mulher negra, a maranhense Maria Firmina dos Reis. O objetivo do texto é discutir a questão da escravidão em duas obras da autora, o romance *Úrsula* (1859) e o conto *A escrava* (1887). Inserida nos debates presentes na imprensa da época, Maria Firmina mobilizou a empatia para sua discussão antiescravista, com ênfase na questão da maternidade negra e na compaixão pelo destino de mulheres e crianças.

Um leitor apressado pode imaginar que este universo que exclui, ou tentou excluir e silenciar as mulheres dos espaços públicos, é algo restrito ao que chamamos de *longo século XIX*. Mas aqui temos o artigo de Stella Ferreira Gontijo para nos fazer pensar como também no campo do conhecimento, através da violência de gênero, buscou-se silenciar e confinar as mulheres ao espaço privado. Muitas mulheres que produziam conhecimento, que pesquisavam, escreviam, “acabaram tendo suas contribuições desconsideradas, seus escritos ignorados no escopo da narrativa historiográfica, assim como tiveram retiradas sua condição de sujeita histórica passível de atuar e ser analisada.” A autora enfoca a produção da intelectual e militante Margaret Randall, que entre as décadas de 1960 e 1980 viveu na América Latina, e editou no México a revista *El corno emplumado/The plumed horn* (1962-1969). Randall, ao longo destes anos, registrou o testemunho de inúmeras mulheres, abrindo espaço para as falas de origens diversas, e “contribui para romper as barreiras do silenciamento das mulheres e outros/as sujeitos/as subalternizados/as.”

É preciso ressaltar como vários artigos aqui adotaram o conceito de *sujeitas* para pensar seus temas. Trata-se de uma opção ao mesmo tempo política e metodológica. Ressalta a *agência* de mulheres, que ao longo de mais de um século, estavam invisíveis para o universo do trabalho e do mundo intelectual. Os artigos aqui reunidos estão articulados em torno de uma *epistemologia feminista* capaz de propor uma nova leitura para velhos temas. Nos unimos assim a um movimento maior de pesquisadoras e pesquisadores que rompem com uma perspectiva de verdade e uni-

versalidade na produção do conhecimento histórico. (RAGO, 1998).

Pensar um livro é como dispor de peças de um quebra-cabeças que tem múltiplos resultados possíveis. Não existia uma única forma possível de organizar a apresentação dos capítulos deste livro. Os conceitos de gênero, trabalho e agência articulam tais pesquisas. Este é um livro feito a muitas mãos, e resultado de um feliz encontro nos corredores da UFJF. O que antes era um grupo de jovens mulheres discutindo textos sobre estudos de gênero, hoje é um potente grupo de pesquisa que dialoga com vários grupos e universidades. Convido a leitora e o leitor a conhecerem estas reflexões e compartilharem comigo a satisfação de ler cada uma destas histórias. E que venham muitas mais...

## Referências

### Fontes:

A MARMOTA, 16 de dezembro de 1859.

A MARMOTA, 18 de março de 1859.

O NOVO MUNDO, 23 de março de 1872.

O NOVO MUNDO, 23 de março de 1872.

O NOVO MUNDO, A mulher forte, 23 de fevereiro de 1875, p. 107.

### Bibliografia:

BÉNÉZIT, Emile. (org) *Dictionnaire des peintres, sculpteurs, dessinateurs et graveurs*. Tomo I. A-C. Paris: Libraire Gründ, 1939, p. 438. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3042184b/f464.item.r=Bayard.zoom#>

BRAGA, Carolina de Toledo. Viuvez e cotidiano das mulheres em meados dos Oitocentos. (Pernambuco, 1842-1853). Dissertação de mestrado em história. Niteroi, RJ: UFF, 2019.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis; Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

EVANS, Arthur B. The Illustrators of Jules Verne's *Voyages Extraordinaires*. *Science Fiction Studies*, 25 (1998): 241-270.

GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: EdUSP, Fapesp, 2016.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvi Libano. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORIN, Tania Machado. *A Virtuosas e Perigosas - as mulheres na revolução francesa*. SP: Alameda, 2013.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Florianópolis: Edusc, 2005. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência. In: *Revista Cadernos de Pagu*, 1995, p. 09–28.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Pedro, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed.



Mulheres, 1998, p. 01-17.

SILVA, Jaqueline Padovani da. *Desta para a melhor: a presença das viúvas machadianas no Jornal das famílias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em file:///C:/Users/Nehsp3/Desktop/VIUVAS/DESTA%20PARA%20MELHOR%20VIUVAS%20EM%20MACHADO.pdf

TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e história social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 29-62. Unicamp, Campinas, SP.

## Prefácio

*Profa. Dr.a Joana Maria Pedro*<sup>7</sup>

O título deste livro, “O lugar da Mulher”, lembra-me palavras de ordem de grupos de mulheres, que se autodenominam feministas e que, desde 2015, voltaram para as ruas, em grandes manifestações: “O lugar das mulheres é onde elas quiserem!!!”. Trata-se de um feminismo jovem, negro, trans, camponês, indígena, anticapacitista, decolonial etc. Um feminismo com sobrenome. Um feminismo da 4ª Onda? (HOLLANDA, 2018, p.11). Um feminismo que entende que são “mulheres” aquelas pessoas que assim se denominam, que assim se sentem. Um feminismo que inclui as pessoas trans, que não buscam a essência do feminino, para se autodenominam como mulher e que, portanto, fala em “Mulheridades”.

Este feminismo que constrói o 8 de março e a greve das mulheres. Que sabe usar as redes sociais, que constrói blogs, que usa o twitter, whatsapp, Telegram, facebook, instagram e todas as demais formas possíveis de se comunicar, mas que também marca encontros, desenha faixas, faz cartazes, grita palavras de ordem em manifestações. Um feminismo que ensina em sala de aula que o lugar da mulher é onde ela quiser. Um feminismo cheio de frases contundentes, escritas em diferentes lugares, e gritadas nas manifestações, como por exemplo: “O lugar da Mulher é onde ela quiser”, “Escuta, escuta, escuta seu machista, a América Latina vai ser toda feminista”, “O estuprador és tu”, “Meu corpo, minhas regras”, “Feminismo é revolução”, “Nenhuma a Menos”, “Chega de fiu fiu”, “Vivas, livres e resistentes”, “Vem pra rua, vem, contra o machismo”, “Legalize, o corpo é nosso, é nossa escolha. É pela vida das mulheres”.

Estas jovens são filhas, netas e bisnetas de mulheres que, através do tempo, encontraram formas de desobedecer e não morrer, de se sustentar e não ser alvo de desconfiança e assédio. Foram capazes de negociar, ora atendendo ao que era requerido pela “moral e bons costumes”, ora rompendo com o que era esperado. Às vezes casando virgens, conhecendo todas as prendas domésticas, mas também escrevendo e publicando, deixando arte, nas diferentes formas, encontrando maneiras de marcar a memória e a história.

Ser uma mulher “distinta”, nas camadas médias urbanas, já foi um alvo a ser perseguido por muitas mulheres. Para isso elas precisavam, sendo casadas, viúvas ou solteiras, fingir que não trabalhavam, a não ser nas lides domésticas; não aparecer em público; usar roupas elegantes, porém que cobrissem bem o corpo; não mostrar que sabiam muito de política, literatura, ciência, nunca contradizer o que falava o marido, o pai ou o irmão. Saber tocar piano, para divertir as visitas, conhecer bem

<sup>7</sup> Joana Maria Pedro é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora do IEG - Instituto de Estudos de Gênero e do LEGH - Laboratório de Estudos de Gênero e História Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo, gênero, relações de gênero, história das mulheres, memória, história oral, história do tempo presente e história comparativa. É também pesquisadora IA do CNPq.

bordados e costuras, mas nunca transformar este conhecimento em forma de sustento da família. Nunca dar margem para ser uma “mulher falada”; afinal a distinção familiar era capital simbólico para os maridos que ambicionavam seguir carreiras no comércio, na indústria ou na política e não só em cargos eletivos, também em empregos públicos mais bem remunerados e dependentes de indicação de políticos.

Os jornais do século XIX viviam divulgando regras de como ser uma boa esposa, através de decálogos. O *Jornal do Comércio*, da cidade de Florianópolis, em 1888, trazia estes “Mandamentos da Boa Esposa”:

- 1º - Amai a vosso marido sobre todas as coisas.
- 2º - Não lhe jureis falso.
- 3º - Preparai-lhe dias de festa.
- 4º - Amai-o mais do que a vosso pai e a vossa mãe.
- 5º - Não o atormenteis com exigências, caprichos e amuos.
- 6º - Não o enganeis.
- 7º - Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis este com futilidades.
- 8º - Não resmungueis, nem finjais ataques nervosos.
- 9º - Não desejeis mais do que um próximo e que este seja o teu marido.
- 10º - Não exijais luxo e não vos detenhais diante das vitrines.

Estes decálogos foram muito comuns em jornais do século XIX e início do século XX. Com certeza, estas prescrições nunca eram plenamente atendidas. Caso fossem, não precisavam ser tão repetidas.

Quantas vezes, as mulheres foram e, ainda continuam sendo instadas a obedecer, a ser gentis, a ser distintas. Mesmo porque elas desobedeciam, e foram muitas vezes chamadas de forma desqualificante, como “mandonas”.

Elas lideravam famílias, educavam filhos, netos, encontravam formas de garantir a sobrevivência familiar. Por vezes tinham maridos vivos, por vezes maridos ausentes, doentes ou falecidos. Quantas crianças cresceram e se tornaram adultas graças à atuação destas “mandonas”? Certamente não eram mulheres consideradas “distintas”.

A História das Mulheres tem desvendado estas vidas, que apesar de todas as desvantagens, conseguiam seguir. Encontravam maneiras de garantir a sobrevivência dos filhos. Algumas, por não terem escolaridade, não possuíam conhecimentos que garantissem melhores condições, desfaziam-se do pouco que tinham e buscavam trabalhos nos mais diversos lugares: nas fábricas que iam aparecendo, no comércio, na lavoura, nos escritórios das grandes cidades. Quantas vezes eram alvo de assédio, de fofalção da vizinhança. Eram maus exemplos. Vestiam de forma sisuda, ninguém as via sorrindo, em público tentavam passar despercebidas. Não queriam ser confundidas com prostitutas. Uma vida de seriedade, com poucos sorrisos e quase nenhum lazer.

A História das Mulheres focalizou inicialmente as mulheres famosas e consi-

deradas importantes: rainhas, santas, princesas, guerreiras, enfim, mulheres que se destacavam no espaço público. Dizia-se que faziam a “História da Mulher”, assim mesmo, no singular, como se todas as histórias fossem iguais. Como se todas as mulheres vivessem da mesma maneira e sofressem a mesma forma de opressão.

Foi em nome da “Mulher” que se discutiu e reivindicou direitos por muito tempo. O direito do voto em 1932, os direitos da mulher casada em 1962, foram feitos em nome da “Mulher”. Falava-se de “condição feminina”, apontava-se que todas as mulheres viviam dificuldades semelhantes por serem mulheres. Era baseado numa questão biológica. Esta categoria. “condição feminina”, esteve presente em obras da historiografia brasileira, como no livro de Miriam Moreira Leite “Condição Feminina no Rio de Janeiro, século XIX (1984)” e, ainda, no trabalho de Rachel Soihet “Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920” (1989).

Apesar desta categoria “condição feminina” pensar as mulheres, de forma homogênea, vulneráveis frente aos homens, frente ao patriarcado, outros embates trouxeram complexidade. Mulheres negras, indígenas, migrantes, operárias e pobres não se reconheceram nessa “igualdade de condição”, não consideraram que mulheres de classe média e alta, habitantes das áreas urbanas e intelectualizadas, falassem em seu nome. Isso não significa que a noção de “condição feminina” desapareceu dos jornais, das revistas e dos textos acadêmicos. Nestes últimos resistiu até os anos 90 (VEIGA e PEDRO, 2019), sendo, aos poucos, suplantado por discussões que envolviam as categorias: “gênero” e “interseccionalidade”.

Convém destacar, ainda, que, junto com a noção de “condição feminina” também começou a rarear os textos acadêmicos que mantinham a palavra “Mulher” no singular. A pluralidade era muito evidente. Hoje sabemos que não é a mesma coisa ser uma mulher de elite, branca ou ser uma mulher pobre, racializada. Não é o mesmo morar na área rural ou urbana, sendo mulher. Não é a mesma coisa ser uma mulher jovem, ou idosa. Por isso, não falamos mais em “Mulher”, falamos em mulheres. Sabemos da pluralidade das vivências. Não nos atrevemos mais a falar em nome da “Mulher” e nem fazer referência de maneira generalizante à “condição feminina”. Isso porque já sabemos que a própria noção do que seja “feminino/feminina” depende da cultura. As antropólogas já nos mostraram desde o início do século XX, e Margaret Mead (2000) foi uma delas, publicando no livro “Sexo e Temperamento” em 1935, que as culturas possuem diferentes divisões sexuais das tarefas e funções. Claro que algumas coisas não mudam, são as mulheres que engravidam e que amamentam, mas o significado destas funções muda conforme a cultura.

Sabemos que há muito tempo pesquisadoras têm focalizado, ao escrever a história das mulheres, o gênero, a classe e a raça/etnia, mas somente agora tem ganhado destaque esta categoria de análise: interseccionalidade. Claro que não é pacífico, que há questionamentos, e devemos reconhecer que em determinados momentos é a raça, é o racismo que está agindo muito mais que a questão do gênero, na vida das mulheres. Huria Bouteldja (2016) tem nos alertado sobre isso.

Mas, o que é uma história das mulheres com abordagem de gênero? É escrever, lembrando a quem lê, que a trajetória de cada personagem está atravessada por privilégios ou por dificuldades, definidas por relações de poder. É observar se esta personagem viveria esta mesma situação se fosse um homem. É apontar as ausências gritantes nos espaços de poder. É mostrar que este contexto em que a personagem vive, foi instituído por relações de gênero. É questionar as ausências das próprias fontes.

Estou usando a categoria gênero no singular. Isso porque gênero não é sinônimo de sexo. É uma relação. Não há um gênero que é feminino e outro que é masculino, isso não é gramática. Falar de gênero é falar de relações de poder, é pensar classificações hierarquizadas de comportamentos, atitudes, expectativas, que são valorizadas quando associadas ao masculino e desvalorizadas quando associadas ao feminino, e estas associações mudam conforme a situação (WOLFF e SALDANHA, 2015, p. 31).

É preciso escrever uma História das Mulheres, articulando gênero, mas não apenas esta categoria. Precisamos lembrar dos efeitos devastadores do racismo e da pobreza, assim como da sexualidade e da idade. Mesmo sem utilizar a categoria é preciso levar em conta estes entrecruzamentos. Buscar mostrar, com as fontes possíveis, onde andam as mulheres não brancas, ver como sobreviviam as que não tinham propriedades, rendimentos, que viviam de diversos expedientes. Mesmo quando se escreve a biografia de uma mulher de elite, é preciso mostrar quais privilégios ela podia acionar, e sempre dizer para quem está lendo sobre sua raça/etnia, sobre suas possibilidades na juventude e na velhice. Lembrar, por exemplo, que a vigilância patriarcal é diferente na juventude e na velhice de uma mulher. Mostrar que relações de gênero não é apenas observar relações de poder entre homens e mulheres, pensando que uns se constituem em relação ao outro. Que os homens, em geral, não querem ser pensados como agindo semelhante a uma mulher.

Data do século XVIII, como já nos mostrou Thomas Laqueur (2001), a “invenção” do regime de dois sexos, enfim, do “sexo oposto” Com base na biologia, passaram a criar formas de diferença entre homens e mulheres. As mulheres tornaram-se a imagem negativa, “o sexo oposto”. Esta era a época da expansão imperialista da Europa e o colonialismo ia criando, no solo europeu e em outros lugares do mundo, hierarquias entre seres humanos, visando justificar desigualdades: diferenças hierarquizadas entre homens e mulheres e entre raças, sendo que, claro, os homens, os brancos, os cristãos, eram considerados os mais capazes, mais racionais e, portanto, merecedores de privilégios. Assim, ao abordar a História das Mulheres a partir da perspectiva decolonial, é preciso levar em conta esta historicidade que forjou aquilo que hoje chamamos de racismo e de machismo estrutural. Está aí, na longa duração, e foi amparado pelo colonialismo que implicou, em relação à questão racial, no deslocamento de verdadeiras multidões para o trabalho escravizado, mantendo, até hoje, uma relação hierarquizada de desqualificação. Em relação ao gênero, a noção de família ideal, constituída por um pai provedor e uma esposa dedicada aos filhos

e ao lar, assegurou a existência de uma cidadã passiva (como diriam os franceses na revolução francesa), que não podia votar nem ser eleita, por ter diferenças em relação ao homem, que eram baseadas no corpo.

Claro que tanto mulheres como pessoas racializadas, em diferentes tempos, lutaram contra estas desqualificações. Várias leis e políticas públicas foram sendo conquistadas pelos movimentos feministas e de mulheres, muitas vezes aliados a outros movimentos sociais. Este livro “O lugar da Mulher: gênero, agência e trabalho (séculos XVIII, XIX, XX)”, resultado do trabalho de jovens historiadoras, faz parte desta luta que, desde longa data, busca narrar a história de mulheres diversas, com diferentes condições, que sobrevivem e buscam ultrapassar os vários obstáculos que atravessam suas existências. Mostra que esta batalha não terminou, que uma nova geração de historiadoras continua lembrando que “O lugar da Mulher é o onde ela quiser”.

## **Bibliografia**

- BOUTELDJA, Houria. Raça, Classe e Gênero: uma nova divindade de três cabeças. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 2, n. 2, p.5-9, dez. 2016.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018,
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEITE, Miriam M. (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, Fundação Nacional Pró- Memória, 1984.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- VEIGA, Ana Maria e PEDRO, Joana Maria. Condição Feminina. COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Losandro Antônio (org) *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. In: *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015.

Florianópolis, março de 2022

# Parte I



## Mulheres parisienses na década de 1780: disputas de moda, de classe e de gênero

*Felipe Goebel*<sup>8</sup>

A adoção e difusão de modos específicos de vestimenta seguem e, por vezes, instigam a disseminação das ideias. Como afirma Daniel Roche, nas novas tendências de vestuário do final do Setecentos podemos observar a construção e as costuras da Revolução Francesa (ROCHE, 2007, p. 291). Gravuras, ilustrações e revistas de estilos eram instrumentos de transmissão de ideias tão influentes quanto as divulgadas pela *Encyclopédie*, pelos jornais e panfletos satíricos. A guilda das marchandes de modas e os diversos comerciantes de tecidos e aviamentos de Paris eram os criadores e transmissores de um novo modelo de produção e de compreensão sobre o papel do consumo. Comentaristas profícuos do período, como Carlo Goldoni, Antoine Caraccioli, Louis-Sebastien Mercier, Madame Campan, Madame de Staël e até Voltaire e Rousseau, estavam cientes desse intenso debate acerca das rápidas transformações do setor, e se desdobravam em definir o que era a moda e seus afazeres. Longe de ser um fenômeno da elite ou puramente intelectual, as perspectivas racionalistas das Luzes impregnavam a cultura popular parisiense, e era impregnado por ela (CHARTIER, 2009, p. 50-52). Avanços científicos e tecnológicos acompanhados por disputas sobre gênero e ação política legítima se faziam presentes e se misturavam nos novos estilos de roupas e ornamentação, sendo difundidos, em conjunto com fofocas da corte e dos salons, críticas de óperas e peças de teatro pelas revistas e almanaques de moda. Como Susan Sontag aponta, “os franceses nunca partilharam da convicção anglo-americana que torna a moda o oposto da seriedade (SONTAG, 1982, p. xxvi).” (Tradução minha)

A interdependência entre as novas tendências de vestuário e as transformações das ideias foi determinante para o alvorecer de uma compreensão do setor da moda, autônomo e profissionalizado, na Paris da segunda metade do século XVIII. Seguindo o passo acelerado dos acontecimentos sociais e políticos, a indumentária passou a estar relacionada, o mais intimamente possível, com o presente, com os eventos correntes, com o próprio entendimento de modernidade – um dos questionamentos mais presentes na produção letrada do Setecentos. Não mais uma modalidade voltada para o passado, por meio da ostentação do luxo como forma de garantir a dominação da aristocracia, como forma de demarcar e distinguir os grupos sociais de maneira estável, as roupas foram se transformando em ferramenta de comentário social imediato. Capazes de transmitir declarações de cunho político e cultural em símbolos e signos, as práticas de vestuário, pela primeira vez, podiam ser instrumentalizadas

<sup>8</sup> Doutorando no PPGH-UNIRIO, linha de pesquisa Cultura, Poder e Representações, com bolsa CAPES. Bacharel licenciado em História pela UFRJ e mestre em História Social pelo PPGHIS-UFRJ. Pesquisa a formação do setor da moda na Paris do século XVIII, com ênfase nas disputas e diálogos entre moda, papéis de gênero, atuação social feminina, cultura visual e relações de poder. Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos da História da Moda e Indumentária. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4374042309719542>

com esse fim por grupos urbanos mais amplos e mais diversos do que a elite de corte e comercial. Homens e mulheres podiam, de forma mais clara e incisiva, exibir seu apoio a uma peça, a uma ópera ou a um compositor, filósofo, escritor ou político por meio de seus trajes, acessórios e até escolhas de tecidos. Mais importante, por meio das vestimentas, era possível transmitir a crítica ou a concordância a certos aspectos da sociedade hierarquizada da monarquia Bourbon ou a eventos públicos – como as frequentes discussões dos *Parlements* provinciais ou as titubeantes políticas e reformas monárquicas que se sucediam.

As roupas se tornaram um veículo altamente visível e versátil de comentário social. As mulheres, sobretudo, assumiram, paulatinamente, o centro desse sistema: desde a criação de novas tendências pela guilda das *marchandes de modes* (formalizada na reforma de 1776), passando pela divulgação e adaptação, até o consumo de novos estilos que rompiam significativamente com os modelos aceitos até então, tanto de vestimentas como de apresentação pessoal. É esse aspecto feminino do sistema da moda da segunda metade do Setecentos francês, e os significados subjacentes à ele, que nos chama a atenção e que buscamos explorar. Paris no final do século XVIII permitiu o alvorecer de um sistema da moda, entendido aqui como um campo<sup>9</sup> de produção, consumo e divulgação com valores materiais e simbólicos, além de práticas culturais particulares de representações sociais em disputa.

Correndo o risco de anacronismo, esse campo era, de muitas maneiras, similar ao que hoje compreendemos e temos por natural chamar de indústria da moda. Ou seja, um sistema de criação e produção de tendências de vestimenta e ornamentação sazonal, corporativo, com pretensões de massificação, dirigido e divulgado por mídias visuais, feminino no seu centro e, sobretudo, instável e em constante mutação. Já no século XVIII, assim como hoje, o campo era um grande gerador de capital financeiro na França, produzindo bens variados e lucrativos tanto para o mercado interno quanto voltados para a exportação. O setor tinha seu cerne em Paris, localizando-se na área central da cidade, sobretudo na Rua St. Honoré e nas adjacências do Palais Royal. Porém, empregava trabalhadores altamente especializados (artesãos, costureiras, fiadores, bordadeiras, chapeleiros, etc.) de todas as regiões da França, usava materiais e inspirava-se nos costumes de diversas partes do globo.

A partir de 1770, sucessivas reformas relaxaram o rígido sistema de guildas, corporações e afazeres parisiense. Era esse sistema regulava os diversos ofícios relacionados com a produção e venda de materiais têxteis, aviamentos e confecção de roupas e acessórios. Isso pavimentou o caminho em direção à inovação e à autonomia de criação de novos estilos, que começaram a se suceder em um ritmo e com

---

9 Adoto aqui a definição de campo tal como desenvolvida por Pierre Bourdieu. Dessa forma, um determinado campo é entendido como um espaço simbólico específico de disputa de poder, no qual as lutas dos agentes, individuais e coletivos, determinam, validam e legitimam as práticas e representações sociais. A posição e valor dado aos elementos simbólicos de um campo é definida pelo modo como tais componentes se relacionam entre si, em função do volume global e da estrutura dos diversos tipos de capital - cultural, econômico, simbólico e informacional - de acordo com as disputas específicas em que tais relações sociais se desenvolvem. (BOURDIEU, 2011)

uma velocidade sem precedentes. Ao mesmo tempo, desenvolvimentos tecnológicos nas manufaturas têxteis (como a lançadeira automática por pistão e a estamperia em blocos) baratearam e aumentaram a produção de tecidos, incluindo os considerados de luxo como a seda, o cetim e o tafetá. Na mesma direção, o crescimento sem precedentes das importações de lã e tecidos de algodão, da Inglaterra e dos Países Baixos austríacos, aumentou a circulação de tais bens (LEMIRE, 1992, p. 78-81). Com todas essas transformações, pela primeira vez, a moda parecia acessível para grupos sociais mais amplos, não sendo mais prerrogativa apenas da realeza e da aristocracia.

Significativamente, na direção de maior autonomia e liberdade de criação, um grupo profissional a princípio especializado unicamente na elaboração de novos estilos e tendências começou a surgir no final da década de 1760, sendo oficializado como guilda específica em 1776. As *marchandes de modes* eram definidas no período como mercadoras de modas, e essa definição é mais acurada do que qualquer outra que busque uma aproximação ou comparação com profissionais da indústria de moda atual, como modistas ou estilistas. Tal visão é ainda bastante presente em grandes manuais de História da Moda que relegam as *marchandes* à uma espécie de peculiaridade do século XVIII, deixando de lado as especificidades do trabalho dessas mulheres, assim como as rupturas e continuidades em relação à consolidação do setor da moda.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje nos estudos sobre a moda diz respeito justamente à definição conceitual do termo. O léxico de um determinado assunto ao ser difundido e adotado na linguagem cotidiana contribui para a compreensão e, também, para a formação das experiências sociais. De acordo com Michel Foucault, a absorção e naturalização de alguns vocábulos acabam, simultaneamente, por esvaziar seus significados, embaralhando os entendimentos sobre a coisa, sobre a prática social que visavam nomear, definir e explicar (FOUCAULT, 1999). Moda é certamente um desses termos. Ele faz parte do nosso cotidiano, vemos, consumimos e criamos imagens sobre a moda diariamente. Popularizado, utilizado ampla e coletivamente em contextos variados, o termo disponibiliza uma grande gama de referências compartilhadas, além de trazer em si reflexões sobre um conjunto de aspectos da vida social moderna. Ao ouvir a palavra moda, evocamos de imediato a atualidade, advinda do embate entre o “velho” e o “novo” - entre presente e passado, entre imobilidade e mobilidade, entre tradição e modernidade. Além disso, o termo alude, imediatamente, à experiência das aparências, que necessita de objetos materiais para se manifestar, sendo então função e conteúdo estético (CALANCA, 2002, p. 15). Já temos cristalizado, além disso, o entendimento do funcionamento cíclico, autorreferente e retroalimentado do sistema e da atual indústria da moda. Essa compreensão se faz presente na percepção internalizada da expressão coloquial “moda pela moda”; uma tendência é lançada e adotada por um grupo seletivo que tem acesso e a pode consumir; essa tendência é divulgada, adaptada e copiada; ao ser utilizada “por todos”, ou seja, ao ser massificada, uma tendência nova surge. Temos esse esquema já internalizado ao ouvirmos e usarmos a palavra moda. Os significados

subjacentes e a lógica do funcionamento desse processo, que temos como certo no uso cotidiano que fazemos do termo, nem sempre, porém, estão claros.

Moda engloba na atualidade o entendimento de um campo específico, de uma indústria do vestuário onde diversos agentes sociais criam objetos materiais a serem consumidos. Os modos de consumo dos indivíduos e grupos sociais, que utilizam o vestir e apresentar-se como definidor de identidades, relaciona-se com esse entendimento. Ao mesmo tempo moda percorre a compreensão de um tipo de mudança social específica. Ou seja, o fenômeno de mudança dos costumes, das escolhas e dos gostos validados coletivamente e hierarquizados. A partir daí, busca-se a massificação pelo uso quase obrigatório para o pertencimento ao sistema social (GODART, 2011). Moda é definida, por meio de ambas essas abordagens como um fenômeno de costumes e como uma prática cultural. Essas características já podem ser percebidas, ainda que de maneira germinal, na década de 1780. Como fenômeno de costume e prática cultural, a moda surge, então, quando a busca pelo novo, pelo recente, quando a renovação dos estilos e a inovação das práticas culturais se tornam um valor, quando o rompimento com o tradicional em relação as formas, feitiços e ornamentos não constitui mais uma exceção, mas a regra estável e a norma coletiva a ser seguida. A busca pelo novo se torna um princípio constante, um hábito disseminado e uma exigência cultural, ou seja, a moda torna-se o costume hegemônico (BOURDIEU; DELSAUT, 1975. p. 32).

Em linhas gerais, inicialmente, as *marchandes de modes*, de acordo com a ordenança de 1776, poderiam vender “todos os diversos artigos e acessórios necessários para a decoração e arranjo das roupas - fitas, laços, meias, luvas, bordados, borlas, xales, rosetas, cintos, faixas [...] (BATIMENTS DU ROI... 1776).” Na primeira metade do Setecentos, elas ainda não se distinguiam dos *merciers* (mercadores de tecidos) e das *couturières* (costureiras). Isso se devia às complicadas e disfuncionais regras de gerência das Guildas e Oficinas de Paris, que determinavam as áreas de atuação dos afazeres manufatureiros e comerciais, o que fazia com que os diversos ramos da economia indumentária se aglutinassem em corporações já bem estabelecidas, mas com diversas brechas que permitiam que muitos afazeres se sobrepujassem. Quase que exclusivamente feminina, a nova guilda passou a se fixar como responsável pela criação de novos estilos e arranjos inovadores de peças de roupas e toucados. Essas mulheres trabalhadoras auxiliaram no processo de distinção entre indumentária (*modes*) e moda (*mode*), entre o processo técnico de cortar, costurar e arranjar os trajes e o campo mais criativo de decorar e estilizar a aparência como um todo de seus e suas clientes, demarcando por meios das roupas as posições e mais as posturas individuais do que o pertencimento de grupo.

Realizando um trabalho marcado pelo trânsito dentro das cidades, tendo que ir de suas lojas até as residências de seus e suas clientes, passando pelos diversos estabelecimentos comerciais onde adquiriam uma grande variedade de produtos necessários para seu trabalho, elas constituíam uma polêmica ponte entre as diversas camadas sociais; comerciantes de um lado e clientes endinheirados do outro, tendo

acesso, por vezes, aos corpos e a espaços privados até mesmo da realeza. Rose Bertin, chefe da guilda de 1776 até 1782, por exemplo, era recebida com exclusividade no Petit Trianon por Maria Antonieta e por outras aristocratas em seus aposentos. As *marchandes* em poucos anos se consolidaram como a força criadora de tendências e inovações de vestimentas e apresentação, que seguiam eventos cotidianos e/ou idéias mais arrojadas e complexas. Tais tendências sucediam-se rapidamente em Paris: diversos estilos inovadores, como os *poufs*<sup>10</sup>, os trajes de inspiração inglesa e oriental e, mais marcadamente, o vestido *chemise*, estão estreitamente ligados à força de criação, difusão e geração de capital simbólico do trabalho dessas mulheres.

O advento das revistas de moda em meados da década 1770, por outro lado, garantiu que os novos estilos criados pelas *marchandes*, e adquiridos sobretudo pelas elites, tivessem um alcance mais abrangente. Tais publicações, ao contrário das gravuras individuais de roupas e estilos vendidas individualmente ou como suplementos de almanaques (*planches de modes*), seguiam a nova compreensão cíclica do setor, buscavam defendê-lo e difundir suas criações e produtos o mais amplamente possível. Eram, assim, uma mídia de divulgação muito mais eficaz, tendo como objetivo acompanhar, registrar e propagar os rápidos desenvolvimentos de tendências de roupas e ornamentação.

A *Galerie des modes et costumes françaises*, o primeiro almanaque de modas a ser publicada com certa regularidade, apareceu em 1778, seguida em 1785 pela mais arrojada *Cabinet des modes*. Idealizada por Jean Antoine LeBrun Tossa na década de 1770 ela foi lançada somente em novembro de 1785, sob o título completo de *Cabinet des Modes ou les Modes Nouvelles*. A publicação inovava significativamente por lançar mão de técnicas modernas de impressão e por apresentar apenas duas ou três gravuras por caderno, coloridas mecanicamente por meio de um sistema similar ao da estamperia, o que barateou seu custo, 21 *livres* por assinatura anual, ainda que números avulsos pudessem ser adquiridos. O preço relativamente modesto, o conteúdo detalhado e descritivo, visando a adaptação dos estilos criados pelas *marchandes* e adotados pelas elites, transformou a revista em uma modalidade influente de divulgação estilística, com uma tiragem em torno de setenta mil unidades por número (DELPPIERRE, 1997, p. 151). Algumas edições precisaram de impressões extras devido à demanda. Vinte e quatro edições foram lançadas sob esse título até novembro de 1786, quando mudou seu título para o mais abrangente *Magasin des modes nouvelles françaises et anglaises*, que contou com trinta e seis números até ser interrompida em 1789 pela censura revolucionária.

Na década de 1780, o papel relativamente passivo da moda passou a ser ativo.

10 Pouf foi o estilo de penteado feminino popularizado na década de 1770 em Versalhes. Consistia em um arranjo extravagante e altíssimo, com apliques, armações de arame, pomadas, decorado com toda sorte de adereços – jóias, fitas, laços, plumas, miniaturas de cera, flores artificiais etc. O estilo permitia declarações diversas contidos na composição dos diversos símbolos e significados dos variados enfeites. Constituíam assim uma forma tópica de comentário social, cujo conteúdo podia ser íntimo ou político, específico das disputas internas da corte ou mais geral sobre os acontecimentos correntes.

As novas tendências não mais apenas seguiam e comentavam os eventos correntes, mas também os provocavam e influenciavam. Devido à sua visibilidade, as roupas são, afinal de contas, o revestimento mais externo do corpo, permitindo especialmente declarações políticas. Elas poderiam expressar a opinião pública, e eram tão voláteis como esta. De acordo com Arlette Farge a própria noção de esfera pública e de opinião pública eram motivos de confrontos sistemáticos entre as instituições e a população de Paris (FARGE; REVEL, 1988). Formada sistematicamente ao longo do Setecentos, a esfera pública passou a ser compreendida como um espaço para discussões e intercâmbio político-culturais variados, fora do controle oficial do Estado e de suas instituições de controle e repressão, ou seja, além da esfera da autoridade formal. Essa esfera social era, portanto, instável e suscetível a lógicas internas peculiares de comunicação e representação, sendo crítica dos atos e dos próprios fundamentos do poder estatal e seus aparatos (FARGE, 1998, p. 96). A opinião pública no século XVIII, sobretudo, era distinta do que era gerado e atuante na corte, pertencente ao domínio do poder estatal advindo do Rei e sua família; a opinião pública no Setecentos francês se consolidava como dotada de modos de formação e operatização que não só fugiam ao controle da monarquia, mas que um dos pontos centrais era justamente a crítica às suas instituições e, muitas vezes, levantes e revoltas contra elas (FARGE, 1997, p. 185-188). Fora do domínio formal institucional e, ainda sem mídias específicas de controle, divulgação e manobra, a opinião pública era dotada de um funcionamento interno própria que conferia certa lógica às ações subversivas das massas.

Era, ademais, marcada por um repertório formativo das modalidades de sociabilidade típicas do século XVIII, sobretudo a constituição de uma sociedade civil urbana formalizada por um profundo intercâmbio de mercadorias culturais variadas (incluindo a literatura de periódicos e revistas) e de trabalho e consumo (CHARTIER, 2009, p. 62). Essas modalidades de sociabilidade conceberam uma nova forma de existir em público que não era mais somente a exibição individual direcionada à distinção dos grupos sociais e à celebração da elite e da realeza, mas sim relacionadas à nova concepção de indivíduo autônomo e peculiar. A partir daí, a opinião pública passou a se estabelecer como uma espécie de “autoridade superior”, marcada por um senso de mundanidade, que regulava as opiniões particulares advindas da ação e da atuação no espaço público urbano, submetendo e tendo poder de julgar, condenar ou aprovar todas as ações privadas, incluindo as advindas da monarquia e seus integrantes da realeza (LILTI, 2005, p. 127).

As mudanças, invenções e reinvenções frequentes e aceleradas são a base fundadora da moda como sistema estruturante, estruturado e campo social específico da modernidade (BOURDIEU; DELSAUT, 1975, p. 21). Na década de 1780, marcada por transformações sociais abrangentes e profundas, a moda foi tanto um instrumento como uma precursora, uma espécie de catalisador, das mudanças mais imediatas de comunicação com a opinião pública em expansão. É teleológico abordar os modos de vestimenta em constante transformação do final do reinado de Luís XVI e

Maria Antonieta, ou seja, da perspectiva da guilhotina, do desfecho dramático da monarquia Bourbon. Ainda assim, algo como uma visão retrospectiva deixa claro que as transformações das práticas de vestimenta das décadas de 1780, com suas diversas e inovadoras estratégias de adaptação, emulação e consumo, tiveram influências múltiplas e desempenharam um papel significativo na eclosão da Revolução no ano de 1789.

Tendo em vista o que foi exposto brevemente e em linhas gerais acima fica claro as interligações do sistema da moda em formação nas décadas finais do século XVIII na França e as transformações sociais do período. Atentando, sobretudo, para a participação peculiar das mulheres nesse processo – da rede de patrocínio, a criação de novas tendências até a divulgação, consumo e adaptações - e, sobretudo, para os múltiplos significados atribuídos às modalidades inovadoras de vestimenta e apresentação feminina que se estabeleceram. Ademais, debates acirrados sobre as ligações entre a moda e a presença e atuação das mulheres na esfera pública podem ser encontrados nas revistas de moda (sobretudo na *Cabinet des Modes*), em comentários de jornais, em panfletos políticos e nas muitas memórias escritas sobre o período. As modalidades discursivas de combate ou defesa do campo da moda e da participação feminina ativa nele formam, adicionalmente, um objeto complementar.

O problema que se impõe, então, é, primeiramente, identificar quais são as interpretações e as condenações à atuação das mulheres na cultura política, ainda que no campo aparentemente superficial da moda. Relacionado a essa questão, pretendemos examinar como esse sistema possibilitou que as mulheres instrumentalizassem, por meio de suas roupas e apresentação, seus questionamentos e suas demandas em direção à ação social e política abrangente na sociedade parisiense em rápida transformação no final do Setecentos. Mais do que isso, de que maneira as roupas, acessórios e estilos de vestimentas femininas do período detinham e transmitiam significados complexos sobre a atuação das mulheres na busca por maior legitimidade de ação social e política. Portanto, o problema central pode ser resumido na seguinte questão: em que medida e em que sentido esse espaço de atuação privilegiado das mulheres permitiu que um imaginário coletivo de temor feminino e de feminização da sociedade francesa fosse instaurado na opinião pública e continuado no período revolucionário? O temor e a ansiedade masculina reativos à ampliação da presença e, sobretudo, da ação feminina direta parece ser um dos temas centrais dos primeiros levantes revolucionários (LANDES, 1988, p. 87). Pois se nas décadas de 1770 e 1780 as mulheres eram agentes sociais presentes com alto grau de visibilidade, dirigindo e guiando, inclusive, momentos decisivos da Revolução - sobretudo na Marcha de Versalhes em outubro de 1789 e nos Levantes de 1791-92 - no auge do período revolucionário elas foram, sistemática e oficialmente, excluídas e proibidas de atuar na esfera pública e política.

Mas em que medida a moda, e a representação feminina criada nesse setor, contribuiu para isso? O intervalo compreendido entre a Exibição do *Salon du Louvre* de 1783 e a decisão, em 1794, da Convenção Revolucionária de proibir todo e

qualquer tipo de agremiação e reunião política de mulheres me parece ilustrativo desse ponto. Na Exibição de 1783 as representações femininas concebidas pelos artistas da *Académie Royale de Peinture et Sculpture* revelam, de certa forma, os debates que despontavam sobre a presença cada vez maior e mais ativa das mulheres na esfera pública. Sobretudo as polêmicas geradas pelo retrato *en gaulle* de Maria Antonieta, presentes nas diversas críticas em jornais, panfletos e revistas, ilustram bem a conexão entre os novos modos de vestir e se apresentar e a busca feminina por auto-definição e legitimação social. O retrato *en gaulle* de Maria Antonieta, pintado por Elisabeth Vigée LeBrun e exibido na Exposição da *Académie* de 1783, gerou escândalo e precisou ser substituído às pressas. As críticas e condenações ao retrato relacionam-se, sobretudo, com o estilo simples e afetadamente pastoral de vestido usado pela rainha, considerado não adequado às definições de exibição da imagem pública da monarquia e nem aos modelos de feminino da aristocracia. A polêmica de tal representação relacionou a incapacidade e a possível recusa de Maria Antonieta em desempenhar suas obrigações públicas como Rainha da França com um suposto comportamento sexual desviante - já explorados pelos panfletos desde 1774 (HUNT, 2008, p. 130). Tendo efeito catalisador, a polêmica gerada pelo retrato da rainha acirrou as disputas acerca das definições de feminilidade, de moral e das distinções de classes e sexualidade.

De maneira clara nos discursos condenatórios percebe-se o temor de uma espécie de feminização do corpo do Estado monárquico, que deveria ser masculino, masculinizante e ter como base a figura do pater família (KANTOROWICZ, 1957, p. 237). É a base própria do modelo de dominação masculina que fornece o modelo para as condenações dos líderes jacobinos para a ação política feminina. Rechaçando essas condenações, porém, o estilo de vestido *chemise* (usado por Maria Antonieta no polêmico retrato), tornou-se a grande tendência adotada pelas mulheres parisienses nas décadas de 1780 e 1790. Os significados do estilo, relacionados à naturalidade e a transparência, em contraposição ao controle e manipulação do estilo tradicional aristocrático, eram formas materiais e visíveis de comentário social, marcando a postura da usuária nas disputas sobre a ação feminina na sociedade.

As condenações dos variados novos estilos de roupas femininas ficam presentes, ademais, no julgamento de Maria Antonieta. No processo público, suas diversas escolhas de roupas e a participação ativa no sistema da moda parisiense foram apresentadas como provas de crime lesa-pátria, relacionando-as ao declínio da moral, com a crise econômica e, sobretudo, com a corrupção das concepções de masculinidade e, por fim, com a condenação da participação feminina na Revolução. Como afirmou Madame de Staël, em 1793, o julgamento e a execução de Maria Antonieta eram lições que deveriam ser observadas por todas as cidadãs francesas e pelo setor da moda (STAËL, 2002, p. 5).

A pretensão das mulheres por presença e ação no domínio público deveria e passaria a ser combatida e rotulada como um comportamento desviante, de forma que fosse relacionado com a imodéstia e à imoralidade da exibição do corpo, da



frivolidade das modas femininas, da corrupção sexual e da temida feminização da política e da sociedade. Todos esses conteúdos discursivos podem ser encontrados nos comentários sobre os novos estilos de vestimenta feminina desenvolvidos, adaptados e adotados na década de 1780, na controvérsia gerada pela Exibição de 1783 e, de maneira institucionalizada, no julgamento de Maria Antonieta e no fechamento, pela Convenção, de grêmios e clubes políticos de mulheres em 1793.

O sistema da moda que se formou, como campo específico com um funcionamento cíclico e uma compreensão autorreferente, nas três décadas finais do século XVIII, de fato, concentrou-se nas mulheres para se estabelecer, se consolidar e funcionar. Todavia, tal campo foi alterado no desenvolvimento da Revolução, sendo reformulado para que suas características mais claras de subversão da dominação masculina sobre os modelos de feminilidade fossem diluídas e controladas pela moral burguesa triunfante, que pretendia instituir a esfera doméstica como única área legítima de atuação das mulheres. Questões relacionadas à moral, à sexualidade, ao corpo e ao papel que as mulheres deveriam desempenhar na França que se construía na Revolução podem ser apreendidas nos acalorados debates sobre a moda, sua função e como ela deveria ser gerenciada na sociedade que se delineava na década de 1780.

De um modo geral, a história do vestuário e da indumentária é abordada pelos historiadores por dois pontos de partida principais e não antagônicos: o da função da roupa e o das mudanças de sensibilidade e costumes que permitem que certas tendências na cultura material relacionadas ao vestir se instaurem. De acordo com Georg Simmel, a moda é um fenômeno da modernidade, que depende dos aprimoramentos tecnológicos e do entendimento de indivíduo peculiar. A moda é assim o ponto de partida para uma análise da sociedade que seja capaz de revelar os significados das práticas sociais de distinção, individual e coletiva, o que permite compreender e historicizar os princípios organizadores e as relações peculiares de uma sociedade por meio dos hábitos indumentários e pelo padrão de consumo dos setores específicos que compõem o setor (SIMMEL, 2005). Indo ao encontro dessa idéia, Daniel Roche entende que é a partir, fundamentalmente, do vestuário, e das práticas e representações que se relacionam com ele, que é possível se entender a ordenação e as transformações da cultura das aparências nos séculos XVII e XVIII. Roche salienta, apoiado na teoria de Norbert Elias, que essa cultura visava consolidar uma regra universal de hierarquização, por meio de distinções indumentárias, que jogavam com mobilidades e estendiam sua influência aos mais diversos setores da sociedade francesa do período monárquico absolutista.

Estendendo essa afirmativa, os hábitos e limites do vestuário são reveladores do fenômeno de sedimentação de modos específicos de sociabilidade, que introduziram na sociedade francesa valores de competitividade conectados à hierarquização social e à exibição dos gastos cortesãos como meio de distinção (ROCHE, 2007, p. 48-50). De acordo com Daniela Calanca:

Ao ouvirmos a palavra moda, evocamos de imediato a atualidade, advinda do embate entre o ‘velho’ e o ‘novo’ - entre presente e passado, entre imobilidade e mobilidade, entre tradição e modernidade. Além disso, o termo alude, imediatamente, à experiência das aparências, que necessita de objetos materiais para se manifestar, sendo então função e conteúdo estético. (CALANCA, 2008, p. 7)

É a partir dessa noção de moda como práticas relacionadas com o vestuário como transmissor de valores e identidades sociais que a historiografia atual lida com os hábitos indumentários das décadas finais do século XVIII. Ou seja, a moda a partir da década de 1770 já se consolidava como fenômeno específico da modernidade, com pretensões de massificação, por meio do consumo, e com entendimento e funcionamento cíclico. Dessa forma, a partir das décadas de 1960-70 ao se debruçarem sobre as práticas indumentárias do período, historiadores e sociólogos não se preocuparam mais em descrever detalhadamente as formas dos trajes e em analisá-los como hábitos compartilhados, em uma análise que vinculada à noção de costumes, tendo seu papel associado à ligação entre privado/individual e social/público. A moda passou, então, a ser interpretada como parte real, prática e material de um sistema e como um campo social específico, com significados passíveis de serem historicizados, vinculados às práticas e inseridos nas disputas por representação social e na cultura material.

Dessa forma, a nova concepção de História Social da Moda, conforme afirma Diana Crane, consolidada nos anos de 1990, analisa os hábitos de vestuário como intrinsecamente relacionados à vida pública e à sociabilidade dos indivíduos e dos grupos que compõem uma sociedade (CRANE, 2006, p. 27). Ou seja, a moda desempenha o papel de manifestar as distinções e alteridades sociais, visíveis nas roupas e adornos, em um sistema fundado na teatralização das relações sociais e na formação e afirmação de identidades, tanto individuais como coletivas. Ao mesmo tempo esse movimento é de dentro para fora e de fora para dentro, sincrônico e diacrônico. Em outras palavras, ocorre no nível do indivíduo e no nível do coletivo; os indivíduos buscam se distinguir dos outros grupos que compõem seu grupo social, ao mesmo tempo os grupos usam as formas de vestimenta e as tendências de vestuário como marcadores e modo de manter a distinção da hierarquia social e de sua dominação. Nas palavras de Frédéric Godart:

Moda engloba na modernidade, ao menos desde metade do século XVIII, e certamente consolidado no XIX, o entendimento de um campo específico, de uma manufatura/indústria do vestuário onde diversos agentes sociais criam objetos materiais a serem consumidos. Os modos de consumo dos indivíduos e grupos, que utilizam o vestir e o se apresentar como definidores de identidades, relaciona-se com esse entendimento. Ao mesmo tempo moda percorre a compreensão de um tipo de mudança social específica. Ou seja, o fenômeno de mudança dos costumes, das escolhas e dos gostos validados coletivamente e hierarquizados. A partir daí, busca-se a massificação pelo uso quase obrigatório para o pertencimento ao sistema social. (GODART, 2011, p. 39-40) (Tradução minha)

Aileen Ribeiro sustenta que a partir de 1770 um novo regime de compreensão, fabricação e consumo de moda consolidava-se (RIBEIRO, 2001, p. 31). Vestuário aqui compreendido como um dos aspectos constituintes dos valores de sensibilidade da linguagem corporal e como esta era percebida e entendida pela sociedade francesa do século XVIII, sobretudo em Paris. Com isso, trajes e hábitos indumentários são considerados meios complexos de sociabilização que, a partir da década de 1770, passaram por mudanças estruturais amplas, relacionadas com o consumo e produção de vestimentas que estabeleciam novas regras e um novo entendimento sistematizado da moda como campo. Neste sentido, a perspectiva geral de Roche aborda a indumentária do século XVIII como capaz de levar o historiador a observar não apenas as diferentes práticas sociais, mas também como essas práticas se estruturam e se misturam entre modos individuais e coletivos de produção, apropriação, consumo, comunicação e representações sociais (ROCHE, 2000, p. 282-285).

Sobre as transformações de estilos de roupas e ornamentação na segunda metade do século XVIII muito já foi publicado. A obra de Madeline Delpierre me serve de guia, pois explora não apenas as diversas inovações estilísticas de roupas e adornos, descrevendo-as em detalhes, mas, sobretudo, alguns significados contidos nelas. Interpretando a moda como campo peculiar de sociabilidade, para além de produção e consumo na esteira da proposta de Simmel e Roche, Delpierre centra sua análise nos impactos gerados pelos usos de certos trajes e quais as disputas sociais relacionadas a eles. Kimberly Chrisman-Campbell segue a mesma direção de Delpierre, porém realiza um exame específico sobre as representações dos novos estilos presentes nas gravuras do almanaque *Galerie des Modes*, em quadros e retratos. Mais importante, a autora desenvolve uma análise sobre a formação e consolidação da guilda das *marchandes des modes* e de grupos sociais parisienses que seguiam e consumiam as inovações criadas por elas (CHRISMAN-CAMPBELL, 2015).

Ademais, a relação entre moralidade e moda, entre discursos que legitimassem ou condenassem certas práticas e estilos de roupa, é proposto, em linhas gerais, por Aileen Ribeiro. Ela demonstra como a moda funciona, de várias maneiras e em diversos períodos, como um veículo de retidão moral ou de subversão, como expressões de sexualidade, classe e status social que podem se conformar com as definições morais de um período ou combatê-las (RIBEIRO, 2003, p. 13). Seguindo essa proposta, entendemos os inovadores estilos de vestimenta feminina do século XVIII como tentativas de reformulação dos modelos de feminilidade, sendo reveladores das disputas sociais de gênero em relação à atuação política pública, por vezes sutis ou flagrantemente desafiadoras.

Em relação à ligação entre a ordem social e a presença feminina ao longo do século XVIII, a bibliografia se mostra mais evasiva, sendo pontuada por grande quantidade de trabalhos acerca da ação da realeza e aristocracia (sobretudo de Maria Antonieta e seu entourage) e pouca produção específica sobre a ação político-cultural das parisienses na segunda metade do século XVIII e no próprio eclodir da Revolução. David Garrioch sugere que as mulheres passaram a reivindicar e a atuar na esfera

pública, não mais apenas como figuras proeminentes da vida cultural, mas buscando se legitimar como agentes sociais e políticos influentes, ainda que por meio de canais não oficiais e no meio local, bairros, vizinhanças, *faubourgs*, etc (GARRIOCH, 1999, p. 245). Neste sentido, Joan Landes defende a tese de que os medos e preocupações acerca da atuação social feminina e da presença do corpo das mulheres na esfera pública cresceram a ponto de formarem uma verdadeira ansiedade sistêmica, mais presente e mobilizada entre os setores das diversas lideranças revolucionárias do que entre a elite aristocrática (LANDES, 1988, p. 93). Esses pontos foram muito bem articulados pelos líderes jacobinos da Convenção ao excluïrem as mulheres de qualquer participação política oficial e institucional nos decretos da Convenção Nacional de 1794.

O medo central, de acordo com Lynn Hunt, era que “a sexualidade das mulheres, quando operada na esfera pública por meio da dissimulação, ameaçava efeminar os homens – ou seja, literalmente transformando os corpos dos homens e, junto, o corpo do Estado (HUNT, 2003, p 121-122) (tradução minha).” Neste sentido, o trabalho de Jennifer Jones também me auxilia como guia, sobretudo por desenvolver uma análise direcionada à relação das mulheres com as transformações de vestuário no período, centrada, sobretudo, no comércio de bens indumentários, para argumentar como a moda se tornava cada vez mais conceituada e entendida como feminina e afeminada (JONES, 2004, p. 9).

A historiografia acerca da ação política das mulheres nos primeiros atos revolucionários é mais desafiadora. Isso porque ela tende primariamente a descrever a natureza e a extensão do envolvimento feminino, ao invés de tentar explicá-lo, como afirma Garrioch. O segundo fator para se negligenciar a ação feminina no eclodir da Revolução é que a maior parte dos estudiosos centram suas análises sobre o tema no surgimento apenas abolição dos clubes e grêmios femininos em 1793-1794, ignorando tanto seus antecedentes e ações e participações sociais e políticas não institucionalizadas. Essas preocupações encorajaram a aceitação de explicações generalistas sobre o envolvimento popular em 1789, sobretudo aquelas consolidadas e tributárias de George Rudé e Georges Lefebvre, de que a população que se insurgiu estaria simplesmente sendo manobrada pelas elites burguesas de Paris, interessadas em expandir seus capitais por meio da industrialização (RUDÉ, 1957) (LEFEBVRE, 2019). Contrapondo-se a essas perspectiva estruturalistas canônicas, Darline Levy e Harriet Applewhite são as únicas que de fato insistem que as ações das mulheres parisienses do século XVIII:

[...] demonstram motivações sociais, consciência política e uma peculiar habilidade de organização política; as parisienses entendiam muito bem como o poder hegemônico operava para afetar suas vidas e sabiam manobrá-lo e agir contra ele de maneiras não institucionalizadas as mais diversas. (APPLEWHITE; LEVY, 1984, p. 104) (Tradução minha)

Applewhite e Levy sugerem que o desenvolvimento de um Estado centralizador

e o fracasso da monarquia absolutista em dialogar com as demandas do Terceiro Estado, majoritariamente urbano no fim do século XVIII, ampliaram as pressões sobre as “mulheres comuns” e que esses fatores contribuíram para uma politização orgânica, presente nas aparências adotadas por essas mulheres (APPLEWHITE; LEVY, 1993). Dominique Godineau, preocupada sobretudo com a participação feminina como movimento popular organizado de 1792 a 1794, coloca mais ênfase no trabalho que as mulheres desempenhavam. Ela afirma que a participação política era mais marcante entre as mulheres envolvidas com ofícios artesanais-manufatureiros e que, portanto, detinham uma tradição de organização política formal. E esses ofícios relacionavam-se, predominantemente com a produção de bens indumentários. Godineau, além disso, enfatiza o aumento da consciência política nas oficinas de fiação e bordados, criadas a partir de 1788 para gerar empregos para mulheres pobres, mas também salienta a experiência da industrialização durante e depois da Revolução (GODINEAU, 1988, p. 89-95). Os trabalhos de Applewhite e Levy, aliados ao de Godineau, tentam, assim, buscar explicar a ação feminina revolucionária em geral, não exclusivamente em uma análise explicativa das peculiaridades dos campos específicos de atuação das parisienses, incluindo o setor da moda.

Na sociedade francesa do século XVIII, portanto, onde a questão da disciplina e controle dos corpos, especialmente sua exibição, tinha tamanha importância, a moda cumpria, assim, uma importante função reguladora de classe e, também, de papéis de gênero. De acordo com Roche, o entendimento sobre si dos indivíduos da sociedade francesa nas vésperas da Revolução era, sobretudo, “instrumentalizado exteriormente e socialmente transformado por meio de uma geração de identidade indumentária (ROCHE, 2004, p. 245)”. Portanto, maneiras inapropriadas de se vestir, como aponta Chantal Thomas, não apenas revelavam a subversão dos princípios morais de suas usuárias, mas também podiam inspirá-los e a outras pessoas (THOMAS, 1999, p. 83).

O conjunto inicial que formam as fontes primárias são, então, os discursos acerca do sistema da moda que se formava e consolidava na década de 1780. A própria moda nem sempre significou a mesma coisa no período da monarquia Bourbon. No começo do Setecentos, seu entendimento era ainda tributário da tradição das elites aristocráticas, ou seja, designava o hábito, o conformismo dos usos e dos modos de vestir e se apresentar, garantindo a distinção, sendo uma forma de caracterizar as hierarquias sociais e suas disputas, ao mesmo tempo fixas e móveis. A partir da segunda metade do século, uma nova compreensão passou a se estabelecer e a ser difundida: a moda agora era a busca pelas novidades, pela inovação dos feitios e conteúdos estéticos, sendo forma e aparência. Ela passou, paulatinamente, a ser compreendida em si mesma, como um sistema que se auto-alimentava, dispersa em grande parte da função tradicional de distinção social, onde uma tendência substituíra a outra quando essa era considerada obsoleta por perder seu valor de exclusividade e distinção (CALANCA, 2008, p. 37).

Os debates, discussões e polêmicas pela definição do que era e do que deveria

ser a moda podem ser encontrados em comentários variados, contidos em jornais como o *Mercur de France*, que circulou de 1724 a 1791. Nele diversos comentaristas, alguns anônimos e outros bastante conhecidos como Diderot, Madame Geoffrin, Madame de Staël e até mesmo Voltaire, tentaram definir o que era a moda e o sua função na sociedade francesa do período. O centro desse primeiro *corpus* de fontes é, todavia, as revistas *Cabinet des Modes e Magasin des modes nouvelles*, editadas por Lebrun Tossa de 1785 a 1793. Nas duas publicações as condenações sobre as modas e seu sistema são resumidas e rebatidas com ênfase, defendendo não apenas seu florescimento, mas sua função social e, também, a centralização do setor no trabalho e na ação feminina.

Como fontes secundárias, a publicação *Tableau de Paris* de Sebastian Mercier é monumental em relação a essa mudança na disposição do entendimento e do sentido mesmo do que a moda representava. Comentarista articulado e mordaz das transformações sociais amplas que se sucediam em Paris e em Versalhes, Mercier se debruçou sobre os mais diversos aspectos da vida e da sociabilidade diária da cidade, comentando os mais diversos temas. Entre eles as práticas e mudanças nos estilos de vestimenta e apresentação pessoal feminina, além da participação geral feminina na esfera pública. Algumas memórias de figuras célebres do período, sobretudo as de Madame Campan, Madame de Genlis, da pintora Elisabeth Vigée LeBrun, da Baronesa d'Oberkirch, do Conde de Ségur e da Marquesa de La Tour du Pin. Tais memórias e escritos são marcados pela dubiedade e saudosismo típicos dos *émigrés*, ilustrando, de maneira peculiar, por vezes as condenações, por vezes a defesa, das mudanças e transformações das práticas de vestuário e apresentação pessoal, além da busca das mulheres por ação na esfera pública.

O exame combinado desses modos discursivos pode permitir a análise de como as transformações indumentárias e o estabelecimento de uma compreensão e funcionamento inédito e sistematizado da moda se interligavam com as demandas femininas por maior espaço de ação político-cultural. Principalmente, abrem possibilidades para uma investigação das relações das novas tendências de roupas com as disputas por definição da ação feminina legítima. Por fim, todas essas fontes nos permitem a análise de como modalidades discursivas que vincularam definições de moda e feminilidade a questões morais, de classe e de sexualidade se fizeram presentes nos desdobramentos da Revolução Francesa.

Das oficinas, manufaturas e lojas de Paris aos salões dourados de Versalhes, venho tentando na pesquisa, ainda em execução, entender como a população parisiense discutia e disputava o significado de moda, sexo e gênero. Descubro cada vez mais que havia tanto desacordos quanto acordos e não uma postura única e unificada sobre a formação do que a *Cabinet des Modes* chamou em 1785 de “um novo regime das aparências.” Nos primeiros anos caóticos da Revolução, ou seja, de 1789 e até 1794, o discurso condenatório sobre a moda parece ter vencido, atrelando o campo aos excessos de individualidade, de frivolidade e de efeminização da sociedade como um todo. Ainda que relacionando as exigências econômicas, estéticas e políticas da nova

“sociedade do gosto” republicano, muitas questões práticas e teóricas sobre as disputas de presença e ação feminina legítima, no mercado e na política, continuaram tensionadas. A cultura comercial da moda baseada no gênero que emergiu na década de 1780 parece ter estabelecido, de certa maneira, as bases para a cultura comercial e para a noção de espaço privado e de economia doméstica como espaço legítimo de atuação feminina do século XIX. Para tal, os perigos advindos do uso do campo da moda como espaço peculiar e privilegiado de atuação feminina precisou ser esvaziado de suas práticas e significados mais subversivos. Assim, as mulheres acabaram, depois de 1794, relegadas ao papel de musas, como idealizações tanto para o setor da moda como para a própria construção da nova Nação republicana. Para capturar a realidade complexa da cultura da moda do final do Setecentos parisiense, é necessário reconhecer que, ao longo da década de 1780, a moda se tornou claramente sexuada e baseada no trabalho, criação, consumo e patrocínio das mulheres e que, em última análise, a própria noção de moda estava em constante disputa. Da sociedade de corte do começo do século à sociedade urbana e comercial do final, a moda dirigida pelas mulheres pode ter enlouquecido os perplexo contemporâneos, mas é justamente sua natureza instável, inconstante, em constante mutação e de difícil definição e direção que a tornou tão útil como parte de fortalecimento da agência por definição e legitimação político-social das parisienses.

## Referências

### Fontes:

*Batiments du Roi. Réglements pour leur administration...* 1776. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b86151637> (Acessado em fevereiro de 2021)  
STAËL, Germaine de. *Réflexions sur le procès de la Reine*. Paris: Éditions du Boucher, 2002.

### Bibliografia:

APPLEWHITE, Harriet B. LEVY, Darline G. *Woman, democracy and revolution in Paris, 1789-1794*. In.:

SPENCER, Samia I. (org.) *French women and the age of Enlightenment*. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

APPLEWHITE, Harriet B. LEVY, Darline G. *Women and militant citizenship in revolutionary Paris*. In.: MELZER, Sara E. RABINE, Leslie W. (orgs.) *Rebel daughters: women and the French Revolution*. New Heaven: Yale University Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. *Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la magie*. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, vol. 1, n°1, p. 7-36, jan. 1975.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHRISMAN-CAMPBELL, Kimberly. *Fashion victims: dress in the court of Louis XVI and Marie Antoinette*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2015

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidades das roupas*. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

DELPIERRE, Madeline. *Dress in France in the Eighteenth-century*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1997.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, vol.1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARGE, Arlette; REVEL, Jacques. *Logiques de la foule: l'affaire des enlèvements d'enfants, Paris 1750*. Paris: Hachette, 1988.



- FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris. Éditions du Seuil, 1997.
- JONES, Jennifer M. *Sexing la mode: gender, fashion, and commercial culture in Old Regime France*. Oxford: Berg Publishers, 2004.
- LANDES, Joan B. *Women and the public sphere in the age of the French Revolution*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- LEFEBVRE, Georges. 1789, o surgimento da Revolução Francesa. São Paulo: Paz&Terra, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *A palavra e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GARRIOCH, David. *The everyday lives of Parisian woman and the October days of 1789*. Social History, vol. 24, no 3, p. 231-249, Abingdon, outubro de 1999.
- GODART, Frédéric. *Penser la mode*. Paris: Ed. Institut français de la mode, 2011.
- GODINEAU, Dominique. *Citoyennes tricoteuses: les femmes du peuple à Paris pendant la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1988.
- HUNT, Lynn. *The many bodies of Marie Antoinette: political pornography and the problem of feminine in the French Revolution*. In.: GOODMAN, Dena. (Org.) *Marie-Antoinette: writing on the body of a queen*. Nova York: Reutledge, 2003.
- LEMIRE, Beverly. *Dress, culture and commerce: the English clothing trade before the factory, 1660-1800*. Londres: MacMillan Press, 1997.
- LILTI, Antoine. *Le monde des salons: sociabilité et mondanité à Paris au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 2005.
- RIBEIRO, Aileen. *Dress in eighteenth-century Europe (1715-1789)*. Londres: Yale University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Dress and morality*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.
- RUDÉ, George. *The crowd in the French Revolution*. Oxford: Oxford Press, 1959.
- SONTAG, Susan. *Writing itself: on Roland Barthes*. In.: SONTAG, Susan. (Org.) *A Barthes reader*. Londres: Jonathan Cape, 1982
- SIMMEL, Georg. *Da psicologia da moda: um estudo sociológico*. (1905) In: SOUZA, Jessé. OELZE, Berthold (orgs). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 2005.

THOMAS, Chantal. *The wicked queen: the origins of the myth of Marie Antoinette*.  
Nova York: ZoneBooks, 1999.

# Costureiras e vendedoras: histórias entrelaçadas (Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX)

*Laura Junqueira de Mello Reis*<sup>11</sup>

## Introdução

Chegada à véspera do dia aprazado, veio o rico vestido, que a todos agradou, menos a menina, porque ouvindo dizer que fora feito por sua patricia, derramou copiosas lágrimas, gritando em altas vozes – não quero vestidos sem serem feitos por modistas francesas! (O SIMPLICIO, 1831, p. 10)<sup>12</sup> (grifo nosso).

Publicado no *Simplicio* em 1831 a história contada no jornal relata a insatisfação de uma menina quando percebeu que o vestido que iria usar em seu casamento havia sido feito por uma modista brasileira e não francesa. A França, em meados do século XIX, era a grande inspiração de civilidade e beleza para o Brasil (RAINHO, 2002), não à toa as senhoras francesas que migravam para nossa região nas Américas possuíam uma credibilidade quanto a produção de vestuário e adornos dignas do capital simbólico (BOURDIEU, 1989) que as revestia. Havia, conforme percebemos, uma grande quantidade de lojas francesas, em detrimento de outras nacionalidades; alguns viajantes apontaram esse fato, conforme o relato de Maria Graham: “Em geral, os ingleses aqui vendem as suas mercadorias em grosso a retalhistas nativos ou franceses. Os últimos têm muitas lojas de fazendas, armarinho e modistas.” (1956, p. 210).

Entretanto, no decorrer da nossa pesquisa, alguns questionamentos começaram a nos inquietar. Afinal, seriam mesmos tais vestidos feitos pelas modistas francesas? Quem de fato se ocupava em fazer esses vestidos e, como dizemos hoje em dia, colocavam a “mão na massa”? Quem eram as costureiras das Casas de Moda? Qual era a inserção das mulheres escravizadas e quais tipos de trabalhos elas exerciam? Havia uma diferença entre as modistas e as costureiras? Quem eram as vendedoras nessas lojas? Essas foram algumas perguntas que nos surgiram ao longo do processo de desenvolvimento do nosso trabalho de doutoramento e que buscamos compartilhar e responder, ou ao menos deslindar alguns pontos, nesse artigo.

O trabalho com as costuras foi socialmente aceito como feminino e ainda é visto como um ofício estritamente relacionado às mulheres, com exceção da figura

11 Doutoranda em história política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora integrante do Redes (UERJ) e associada ao Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada e mestre em história na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos da História da Moda e Indumentária (NEHMI). E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5883661754436806>

12 Esse trecho ainda aborda a relação que foi se estabelecendo ao longo do século XIX entre as modistas francesas e as modistas brasileiras; entretanto, deixamos essa discussão para ser tratada em um próximo artigo. Importante ainda ressaltamos que optamos por atualizar a grafia dos trechos transcritos a fim de que proporcionasse ao/a leitor/a uma leitura mais fluída.

do alfaiate. Esse campo de trabalho foi se delineando ao longo do século XIX e colocando as mulheres como principais mestras. As costuras eram vistas, conforme observou Monteleone, como “parte da natureza feminina” (2019, p.7)<sup>13</sup>. Assim, as mulheres eram desde donas das Casas de Moda, passando pela atividade das modistas, até as costureiras, rendeiras, bordadeiras e vendedoras. Evidentemente, o ofício a ser realizado se modificava de acordo com a classe e a raça das mulheres aos quais estamos tratando. Além disso, não podemos nos esquecer dos negociantes homens que também possuíam Casas de Moda. Não obstante, ainda era um universo de trabalho, sobretudo, feminino.

Para entendermos as questões colocadas anteriormente buscaremos analisar como fontes de pesquisa os anúncios apresentados nos principais jornais da época; assim como os registros de entrada e saída de estrangeiros presentes no Arquivo Nacional (A.N.R.J.) onde poderemos averiguar a venda de escravizados por franceses/as envolvidos com negócios no campo da moda e que estavam de saída do país. A partir da compra e venda verificamos um fluxo entre as Casas de Moda e a relação constituída com as escravizadas que sabiam “coser com perfeição”. No mais, ainda que não utilizemos profundamente dos relatos de viajantes como fontes de pesquisa, acabamos por inserir, nesse artigo, algumas percepções presentes nos relatos de De-bret (1835), Maria Graham (1956) e Adèle Toussaint Samson (apud LEITE, 1984).

Os anúncios de venda e/ou aluguel de escravizados que exerciam atividades relacionadas ao universo das costuras como fontes de pesquisa não são, exatamente, uma novidade na historiografia (FREYRE, 1979; CINTRA, 2018)<sup>14</sup>. Entretanto, pretendemos percebê-los sob outro prisma, destacando a importância da mão de obra

13 Aparece aqui então a ideia de vocação, como se as mulheres tivessem “nascido para trabalhar com as costuras.” Pierre Bourdieu, em sua obra “A dominação masculina” contesta essa ideia de naturalidade e demonstra como essa noção é traduzida em apenas uma das formas de violência simbólica, de restringir as mulheres a espaços ditos como “femininos” e de docilidade. Bourdieu discute, ainda que rapidamente, nesse mesmo texto, sobre a maneira como a “feminilização de uma profissão reduz sua desejabilidade e prestígio” o que nos remota a questão de costureiras mulheres X estilistas homens; que ainda que não seja uma realidade no Brasil do Oitocentos, torna-se ao longo dos anos. No final de sua obra, Bourdieu afirma que serviços como de costura foram confiados às mulheres como “uma simples extensão de seus papéis tradicionais”, o que nos faz refletir sobre como o conceito de feminilidade age de forma diferente quando pensamos em mulheres de raça e classe distintas, considerando que às mulheres negras esses papéis de feminilidade não eram os mesmos que os ofertados às mulheres brancas. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kuhner. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

14 O uso das mesmas fontes em diferentes trabalhos historiográficos nos permitem perceber que olhar para esses documentos com outras perspectivas e questionamentos nos viabiliza enxergarmos relações antes não observadas. A título de exemplo podemos citar o trabalho de Camillia Cowling (2018) que através das mesmas fontes utilizadas por Sidney Chalhoub (1990) percebeu um universo de relações entre mulheres escravizadas que não foram aprofundadas no trabalho de Chalhoub. CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. COWLING, Camillia. Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. Posto isso, ainda que Freyre não utilize as mesmas fontes que nós, já que trabalha com os anúncios publicados em Recife, seu trabalho emprega o mesmo modelo de fontes documentais; enquanto Cintra, de fato, trabalha, em parte, com os anúncios publicados no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

escravizada e a influência significativa de seus saberes na configuração do mercado da moda.<sup>15</sup>

Além disso, buscamos sob uma ótica interseccional, tal qual algumas pesquisadoras contemporâneas, perceber a troca que havia dentre as costureiras que eram, em suma, uma pluralidade de mulheres, sendo tanto trabalhadoras livres, como escravizadas. Vamos, portanto, problematizar algumas ideias existentes no próprio século XIX, onde colocava-se o trabalho das costureiras como mais “mecanizado” que as atividades exercidas pelas modistas (SILVA, 1858).

Dito isso, esse artigo tem como objetivo entender quem eram essas mulheres, delinear a importância que elas tiveram no desenvolvimento das Casas de Moda, estabelecimentos que eram potentes forças econômicas de um local que acabara de sair da condição de colônia para tornar-se, de fato, um país independente. À essas mulheres foram relegados, na maioria das vezes, os fundos dos estabelecimentos; havia, entretanto, exceções. No decorrer do texto abordaremos mais profundamente essas questões.

Partimos, portanto, de uma perspectiva que busca colocar essas mulheres como agentes de sua própria história e como agentes significativamente políticos. Afinal, participar ativamente da sociedade enquanto *corpus* trabalhadores no campo da moda, adquirindo certas habilidades e compartilhando um universo econômico particular do mundo dos vestuários, não é uma participação política? Seguindo os preceitos propostos pela pesquisadora Silvana Barbosa (2020), ao buscar definir o conceito de história social da política, podemos afirmar que sim, já que a pesquisadora propõe que ao pensarmos temas políticos devemos também refletir sobre “as pessoas que o põem em prática” (2020, p. 09).

Além disso, nos guiando ainda por uma perspectiva que coloca essas sujeitas, como gostamos de chamar, como agentes partícipes, nossa análise também é pautada sob uma ótica que entende as particularidades entre gênero, classe e raça (GONZALEZ, 2020; hooks, 2020). Posto isso, trabalhos como de Lélia Gonzalez (2020) são fundamentais em nossa análise. Ainda que Gonzalez não tenha se auto definido sob nenhuma teoria em específico buscava perceber as nuances do Brasil a partir do próprio Brasil.

Assim, o conceito de interseccionalidade nos auxiliou na maneira como encaramos as nossas fontes, recortando-as a partir dos mecanismos postos nas teorias. Nos ajudou a pensarmos de que maneira essas mulheres se utilizavam da própria funcionalidade da sociedade em que estavam inseridas para que pudessem adquirir e desen-

15 É preciso, além de tudo, muito cuidado ao lidar com os trabalhos de Gilberto Freyre já que esse pensador das primeiras décadas do século passado foi um dos responsáveis por difundir a ideia de que, no Brasil, vivíamos uma espécie de “democracia racial”, concepção que fora brilhantemente contestada por Lélia Gonzalez em muitos dos seus artigos. Um dos artigos que Gonzalez crítica a suposta democracia racial brasileira é “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” onde a partir do conceito de uma “ideologia do branqueamento” e de “democracia racial brasileira” a autora expõe como essas concepções foram prejudiciais para a população negra, em especial para as mulheres negras. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino americano. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 25 – 44.

volver determinadas habilidades e como essas demandas eram colocadas de forma distintas a depender da raça e classe das mulheres estudadas. Além disso, refletirmos o quanto o trabalho dessas mulheres era necessário dentro do mercado da moda fluminense oitocentista, nos remetendo ao que Françoise Vergès elenca como: “o status de pessoa supérflua das mulheres negras associa-se a uma existência necessária, eia aí todo o paradoxo aparente das vidas necessárias e invisibilidades.” (2020, p. 20).

Destacamos, por fim, que o/a leitor/a perceberá que ao longo do texto há uma variada gama de citações transcritas dos principais jornais do período, isso porque optamos por proporcionar uma leitura que nos remetesse aos escritos da época a fim de que entendêssemos a forma como as informações eram dispostas nos anúncios publicados nos periódicos analisados.

### Costureiras e vendedoras escravizadas

As escravizadas costuravam as roupas de seus senhores antes mesmo da popularidade das Casas de Moda no Rio de Janeiro. Em 1815, por exemplo, Adèle Tousseint-Samson escreveu, em seu diário de viagens para o Brasil, que “as senhoras dão tarefa de costuras as *mulatas*, pois quase todos os vestidos das crianças, do dono e da dona de casa são cortados e cosidos em casa.” (TOUSSAINT-SAMSON, apud, LEITE, 1984, p. 44)<sup>16</sup>. Esse papel de costureira dentro dos lares dos senhores era realizado, em grande parte das vezes, pelas escravizadas conhecidas como *mucamas*<sup>17</sup>. Assim, percebemos que essa *cultura da costura* entre as escravizadas já era existente quando desembarcaram no Brasil uma série de francesas dispostas a inaugurar, na corte, *boutiques* de moda.

A abertura dessas Casas de Moda que eram comandadas, no geral, por uma população oriunda do país francófono, ocorreu partir de 1816 quando muitos franceses desembarcaram no Brasil<sup>18</sup>; dentre eles estavam presentes algumas modistas que começaram a inaugurar, em finais da década de 1810 e começo do decênio seguinte, as famosas Casas de Moda das francesas. Essas francesas empregavam uma variada

16 Importante ressaltar que a palavra mulata, comum à época do escrito de Adèle, atualmente encontra-se em desuso e possui, em seu cerne, um cunho racista. Em sua coluna para Elle, publicada em junho de 2020, Hanyará Negreiros nos alerta sobre esse fato. NEGREIROS, Hanayrá. Por outras histórias da (e na) moda. Disponível em: <https://elle.com.br/colunistas/por-outras-historias-da-e-na-moda>. Acessado 29/09/2021.

17 É urgente problematizarmos o uso do termo mucama. Assim como o conceito de mulata, exposto da nota anterior, o termo mucama nos remete as mulheres negras escravizadas durante o Brasil colônia e império e que exerciam todas as funções de uma casa, desde lavar, cozinhar, até o trabalho das costuras. Lélia Gonzalez afirma que, acima de tudo, as mucamas também serviam sexualmente aos seus senhores e, além disso, cuidavam das crianças da casa originando a figura da “mãe preta”. Para saber mais sobre isso recomendamos o artigo “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica.” GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino americano. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49 – 64.

18 A vinda dos franceses para o Brasil a partir de 1816 está diretamente relacionada a queda de Napoleão Bonaparte e a restauração da Dinastia Bourbon. Ao momento que os Bourbons voltaram ao poder, as relações entre Portugal e França foram retomadas e por isso a imigração de franceses para o Brasil aumentou significativamente.

gama de mulheres e também utilizavam o trabalho das mulheres escravizadas.

Desse momento em diante muitas escravizadas passaram a trabalhar com as francesas, tanto como vendedoras como quanto costureiras. As costureiras, possuidoras do que os anunciantes chamavam de uma habilidade “perfeita”, exerciam uma atividade, aparentemente, mais semelhante a das modistas, já que ambas trabalhavam com a produção das indumentárias.

Contudo havia uma evidente distinção social entre ambas as ocupações, as modistas ocupavam um nível social mais elevado, enquanto às costureiras era relegado espaços inferiores. Não foi sem fundamento, por exemplo, que ao negociar uma de suas escravizadas, um anunciante do jornal *Diário do Rio de Janeiro* teria se referido a ela da seguinte forma:

Alugam-se duas pretas com a condição de não saírem a rua, *uma completamente costureira, até modista*, a outra cozinha o trivial, e faz todo o serviço de uma casa de porta dentro, e ambas de ótima conduta, na rua nova de S. Francisco da Prainha nº27, 1º sobrado, de manhã até as 9 horas, e de tarde de 2 às 5. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1842, p. 04) (grifo nosso).

Notemos que o anunciante, cuja identidade não sabemos, refere-se a uma das escravizadas que aluga como “completamente costureira, até modista.” Verificamos então que o anunciante colocou essa escravizada em outro nível de “habilidade”, que teoricamente não seria alcançado por uma costureira que não exercesse o ofício de modista. A diferença entre ambas atividades pode ser considerada a partir de meios tanto legais e conceituais, quanto sociais<sup>19</sup>. Vejamos, a seguir, a distinção encontrada em um famoso dicionário da época.

Segundo o dicionário de Antônio Morais e Silva a definição de costureira era: “mulher que sabe de costura e que a exerce por ofício. Alfaiata de modas de mulher”. (SILVA, 1858, p. 626) E modista: “mais ordinariamente usado no feminino. Pessoa que tem por ofício fazer vestidos, chapéus, e em geral todos objetos pertencentes ao vestuário de uma senhora, seguindo a moda, no corte e feito desses objetos”. (SILVA, 1858, p. 383). De acordo com o historiador francês Daniel Roche a principal diferença entre os trabalhos era que “as modistas não se envolviam diretamente na manufatura de artigos, que continuaram a ser produzidos por outras corporações de artesãos; não se envolviam, mas o embelezavam”. (ROCHE, 2007, p. 313).

Logo, o trabalho das costureiras era colocado como aquela que fazia as modas de mulher, ou seja, os vestidos e demais itens da indumentária utilizadas pelas mulheres. Enquanto as modistas seriam aquelas que seguiam as instruções da moda e por isso cortavam e faziam os vestuários e adornos com base no que estava em moda naquela estação e refletindo a respeito do que era colocado nas principais seções de

19 Para saber mais sobre essa distinção a partir dos meios legais ver um artigo elaborado por mim: REIS, Laura. “Encarrega-se de fazer tudo que encomendar a moda”: o trabalho das modistas e costureiras (Rio de Janeiro, 1815 – 1840). Anais 31ª ANPUH: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628717588\\_ARQUIVO\\_3aa95c780a9aaa4f850c9c30cc9fe0ba.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628717588_ARQUIVO_3aa95c780a9aaa4f850c9c30cc9fe0ba.pdf). Acessado 30/09/2021.

moda dos jornais do período, assim como algumas delas mantinham contato com Casas de moda de Paris. Desse modo, muitas vezes as costureiras trabalhavam para as modistas nas tais Casas de Moda mencionadas anteriormente. Conforme veremos através dos exemplos transcritos as costureiras fariam o trabalho manual mais penoso para a produção da indumentária desses empreendimentos.

Além de suas habilidades manuais os anúncios também destacavam as características físicas das mulheres escravizadas. Para trabalharem como vendedoras das Casas de Modas era fundamental que essas mulheres fossem “bonitas figuras” ou tivessem “boa comportamento” conforme colocado nos anúncios<sup>20</sup>. A relação entre os atributos físicos dessas mulheres escravizadas que estariam aptas ao trabalho com a venda de vestuários e adornos pode ser exemplificada a partir do anúncio transcrito a seguir:

Vende-se na rua dos ferradores nº134, uma linda parda de idade 24 anos, com uma filha de 6 anos: a parda cozinha, engoma, lava, cose, corta vestidos para as Sras. com toda a perfeição e outras muitas obras; e está muito própria para modistas da rua do Ouvidor, por ser de bonita figura, e ter ricas prendas e bom comportamento. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1837, p. 04) (grifo nosso).

Notemos que a escravizada foi colocada como própria para modistas por ser de “bonita figura” e uma “linda parda”, além de saber lidar bem com o trabalho das linhas e agulhas. No mais, frisa-se também o seu bom comportamento, o que de certo atrairia os compradores que se dirigiriam para a casa na rua dos Ferradores nº 134. Essa mulher, no caso, sabia de costuras, além de lavar e engomar; entretanto, considerando que o anúncio destacava suas características físicas como belas, não podemos descartar a ideia que ela também poderia exercer o ofício de vendedora de uma Casa de modas.

As escravizadas que eram colocadas na função de vendedoras muitas vezes saíam para comercializar as fazendas vendidas nas Casas de Moda “rua à fora.” A seguir citaremos exemplos de escravizados que fugiram das Casas de Moda que trabalhavam e como essa fuga pode afetar diretamente o funcionamento desses estabelecimentos, levando as francesas a procurarem por seus escravizados anos a fio.

Joaquina, mulher negra, escravizada, angolana<sup>21</sup> fugiu em setembro de 1828 da

20 A relação entre a beleza das mulheres negras e “pardas”, conforme colocado no anúncio transcrito, podem ser melhor entendidas quando lido o artigo “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica” de autoria de Lélia Gonzalez. Nele, Gonzalez faz uma referência a questão das “boas aparências” colocadas nos anúncios dos jornais ao longo do século XX e como isso remetia a procura por empregados brancos. Além disso, também propõe a objetificação da mulher negra a partir da figura da mulata pela sociedade brasileira que ainda é, e sempre foi, em seu cerne, racista e patriarcal. Conseguimos então perceber que a ideia de beleza ligada as mulheres vendedoras das Casas de Moda oitocentista estão intimamente relacionadas a objetificação dessas mulheres. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino americano. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49 – 64.

21 Ou, ao menos, proveniente do porto de Benguela, na Angola.



Casa de Modas de Mme. Guieu. Guieu, mulher branca, era modista francesa e disputava um espaço na região central do Rio de Janeiro no período trabalhado, como as muitas que possuíam um comércio nesse entorno. Com Casa na rua do Ouvidor nº 102 certamente tinha um assíduo público consumidor de seus vestidos, chapéus e fazendas que eram importados da Europa.

Joaquina não trabalhava, à época de sua fuga, como costureira. E sim, como vendedora. Como dito anteriormente às escravizadas que eram vendidas ou alugadas como vendedoras, acresciam características físicas ou anunciavam-se como “muito bonitas”. Acreditamos, portanto, que Joaquina era portadora de atributos físicos que agradavam a sociedade da época.

Observemos o anúncio feito por Guieu em busca de Joaquina:

No dia 20 do corrente fugiu de Mme. Guieu, moradora da rua do Ouvidor nº102, uma preta de nação Benguela, por nome de Joaquina, a qual há tempo andava vendendo fazenda, e por já ter fugido uma vez, achava-se com um gancho de ferro no pescoço, quem dela ter notícia ou levar a sua Sra. moradora na dita acima, de frente ao beco da rua nova do Ouvidor, que será bem recompensado. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1828, p. 03).

Sabemos que Joaquina vendia fazendas para Mme. Guieu, conforme mencionamos anteriormente, entretanto não significa que a mesma não tinha conhecimento da atividade de costuras. Além disso, verificamos que essa não era a primeira tentativa de fuga de Joaquina. Contudo, parece ter sido a última, já que, até dois anos posteriores ao anúncio mencionado, Joaquina ainda não tinha sido encontrada. Em 1830, Mme. Guieu recorreu novamente ao mesmo periódico em busca de sua escravizada:

A Mme. Guieu, rua do Ouvidor, fugiu-lhe uma negrinha de nome Joaquina, nação Benguela, a qual é antiga em vender modas, e já andou há pouco tempo com um ferro no pé; quem dela der notícia, ou a levar a dita rua casa nº100, será bem recompensado o seu trabalho. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1830, p. 04)

Podemos inferir, portanto, o quão fundamental Joaquina era para o desenvolvimento do comércio de Mme. Guieu. Evidentemente, Guieu tinha, além de tudo, razões financeiras para continuar as buscas por Joaquina; mas não podemos desconsiderar a importância do trabalho da mesma para a Casa de Moda situada na rua do Ouvidor no número 102.

Ainda nesse mesmo seguimento, falemos de outro escravizado fugitivo de Mme. Guieu, o Antônio. Embora a maior parte dos trabalhadores nas Casas de Moda fossem as mulheres, existiam também funções ocupadas por homens, como era o caso da atividade de vendedores. Antônio exercia exatamente essa função. No anúncio transcrito abaixo é possível percebermos alguns dados sobre ele,

Fugiu de casa de Md. Guieu, no dia 08 do corrente às 10 horas da manhã um preto de nação Cabinda, por nome Antônio, que costumava vender em uma caixa de folha fazendas e

sapatos franceses, levou vestido, calça branca, e jaqueta de riscadinho roxo claro, quem o prender queira leva-lo à casa nº 100, rua do Ouvidor, que receberá boas alvíssaras. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1832, p. 05).

Antônio, provavelmente, trabalhava nas ruas da cidade vendendo os tecidos e sapatos franceses. Oferecendo uma “boa recompensa” de acordo com a própria autoria do anúncio, Mme. Guieu queria garantir o retorno de seu escravizado. À época, escravizados/as que eram vendidos/as ou alugados/as para as Casas de Moda poderiam exercer funções dentro ou fora dos comércios, entretanto, os anúncios de aluguel solicitavam, na maioria das vezes, que os/as trabalhadores/as escravizados/as se ocupassem apenas “porta a dentro dos estabelecimentos”.

Essa solicitação se dava, provavelmente, por medo do contato que as constantes idas as ruas da cidade poderiam proporcionar a partir de encontros com outros escravizados. Souza aborda em sua tese como o comércio de rua do Rio de Janeiro era exercido, em sua maioria, pelos escravizados:

Durante quase todo o século XIX o comércio de rua era majoritariamente explorado, organizado e controlado pelos escravos, que trabalhavam arduamente durante todo o dia, enquanto seus senhores ficavam em suas casas. Dessa forma, também eram favorecidos o convívio e a interação social, individual ou em grupos, dos escravos. (SOUZA, 2011, p. 56).

Em 1828, por exemplo, alugava-se uma escravizada com a condição de que essa não saísse a rua:

Quem quiser alugar uma parda que sabe cozinhar, ensaboar, engomar e todo o arranjo de uma casa, bem como sabe bem de costura por ter sido costureira em loja de modistas francesas; o seu último preço mensalmente é 8\$000 réis, com declaração que não é para fazer serviço na rua, procure na rua do Cano nº108. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1828, p. 03) (grifo nosso).

Assim, o locatário evitaria que o/a escravizado/a saísse a rua pra fazer qualquer tipo de serviço e conseqüentemente negava a esses sujeitos a relação que poderia ser construída nos logradouros. Não era o caso de Joaquina e Antônio já que ambos exerciam suas atividades fora de casa/loja. Nesses encontros, muito provavelmente, havia trocas e conversas entre essas mulheres e homens, ocorrendo então um convívio social, como apontou Souza.

Não temos notícia na imprensa da aparição de Antônio ou de Joaquina, contudo é possível reafirmamos a importância do trabalho desses sujeitos no cotidiano da Casa de Modas que pertenciam. Posto isso, percebemos que a funcionalidade desses empreendimentos estava diretamente atrelada a habilidade dos escravizados, fosse a partir das costuras, fosse a partir da venda.

Outro caso de escravizada fugitiva foi o de Júlia, que à época trabalhava para Mme. Francisca Wirt. Devido todo trabalho que essas mulheres escravizadas realiza-

vam nas Casas de Moda não é de se espantar a apreensão que tomou conta de Mme. Francisca Wirt quando verificou que uma de suas escravizadas, Júlia, também havia fugido:

Fugiu domingo 22 de fevereiro pelas Aves Marias, indo buscar luz com um lampião de pé, uma rapariga de nome Júlia, Nação Nina Nagôa, idade 16 anos pouco ou mais ou menos, não fala bem português, muito forte, alta, cara redonda e tem uma verruga na frente da parte direita, as mãos grandes e faz uma pequena inclinação nos detalhes dos pés para fora; levou vestido xadrezado da cor de rosa, com cinto de marroquina encarado, causa que foi vista em Catumbi na mesma noite, roga-se aos Srs. Comissários de Polícia, Capitães do Mato, ou quem dela tiver alguma notícia onde está, poderá dar parte, ou levar a casa de Mme. Francisca Wirt, rua do Ouvidor, nº97 ou na rua da Alfandega nº 38 (casa de leilão), onde receberá boas alvissaras. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1829, p. 04)

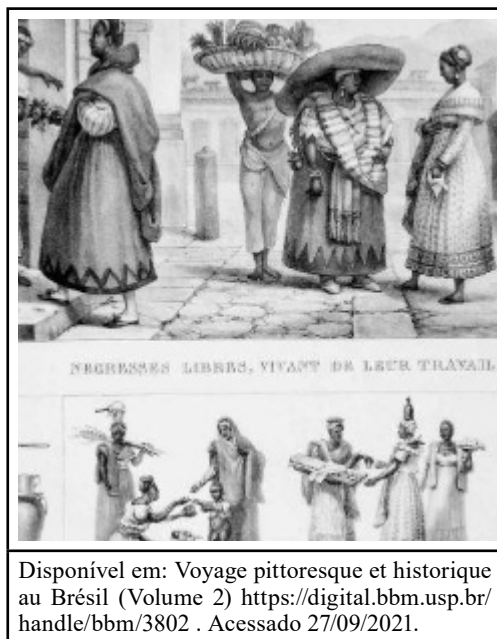
Logo, historicizando a relação das modistas com as jovens escravizadas reafirmamos que é compreensível que Mme. Wirt tenha se preocupado com a fuga de Júlia que era, muito provavelmente, fundamental para o funcionamento de seu estabelecimento. Além disso, verificamos que Mme. Wirt prometeu uma boa alvissara a quem encontrasse sua escravizada. Alvissaras era: “o prêmio, que se dá, ou oferece a quem traz, ou anuncia boas novas.” (SILVA, 1858, p. 118). Logo, Mme. Francisca Wirt possuía uma certa quantidade de montante financeiro que lhe permitia prometer prêmios pela volta de Júlia. Não há notícias na imprensa se Wirt conseguiu recuperar sua escravizada, no entanto, seus anúncios seguem fazendo parte dos jornais diários que circulavam no Rio de Janeiro.

Outro exemplo em que é possível observamos o trabalho das costureiras e vendedoras escravizadas como fundamental para as Casas de moda é no momento em que eram vendidas. Josephine Petit, por exemplo, saiu do Rio de Janeiro com destino a Ilha Grande em 1831 (BR RJANRIO 0ECOD.423, vl. 06), mas, antes de ir, tratou de vender algumas de suas escravizadas para o Sr. Wallerstein.

Tanto Josephine quanto Wallerstein tinham, nesse momento, estabelecimentos de moda no Rio de Janeiro. Concluimos assim um fluxo entre a venda dessas escravizadas para dois comércios que lidavam com a moda. Logo, o trabalho dessas mulheres escravizadas, fossem como costureiras, fossem como vendedoras, seria, a partir de 1831, realizado na Casa de Modas de Wallerstein, uma Casa que possuía, naquele momento, certa notoriedade na corte, sendo mencionada diversas vezes nos jornais do período e nas décadas seguintes, conforme verificamos no *Jornal das Senhoras* e na *Marmota*.

Percebemos assim que Wallerstein, diante da popularidade da Casa de Modas de Josephine Petit, rapidamente se apressou em obter os escravizados pertencentes a esse antigo estabelecimento. Assim, observamos que Wallerstein estava preocupado em trazer para sua loja aqueles que ele considerava bons trabalhadores para o seu comércio, de forma que a nossa leitura busca, através desse processo de compra e venda, evidenciar a importância do trabalho dessas *sujeitas* escravizadas.

## Costureiras e vendedoras livres



O desenho apresentado na figura 1 foi elaborado pelo francês Jean Baptiste Debret e compõe o segundo volume de sua obra sobre a sua viagem ao Brasil. Debret desenhou diversas cenas cotidianas enquanto esteve por aqui. Escolhemos essa em que ele coloca como título “Mulheres negras vivendo de seus trabalhos” a fim de demonstrarmos que, nessa seção do artigo, buscaremos ressaltar a presença de trabalhadoras livres entre as costureiras e vendedoras, fossem elas mulheres brancas ou negras<sup>22</sup>.

Dito isso, ressaltamos que ainda que o trabalho escravizado tenha sido frequentemente utilizado nas Casas de Moda, as modistas e negociantes também empregaram, entre os seus colaboradores, mulheres livres. Vemos, no anúncio a seguir, que as próprias trabalhadoras livres se ofereciam para trabalhar nesses estabelecimentos: “Oferece-se uma senhora branca, filha do país, a qual dá fiador a sua conduta, para tomar conta da casa de uma família capaz, ou para casa de alguma senhora modista, para costura. Dirija-se a Cidade Nova, rua do S. Pedro nº123.” (O DESPERTADOR, 1840, p 04).

Essa senhora, por exemplo, poderia além de trabalhar como costureira em uma

<sup>22</sup> Lembrando que Debret, assim como os demais viajantes que retrataram o Brasil nesse período, fosse através das imagens ou de textos, reproduzia um olhar eurocêntrico sob o que via e percebia no Brasil. É preciso, portanto, problematizar os seus textos e desenhos; o que não significa que é necessário desconsiderar os seus relatos, apenas que é necessário termos cuidado com a forma como ele retratou a população da época. Assim, utilizamos o desenho de Debret para referenciar as mulheres negras livres que trabalhavam pelas ruas e estabelecimentos no Rio de Janeiro oitocentista.

das Casas de Moda, exercer o ofício de vendedora; considerando que não mencionou em nenhum momento de seu anúncio alguma habilidade excepcional com as costuras e garantiu que tinha uma boa conduta. Desse modo, ainda que não encontramos muitos dados sobre a presença de mulheres livres como vendedoras, sabemos que elas estavam presentes no tipo de comércio que estamos tratando em nossa análise.

Prosseguindo, o anúncio transcrito acima trata-se de uma senhora branca e brasileira; entretanto, dentre as costureiras também nos deparemos com mulheres negras livres, brasileiras ou não, e mulheres brancas estrangeiras. Por isso ressaltamos a pluralidade existente entre as mulheres que trabalhavam como costureiras e vendedoras e como delimitar essas relações sociais acaba por tornar-se um árduo processo.

Ainda na mesma década de 1840, por exemplo, verificamos a entrada no Brasil de Maria Afonso. Mulher descrita como “preta, de nação Conga, com 18 anos de idade, costureira”; ainda, de acordo com o registro documental, teria vindo para o Brasil para trabalhar no ofício de costureira (BR RJANRIO 0E.COD.0.381, v.16). Atestamos assim o que foi posto anteriormente: a diversidade de mulheres que trabalhavam com as costuras no Rio de Janeiro de meados do século XIX.

Ressaltamos, então, a importância dessas mulheres e de seus trabalhos. Conforme mencionamos anteriormente, as costureiras e vendedoras escravizadas sabiam de seus valores enquanto conhecedoras da técnica de costura e de venda e utilizavam-se, estrategicamente, dessa sabedoria. Demarca-se o quão primordial era o ofício exercido por essas mulheres, e dentre as costureiras e vendedoras livres não foi diferente.

Mme. Berthier, francesa como as demais madames e modistas citadas acima, acabara de chegar na corte no ano de 1826. Ou seja, chegara em um país novo e inseriria-se no campo da moda que era um universo laboral que já contava, à época, com algumas modistas francesas. Logo, Berthier precisava se diferenciar das demais para conquistar uma clientela e assim conseguir que o seu comércio se desenvolvesse e o empreendimento gerasse frutos. A escolha de Berthier foi contratar as costureiras que trabalhavam, outrora, com Mme. Gudin.

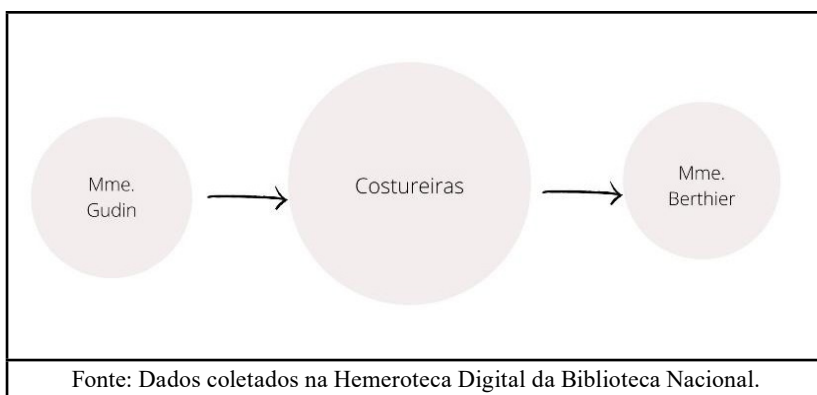
Não temos dados de quem eram essas costureiras, nem mesmo se se tratavam de mulheres brancas e/ou negras livres ou escravizadas. Considerando as demais francesas modistas que integravam esse universo de trabalho, demonstramos que, dentre as costureiras, havia uma pluralidade de mulheres, podendo assim tratar-se de mulheres de várias raças e estratos sociais. Logo, o texto que Mme. Berthier escolheu para anunciar sua chegada ao Rio de Janeiro fora:

Berthier, modista francesa na rua do Ouvidor nº159, faz aviso ao respeitável público, bem como aos seus fregueses, que tem muita fazenda chegada aproximadamente de Paris (...) Na mesma casa se fazem as modas com todo asseio e prontidão, por ter as costureiras que trabalhavam na casa de Madame Gudin, das melhores modistas bem conhecida no Rio de Janeiro, que já partiu para França ao tratar de sua moléstia. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1828, p. 02).

Ou seja, a escolha de Mme. Berthier foi demonstrar para o público leitor do

Diário do Rio de Janeiro que sua Casa de Modas era boa o suficiente e faria todas as encomendas com asseio e prontidão por ter entre as suas costureiras aquelas que trabalhavam para Madame Gudin. Assim, delineamos que a demarcação da distinção escolhida por Berthier foram as mulheres costureiras. A seguir, no diagrama 01, apresentamos um esquema para que essa relação ficasse mais perceptível:

Diagrama 01: Costureiras e as madames francesas



No esquema elaborado por nós colocamos as costureiras como centrais e concentradas no maior círculo. Percebemos, além disso, que há uma seta que liga Mme. Gudin até as costureiras e posteriormente das costureiras até Mme. Berthier, que seria então empregadora dessas mulheres. Estabelecemos dessa forma uma das muitas relações de trabalho existentes no campo da moda de princípios do século XIX.

Essa relação de trabalho entre as modistas e as costureiras livres era estabelecida, em alguns casos, a partir de contratos. Quando findados, essas costureiras, que agora já eram conhecidas na Corte e já teriam desenvolvido algum tipo de clientela, poderiam ou reestabelecer os contratos e continuar trabalhando para a modista ou optar por abrir seu próprio estabelecimento de modas. Dessa forma, trabalhar como costureira para essas modistas poderia ser benéfico para essas mulheres que, nesse local de trabalho, conseguiriam desenvolver-se melhor como costureiras além de promover uma rede de trabalho que faria dessas mulheres costureiras conhecidas e reconhecidas na capital do Império.

A francesa Mme. Peyrellade, por exemplo, era costureira da Casa de E. Marcassus e C. Peyrellade saiu do estabelecimento porque seu contrato foi finalizado e, a partir disso, estabeleceu-se em outro comércio na rua Latoeiros nº 76, esquina da rua do Ouvidor. Peyrellade foi até o *Jornal do Comércio* a fim de avisar aos seus clientes que agora encontrava-se em outra loja. Afirmava então que esperava “continuar a merecer a sua confiança” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1843, p. 04). Percebemos que a costureira pretendia levar até o outro estabelecimento a clientela que, outrora, comprara na Casa de E. Marcassus e C. Mantendo seus clientes, Peyrellade comprovava

que eles frequentavam a Casa de E. Marcassus e C. pela qualidade de seu trabalho e, poderiam, portanto, prosseguir com a costureira para outro estabelecimento.

Peyrellade, ao abrir um estabelecimento, contratara outras mulheres formando então a rede entre as costureiras e modistas. Mlle. Clarisse, por exemplo, trabalhou em Casa de Mme. Peyrellade e em casa Mme. Josephine Meunier. Em 1852 ela é contratada por Mme. Dujardin:

Rua da Quitanda nº 45, sobrado. Mme. Dujardin, tendo contratado para mestre costureira de sua casa a Mlle. Clarisse, que por muito tempo foi empregada nas casas de Mme. Josephine Meunier e Mme. Peyrellade, espera, atenta a habilidade desta senhora, merecer o apoio do respeitável público, e principalmente de suas numerosas freguesas. (CORREIO MERCANTIL, 1852, p. 04)

Percebemos então que Mme. Dujardin, tal qual Mme. Berthier, se valeu da popularidade da costureira Clarisse para impulsionar o seu estabelecimento. Mlle. Clarisse, por sua vez, poderia negociar o seu trabalho tendo em consideração a importância do mesmo para os comércios de moda.

Retomando a ideia do contrato é preciso demarcarmos que sua existência estava diretamente relacionada as costureiras livres, podendo ser tanto brasileiras, como francesas ou de qualquer outra nacionalidade<sup>23</sup>. Algumas vezes esses estabelecimentos eram responsáveis por trazer as costureiras francesas para o Brasil, como quando o próprio Marcassus trouxe para sua loja uma modista que era ainda pouco conhecida e que tinha saído recentemente de uma das primeiras Casas parisienses (CORREIO DAS MODAS, 1839, p. 02)<sup>24</sup>.

Além disso, essas mulheres muitas vezes também acabavam por dirigirem a oficina de costuras de grandes Casas de Moda; ou seja, aquelas lojas que eram as mais reconhecidas na corte e que por isso, provavelmente, possuíam uma maior demanda de encomendas e, conseqüentemente, de mão de obra. Foi o caso de Mme. Catharina.

Catharina dirigiu por muitos anos a casa de costura de uma das modistas mais presentes na primeira metade do século XIX: Josephine Meunier. Josephine fora modista da casa imperial, logo, não é difícil imaginar que de fato sua Casa era uma das mais reconhecidas do período e necessitava de auxiliares para dirigirem seu estabelecimento.

Em 1848, Catharina deixou a Casa de Mme. Meunier, solicitando que seus fregueses continuassem a lhe conferir confiança:

23 Verificamos a entrada de uma série de portuguesas que desembarcaram no Brasil em meados da década de 1830 e diziam exercer o ofício de costureiras. Ainda estamos em um processo de pesquisa a respeito dessa questão, contudo acreditamos que essas mulheres trabalharam com as modistas da rua do Ouvidor e endereços adjacentes. (BR RJANRIO 0ECOD.415, vl. 01)

24 Podendo ou não ser verdadeiro esse acontecimento, ele comprova o que defendemos: as francesas que trabalhavam com a produção da indumentária e adornos no Brasil possuíam um capital simbólico fundamental para o desenvolvimento de suas atividades. Esse capital simbólico era tão crucial que a nacionalidade francesa poderia até mesmo ser forjada com o objetivo de atrair uma clientela.

Tem a honra de participar ao respeitável público que saiu dessa casa, e abriu uma por sua conta na rua da Quitanda nº70. Roga as senhoras desta corte que a conhecem, que irão honra-la com sua confiança, assegurando que servirá com toda a prontidão. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1848, p. 04)

Catharina, no entanto, não foi a única diretora da oficina da Casa de Modas de Josephine Meunier que optou por sair do estabelecimento. Assim como ela, Mme. Villems, modista de Paris, que também havia trabalhado na mesma Casa, deixou-a em 1843 anulando seu contrato e pagando a indenização exigida a fim de abrir uma loja na rua Santo Antônio, fazendo não apenas chapéus, como as modistas francesas, mas também recebendo encomendas de vestidos, tanto para dentro da corte, como para o interior. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1843, p. 04).

Já na década de 1850, período que Josephine Meunier vende sua loja para Catharina Dazon e filho (JORNAL DO COMÉRCIO, 1853, p. 04), Selima Guerrin aparece no *Diário do Rio de Janeiro* anunciando seu próprio estabelecimento, enquanto modista e costureira, na rua do Ouvidor nº 53, e utilizando-se, provavelmente como recurso para atrair clientela, o fato de ter também dirigido as costuras da Casa de Josephine Meunier. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1854, p. 03).

Ao longo de nossa análise, supomos que as quatro mulheres, Clarisse, Catharina, Mme. Villems e Selima Guerrin, em razão da continuidade dos anúncios publicados, conseguiram encaminhar seus antigos clientes para os seus novos estabelecimentos, feito também realizado por Mme. Peyrellade. Percebemos então que as modistas se valiam da notoriedade das costureiras de determinadas Casas reconhecidas na corte a fim de auto promoverem seus estabelecimentos. E que determinadas costureiras, principalmente aquelas que imigravam da França e possuíam por isso uma vantagem social sob as outras, respaldadas em um capital simbólico (BOURDIEU, 1989), valiam-se também dos estabelecimentos que tinham trabalhado para conseguirem se desenvolverem enquanto costureiras em outras lojas ou abrindo suas próprias Casas de Moda.

A algumas mulheres era permitido ser empresária, dona loja de importações. A outras, a abertura de ateliês de costura. Geralmente imigrantes ou viúvas, essas mulheres tiveram negócios e os administrariam com relativo sucesso, empregando outras mulheres como vendedoras ou costureiras. Muitas chegaram a ter escravas trabalhando em seus ateliês como costureiras, outras foram escravas forras que aprenderam um ofício num dos ateliês da cidade do Rio de Janeiro e passaram a vender seus serviços para fora, mas algumas eram imigrantes que abriam negócios. (MONTELEONE, 2019, p. 08) (grifo nosso).

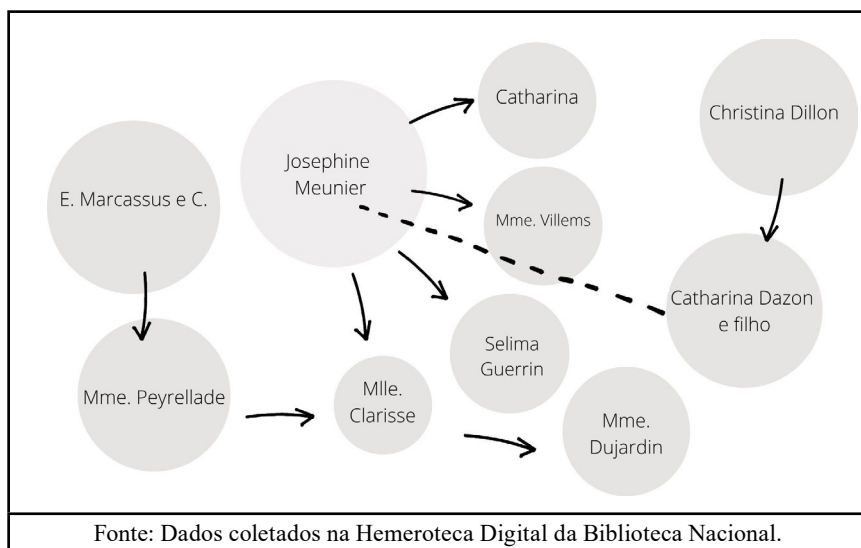
Sobre as mulheres serem donas de Casas de moda, o que Monteleone coloca como “empresárias”, é melhor visualizado quando colocamos um esquema para os/as leitores/as. Criamos então uma estrutura, apontada no diagrama 02, inspiradas pelo quadro elaborado por Bourdieu em seu artigo “O Costureiro e sua grife” (2008), quando o sociólogo ao tentar demonstrar as relações que foram sendo desenvolvidas



dentro do mundo da “haute couture” francesa elaborou um diagrama para melhor compreensão do assunto.

Assim, buscamos inserir nesse esquema algumas informações que temos até o momento de escrita desse artigo. Josephine Meunier, que fora modista da Casa Imperial, conforme mencionamos anteriormente, teve como diretoras de sua oficina de costuras: Mme. Villemns, Selima Guerrin, Catharina; e, como costureira, Clarissa. Sua loja, localizada na rua do Ouvidor nº 97, fora vendida na década de 1850, quando Josephine retornou para a França (CORREIO MERCANTIL, 1853, p. 04), a compradora de seu estabelecimento foi Catharina Dazon, esta que tinha como sócio seu próprio filho. Por sua vez, Dazon foi aprendiz de outra modista francesa: Christina Dillon. Mlle. Clarisse, além de trabalhar com Josephine, também foi costureira de Mme. Peyrellade que fora, outrora, costureira na Casa de Modas pertencente a E. Marcassus e C; em 1852 Mlle. Clarisse passa a trabalhar com Mme. Dujardin, outra modista francesa não mencionada anteriormente, mas que está constantemente presente em nossas pesquisas. E foi assim que as redes foram se formando dentro desse mercado da moda oitocentista fluminense.

Diagrama 02: Relações estabelecidas entre costureiras e modistas.



## Conclusão

O que buscamos trazer com esse trabalho foi demonstrar, através dos exemplos encontrados nas fontes, a importância dos trabalhos das costureiras e das vendedoras nas Casas de Moda fluminense da primeira metade do século XIX. Muito já foi estudado sobre as modistas francesas que imigraram para o Rio de Janeiro nesse período, inclusive nosso próprio trabalho também se debruça sobre essas mulheres,

entretanto, para esse artigo resolvemos analisar aquelas mulheres que ficavam “por debaixo dos panos”, nos fundos das lojas costurando e administrando as costureiras dos estabelecimentos; ou mesmo aquelas que ocupavam-se do cargo de vendedoras mas que, ainda que estivessem à frente dessas lojas, foram esquecidas por muito tempo pela historiografia.

A história das mulheres, recuperada pelo movimento da história vista de baixo, nos idos anos 1970/80 encontra-se, em certa medida, estabelecida através da historiografia, as “fissuras” dos documentos nos permitem enxergar suas histórias e compartilhar através dos mais diversos trabalhos de monografias, dissertações e teses. Até mesmo a história vista a partir da perspectiva do gênero, compreendendo-o, em seu cerne, com uma lógica interseccional vem ganhando espaço na academia nas últimas décadas e o nosso trabalho visa inserir-se nessa perspectiva que continua a pensar no gênero através das diversas nuances presentes nesse conceito.

Mostramos, com base nas fontes, o quão vital era a presença dessas mulheres dentro das Casas de moda, fossem na posição de costureiras e/ou vendedoras. Além disso, buscou-se demonstrar como a ocupação de vendedora por mulheres escravizadas estava estritamente ligado as características físicas ditas como belas, pelos anunciantes da época.

Posto isso, o que trazemos nesse artigo é a apresentação e problematização das relações entre essas mulheres. As costureiras e vendedoras também tem muito a nos contar sobre a história da moda, principalmente aquela história preocupada com a produção da indumentária, e não apenas com o vestuário em si. Até mesmo porque, na história da moda, muitos pensadores já demonstraram a importância de lidarmos com o todo e não apenas com as roupas como um objeto *ahistórico*.

À vista disso, desejamos contribuir com a história das mulheres, principalmente aquela história que visa resgatar as mulheres enquanto *sujeitas* trabalhadoras, mulheres “comuns” que em um primeiro momento poderiam não ter muito o que nos dizer, mas quando analisadas sob um ângulo interseccional tem suas histórias entendidas, captadas e analisadas. Partindo desse ponto de vista buscamos ressaltar a importância do trabalho das mulheres que foram, habitualmente, esquecidas.

Existiram muitas outras costureiras e vendedoras que precisam ser lembradas, essas são apenas algumas que recuperamos com o objetivo de demarcar o todo. Que resgatemos então as histórias de muitas Joaquinas e Júlias; assim como das costureiras imigrantes Selimas e Catharinas! Mulheres que contribuíram de diversas maneiras para o funcionamento desse comércio da moda, fosse na função de costureiras e/ou enquanto vendedoras das fazendas e vestuários que eram comercializados nesses estabelecimentos<sup>25</sup>.

25 Nosso foco foi justamente perceber a importância e presença dessas mulheres dentro do mundo do trabalho com a moda. Entretanto, elas também influenciaram a moda em si, com uso de determinados vestuários, etc. Para saber mais sobre isso ver os trabalhos: SOUZA, Patrícia March. *Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Tese (Doutorado em História). PUC – RIO, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. Rio de Janeiro, 2011. ROSSOTTI, Beatrice. “Vestir-se negra”: roupas e

## Referências

### Fontes:

*A Marmota na Corte*. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1849-1854.

A.N.R.J. Fundo de Polícia da Corte. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=&v\\_fun do\\_colecao=1667](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fun_do_colecao=1667) . Acessado em: 20/08/2021.

CORREIO DAS MODAS. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1839 – 1840. 1839, ed. 07, p. 02.

CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO E POLÍTICO. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil de Rodrigues e Comp., 1848 – 1868. 1852, ed.51, p. 04.

\_\_\_\_\_. 1853, ed. 47, p. 04.

DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (Volume 2) <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3802>. Acessado 27/09/2021.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821-1878. 1826, ed. 010017, p. 02.

\_\_\_\_\_. 1828, ed. 0300012, p. 03.

\_\_\_\_\_. 1829, ed. 0300004, p. 04.

\_\_\_\_\_. 1842, ed. 00053, p. 04.

\_\_\_\_\_. 1854, ed. 00007, p. 04.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/444>. Acesso 24/09/2021.

JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro: Tipografia Parisiense, 1852-1855.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1827-2013. 1828, ed. 291, p. 03.

\_\_\_\_\_. 1830, ed. 118, p. 04.

\_\_\_\_\_. 1832, ed. 179, p. 05.

\_\_\_\_\_. 1837, ed. 104, p. 03.

\_\_\_\_\_. 1843, ed.24, p. 04.

adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX – Rio de Janeiro e Salvador. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-graduação em História. Rio de Janeiro, 2019. Além de todo dossiê “Afromoda: o uso das roupas e das aparências em corpos políticos” da revista *dObra(s)*: TESSARI, V. F. dos S.; CABRAL, G. S.; BONADIO, M. C. Corpos negros também se vestem. *dObra[s]* – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 5–7, 2020. DOI: 10.26563/dobras.i30.1231. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1231>. Acesso em: 29/09/2021.

\_\_\_\_\_. 1848, ed. 77, p. 04.

\_\_\_\_\_. 1853, ed. 19, p. 03.

O DESPERTADOR. Rio de Janeiro: Tipografia da Associação do Despertador, 1838 – 1841. 1840, ed. 640, p. 04.

O SIMPLÍCIO. Rio de Janeiro: Tipografia da Astréa, 1831 – 1832. 1831, ed. 08, p. 10.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6º edição. Lisboa, Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858.

### **Bibliografia:**

BARBOSA, Silvana Mota. Da história política a uma história social da política: uma definição. IN: BARATA, Alexandre Mansur; SÁ, Luiz César de; BARBOSA, Silvana Mota. *Cruzando Fronteiras: histórias no longo século XIX*. 1º ed. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020. P. 7 – 32.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_. O Costureiro e sua Grife: contribuição para uma teoria da magia. In: *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Tradução: Guilherme J. de Freitas Teixeira & Maria da Graça Jacintho Setton. Porto Alegre: Zouk, 2008, pp. 113-190.

\_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CINTRA, Mariana de Paula. *Boas costuras, belas figuras: uma história do despertar da moda no Oitocentos carioca*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvi Libano. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São

Paulo: Hucitec, 1984.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019.

NEGREIROS, Hanayrá. *Por outras histórias da (e na) moda*. Disponível em: <https://elle.com.br/colunistas/por-outras-historias-da-e-na-moda>. Acessado 29/09/2021.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

ROSSOTTI, Beatrice. “*Vestir-se negra*”: roupas e adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX – Rio de Janeiro e Salvador. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-graduação em História. Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Heloísa Helena de Oliveira. Uma análise teórico – político decolonial sobre o conceito de moda e seus usos. *ModaPalavra*, Florianópolis, V. 13, N. 28, p. 164–190, abr./jun. 2020.

SOUZA, Patrícia March. *Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Tese (Doutorado em História). PUC – RIO, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. Rio de Janeiro, 2011.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Rio de Janeiro: Ubu, 2020.

# Sibilas Europeias em terras tropicais: cartomancia, gênero e imigração no Rio de Janeiro (1874-1908)

*Kathleen de Oliveira Maia*<sup>26</sup>

## Introdução

Desde 1860, os jornais que corriam diariamente no Rio de Janeiro traziam com certa regularidade em suas páginas menções a uma curiosa gama de atividades. Dos textos presentes nas crônicas semanais às modestas ou extensas publicidades, o que se podia observar era a consolidação de um verdadeiro mercado voltado para o esotérico e o sobrenatural. Feiticeiros, nigromantes, cartomantes, magnetizadores e sonâmbulas, dentre tantos outros, utilizavam-se da imprensa como maneira de se destacarem e atraírem consulentes ávidos por saber acerca dos mais diversos assuntos, afligidos por diferentes mazelas da alma e da carne.

Este trabalho tem como temática as associações entre cartomancia, gênero e imigração na cidade do Rio de Janeiro. Durante a primeira etapa das pesquisas que venho desenvolvendo em meu mestrado, cujo foco é a atuação de mulheres cartomantes anunciantes nos jornais cariocas no último quartel do século XIX, deparei-me com um grande número de leitoras de cartas com nomes e sobrenomes estrangeiros. Em alguns casos, as cartomantes mencionavam estreitas relações com mentores europeus, tais como Mlle. Lenormand, uma célebre adivinha e cartomante francesa que, conta-se, aconselhava até mesmo a imperatriz Josephine, esposa de Napoleão (MINOIS, 2016).

Nosso principal objetivo é analisar as relações entre imigração, cartomancia e gênero, realizando breves estudos de caso que se conectam às discussões mais gerais sobre o assunto. Para tanto, serão utilizados em conjunto exemplares de periódicos cariocas, que serão melhor apresentados em parágrafo oportuno, e alguns livros do cronista João do Rio. As protagonistas que guiarão as discussões são as cartomantes Sra. Concha de Salamanca, Mme. Armand e Constance Saillan, todas anunciando seus serviços em jornais que circularam na década de 1870 no Rio de Janeiro. João do Rio, uma de suas entrevistadas em *As religiões no Rio* (1906), Mme. Matilde, e a cartomante Thereza Meraldi, que anunciava na imprensa na década de 1870, se colocam, igualmente, como figuras essenciais para compreensão do panorama “cartomântico” a ser investigado.

Como objetivos secundários, procuraremos explorar os possíveis elos entre a literatura e a história a partir das narrativas presentes nas obras de João do Rio em relação às cartomantes e outras mulheres praticantes de formas de adivinhação no

---

26 Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP/UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, pesquisa as relações entre cartomancia, gênero, imigração e trabalho no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Interessa-se também pela história do ocultismo e do tarot. E-mail para contato: kathleenomaia@gmail.com

Rio de Janeiro. Trazendo à tona a história da Sra. Concha de Salamanca, o trabalho do autor contribuiu significativamente para um mapeamento sobre o “mercado sobrenatural” presente na cidade maravilhosa no início do século XX, reflexo das últimas décadas etéreas do século XIX no que diz respeito ao contato com esferas esotéricas e místicas.

Além disso, busca-se compreender também como a cartomancia esteve constantemente associada às mulheres, bem como no caso de outros tipos de práticas envolvendo predições, magia e espiritualidade. Dos relatos de João do Rio ao expressivo número de publicidades engendradas nos jornais cariocas desde a década de 1860, nota-se um predomínio feminino no mundo da leitura de cartas, fato este que buscaremos compreender ao longo das discussões discorridas.

No que diz respeito ao recorte temporal, optou-se por iniciá-lo em 1874, ano em que a cartomante Mme. Armand inicia suas publicações no *Jornal do Commercio*. Armand foi a primeira das cartomantes aqui evocadas a publicar seus anúncios na imprensa, justificando-se assim a escolha para a baliza introdutória. O fechamento das análises em 1908 se dá em virtude da publicação de *A alma encantadora das ruas*, que nos permite conhecer aspectos importantes sobre a vida de cartomantes imigrantes no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

Metodologicamente, procura-se estabelecer um diálogo com uma história social da imigração, ancorada especialmente nos estudos desenvolvidos por Lená Medeiros de Menezes ao investigar as conexões entre movimentos migratórios, gênero e imprensa. No caso deste artigo, suas proposições sobre as francesas, presentes em seu artigo *Francesas no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak Laemmert*<sup>27</sup>, fomentam nossas hipóteses sobre o protagonismo de cartomantes estrangeiras, especialmente das francesas, na imprensa e a criação de um imaginário acerca da figura das leitoras de cartas.

As proposições de Sandra Jatahy Pesavento acerca do diálogo entre história e literatura são fundamentais quando adentramos nos escritos de João do Rio, pensando-os como uma possibilidade de acesso a aspectos mais subjetivos da realidade histórica, como os costumes e as formas de compreender determinados fenômenos. A autora argumenta que a literatura é uma forma de registro da vida (PESAVENTO, 2006), vida esta que por vezes encontra solo pouco propício para desabrochar em fontes mais “formais” ou institucionalizadas, como a imprensa. Desta forma, utilizaremos as concepções de Pesavento como forma de mediar as interlocuções com os textos de João do Rio.

As fontes primárias podem ser divididas entre periódicos e obras literárias. Exemplares dos jornais cariocas *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio* correspondem à maioria das documentações impressas analisadas. O *Gazeta da Noite* e a folha neozelandesa *The Hasting's Standard*, apesar de aparições mais tímidas, também forneceram informações muito relevantes para a

<sup>27</sup> O texto faz parte do dossiê de gênero da edição n.423 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada em 2004.

pesquisa. Os livros de João do Rio, *As religiões no Rio* (1906) e *A alma encantadora das ruas* (1908), como já mencionado anteriormente, compõem o outro eixo do enlace proposto no artigo e serão pormenorizados logo adiante.

### João, o Rio e as sacerdotisas

Não poderia iniciar este trabalho sem situar um de seus protagonistas, Paulo Barreto, ou melhor, João do Rio na densa e, por vezes mal compreendida, encruzilhada entre literatura e história. Sandra Pesavento, ao discutir os elos e disparidades entre as duas áreas, relembra as dificuldades enfrentadas pelos historiadores culturais que se dedicavam ao estudo da literatura, acusados de pressupor uma equidade entre os campos, o que resultaria em uma negação da realidade histórica (PESAVENTO, 2006).

Os entraves impostos à utilização da literatura como fonte histórica, alegando-se que a realidade, ao passar pela ótica literária, tornaria-se menos verdadeira, são confrontados por Pesavento ao introduzir no debate a noção de imaginário e do que ela chama de imagens sensíveis do mundo presentes nas obras (PESAVENTO, 2006). Os escritos literários, portanto, demandam de quem os analisa o rigor historiográfico de compreendê-los como documentos que revelam formas de agir e pensar numa época, se atendo menos à veracidade dos fatos descritos e mais no modo como as problemáticas são apresentadas discursivamente.

A especificidade da literatura no campo da História é justamente possibilitar o alcance de representações, imaginários e alegorias que escapam a outros tipos de documentação. Um exemplo nacional bastante bem sucedido envolvendo a exploração das encruzilhadas entre História e Literatura é o do historiador Sidney Chalhoub em suas análises acerca das obras machadianas. Em *Machado de Assis, historiador*, Chalhoub (2003) explora justamente o terreno da construção de alegorias e a expressão do imaginário da época sobre questões como o escravismo e o paternalismo.

Tanto ele como Pesavento compartilham o pressuposto de que, assim como outros tipos de fontes historiográficas, a literatura precisa ser lida de acordo com o tempo que a produziu e o que se encontra nas linhas (e entrelinhas) precisa ser vislumbrado como uma das experiências em torno de uma época, evitando assim tomar um ou outro autor como representante único das realidades vividas no período.

No caso de João do Rio, soma-se à interseção o jornalismo. Significativo colaborador de periódicos como *O Paiz e Correio Mercantil*, além de cronista e dramaturgo, o escritor procurou unir em seus textos a perspicácia do jornalista, traço marcado especialmente pelo apreço pelas entrevistas com os sujeitos presentes em suas obras, e a flexibilidade do *flâneur*, o personagem urbano que observa e descreve a cidade (ORTIZ, 2000) e que fixa “residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito”(BAUDELAIRE, 1996, p.20). O francês Charles Baudelaire, ele próprio considerado como um *flâneur*, ainda acrescenta em seu pensativo *Sobre a modernidade* (1863) que, “às vezes ele é um poeta; mais frequente-



mente aproxima-se do romancista ou do moralista; é o pintor do circunstancial e de tudo o que este sugere de eterno”(BAUDELAIRE, 1996, p.12).

Nesse sentido, Marcelo Bulhões caracteriza João do Rio como um “repórter-*flâneur*” (BULHÕES, 2007), conceito que se mostra bastante útil para analisar as percepções do cronista no que concerne às cartomantes, outras sujeitas essenciais que se inserem na trama a ser explorada. O escritor demonstra em suas práticas, que podem ser vistas por alguns como antagônicas, uma consonância em relação às transformações sofridas pelo jornalismo no final do século XIX. Segundo Bulhões (2007), uma das principais alterações nessa renovação jornalística é que, aos poucos, a notícia se torna um produto comercial nos espaços de consumo urbanos e, como tal, busca tornar-se mais atrativa a quem irá consumi-la.

Antes de comentar sobre as leitoras da *buena dicha*<sup>28</sup> em *A alma encantadora das ruas*, cuja primeira edição foi publicada em 1908, o repórter-*flâneur* já havia escrito sobre seu contato com o universo das cartas, quiromancia e afins, dedicando em seu livro *As religiões no Rio* (1906) uma seção específica para apresentar quem praticava tais atividades no capítulo *Sacerdotisas do futuro*. Como o próprio nome sugere, o intento de João do Rio com o texto de 1906 era o de explorar diferentes vertentes religiosas e esotéricas presentes no cotidiano dos cariocas, afirmando a existência enraizada de outras religiosidades e cultos além do catolicismo (DO RIO, 1976).

Entre ebós, hierofantes e satanistas, bem como mencionando o futuro como um deus, o repórter-*flâneur* comentava que pelas ruas se alastravam os consultórios de cartomantes e outras sacerdotisas que viviam em “prédios lindos, em taperas, em casinhas” (DO RIO, 1976, p.62), demonstrando assim uma grande heterogeneidade no que diz respeito às condições econômicas das praticantes. Dispôs-se então a visitar alguns dos locais de atendimento dessas mulheres, oitenta no total (DO RIO, 1976), ressaltando que sempre estavam abarrotados de consulentes.

O ponto alto do capítulo ocorreu quando João do Rio entrevistou Mme. Matilde, uma das sacerdotisas que, apesar de fazer serviços para os pobres, como ela mesma comenta ao conversar com o cronista, pode ser descrita como uma sacerdotisa da *high-life* carioca, possuindo até mesmo “criados de casaca e (...) uma galeria de quadros” (DO RIO, 1976, p.63). Ademais, a cartomante estabeleceu uma hierarquia entre as sacerdotisas no Rio de Janeiro, argumentando que “as verdadeiras são de importação e anunciam. Essas não se ocultam mais e dão consultas claramente” (DO RIO, 1976, p.64). O argumento é reforçado por uma colocação de João do Rio, que comentou:

Em meio tão variado há de haver ignorantes - a maioria - cartomantes que vêem nas cartas caminhos estreitos e caminhos largos e não sabem nem distribuir o baralho, sonâmbulas falsificadas, portuguesas e mulatas que se apropriam dos moldes dos africanos, e mulheres inteligentes que conversam e discutem. (DO RIO, 1976, p.62)

28 A expressão “ler a buena dicha” corresponde à ler a sorte ou o futuro do consulente, conforme aponta o Dicionário Michaelis e dicionários de época, como o Morais e Silva (1789).

No parágrafo é possível identificar uma rotulação que divide as cartomantes em dois grupos, aquelas que seriam intelectuais e as ignorantes. Entre as características das ditas ignorantes, que, segundo o autor, seriam a maioria, ressalta-se que tendiam a ser de nacionalidade portuguesa ou então mulatas. Nesse sentido, nota-se o princípio da competência das sibilas de importação comentado por Mme. Matilde não era abrangente para todas as estrangeiras, já que as portuguesas não seriam cartomantes legítimas.

Usando tal pressuposto a favor de si mesma, a sibila fez questão de salientar que, apesar de não ser estrangeira, teve aulas com dois importantes mestres das artes ocultas: Papus e Mme. de Thébes. O pseudônimo Papus designava o francês Gérard-Anaclet-Vincent Encausse, estudante enérgico das artes divinatórias e médico que, além de ser membro de sociedades famosas no fim do século XIX, como a *Theosophical Society* e a *Hermetic Order of the Golden Dawn*, se dedicou à escrita de importantes obras sobre o esoterismo, especialmente acerca do tarot (FARLEY, 2009).

Discípulo das ideias de Éliphas Lévi (1810-1875), ocultista famoso por propor associações entre a cabala e os baralhos, Papus foi o autor de *Le tarot des bohémiens* (1889), sua obra inicial, em que propunha conexões entre judaísmo, hinduísmo, cristianismo e os jogos de tarot. Em 1909, publicou *Tarot divinatoire: clef du tirage des cartes et des sorts* (1909), volume dedicado inteiramente à cartomancia e alinhado diretamente com o interesse cada vez maior pelo ocultismo na França (FARLEY, 2009).

Mme. de Thébes, ou simplesmente Anne Victorine Savigny, foi uma quiromante e adivinha que viveu entre 1845 e 1916 na França, tendo sido famosa especialmente pelas previsões relacionadas à eclosão da Primeira Guerra Mundial. É curioso notar como as previsões de Thébes cruzaram o continente Europeu, sendo alvo de uma reportagem do jornal da bucólica região de Hawke's Bay, na Nova Zelândia. A maior parte das previsões às quais o *The Hasting's Standard* se referia na edição 04 de junho de 1915 diziam respeito ao almanaque lançado pela sibila no mesmo ano. Uma vez vaticinada a guerra, Thébes continuou a discorrer a seu respeito em suas profecias.

Para os alemães, especialmente seu imperador, as notícias não eram as melhores, uma vez que a madame dizia no almanaque que “não é a águia da vitória que ele carrega sobre seu elmo” (THE HASTING'S STANDARD, 1915, Ed.457:2, tradução nossa). No caso dos austríacos, ela recomendava que as gentilezas das autoridades deveriam se sobrepor à sua grande avareza, evitando assim os atritos com as demais nações europeias e garantindo assim o sucesso financeiro e social do país.

Um tom ameno e otimista tomava as previsões acerca da terra natal de Mme. de Thébes. Aos franceses, evidenciava que

ao invés de sangue, ao invés de lágrimas, seria um glorioso ano entre os anos gloriosos

do passado francês, um ano em que a discórdia seria seguida de concordância (...) um ano de distensões seguidas de união entre as nações da Europa e das outras grandes nações além-mar (THE HASTING'S STANDARD, 1915, Ed.457:2, tradução nossa)

Nós, como observadores de um tempo que já se esvaiu, sabemos que o desfecho do ano de 1915, entretanto, não foi de comemoração para a França. Envolvidos diretamente na Batalha de Gallipoli, na Turquia, e na Batalha de Verdun, em solo pátrio, os franceses sofreram significativas derrotas e perdas humanas. O último conflito, inclusive, foi apelidado de “inferno de Verdun” (SKRZTEK, 2014, p.287). Entretanto, como abordaremos mais adiante, nem sempre a previsão atinge sua finalidade máxima, a de adivinhar algo sobre o futuro de pessoas e nações, o que não significa que tenha perdido plenamente sua efetividade no meio social e no âmbito da vida privada.

As pontuações tanto de João do Rio quanto de Mme. Matilde são bastante ricas, merecendo um esmiuçamento. Começemos, portanto, pelo panorama descrito por João do Rio em relação ao grande número de sacerdotisas no Rio de Janeiro. Analisando os jornais *Correio Mercantil*, *Gazeta de Notícias*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio* entre os anos de 1860 e 1884, recorte temporal estabelecido para minha dissertação de mestrado, é possível constatar a existência de pelo menos setenta pessoas oferecendo o serviço de cartomancia, sem considerar aquelas e aqueles que atuassem somente como nigromantes, magnetizadores, sonâmbulas, médiuns, dentre outros. Ou seja, de fato, desde o último quartel do século XIX já era observável uma multiplicação de indivíduos que se dedicavam à leitura da sorte no Rio por meio de diversas ferramentas.

Desse grupo de setenta cartomantes, 51,4% eram mulheres, enquanto apenas 8,6% eram homens. Existiam ainda aqueles ou aquelas que não explicitaram nas propagandas e textos o seu gênero, correspondendo a 40% do total. Se bem observarmos as menções em *As religiões no Rio*, nota-se que João do Rio cita e entrevista somente cartomantes do gênero feminino. Investigando a atuação de cartomantes na França do século XIX, o historiador Georges Minois propõe a ideia de que a predição é um ofício predominantemente feminino, uma vez que, segundo ele, as mulheres possuem maiores afinidades com o subjetivo e, porque não, o sobrenatural. Adentremos então em algumas reflexões sobre as associações entre as mulheres e a adivinhação.

### **A cartomancia e o feminino**

As conexões entre o feminino e a adivinhação remontam à Antiguidade, com as pitonisas e sibilas. Segundo Maria Cláudia Magnani, essas mulheres “faziam o elo entre o profano e o sagrado atendendo à necessidade humana tanto de se comunicar com o transcendente, como de saber dos acontecimentos porvindouros” (MAGNANI, 2016, p.116). Indispensáveis, àquele momento, enquanto intermediárias do que Francisco Bethencourt (2004) identificou como entrelaçamento das dimensões hori-

zontal, o relacionamento entre homens e mulheres, e vertical, entre humanidade e o universo, as denominações não se perderam ao longo dos séculos. Essa permanência é notável, por exemplo, quando observamos uma quiromante e cartomante que atuava no Rio de Janeiro em 1865, Hilda, autodenominando-se “sybilla americana” (JORNAL DO COMMERCIO, 1865, Ed.218:1).

Segundo a Srta. Lelièvre, cartomante francesa que atuava na década de 1840, o público em geral se sentia mais confortável em consultar cartomantes mulheres pois elas possuíam “um conhecimento mais perfeito do futuro e uma comunicação mais íntima com os espíritos”(MINOIS, 2016, p.527), pressuposto que igualmente ecoava nas ideias de Papus, que acreditava que as mulheres teriam maior facilidade no manuseio das cartas de forma divinatória (CAVENDISH, 1986 apud FARLEY, 2009).

Lelièvre ressaltava, similarmente, o papel terapêutico das consultas, que funcionavam predominantemente como espaços para conselhos e resgate de esperanças acerca do porvir do que necessariamente por experiências sobrenaturais de fato. O papel social da cartomania (MINOIS, 2016), logo, englobaria mais o aspecto psicológico do que efetivamente uma conexão com o Deus Futuro (DO RIO, 1976), como cunhou o cronista carioca ao referenciar o campo de operação dos prognosticadores.

Anos depois e do outro lado do Atlântico, Mme. Matilde pontuava que o papel das sacerdotisas era o de consoladoras das aflições vivenciadas cotidianamente por quem as consultava. Ela ainda questiona:

Sem nós, que seria das cidades? Os senhores andam à cata do documento humano. Nós temos à mão, todos os dias, as tragédias, os dramas e as comédias de que se faz o mundo. À nossa casa vêm as mulheres ciumentas, os que desejam a morte e os que desejam amor. Os adultérios, os crimes, os remorsos, a luxúria, as vergonhas fervilham. Nós consolamos (DO RIO, 1976, p.64).

Fosse em meados de 1906 ou no último quartel do século XIX, no Brasil ou na França, é possível estabelecer minimamente algumas conclusões sobre a cartomania e quem a praticava. Primeiramente, verificou-se uma predominância feminina que extrapola a explicação naturalizada do elo entre mulheres e o sobrenatural, podendo ser elucidada por meios mais mundanos. Para Michelle Veronese, a inserção nesse tipo de práticas, “que transitavam entre o possível e o impossível, o natural e o sobrenatural” (VERONESE, 2017, p.63), possibilitavam uma dupla possibilidade para as mulheres que a elas se dedicavam: a de subsistir e a de alcançar espaços de poder que, por outros meios, tornaria-se uma tarefa ainda mais árdua.

Ao oferecer tais serviços, essas mulheres se aproximam também da esfera pública. Tal introdução ao âmbito público é perceptível tanto pelo próprio emprego de publicidades em grandes jornais com o intuito de propagandear os serviços, quanto pelas próprias observações em torno do ofício e da figura das cartomantes na imprensa. Nesse sentido, às explicações baseadas no imaginário cultural e social sobre a ligação entre cartomania e as mulheres, tais como uma maior tendência a compreender o subjetivo e a maior conexão com a esfera sobrenatural, soma-se a

hipótese, já aplicada por Michelle Veronese às sonâmbulas, da utilização do ofício como meio de adentrar em espaços de conhecimento e autoridade, bem como uma forma de garantir dinheiro para suas necessidades e até mesmo, no caso de algumas, uma vida suntuosa.

Ainda que tenha citado em *As religiões no Rio* uma heterogenia dos espaços geográficos e sociais ocupados pelas “sacerdotisas do futuro”, o repórter-*flâneur* se deteve, nas entrevistas, a conversar com mulheres de algum prestígio e com condições um pouco melhores para se estabelecerem na cidade, como a já citada Mme. Matilde e “a Corcundinha da rua General Câmara” (DO RIO, 1976, p.63). No caso do livro *A alma encantadora das ruas*, porém, o cenário se inverte e o cronista adentra em uma esfera menos glamurosa do mundo das predições. É nesse panorama bem mais modesto que os caminhos de João do Rio se interligam aos da Sra. Concha de Salamanca, outra personagem fundamental na história que pretendemos contar aqui.

### **Comunicação com os mortos e leitura da buena dicha: Sra. Concha de Salamanca**

*A alma encantadora das ruas* pode ser considerada uma leitura a contrapelo acerca da cidade maravilhosa no início do século XX, antagonicamente dispendo a realidade de estivadores, mendigos, mercadores, artistas, dentre tantos outros, à cidade ideal, delineada em moldes afrancesados no século anterior e materializada em reformas como o “Bota-Abaixo” do prefeito Pereira Passos a partir de 1903. A rua era, para João do Rio, muito mais do que um emaranhado de edifícios, espaços e corpos pela cidade. Em sua obra, o jornalista buscou traduzir aos leitores o entrelaçamento da rua com aqueles que nela transitavam e habitavam, a verdadeira alma das ruas.

Dentre muitos outros temas, sujeitos e sujeitas, o João se dispõe a pensar sobre as mulheres mendigas, descritas pelo *flâneur* como

amorosas exploradas, ardendo ainda em raiva passional, eram vítimas do caftismo sentindo no lábio o freio de lenocínio, eram cocottes do chic, escalavradas de sífilis, na dor do luxo passado, e velhas, velhas sem pecado, que a miséria, a ingratidão e a misteriosa fatalidade desfaziam nos mais amargurados transe (DO RIO, 2013, p.227).

Segundo ele, nesse grupo, havia uma multiplicidade de mulheres, algumas eram “burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas por *caftens*, cegas que vêem admiravelmente bem, chaguentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas” (DO RIO, 2013, p.221). As desvalidas nem sempre recorriam unicamente à benevolência e caridade dos transeuntes da cidade, desenvolvendo alguns outros mecanismos para subsistir. A Sra. Concha certamente era uma delas.

Descrevendo a mulher como integrante de um grupo que poderia chamar de “pitonisas ambulantes” (DO RIO, 2013, p.225), João do Rio nos conta um breve

resumo acerca de sua atribulada vida e de sua chegada ao Rio de Janeiro. A cartomante espanhola, durante sua juventude, desfrutou da companhia de amantes ricos e frequentou ambientes luxuosos. Já no Brasil, precisou atuar como criada para garantir seu sustento. A partir da breve apresentação traçada em *A alma encantadora das ruas*, não é possível afirmar se a mulher simultaneamente exerceu atividades como serviçal e pitonisa. Entretanto, a pequena introdução à cartomante permite observar com clareza como práticas místico-religiosas e esotéricas estiveram atreladas a outros serviços diversos praticados por mulheres naquele período.

O cronista explicitou de formas variadas o que considera como uma inclinação especial à cleptomania por parte da Sra. Salamanca, inserindo-a no conjunto das “vagabundas ladras” (DO RIO, 2013, p.226) e salientando que se esgueirava pelas estalagens e ruas sob o pressuposto de ler a *buena dicha* para roubar os desprevenidos com quem cruzasse. Sobre o aspecto gatuno da cartomante, não possuímos maiores evidências além do que foi relatado pelo repórter-*flâneur*, sendo inviável, portanto, aferir se de fato a mulher recorreu aos furtos como forma de ganhar a vida.

Nem sempre Concha foi uma cartomante ambulante pelas ruas cariocas. Em 1875, lê-se na *Gazeta de Noticias* o seguinte anúncio:

Cartomante. Acaba de chegar á esta cidade, pela primeira vez, a grande cartomante D. Sibillia Concha de Salamanca, que tem estudos de micromancia da escola das profundissimas cavernas de Sevilha, Toledo e Salamanca. Faz passar uma corrente magnetica e electrica a todas as pessoas que sejam infelizes no amor e em todos os seus negocios e passa a dar-lhes felicidade em tudo que quizerem utilizar-se do seu prestimo o pódem fazer em todas as segundas, terças, quartas e sextas-feiras, desde as 9 horas da manhã até as 4 da tarde; na rua Alfandega n.258, sobrado. -D. Sibilia Concha de Salamanca (GAZETA DE NOTICIAS, 1875, Ed.142:4).

Sobre a publicidade, que foi republicada na *Gazeta* três vezes, entre maio e junho de 1875, podemos realizar alguns apontamentos. A análise de anúncios de mulheres cartomantes entre 1860 e 1884 demonstrou uma multiplicidade de serviços que poderiam ser oferecidos nos consultórios, sobrados e quartos das mesmas. A aplicação de correntes magnéticas para fins diversos, além de estar atrelada diretamente ao ofício dos magnetizadores e sonâmbulas<sup>29</sup>, foi citada pelas cartomantes Mme. Potier, em 1860, e Thereza Meraldi, em 1876.

A associação da cartomancia à necromancia, esta segunda descrita pelo *Diccionario da lingua portugueza* de 1789 como “a arte de evocar os mortos, para revelar o futuro, ou o que é oculto”(SILVA, 1789, p.342), pareceu ser mais incomum no caso das cartomantes analisadas, ainda que pudessem ser encontradas mulheres que se dedicassem à atividade no mesmo período que Concha no Rio de Janeiro, como

29 O magnetismo se caracteriza pela crença na circulação de fluidos magnéticos pelo corpo humano, acreditando que os magnetizadores poderiam controlá-los e assim curar moléstias. O sonambulismo seria um estado de transe mediúnico, por vezes provocado pelo magnetismo, utilizado especialmente para finalidades de adivinhação ou em cultos mediúnicos. Os pressupostos de ambas as práticas foram popularizados principalmente por Franz Anton Mesmer.

foi o caso de Zarah, uma muçulmana que dava consultas de “chyromancia e nigromancia” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1875, Ed. 67: 4) na rua General Câmara, n.210. Nesse sentido, é interessante salientar como as práticas mágico-religiosas e esotéricas desenvolvidas no Rio não podem ser observadas de maneira compartimentada, uma vez que era comum que um indivíduo ofertasse mais de uma “arte” para que se atingissem os fins almejados pela clientela.

Um outro ponto digno de nota no anúncio da Sra. Concha de Salamanca é a criação de uma atmosfera misteriosa na narrativa que compõe o anúncio. Apesar de se consolidarem como formas diferentes de expressão do contato de seres encarnados com imaterial, a necromancia possui aspectos muito similares aos do *modern spiritualism* americano. Em alta nos Estados Unidos a partir de 1840, a vertente se diferenciava do espiritismo kardecista francês especialmente por, frequentemente, cobrar ingressos para que os interessados pudessem participar das sessões, bem como o recorrente emprego dos transe mediúnicos para adivinhações e demonstrações públicas.

Durante a segunda metade do século XIX, a curiosidade quanto ao mundo espiritual, fosse por meio de oráculos, transe ou mesas girantes, se alastrava pela Europa e pelos Estados Unidos. No caso do Brasil, os navios vindos do exterior trouxeram consigo, além de homens e mulheres imigrantes, o crescente fascínio pelo além-túmulo, possibilitando também a expansão do *modern spiritualism* e do kardecismo. Michel Pierssens (2007), amparado pelas diversas caricaturas publicadas pelo ilustrador Honoré Daumier durante a segunda metade do Oitocentos em periódicos franceses, chega a cunhar o termo *fluidomanie*, derivado diretamente das ideias de fluido magnético popularizadas pelo magnetismo, para se referir ao febril interesse pelo sobrenatural no período.

Não podemos desconsiderar, porém, que, antes da chegada das ideias desses movimentos ao Brasil, já existiam outros tipos de religiosidades onde a comunicação com os mortos era uma das bases, como é o caso de algumas vertentes ligadas a cultos africanos e afro-brasileiros. Sendo assim, buscamos ressaltar que existia um ambiente propício para que o imaginário popular acerca do contato com o além florescesse e possibilitasse a oraculistas, médiuns e necromantes um frutífero meio para se manterem financeiramente.

Entretanto, cabe aqui realizar um adendo importante tanto na definição do contexto em que se inseriram esses praticantes quanto para compreender mudanças significativas na forma como essas atividades eram enxergadas pelas autoridades. Segundo a Constituição de 1824, apesar de a religião oficial do Estado ser o catolicismo, outros cultos e práticas poderiam ser realizados de modo doméstico, desde que “sem forma alguma exterior do Templo” (BRASIL, 1824, Art.5).

Na prática, porém, o que se observou foi um indiscutível encaixe aos cultos ligados às matrizes africanas e às “casas de dar fortuna”, locais onde eram praticados ritos de origem africana e onde se estabeleciam relações de sociabilidades entre libertos, escravizados e africanos livres, bem como brancos (ALMEIDA, 2016).

Como exemplo, podemos citar o caso de um pequeno texto, assinado por “uma alma envenenada pela preta Maria”, onde os “moradores da rua do Dr. Araujo Leitão (no Cabuçú) agradecem as providencias que V. Ex [o chefe de Polícia] deu em mandar dar busca ás casas de fortuna dos pretos minas Ambrosio e Severiano, que tanto mal estão fazendo aos referidos moradores” (GAZETA DE NOTICIAS, 1884, Ed. 123: 3).

A criação de uma legislação específica que punisse a prática de feitiçaria, magias diversas, cartomancias e construção de amuletos, dentre outras práticas, data de 1890, com a criação do Código Penal republicano, onde o artigo 157 determinava pena de prisão celular e multa de 100\$ a 500\$000 para quem praticasse “o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública” (BRASIL, 1890, Art.157).

Antes da edição do Código, no entanto, já eram utilizadas outras estratégias para intimidar e punir aqueles que se dedicavam às atividades enquadradas no artigo 157. Segundo Gabriela dos Reis Sampaio (2003), apesar de a Junta de Higiene possuir um regulamento que poderia servir como forma de repressão, ele raramente serviu como um parâmetro real para aplicação das punições. No caso do afamado feiteiro carioca Juca Rosa, cuja trajetória foi analisada por Sampaio em sua tese de doutorado<sup>30</sup>, a condenação se deu por estelionato, justificado no fato de que o “Pai Quilombo”(SAMPAIO, 2003), como era chamado, cobrava pelos rituais que realizava para aqueles que o buscavam pelos mais variados motivos.

As relações entre autoridades e os que se dedicavam ao sobrenatural, portanto, dependiam de diversas variáveis. A dimensão dada por Emerson Giumbelli, amparado pelos estudos precedentes de Yvonne Maggie<sup>31</sup>, sobre as concepções de “alto” e “baixo” espiritismo nos auxiliam a compreender melhor a lógica de operação das ofensivas contra cultos mediúnicos e consultas. Segundo ele, os principais fatores de diferenciação do baixo espiritismo em relação ao alto, segundo explicitado em processos-crime e relatórios policiais analisados por ele (GIUMBELLI, 2003), eram a tendência de enganar a população, o uso da atividade como fim de geração de rendimentos financeiros e a possibilidade de utilização para o mal (GIUMBELLI, 2003).

A associação negativa entre o contato com o além e a possibilidade de se ganhar dinheiro a partir disso prejudica especialmente aqueles que empregavam oráculos como maneira de se sustentar ou auxiliar na composição de sua renda. Enquanto o “alto” e, portanto, benéfico espiritismo agia pela caridade, os agentes do “baixo” e maléfico espiritismo visavam somente à materialidade (GIUMBELLI, 2003). Como observaremos mais tarde neste trabalho, explicar o denso caldeirão de práticas mágico-religiosas, esotéricas e espiritualistas presentes na segunda metade do século

30 Ver mais em: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. A história do feiteiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial. 2000. 271p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

31 Ver MAGGIE, Yvonne. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.



XIX e início do século XX a partir de maniqueísmos não abrange sua complexidade.

Tais delineamentos sobre o contexto no qual se inseriam os praticantes da magia, das adivinhações e de religiosidades espiritualistas são importantes para evidenciar uma progressiva repressão às práticas que, se antes eram alvo de críticas jornalísticas publicadas nos jornais ou, em alguns casos, classificadas como estelionatos, serão enquadradas no final do século nas especificações do artigo 157 do Código Penal. A conjuntura nos interessa especialmente pois grande parte dos sujeitos que entrecortam a pesquisa vivenciaram a transição entre os dois períodos, como parte dos “mercadores” do sobrenatural ou como observadores.

Voltando aos tipos de anúncio e o emprego de narrativas diversas, nota-se que em alguns casos, cartomantes, necromantes, feiticeiros e sonâmbulas se restringiram a mencionar os tipos de serviços e oráculos utilizados, bem como onde a clientela poderia encontrá-los, talvez em virtude da pouca possibilidade de investir em textos maiores a serem publicados. Como exemplo, podemos evocar um anúncio de Mme. Jenny, onde é possível ler: “Cartomante. Mme. Jenny dá consultas todos os dias, na rua Nova do Ouvidor, n.22, placa, sobrado” (JORNAL DO COMMERCIO, 1875, Ed.42:6).

Quem optava por anúncios mais longos e mais descritivos geralmente o fazia inserindo nas linhas e entrelinhas do texto indícios que convencessem o público de sua proficiência nos assuntos ocultos. No caso de Thereza Meraldi, cartomante, magnetizadora e professora, alguns dos longos anúncios, que continham inclusive uma gravura da mulher, traziam a seguinte descrição:

Professora Thereza Meraldi. Sonambula magnetizadora e a maior cartomante da época. Mme. Meraldi já é muito conhecida e afamada por todo mundo. Recém-chegada a esta corte de volta da viagem que fez à Europa, e tem a honra de oferecer suas salas de consultas a todas as pessoas que desejarem consultar. A professora fala cinco idiomas. Rua da Carioca 128 (JORNAL DO COMMERCIO, 1877, Ed.236:6).

Apesar da utilização constante de palavras que ressaltavam sua superioridade enquanto magnetizadora e cartomante, Meraldi não se utilizava de uma narrativa sibilina como a da Sra. Concha para anunciar seus serviços, preferindo elucidar aos interessados que era bem ambientada no exterior e que falava cinco idiomas, demonstrando ser uma pessoa culta e de maneiras refinadas, num molde bastante parecido com o sugerido por João do Rio e Mme. Matilde ao falar sobre as cartomantes de importação.

Em um outra publicidade, publicada em 15 de março de 1878, Thereza Meraldi inclusive se intitulou como “professora de varias sciencias” (JORNAL DO COMMERCIO, 1878, Ed.74:8), explicitando assim que, além de ser excelente praticante de magnetismo, sonâmbula e cartomante, exercia com maestria o papel de preceptora, ainda que não esclarecesse nos anúncios as ciências e campos nos quais atuava.

Acerca da necromante e cartomante das profundíssimas cavernas da Salamanca, fora os anúncios e a presença em *A alma encantadora das ruas*, pouco mais pôde

ser encontrado, tal como é o caso de muitas das cartomantes cujos anúncios puderam ser analisados em minha dissertação de mestrado. João do Rio terminou sua menção à Concha de Salamanca *n’A alma* dizendo algo que se aplica não somente a ela, mas a todo o universo de preditores da *buena dicha* que ofereciam seus serviços no Rio à época: “Quem nestas épocas dispersivas, deixará de saber da própria sorte?” (DO RIO, 2013, p.226).

### **Mme. Armand e Constance Saillan: a cartomancia associada aos ofícios “mundanos”**

Como Concha, outras mulheres, principalmente estrangeiras, enxergaram no sobrenatural uma maneira de se sustentarem terrenamente. Não pretendo aqui dizer que toda a cartomante o era em virtude da escassez financeira ou como maneira de complementar a renda própria ou familiar. Essa afirmação seria facilmente desmentida, por exemplo, pelas afirmações de Mme. Matilde e pelos próprios escritos de João do Rio. Entretanto, como nos revela o próprio caso de Concha e de outras mulheres, a cartomancia representou uma maneira de ganhar a vida em terras brasileiras.

Mme. Armand, francesa, mandou publicar nas páginas do *Jornal do Commercio* em 1874 o seguinte texto: “Mme. Armand. Cartomancia. Sistema Lenormand: consultations de horas da manhã às 8 horas da noite. Também se encarrega da correspondência. Lições de francês, escrita, leitura, aritmética: rua da Assembléa, n.113, 2º andar” (JORNAL DO COMMERCIO, 1874, Ed.303:5). Em adição ao anúncio em português, havia a versão em língua francesa.

Ainda que não se autodenominasse em seu anúncio como professora, tal como Thereza Meraldi, nota-se mais uma vez a associação de atividades de ensino com a cartomancia. Apesar de Armand anunciar durante quatro anos consecutivos na Corte, parcas descobertas foram feitas sobre ela além dos serviços que oferecia e que permaneceu todo esse tempo no endereço da Rua da Assembleia.

Um outro caso de conciliação entre ofícios mundanos e o mundo das cartas foi o de Constance Saillan. Tendo sido dona de alguns estabelecimentos comerciais na cidade, como “A Violeta dos Alpes (...) loja de perfumarias de varios fabricantes, luvas, gravatas, bengalas, camisas, meias, chapéos e diversos objetos de fantasia” (JORNAL DO COMMERCIO, 1870, Ed.20:7) e uma loja de bonecos situada na Rua do Ouvidor (GAZETA DE NOTICIAS, 1876, Ed.111:3), no ano de 1876 a mulher faz uma curiosa proclamação no *Gazeta de Noticias*, dizendo que:

Mme Constance Saillan e não Saillan Constance, como por engano publicaram os jornaes, bem conhecida n’esta corte, onde teve lojas de bonecos nas ruas de S.José, travessa de S. Francisco de Paula e por último na rua do Ouvidor, n.41, cujo importante estabelecimento passou ao negociante d’esta praça Figueira de Mello, abandonando o commercio resolveu voltar á sua antiga profissão de cartomante, para o que fez e realisou uma viagem á França com o fim de estudar os processos e systemas mais accitos d’esta sublime arte; tendo chegado de volta á corte no vapor 9 do corrente, participa ao publico que associou-

-se ao bem conhecido cartomante Poitier, á rua de S.José n.45, 1º andar, onde reside com o professor habilissimo dá lições, consultas e bota carta pelo modico preço de 1\$000 por cada pessoa (GAZETA DE NOTICIAS, 1876, Ed.111:3)

A desistência de Saillan em atuar como comerciante no Rio é prenunciada pelo texto acima e confirmada por uma outra publicidade, de 1879, quando fez saber ao público que “continúa a fazer vestidos da ultima moda por preços muito reduzidos, na rua da Uruguayana, n.51, 1º andar”(JORNAL DO COMMERCIO, 1879, Ed.343:6). Pelo extenso texto publicado em 1876 no *Gazeta* podemos notar que Constance Saillan já havia se dedicado à cartomancia em momentos anteriores de sua vida, resolvendo “voltar á sua antiga profissão”(GAZETA DE NOTICIAS, 1876, Ed.111:3), tendo, para isso, ido à Europa para se aperfeiçoar no officio, hábito citado por diversas cartomantes em suas publicações na imprensa.

Diferente de Armand ou Concha, Constance opta por se associar a um já conhecido cartomante francês da Corte, Monsieur Potier, que dava consultas no número 45 da Rua de São José. M. Potier era filho de uma outra cartomante que atuava na corte desde 1860, Mme. Potier, que repassou ao filho “trabalhos todos particulares sobre cartomancia” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1870, Ed.216:4). Ainda que explicitamente tenha divulgado sua conexão com o *monsieur* somente em 1876, é digno de nota que “A Violeta dos Alpes”, loja de Saillan, se situava, em 1870, no mesmo endereço ocupado pela família Potier a partir de abril de 1870.

Não sabemos por quanto tempo M. Potier e Constance trabalharam como associados no officio da cartomancia, uma vez que a mulher não anunciava nos jornais e o *monsieur* manteve a mesma estrutura de publicidades, sem fazer saber ao público que contava com uma nova cartomante no sobrado. Em julho de 1879, no entanto, a *Gazeta da Noite* traz a informação de um leilão de móveis quase novos na Rua do Riachuelo, n.157, pertencentes à Mme. Saillan, que se retirava “para a província de Minas” (GAZETA DA NOITE, 1879, Ed.76:4). Presume-se, portanto, que à essa época a sociedade com M. Potier havia sido rompida.

A estadia da cartomante em Minas Gerais não dura muito tempo. No fim de outubro de 1879, observa-se um novo anúncio dizendo que Mme. Saillan continuava “a fazer vestidos da ultima moda por preços muito reduzidos” (JORNAL DO COMMERCIO, 1879, Ed. 343:6). A versatilidade da mulher revela muito mais uma necessidade de diversificar suas atividades para subsistir no Rio de Janeiro do que necessariamente uma brilhante gama de habilidades. Isso se confirma quando observamos que Constance menciona um abandono do comércio, possivelmente pois os empreendimentos de perfumaria e bonecos não eram suficientemente rentáveis.

Os esforços de Constance Saillan para retomar sua empreitada no âmbito da cartomancia parece ter dividido espaço com outras formas de ganhar a vida na cidade. Após o anúncio da parceria com Potier, não foram obtidas outras informações sobre o que fazia Saillan até 1879. Não se sabe se concomitantemente aos trabalhos no ateliê Constance continuou a atuar como cartomante, uma hipótese que poderia

ser um tanto quanto viável tendo em vista a já descrita associação entre diferentes ofícios e a cartomancia.

A atuação de mulheres francesas no ramo da cartomancia e seus recorrentes anúncios na imprensa no Rio datam do início da década de 1860. Seu sucesso nos jornais parece ter sido uma somatória de alguns fatores. A historiadora Lená de Medeiros Menezes (2004) aponta que, após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, observou-se um crescimento da influência cultural francesa em terras tropicais, conectando-a especialmente ao requinte que prevaleceu durante o *Ancien Régime* francês. O especial apreço pelo que era oriundo de Paris pode se justificar por uma oposição entre a Europa ativa, que seria marcada pelos avanços tecnológicos e pela industrialização, e a Europa passiva, predominantemente agrícola (MENEZES, 2013), esta última representada, especialmente, pelos países ibéricos.

Segundo a autora, “o ‘vestir-se à francesa’ e o ‘comportar-se à francesa’, como também o ‘amar à francesa’ - e as francesas -, passaram a ser ações identificadas com o ‘bon-ton’ e com um viver civilizado”(MENEZES, 2004, p.14). Tal cenário coincide com a menção que o jornalista Brito Broca faz à febril influência da França na cultura brasileira do final do século XIX e início do século XX, apelidando-a de “parisina” (BROCA, 2005). Esse cenário de fascínio propiciou um ambiente prolífico para que imigrantes franceses se estabelecessem no país e atuassem em uma gama ampla de serviços, dos ofícios envolvendo moda e beleza aos negociantes, como demonstra a historiadora Giselle Pereira Nicolau<sup>32</sup> em sua tese sobre imigração francesa no Brasil e o mundo do trabalho.

No caso da cartomancia, à “parisina” somou-se uma tradição francesa no ocultismo em geral que remonta o período pré-revolucionário. Desde a virada do século XVIII, a leitura de cartas não era mais apenas uma das múltiplas possibilidades compreendidas pela predição popular, adentrando nos *soirées* requintados das classes médias urbanas e atraindo um público naturalmente mais abastado (MINOIS, 2016). Inicia-se então um período em que baralhos específicos para fins esotéricos, como o *Le Grand Etteilla* (1850), começaram a ser impressos e estudiosos do ocultismo, como Éliphas Lévi e Papus, estavam propondo associações entre as cartas e as mais variadas doutrinas, bem como espalharam-se os manuais próprios para auxiliar quem se dispusesse a aprender os mistérios das cartas (FARLEY, 2009).

## Considerações Finais

A análise histórica sobre a prática da cartomancia no fim do século XIX revela uma curiosa intercessão entre tempos. O primeiro, o tempo da cartomante, que, ancorada no presente, prometia aos interessados desvendar o que o futuro reservava. As previsões nem sempre se concretizaram, como demonstramos no caso de Mme de Thébés e o ano de 1915 para a nação francesa. Consulentes e sibilas, como

<sup>32</sup> Ver mais em: NICOLAU, Giselle P. Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914). Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

qualquer outro sujeito histórico, não escaparam das particularidades, influências e inseguranças de suas épocas, e, tampouco, as previsões das últimas. O olhar histórico, portanto, retrospectivo, fornece maneiras de analisar, simultaneamente, as duas temporalidades envoltas no fenômeno preditivo, possibilitando assim compreender seu papel social.

O que as histórias da Sra. Concha de Salamanca, Mme. Matilde, Mme. Armand e Constance Saillan e de tantas outras cartomantes nos revelam sobre o universo da cartomancia no Rio de Janeiro é a impossibilidade de tratar a leitura de cartas sob um viés único, homogeneizando práticas e praticantes. Havia as mulheres que se sustentavam a partir da leitura de cartas, outras que viviam em verdadeiros palacetes na cidade, sibilas de origem estrangeira e nascidas em terras brasileiras, aquelas que praticavam outras artes ocultas e ainda outras que se dedicavam duplamente a atividades terrenas, como a costura e o ensino, e à cartomancia.

As percepções de João do Rio acerca dessas mulheres encantadoras presentes em *As religiões no Rio* e *A alma encantadora das ruas* nos ajudam a enxergar espaços que, na imprensa, permanecem enigmáticos. Assim como ressaltaram Sandra Pesavento e Sidney Chalhoub, a literatura, desde que bem ancorada no tempo que a produziu e pensada criticamente, possibilitou a apreensão de algumas construções de imaginário acerca das cartomantes e seu trabalho, vislumbres das motivações que levaram algumas dessas mulheres a se dedicar a esse ofício, além de fornecer pistas sobre a multiplicidade de nacionalidades das cartomantes e suas condições econômicas.

A emersão dessas imagens sensíveis do mundo, como cunhou Pesavento, revelou os nós entre imigração e cartomancia, que já se mostravam nas publicidades dos periódicos. Seja pela menção de Mme. Matilde acerca da excelência de sibilas vindas do exterior ou pela evidenciação dos inúmeros deslocamentos da Sra. Concha de Salamanca, o elemento estrangeiro sempre esteve presente. Muitas foram as cartomantes que se utilizaram das conexões com a Europa para transmitir em suas narrativas a ideia de refinamento e tradição. Por outro lado, a partir das entrelinhas dos textos de João do Rio e dos anúncios na imprensa, fica evidente também uma utilização da cartomancia num âmbito um tanto menos “glamourizado” por imigrantes, em conjunto com outras atividades para subsistirem na Corte.

O vínculo entre gênero e cartomancia igualmente foi um aspecto ressaltado pelas documentações evocadas no presente estudo. O fato de João do Rio dedicar um capítulo inteiro de *As religiões no Rio* às sacerdotisas se cruza ao levantamento realizado sobre as cartomantes nas décadas anteriores: a leitura de cartas é exercida predominantemente por mulheres. A demanda pelos serviços, movida pela curiosidade, pelo desespero e por outras tantas motivações, poderia prenunciar o sucesso dos esforços. Nesse sentido, o questionamento de João do Rio, já evocado aqui outras vezes, se faz novamente atemporal e revelador sobre aqueles e aquelas que se encontravam em ambos os lados do processo de leitura das cartas: quem, em tempos incertos, deixaria de saber de sua própria sorte?

## Referências

### Fontes

#### Leis:

BRASIL, Decreto nº847, de 11 de outubro de 1890.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824.

#### Periódicos:

*Jornal do Commercio* (1865-1879)

*Gazeta de Noticias* (1875-1876)

*Diário do Rio de Janeiro* (1870)

*The Hasting's Standard* (1915)

#### Bibliografia:

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BULHÕES, Marcelo. João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 32, pp. 78-84, 2007.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DO RIO, João. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, Coleção Biblioteca Manancial, 1976. (Domínio Público).

\_\_\_\_\_. *A alma encantadora das ruas*. Editora Google Inc, 2013.

FARLEY, Helen. *A Cultural History of Tarot: From entertainment to esotericism*. Londres: I. B. Tauris. 2009.

GIUMBELLI, Emerson. O “baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 247-281, jul/2003.

MAGNANI, Maria Cláudia. Sibilas: da Babilônia ao Brasil. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Estudos Literários, v.20, n.2, p. 115-138, 2016.

MENEZES, Lená Medeiros de. Francesas no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak ‘Laemmert’ (1844-1861). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 165, n. 423, p. 11-31, abr./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Imigração europeia no Brasil: discursos, práticas e representações (1870-1930). *Latinidade*, Rio de Janeiro, p. 73-84, Edição Especial 2013.

- MINOIS, Georges. *História do futuro: dos profetas à prospectiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- NICOLAU, Giselle P. *Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914)*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris individualidade e trabalho intelectual. *Tempo Social*, São Paulo, v.12, n.1, pp. 11-28, 2000.
- PIERSSENS, Michel. *Fluidomanie*. Romantisme, n.138, v.4, p.75-88, 2007.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUB, Sidney et al (org). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, Unicamp, 2003.
- SILVA, Antonio de Moraes. BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789, v.1.
- SKRZTEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhas da Primeira Guerra Mundial, *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v.14, n.2, jul, 2014, pp. 280-291
- VERONESE, Michelle. *De silêncios e resistências: sonâmbulas, magnetizadoras e outras esquecidas do espiritismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

# Seriam elas profissionais? Mulheres e o exercício das letras no jornalismo (Rio de Janeiro, século XIX)

*Cristiane Ribeiro*<sup>33</sup>

## Introdução

*“Among the passengers leaving for the United States, per ss. Advance, on the 5th inst., was Mme. Corina Coaracy, of the editorial staff of the Paiz, who we believe is the Only lady in Brazil who has adopted journalism as a profession” (The Rio News, 1891, Ed. 36:4).*

Por conta de problemas de saúde, Corina Coaracy necessitou se ausentar do Brasil nos meses finais do ano de 1891. A sua ida para os Estados Unidos foi bastante comentada na imprensa carioca, e chama atenção a informação que um desses meios de comunicação, o *The Rio News*, fez questão de destacar em sua publicação informativa - a de que ela foi a única senhora que adotou o jornalismo como profissão no Brasil. José do Patrocínio, do mesmo modo, também deu coro a discussão, ao falar que “Corina Coaracy foi verdadeiramente jornalista.<sup>34</sup>” As questões por si só são bastante intrigantes, uma vez que o debate sobre profissionalização ainda caminhava a passos vagarosos naqueles fins do século XIX. Em compensação, o excerto dá indícios sobre outras maneiras de pensar a ideia de profissionalização em relação às mulheres do período, buscando, junto ao amparo da crítica feminista, repensar os lugares que elas vinham ocupando no universo das letras jornalísticas desde aproximadamente 1850, uma vez que as associações e instituições catedráticas não abriram suas portas.

Corina Coaracy, talvez por sua vasta atuação na imprensa diária, foi vista por muito tempo como a única jornalista profissional. Isso se deve ao fato de que ela frequentou amplamente os círculos jornalísticos de seu tempo, tanto no dia a dia das redações, dos cafés e livrarias na Rua do Ouvidor quanto nas relações pessoais e profissionais que manteve com grandes nomes desse universo, dentre os quais podemos destacar Jovino Agres e Eduardo Salamonde, sócios acionistas de O Paiz, o abolicionista José do Patrocínio, redator e proprietário da *Cidade do Rio*, Araripe Júnior, um dos pais fundadores da Academia Brasileira de Letras, além de literatos como Arthur Azevedo, Alcindo Guanabara e Álvares de Azevedo.

O reconhecimento de seu nome foi consenso entre o universo intelectual, tanto

---

33 Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integrante do Núcleo de Estudos da Edição, Literatura e Imprensa (NEELIM/ UNICAMP) e do Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEGH//USP). É também pesquisadora Associada do Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail para contato: crisdepaularibeiro@hotmail.com

34 *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro. 2 maio 1892. Disponível no Caderno de recortes de jornais sobre o falecimento de Corina Coaracy. Referência: BR RJFCRBAMLB C.Cy Dc 1 (Fundação Casa Rui Barbosa).



que após seu falecimento, em 1892, a redação de *O Paiz* foi agraciada com um retrato seu feito de crayon, realizado por um dos alunos de Antônio Parreiras, Madruga Filho, que ficou exposta nos corredores do jornal. Segundo a redação: “O retrato de Corina Coaracy, ora exposto, será depois colocado na sala da redação *d’O Paiz*, perpetuando ao menos em efígie, a presença da finada escritora, que tanto brilho emprestou as colunas da nossa folha.<sup>35</sup>” A ação corrobora com a valorização profissional de Corina Coaracy no universo jornalístico de seu tempo, fazendo com que seu nome permanecesse na memória das fileiras da imprensa brasileira. Infelizmente, o retrato existiu apenas até 1930, quando “o jornal foi selvagemmente empastelado em consequência da revolução. O retrato desapareceu, então, provavelmente destruído” (COARACY, 1959, p. 147).

Ao olharmos apenas para Corina Coaracy como figura que complexifica o debate sobre profissionalização intelectual feminina, corremos o risco de cair na excepcionalidade. O uso da palavra agrupa uma gama de tudo aquilo que ultrapassa e incomoda, tudo que não se assemelha ao normal, corroborando com a ideia sobre anormalidade feminina ao pensarmos nossas análises dentro dessa categoria, além de colocar as mulheres como exceções às normas do sexo. De acordo com Christine Planté (1988), uma mulher excepcional é vista, na maior parte das vezes, como um homem em um corpo de mulher. Quando uma mulher escreve obras, ela é vista como uma mulher autora, um homem é simplesmente o autor, o que é comum e universal, já que a regra que regia (e rege) os discursos normativos não era formulada para e nem pensada pelas mulheres.

Com o intuito de ir ao caminho oposto dessa discussão, queremos aqui considerar aquelas que iniciaram a labuta jornalística na década de 1850, lançando seus próprios empreendimentos para tratar sobretudo das reivindicações por direitos. Mulheres que não foram lembradas igualmente a Coaracy no âmbito profissional, mas que recorreram a diversas estratégias para se inserir no universo das letras. Nomes como Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, Gervazia Nunezia Pires dos Santos, Júlia Sandy de Aguiar, Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Amélia Carolina da Silva Couto vinham atuando na imprensa denominada de “feminina” ou “feminista” ao longo de todo o século (LÉVEQUÊ, 2009), seja como redatoras proprietárias ou colaboradoras esporádicas de artigos, crônicas e romances. Os negócios dessas mulheres sobreviveram à penosas custas, com vida efêmera e, muitos deles, com investimento próprio, sem o retorno necessário para subsistência ou pagamento de quadros pessoais. Questões que explicam as dificuldades no exercício intelectual e ajudam a complexificar o processo de profissionalização feminina, sobretudo ao pensarmos os construtos sociais de gênero necessários para a adequação ao modelo vigente, dos quais as mulheres eram sistematicamente excluídas por serem pensadas unicamente para o âmbito doméstico.

Para ilustrar, basta nos atentarmos para o fato de que, durante décadas, a histo-

35 Cidade do Rio. Rio de Janeiro. 1 junho 1892. Disponível no Caderno de recortes de jornais sobre o falecimento de Corina Coaracy. Referência: BR RJFCRBAMLB C.Cy Dc 1 (Fundação Casa Rui Barbosa).

riografia dedicou pesquisas apenas aos literatos/jornalistas que atuaram no universo intelectual do século XIX na imprensa (SODRÉ, 1999), uma historiografia universal que excluiu sistematicamente mulheres. O viver das penas permaneceu como uma das maiores utopias daquele momento, uma vez que até mesmo os grandes nomes como Machado de Assis, José de Alencar, Bernardo Guimarães e Gonçalves Dias foram impelidos no aparato público, buscando neste o salário não angariado com a escrita (MARQUES, 2003; 2010). O jornalismo tinha características bem peculiares que agregava literatura e informação, fazendo da escrita uma atividade social em múltiplos níveis – dos romances, poesias, crônicas, artigos, folhetins, informações, reportagem. As mudanças só começaram a ser mais perceptíveis a partir da década de 1890, contexto de transformação de pequenos negócios em grandes sociedades anônimas ou comanditas. Ou, indo ainda mais além, com a criação da Associação Brasileira de Letras (ABL), em 1897, e a Associação Brasileira da Imprensa (ABI), em 1908, instituições que dão novos contornos ao trabalho intelectual e jornalístico. Nesse contexto, “é preciso ressaltar como esses novos fazeres e temporalidades pesaram de maneira inversa sobre a atividade literária das mulheres nos jornais” (NERY, 2021, p. 73).

Como de praxe, a situação feminina ficou muito tempo inviabilizada na história da imprensa e do jornalismo brasileiro. Foi graças a epistemologia feminista que as páginas dos jornais do século XIX vêm sendo revisitadas em uma perspectiva dos estudos de gênero (SMITH, 2003; PERROT, 2005; TELLES, 2012; THÉRENTY, 2019), trazendo as mulheres jornalistas para o centro das análises. Como o universo intelectual, entendido aqui como atuação em jornais e publicações literárias, não era aberto de maneira igualitária às mulheres e, assim como os homens, não possibilitava remuneração que pudesse propiciar subsistência adequada, as mulheres entraram, inicialmente, com o objetivo de pautar as suas reivindicações por direitos. Em decorrência de todas as dificuldades colocadas, elas necessitaram expandir seus trabalhos, a título de exemplo, para a tradução, o magistério e o universo musical, atestando ainda mais a complexidade da profissionalização na perspectiva do gênero. Diferentemente do sexo masculino, os cargos públicos não lhes eram abertos e, no âmbito dos jornais, o cotidiano de trabalho dentro das redações ainda estava em construção. Isso porque os jornais percussores de mulheres tinham particularidades específicas que os inseriam dentro de uma pequena imprensa, isto é, publicação semanal, impressão a cargo de pequenos editores, sem quadro pessoal, trabalho acumulado nas mãos das redatoras, poucas colaboradoras e vida efêmera no espaço público.

Para dar luz a essas problemáticas, nosso objetivo é traçar o percurso realizado por mulheres desde meados de 1850, ocasião do surgimento do primeiro jornal feito por e para mulheres, o *Jornal das Senhoras*, e as transformações que transcorreram no universo jornalístico devido à presença de novas proprietárias. As dificuldades coercitivas de gênero impactaram o acesso delas nesse espaço, porém não significou que suas participações tenham sido nulas, pelo contrário, foi mais que significativa. Almejamos também pensar o processo de adequação dos negócios com o modelo he-

gemônico, isto é, jornais com maquinário próprio, tiragem diárias, noticiosos e com o aspecto propagandístico muito forte, uma vez que eram os anúncios o principal meio de angariar recursos para a continuidade da circulação.

Por fim, perceber o momento de entrada dessas mulheres para os quadros pessoais da grande imprensa e as dificuldades encontradas, como o caso de Corina Coaracy, corrobora com a nossa proposta de entender a evolução da profissão jornalística para mulheres no Brasil. Elencar as principais características desse jornalismo feito por essas mulheres e as distintas modificações com que passaram ao longo do século XIX, bem como investigar as principais *sujeitas* que se organizaram e atuaram, possibilita questionamentos substanciais para compreendermos as dificuldades profissionais que mulheres enfrentaram nos dois últimos séculos.

### **Uma novidade de mulheres: o Jornal das Senhoras e o incentivo à entrada feminina no universo dos jornais**

O ano era 1852 quando uma novidade aparecia no Rio de Janeiro. Um jornalzinho de características modestas, com poucas páginas e apenas duas colunas começava a ser impresso em um estabelecimento da badalada rua do Ouvidor. O empreendimento teve como idealizadora Joana Paula Manso de Noronha, uma professora argentina que veio para o Brasil se estabelecer e que buscou tratar naquelas folhas assuntos de interesse feminino, como o acesso à educação e ao universo intelectual, além também das publicações de cunho recreativos, como crônicas de modas, romances, partituras e imagens com figurinos vindo direto de Paris (BARBOSA, 2016). Uma folha muito diferente dos jornais que até então circulavam pela cidade, sob os cuidados de homens e com tiragem diária.

Esse jornalismo que começava a caminhar a pequenos passos e com grandes adversidades, manifestou-se com peculiaridades próprias que não podem ser pensadas em comparação direta com os jornais diários. As formas de fazer jornalismo dessas mulheres tinham aspectos distintos não apenas em sua materialidade, mas também nos tipos de publicações, dando maior destaque para literatura e modas, temas que vendiam entre o universo feminino, além disso eram também mais aceitos como atividades intelectuais a serem desempenhadas por mulheres. Do mesmo modo, foi o debate pela emancipação feminina, nesse primeiro momento entendido como o direito à educação, que fez com que suas vozes fossem transformadas em textos que seriam lidos pela sociedade carioca nos meados do século.

Em razão da divulgação expressiva, não é de estranharmos que a folha tenha causado repulsa naquela população monárquica. No dia 1º de fevereiro de 1852, exatos 30 dias após a primeira aparição, a folha *O Mágico* publicou uma carta, assinada por “O Homem”, direcionada a jornalista Manso, acusando-a de não ter obtido resposta das questões que havia lhe enviado. Segundo ele: “Há mais de 15 dias que tive a honra de remeter, por meio de uma pessoa que lhe deve ser estranha, uma carta convidando V.S. para uma discussão franca sobre a emancipação da mulher”

(*O Mágico*, 1852, Ed. 11:1). Em uma longa argumentação, o responsável pela carta se posicionou contrariamente às ideias propagadas no jornal, que “só poderia[am] iludir infantes e imbecis”. O que mais chama a atenção nisso tudo é o ponto que ele levanta sobre a profissionalização das mulheres. Para “O Homem”, essa proposta não tinha lógica, já que “a mulher não pode passar além daquilo que a sociedade civilizada lhe tem reservado”, ou seja, as funções domésticas e tudo que resultava dela. Para ilustrar um pouco de suas ideias, vejamos:

[...] o que quereis fazer da mulher? Quereis ilustra-la! Isto é, quereis que em quanto os filhos precisam remendar uma calça, ela estude geografia, que em quanto choram por falta de alimento, ela leia história, em vez de lhe dar a mama: que enquanto o marido se afadiga na rua para ter sua casa farta e limpa, e seus filhos bem pensados e asseados, ela abandone seu lar para ir ouvir lições de matemática. Ora, perdoe-me, mas isso não tem o cunho da razão (*O Mágico*, 1852, Ed.11:2).

O autor vai além, ao apontar que “nenhum jornal que prega tais ideias deve ter entrada no centro das famílias”. O exemplo colocado é apenas um dos descontentamentos causados naquele contexto, e que permite vislumbrarmos o imaginário patriarcal vigente nesse universo jornalístico. O debate vai ter mais desdobramentos, em que ambos vão seguir respondendo um ao outro nas respectivas folhas. Joana Manso, a redatora em exercício, não vai se calar, discorrendo uma grande argumentação em defesa de suas ideias, já que considerava os palpites encaminhadas a ela “muito repulsivos” (*Jornal das Senhoras*, 1852, Ed. 6:1). O exemplo demonstra uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no universo jornalístico, colocando a ideia de profissionalização de mulheres em xeque no meio hegemônico.

As ideias contrárias à emancipação da mulher estiveram fortemente vinculadas ao fato de que elas não deveriam se profissionalizar e, muito menos, ocupar espaços historicamente masculinos. Apesar desse embate descrito, e de outros dissabores que circularam, a folha permaneceu sua circulação por mais três anos, causando também agrado, especialmente em outras mulheres, que viram naquela iniciativa uma identificação. Ao longo das edições, foram publicadas correspondências de senhoras elogiando a empreitada e enviando textos para que fossem publicados, sendo a maioria de forma anônima, um feito inédito e inovador para muitas. Uma dessas, a título de exemplo, escreveu que: “(...) desde muito tenra idade costumei-me a escrever todas as minhas impressões, mas nunca com o intento de um dia publicar. Nunca quis para mim a glória de autor, talvez temendo a crítica que ele tem de arrastar” (*Jornal das Senhoras*, 1854, Ed. 17:2), sugerindo em seguida o quanto a diligência de uma publicação feminina a motivou a encaminhar suas ideias para que fossem divulgadas.

Ainda que Joana Manso tenha sido a idealizadora do negócio, ela permaneceu poucos meses à frente, em razão das dificuldades financeiras, mas também por conta da necessidade de retornar para a Argentina. Em 4 de julho de 1852, o jornal ficou a cargo de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, que se propôs a modernizar a folha e ampliar sua circulação ainda mais. Baiana de nascimento, Vio-

lante tinha grande habilitações intelectuais que vinha desenvolvendo desde sua tenra idade, reflexo do incentivo dado pelo seu pai, Diogo Soares da Silva Bivar. Falava fluentemente a língua vernácula, francês, italiano e inglês, tendo contato desde nova com diversas obras estrangeiras que muito influenciaram em sua formação literária (BLAKE, 1970, p. 386).

Na data que Violante Atabalipa assumiu a redação do *Jornal das Senhoras*, ela tinha ficado havia pouco viúva, aos 34 anos, ocupando seus dias no trabalho de produção da folha, perante as sociabilidades ali constituídas por aproximadamente um ano, quando a redação necessitou mais uma vez ser passada adiante, dessa vez para as mãos de Gervazia Nunezia Pires dos Santos. As dificuldades experienciadas por essas jornalistas em meados de 1850 foram as mais diversas. Havia um horizonte de expectativas no sucesso de seus negócios, porém esse se tornava cada vez menos realidade, e isso pode ser observado nas palavras que Violante direcionou às leitoras no momento que a folha estava sob seu comando:

Prometeu a minha digna antecessora, e eu, queridas senhoras, vos prometi depois, que aumentaria e aperfeiçoaria gradualmente o nosso jornal até atingir o grau de perfeição de que ele se torna merecedor, desde que as maiores dificuldades fossem superadas, nossas forças o permitissem, e o vosso apoio não nos faltasse. Temos efetivamente dado todas as provas para que não se duvide dessa verdade. [...] Nós fomos as primeiras senhoras que não trepidamos em nos apresentar em público para darmos vida e animação intelectual ao gênio fértil a imaginação viva e ardente do nosso sexo, até então destinado a abafar peito ou confiar as tiras de papel trancadas em seu gabinete o sentimento das mais belas inspirações de literatura (*Jornal das Senhoras*, 1852, Ed. 42:1).

A trajetória das mulheres jornalistas ao longo do século XIX, ainda que carregue particularidades próprias, também tem muitas similaridades, e uma delas é a pauta da emancipação feminina. Nesse sentido, o curioso é pensar a condição civil de solteira, divorciada ou viúva de algumas mulheres que assumiram esse papel, como trata o caso de Manso, que se divorciou, e da própria Violante. Após perder o marido, esta nunca mais se casou, porém descobrimos que manteve uma relação amasiada com o livreiro Bernardo Xavier Pinto de Souza<sup>36</sup>, com quem teve 2 filhos. Um ponto que chama a atenção nessa relação é que em nenhum momento isso foi comentado em qualquer veículo impresso daquela época, inclusive ela continuou a assinar o nome do marido, talvez numa escolha por permanecer livre das amarras do casamento, já que o status de viúva era uma característica comum de mulheres que reivindicavam ocupar espaços como o jornalismo. Em uma análise com as francesas, por exemplo, temos nomes como Julliete Lamber que ao ficar viúva lançou em 1879, *La Nouvelle Revue*, ou mesmo George Sand, Marie d'Algoult e Christina de Belgio-

36 Responsável pela edição e impressão de sua obra "Algumas traduções da língua inglesa, francesa e italiana", em 1859, ocasião que já tinha com Xavier o filho Arthur Ximenes de Sousa Pinto. As trocas intelectuais entre ambos também podem ser percebidas no *Jornal das Senhoras*, que deu publicidade aos negócios que o livreiro também se aventurava no trabalho com a loteria e as apostas. Uma edição que isso pode ser constatada é a de 6 março 1853. Ed. 9. p. 7.

joso, “elles se sont déclassées ou marginalisées em se libérant de leur mari, voyageant seules, em ayant la réputation d’avoir facilement des aventures et em choisissant le parti républicain” (THÉRENTY, 2019, p. 94). Comumente, essas mulheres foram categorizadas dentro de uma condição civil que, nos moldes tradicionais, eram vistas como desviantes as normas do sexo.

O *Jornal das Senhoras* permaneceu em circulação até 1855. Dentre as suas redatoras figuraram Joana Paula Manso, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco e Gervazia Nunezia Pires dos Santos, cada qual com projetos editoriais e mudanças significativas na folha. A novidade foi fundamental para que outras mulheres também se aventurassem na arena da imprensa, todavia, apenas dez anos após o surgimento do *Jornal das Senhoras*, em 1862, que outro projeto editorial despontava no Rio de Janeiro. Era a vez de Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar e o jornal *Bello Sexo* surpreenderem o público de leitoras cariocas. Naquelas páginas, organizaram-se um grupo de mulheres com os mesmos objetivos comuns.

Assim como aconteceu com o *Jornal das Senhoras*, o *Bello Sexo* também foi noticiado pelos pares da imprensa. A *Revolução Pacífica* apontou que “O talento e a ilustração que possui esta senhora, segundo somos informados, é uma garantia para que o *Bello Sexo* ocupe um dos lugares mais distintos na república das letras” (*A Revolução Pacífica*, 1862, Ed. 73:1). O então redator colocou as mulheres como propícias a ocupar espaço nas letras, ou seja, segundo o responsável pelo texto, elas ainda não ocupavam, porém vinham tentando, a seu modo, serem reconhecidas. Além do mais, enfrentavam uma experiência que era, na maioria das vezes, exaustiva, uma vez que tinham constantemente que se defenderem de ataques e calúnias publicadas sobre suas trajetórias, consideradas desvirtuosas.

Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, logo que a folha foi publicada, explicitou quais eram os públicos que queria alcançar com sua escrita: os senhores redatores dos jornais diários, e as mulheres que, a partir daquele momento, seriam suas leitoras. O objetivo foi o de esclarecer seus propósitos e ter aceitação e venda com o trabalho no periodismo. De acordo com suas palavras:

Aí vai nosso jornal queridas amigas; e depois de ter ouvido os conselhos de meu marido, que tanto tem praticado na vida de escritor, peço-vos licença por instantes para cumprir com um dever de cortesia para com todos os ilustres senhores redatores das folhas diárias e periódicas, e depois serei convosco. Senhores redatores, eu sou a primeira que conheço o acanhamento de minha inteligência e instrução, e por isso a ousadia que tomo em apresentar em público essa folha, que por força será imperfeita em todos os lugares por onde a minha pobre pena tem de marcar o meu pensamento; mas eu só tenho em mente obrigar o meu sexo a vir a imprensa concorrer com o seu contingente para o progresso social, para esse grande bem público, e assim fazer com que se desenvolvam grandes inteligências, grandes capacidades, grandes gênios que existem em meu sexo, olhados com pia indiferença, abandonados pelos homens de letras, esquecidos pela fraqueza de sua constituição própria (*Bello Sexo*, 1862, Ed. 1:1).

É interessante observar a forma com que, com a licença e incentivo do marido, aquele que teria dado o aval necessário para o seu trabalho no jornal, se dirigiu aos primeiros, homens de letras que ocupavam a grande imprensa, pedindo licença, reafirmando o acanhamento do sexo feminino; porém, caracterizando-se como ousada e colocando o seu objetivo em incentivar outras tantas mulheres a ocuparem a imprensa e demonstrarem seus respectivos talentos intelectuais como jornalistas. Contudo, ao mesmo tempo, Júlia também pedia que se relevasse a falta de suas inabilitações e que não fossem austeros com ela, isto é, ela sabia das críticas que estava propícia a receber, porém utilizou estrategicamente de um discurso específico para obter aceitação, se colocando numa posição de amadora (SMITH, 2003; FANINI, 2009) frente ao homem de letras, o que, em certa medida, era aceito nos círculos intelectuais, tendo em vista que as produções femininas eram tidas como de menor valor, fúteis, sem aprofundamento teórico.

Um ponto substancial para pensar profissionalização no âmbito do trabalho é o dinheiro. A atuação dessas jornalistas na imprensa, em decorrência dos inúmeros óbices, não lhes rendeu suficientemente nem mesmos os recursos necessários para o suprimento dos gastos com a elaboração e impressão da folha, o que fez com que recorressem a outros serviços. No *Bello Sexo*, em específico, o retorno angariado seria destinado a uma instituição filantrópica, comprovando ainda mais que essas mulheres não recebiam valor estipulado para a produção de seus textos. No entanto, a tomada dessa decisão pode carregar contornos maiores como, por exemplo, uma estratégia para conseguir adentrar, mesmo que genuinamente, nas casas de diversas famílias que posteriormente se tornariam assinantes do jornal, levando, quem sabe, ao aumento de sua circulação e venda. A deliberação também pode envolver um teor de filantropia, o qual muitas pessoas aprovariam e coadjuvavam para que a folha continuasse seu funcionamento devido a causa ser considerada benevolente.

Os dois casos exemplificados, tanto o *Jornal das Senhoras* como o *Bello Sexo*, foram empreendimentos de mulheres que tiveram condições adequadas ao cultivo intelectual. Violante era filha de Diogo de Bivar, jornalista e sócio fundador do Conservatório Dramático Brasileiro, instituição na qual, inclusive, trabalhou como censora nas peças teatrais que foram submetidas para apresentação na Corte carioca. Júlia, do mesmo modo, casou-se com Joaquim Bernardino da Costa Aguiar, jornalista que atuava constantemente na imprensa periódica de seu tempo, ora como redator, ora como colaborador, e que foi incentivador de sua entrada na imprensa<sup>37</sup>. Nesse primeiro momento, décadas de 1850 e 1860, as iniciativas figuraram como centrais para a incipiente profissionalização que começa a ganhar novos traços nas décadas finais deste século. Os anos de 1870, como veremos, devido aos novos debates e mo-

---

37 Em um caso publicado no jornal, assinado por Joaquim, ele conta que percebeu as propensões de Júlia para o jornalismo quando ela escreveu um manuscrito intitulado *A Formiguinha*, que tinha o objetivo similar do periódico *A Formiga*, do qual seu esposo era redator/colaborador. Segundo Joaquim, o manuscrito em questão foi o pontapé para a decisão de Júlia pela entrada no universo jornalístico, claro que com a autorização e apoio de seu marido. Para ver mais: *Bello Sexo*. Rio de Janeiro. 12 set. 1862. Edição n.1, p. 4.

vimentos colocados, apresentarão modificações sintomáticas na escrita jornalística de mulheres, talvez numa tentativa de buscar retorno financeiro com a impressão de suas folhas, ou até mesmo uma adequação ao modelo hegemônico, o que poderia, por exemplo, fazer com que suas pautas relacionadas à concessão de direitos alcançassem o maior número possível de adeptas e, quem sabe, adeptos masculinos.

### **Os diferentes projetos editoriais na década de 1870: educação, folhetins e as tentativas frustradas de adequação ao modelo hegemônico**

O verdadeiro *boom* de mulheres na imprensa se deu na década de 1870, momento que vários negócios se apresentaram na arena pública do jornalismo. Nesse sentido, é importante destacar o papel percussor do *Jornal das Senhoras* para que novas propostas fossem publicadas, fazendo com que vozes diversas ecoassem com suas ambições intelectuais, emancipacionistas e profissionais. No ano de 1873, foram lançados três periódicos: *O Domingo*, sob redação de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco, *O Sexo Feminino*, sob redação de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, e *Jornal das Damas*, sob redação de Carlota Corte Real, impresso o qual só temos informações dispersas de sua circulação. Já em 1879 foi a vez de *Echo das Damas*, sob redação de Amélia Carolina da Silva Couto, jornal que saiu publicado, com interrupções, até 1888.

Antes de mais nada, é importante dimensionarmos o quão significativo foi essa década, e isso por diversos motivos. O primeiro deles é a publicação do Manifesto Republicano, em 1870, e a intensificação do movimento. O segundo, por sua vez, é a causa abolicionista e a eclosão de associações que, tal como o republicanismo, despontavam sendo temas cotidianos dos jornais cariocas (ALONSO, 2011). Ambos vão estar presentes nas publicações desses negócios de mulheres aqui evidenciados, cada qual utilizando uma forma específica de abordar o tema, isso desde os folhetins até notícias sobre as conferências e associações espalhadas pelo Brasil, das quais muitas inclusive participavam, com particular atenção para os apontamentos críticos dessas jornalistas, que se posicionavam politicamente em suas folhas.

O primeiro deles surgiu em Campanha, cidade da província de Minas Gerais, em 7 de setembro de 1873. O *Sexo Feminino* teve como idealizadora Francisca Senhorinha da Mota Diniz, uma professora e jornalista com propensões emancipacionistas e profissionais no âmbito da imprensa periódica. Ela atuava há alguns anos no magistério, sendo notório seu nome nos círculos educacionais. Essa sua experiência foi central para as pautas que adotaria como prioritárias na publicação de seu jornal, cujo o direito a uma educação em igualdade para as mulheres figurou como fundamental. Conforme a jornalista, seria pela educação que as mulheres conseguiriam alcançar voos mais altos em suas jornadas profissionais.

A causa jornalística permaneceu no horizonte de Senhorinha até o fim de seus dias. Depois de *O Sexo Feminino*, a título de exemplo, ela inaugurou novos empreendimentos, mesmo mediante a todas dificuldades financeiras por ela ressaltadas



ao longo de suas publicações, quais sejam: *A Primavera*, em 1880, uma revista que trouxe abertamente a causa abolicionista, assim como buscou, ainda que aos poucos, uma adaptação à imprensa informativa; *A Voz da Verdade*, em 1885, também de teor abolicionista e do qual temos poucas informações e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em 1889, jornal de cunho republicano que adotou enfaticamente a pauta pelo sufrágio feminino, um tema que até então aparecia de forma tímida. Ao lado de todos esses assuntos, as publicações educacionais e os anúncios de colégios sob sua direção apareceram comumente em todas as edições analisadas, demonstrando a necessidade do trânsito de Senhorinha entre o magistério e o jornalismo.

Como de praxe, todos os jornais que Senhorinha se aventurou em redigir passaram por dificuldades, e ela falou abertamente sobre isso. Conforme suas palavras, “Como bem temos demonstrado, em vez de ficarmos dentro dos limites dos meios interesseiros e positivos, como são a contínua aplicação de nossos pequenos recursos em prol de fazer fortuna para nossa família, tratamos sem descanso por todos os meios ao nosso alcance de angariarmos adeptos” (*O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 1889, Ed. 12:2). Os diversos meios ao alcance, do qual a jornalista falou, tiveram relação com as seguidas tentativas com os negócios no ramo dos jornais do qual ela havia se aventurado até aquele momento, não desanimando frente aos inúmeros labores do ofício.

Outro nome já conhecido nesse meio foi o de Violante Atabalipa. Agora, novamente, ela decidiu se aventurar na imprensa, dessa vez como redatora e proprietária de *O Domingo*, um jornal muito diferente do que ela havia redigido anteriormente, que saiu a público no dia 23 de novembro de 1873, pouco tempo depois de *O Sexo Feminino*. As mudanças não foram só no projeto gráfico da folha, que era bem menor e com impressão mais modesta, com quatro folhas quinzenalmente, mas também nos conteúdos que passou a publicar. Se o primeiro possuía de oito a doze páginas, dependendo dos figurinos e partituras presentes na edição, agora esse dispunha de apenas quatro, sem nenhuma imagem veiculada nas edições. O preço também era muito mais barato em comparação aquele de 1852, possivelmente com o objetivo de produzir uma folha mais popular e que obtivesse maior circulação.

As sociabilidades com republicanos pela jornalista podem ser constatadas na relação que ela manteve com os seus pares das lides. Em uma das edições, a redatora vai agradecer publicamente a folha *A República* e o seu “digno redator” Quintino Bocaiuva, um dos principais republicanos e jornalistas do período, pelos elogios ofertados ao seu nome (*O Domingo*, 1873, Ed. 6:1). Violante fazia questão de deixar seus agradecimentos públicos aos companheiros jornalistas: “Corre-nos o dever de dar um público testemunho do mais vivo agradecimento aos nossos colegas da imprensa que, apesar da interrupção que, por força maior, tivemos, continuaram a enviar-nos os jornais que redigem” (*O Domingo*, 1875, Ed. 58:1). Essas trocas figuram como uma iniciativa de manter diálogo e negociações com seus pares masculinos, uma vez que ao divulgarem sua folha ela almejava uma vida mais longínqua.

No período da divulgação, Violante Atabalipa gozava dos seus 56 anos e já ha-

via passado por muitas experiências profissionais, desde o trabalho com jornais, as traduções e os labores frente ao Conservatório Dramático Brasileiro. Ao não eleger as publicações de modas para esse jornal, gênero que era direcionado unicamente às mulheres, Violante clamava pelo desenvolvimento intelectual das faculdades femininas, buscando ser lida em vários espaços. Segundo suas palavras:

Bem quisera continuar a escrever, porque só quando escrevo a mulher é que reputo verdadeira, a frase que por aí anda nessas publicações de moda – os jornais – que a missão do escritor é sublime. Sublime, e bem sublime é ela, mas é que, infelizmente, esses mesmos que apregoam e a miúdo esta verdade eterna, são os que a olvidam mais vezes (*O Domingo*, 1873, Ed. 4:1).

As páginas de *O Domingo* dedicaram grande espaço a discutir o lugar das mulheres nas letras, inclusive ao questionar a falta de profissionalização, uma vez que o sexo feminino não tinha uma educação em igualdade que propiciasse o florescimento intelectual. Ela questionava enfaticamente que era “por isso que as letras não constituem ainda entre nós uma profissão. Elas não passam de um recreio para os talentos aborridos de misteres de outra ordem” (*O Domingo*, 1874, Ed. 8:2). Sendo assim, o periódico trouxe uma série de publicações literárias da pena de senhoras, que eram enviadas e publicadas mediante assinatura, o que difere também do *Jornal das Senhoras*, que contou majoritariamente com o uso de pseudônimos. O término da folha vai se dar inesperadamente devido ao falecimento de Violante, que aconteceu em 25 de maio de 1875, sendo que a última edição preservada é datada em 9 de maio do mesmo ano.

Já sobre a jornalista Carlota Corte Real e o seu negócio, *Jornal das Damas*, temos pouquíssimas informações. Foi o periódico *A Reforma* o que mais trouxe anúncios de sua circulação, já que o seu redator era irmão de uma das colaboradoras da folha, Emília Augusta Penido, inclusive, transcreveu o programa inicial da jornalista Corte Real.

É tempo de ser concedida a mulher a faculdade do pensamento e enunciação das opiniões úteis no que tende a literatura que tanto enriqueceu-se com os brilhantes escritos de George Sand, condessa Dash, Mme. De Stael, D. Guiomar Torresão, D. Amália Figuerôa, D. Adélia Rabello, D. Violante Atabalipa e tantas outras senhoras que hão revelado em suas obras que a mulher não foi criada unicamente para os labores domésticos, o adorno de salões e os cuidados maternos; que outras missões tão sublimes como estas lhes estão confiadas, porque a mulher inteligente e instruída pode ser tão útil a pátria e a tanta família, como o homem nas mesmas condições. [...] Fiéis a nossa missão, apelamos para a coadjuvação daqueles que protegem o que é honesto e útil (*A Reforma*, 1874, Ed. 79:2)

Queremos aqui destacar a importância dada ao nome dos antecedentes intelectuais pela jornalista. Ao retomar intelectuais francesas de renome e, além disso, as próprias brasileiras que já vinham se aventurando nas lides da imprensa, Carlota

buscava dar valor ao trabalho realizado por mulheres, bem como mostrar o quanto suas opiniões foram, e eram úteis para a conformação de uma sociedade civilizada que não privasse unicamente as mulheres das funções domésticas. Importante sublinhar que essas mulheres, em seus textos, sempre buscavam fazer um apelo aos pares masculinos pela coadjuvação de seus trabalhos, já que deles saíam os principais empecilhos para uma valorização/aceitação profissional em igualdade, resultado esse do construto histórico patriarcal.

Em 1879, foi a vez de Amélia Carolina da Silva Couto, uma jovem intelectual solteira, lançar mais um empreendimento feito por mulheres, *O Echo das Damas*. Um negócio que traz particularidades próprias comparado a todos os apresentados até aqui, sobretudo as escolhas e as negociações da redatora principal. O escritório da redação estava localizado nas imediações centrais do Rio de Janeiro, em rua da Ajuda, n.75, local em que poderia ser contatado para possíveis reclamações ou subscrições, em que também era veiculada a tipografia industrial, a responsável pelo trabalho editorial. Amélia escreveu no cabeçalho do jornal “liberdade de pensamento, responsabilidade da autora”, ponto importante para indicar que quaisquer problemas que fossem relacionados com aquele jornal, ela assumiria os danos, porém evidenciava a liberdade de pensamento conquistada pelos cidadãos brasileiros naquele contexto, possivelmente se precavendo quanto às possíveis ridicularizações que poderiam surgir.

Amélia resolveu fazer diferente de suas antecedentes, que pouco espaço cederam para as propagandas em suas folhas. *O Echo das Damas*, em contrapartida, trouxe as páginas finais todas dedicadas aos mais diversos tipos de anúncios, desde armazém de tecidos, armarinhos de acessórios, roupas, lojas de cabelos, perfumarias, marcenaria, aparelhos e partituras musicais, fotografias, restaurantes, confeitarias, vinhos, fábricas de cerveja, pensionatos, jornais e tipografias, consultórios médicos e dentários, colégios particulares, modistas, parteiras. Não conseguimos chegar a informações sobre os valores pagos para ter os negócios anunciados nas páginas do *Echo das Damas*, contudo, o espaço de algumas e o tamanho do texto possivelmente explicam que quanto maior, mais elevado era o preço. Algumas, por exemplo, trouxeram longas explicações sobre o serviço ofertado, distinção na cidade, curiosidades e preços, outras até colocaram imagens, como é o caso da publicidade do jornal de modas *A Estação*. Tudo isso se difere bastante das outras folhas citadas até aqui, que dentre as pouquíssimas propagandas que apareceram, dedicaram espaço prioritário para estabelecimentos de instrução e moda, assuntos veiculados ao longo dos temas publicados. Aqui o leque de variedades dos anúncios demonstra que o objetivo da autora era muito mais financeiro do que a divulgação de estabelecimentos femininos, por exemplo.

Após o lançamento de seu jornal, Amélia Carolina conheceu José Araújo Couto, com que se casou no ano seguinte. Ele foi um escritor, gerente, redator de jornais e profissional do ponto nos teatros, isto é, trabalhou em diversas frentes intelectuais que fazem relação com os mesmos círculos que Amélia esteve inserida. A jornalista

e o marido empreenderam negócios nesse universo letrado de finais do século e, ao que parece, cada qual buscou formas para permanência. Localizamos diversas viagens em que os dois realizaram juntos, cujo principal objetivo, pelo menos no que concerne à Amélia, teria sido a divulgação do *Echo das Damas*. Isso se deu, principalmente, com o intuito de Amélia angariar recursos que possibilitassem o mantimento da circulação da folha, utilizando a estratégia de viajar localidades para a apresentação e divulgação do trabalho, o que aumentaria o número de subscrições. Merece destaque o percurso que ela empreendeu durante alguns meses do ano de 1886 pelo sul do país, ocasião que se reuniu com personalidades diversas no âmbito das letras jornalísticas. Essas relações podem ser constatadas em uma publicação pelo *O Mercantil*, em que aparece o seu relato de experiência com a viagem e as visitas aos seus companheiros do universo jornalístico.

Parti de Santos, no Rio Jaguarão, pacote nacional, cuja boa ordem e administração tive ensejo de observar, sendo tratada admiravelmente. Uma viagem um tanto tempestuosa foi esta, que felizmente terminou em Paranaguá, onde fiquei para no dia seguinte ir até Curitiba. [...] Notei alguns edificios particulares bem construídos, e sobretudo o Club Literário, que dispõe de uma pequena, mas escolhida biblioteca. É um destes grêmios instituído por cavalheiros de bom gosto e amáveis na acepção da palavra, por isso que fui muito distinguida por tão digna associação literária e recreativa. Ofertei uma coleção do *Echo das Damas*, comprometendo-me a mandar o mesmo jornal gratuitamente. Enquanto a imprensa, está dignamente representada nos dois semanários: *Livre Paraná* e *Commercial*, a quem de coração agradeço as locais honrosas que noticiaram a minha passagem. Encontrando a maior proteção na minha propaganda não posso deixar de elogiar o digno, inteligente e virtuoso vigário Marcelo Annunziata, sacerdote respeitável a quem muito devo. O vigário de Paranaguá é dotado de uma ilustração exemplar; insinuante na sua conversação, é geralmente estimado na bela província da qual é um dos mais fervorosos admiradores. Agradeço igualmente aos distintos cavalheiros que tão gentilmente se dignaram auxiliar-me, são eles os Exmos. Srs.: Visconde de Nacar, Dr. João E. Espíndola, João Eugênio Gonçalves Marques, Major Joaquim Caetano e Souza, José Silveira Borges, Manoel Gomes Mendes, Guilherme Leite, Jorge de Drwiner, Antônio Luiz Bittencourt, Saturnino Pereira da Casta, Antônio Cardoso Ribeiro, Joaquim Soares Gomes, Alberto Gomes Veiga, Alfredo Correia e Francisco José Dias Paiva. Depois de dois dias de afadigasas lutas nesta cidade parti para Curitiba, a capital da província (*Commercial*, 1887, Ed. 65:2).

Aqui verificamos uma extensa rede intelectual estruturada no universo da imprensa, e do qual Amélia Couto se distinguiu ao ser a única mulher em um grupo unicamente masculino. Ela teve contato na cidade com jornais de circulação diária e com consideráveis tiragens, um clube literário constituído por cavalheiros “de bom gosto e amáveis na acepção da palavra”, o vigário de Paranaguá e uma infinidade de senhores que também a auxiliaram em sua empreitada propagandística, e que, vale ressaltar, eram nomes de prestígio e boa posição social, alguns sendo viscondes, doutores e majores. Esses elos não eram fáceis de serem mantidos por mulheres, a não ser que já proviessem de tal meio ou obtivessem grande distinção no quesito in-

telectual; no caso da jornalista acreditamos que as duas questões colaboraram. Outra coisa diz respeito aos seus objetivos em cada um desses encontros, realizando conversas e, quem sabe, propondo negócios que transcenderam províncias. A estratégia de Amélia Couto era a de apresentar seu trabalho, explicar os respectivos objetivos e, assim, demonstrar a grande valia de seu jornal e a sua capacidade intelectual para obter aprovação e assinaturas de diversos públicos, não apenas de mulheres.

Após meses de viagens pelo Sul, visitando cidades diversas, Amélia enfim retornou ao Rio de Janeiro. Logo que chegou, teve que lidar com difamações, uma vez que foram publicadas notícias de caráter acusatório sobre sua conduta profissional naquela região.

Diz uma correspondência de Porto Alegre para o *Correio Mercantil*, de Pelotas: A decantada Sra. Amélia Couto, diretora do *Echo das Damas*, não saiu da capital muito contente; parece até que partiu um pouco apressada. Respeitando o sexo não queremos ser indiscretos; os ativos repórteres do *Correio Mercantil* procurem saber-lhe a causa. Sabemo-la nós. O *Echo das Damas* é uma folha de tiro. A Sra. Amélia Couto recebeu lá pelo Rio Grande um dinheirão de assinaturas, e quanto a folha nem uma ao menos de mês a mês. Que se emende, é o nosso desejo (*Novidades*, 1887, Ed. 94:1).

Os descontentamentos gerados favoreceram críticas relacionadas ao gênero, já que percebemos uma dita respeitabilidade ao sexo feminino, o que não acontecia normalmente quando se noticiava casos desenrolados com os homens que ocupavam essa mesma imprensa. As características impostas as mulheres do XIX, sobretudo as brancas e burguesas, remetem a fragilidade, sensibilidade e cuidado; motivo, aliás, que levou a construção de uma feminilidade e inferioridade de mulheres brancas frente aos patriarcas homens, causa que explica a forma de escrita do texto alusiva a desigualdade entre homens e mulheres. O respectivo jornal também caracterizou o *Echo das Damas* como “uma folha de tiro”, de grande impacto, sobretudo pelas ideias e debates ali colocados, ou, indo mais além, o fato de uma mulher ser a proprietária. Amélia manteve ambições profissionais ousadas para o pensamento hegemônico do período, já que ela negociava pessoalmente com seus pares masculinos, ganhando notoriedade de muitos, bem como sofrendo difamações e ataques de outros.

O *Echo das Damas* circulou até o ano de 1888, as edições disponíveis abarcam uma série de modificações, como a ampliação para quatro suas colunas e a associação do nome das principais colaboradoras logo no cabeçalho, quais eram: Emiliana de Moraes, Anália Franco, Maria Zalina Rolim, Ignez Sabino, Marie Vicent, Atilia Bastos, Adélia Barros, Mathilde Macedo e Emilia Cortez, uma rede notória de jornalistas. As modificações, segundo constam, foram iniciadas a partir de 1885 e, dentre os diversos motivos, um deles era para abarcar o aumento no grupo de mulheres que colaborava naquelas páginas, publicando assuntos diversos e que eram de interesse da população. Falavam-se dos mais variados assuntos, desde a política cotidiana até acontecimentos internacionais, noticiários, anúncios e almanaques. Amélia também almejava tornar a folha diária a partir do mês de abril daquele ano, numa tentativa

de adequação ao modelo hegemônico. Para isso, ela já havia feito a encomenda do material necessário em Nova York, local que existia encarregados pela folha: os senhores Dumont & Cia, o que infelizmente não se materializou.

As informações sobre a trajetória da jornalista Amélia indicam as suas negociações com o universo literário dos jornais em distintas províncias pelo país, e também fora dele, tecendo uma rede intelectual que acreditamos ter sido substancial para o funcionamento do jornal ao longo da década de 1880, especialmente por reputarmos que ela possa ter obtido retorno financeiro com o negócio, todavia, é impossível, nesse contexto de meados do XIX, conseguirmos levantar os lucros ou salários obtidos. Primeiro ao fato de que, como vimos, muitas investiram dinheiro do próprio bolso sem qualquer retorno para manter as ideias emancipacionistas em circulação. Segundo, que os empregos em redações de jornais diários ainda não era uma prática comumente aceita, como veremos em seguida. Essas mulheres, ainda que tenham sido colaboradoras, possivelmente não receberam remuneração adequada, o que fez com que muitas transitassem por outros espaços.

### **Pensando a profissionalização: Corina Coaracy e o trabalho jornalístico nos jornais diários, décadas de 1880 e 1890**

Enfim chegamos à figura abordada ao início desta história, Corina Alberta Henriqueta Lawe de Vivaldi Coaracy. A sua trajetória dá luz a tudo que tentamos mostrar até aqui, ou seja, o processo de transformação do trabalho feminino na imprensa. Se antes as tentativas de maioria efêmera tiveram como principal objetivo um negócio idealizado e feito por e para mulheres; agora, por sua vez, tivemos mudanças significativas. Muitas mulheres no final do século XIX almejavam a entrada nas redações dos grandes jornais, e nem mais colocavam como prioridade as pautas feministas, ocasião que começaram a se dedicar à função de publicar crônicas mundanas e informativas sobre o cotidiano.

Corina Coaracy se destacou no universo das letras desde muito jovem, quando teve grande incentivo de seu pai para a escrita, um cônsul americano em solos brasileiros. Na década de 1870, a título de exemplo, colaborou em dois jornais que ele era o redator principal: *Ilustração do Brasil e Ilustração Popular*; colaborou também no *South American Mail*, com produções tanto em inglês como em português, além de colaborações esporádicas em jornais espalhados pelo Rio de Janeiro. Em contrapartida, Corina não participou da imprensa feminista do século XIX, não existe vestígios de seus textos em nenhum dos jornais analisados até aqui. Em 1884, entrou para o quadro de cronistas de *A Folha Nova*, periódico a cargo de Manuel Mancio. Na circunstância, ficou responsável pela coluna “Modos e Modas, Usos e Costumes”, que saía uma vez por semana e trazia assuntos escritos de forma descontraída sobre o cotidiano e seus últimos ocorridos. Não se falava diretamente de reivindicações femininas ou a busca por direitos, diferentemente do que vimos. Essa constatação é fundamental para compreendermos o acesso de mulheres nesse espaço, uma vez

que necessitaram se adequar ao que o modelo hegemônico exigia, que estava voltado para uma escrita menos “revolucionária”, que atraísse diversos públicos e que, principalmente, vendesse. Logo, falar sobre assuntos descontraídos, mas ao mesmo tempo com informações sobre o dia a dia da cidade.

O trabalho nesse jornal iniciou em 9 de setembro de 1884 e perdurou até 10 de janeiro de 1885, o que equivale a aproximadamente quatro meses, um curto espaço de tempo. Sabemos que historicamente o gênero foi responsável pelas dificuldades de acesso das mulheres a determinados espaços, no jornalismo não foi diferente. Ainda que não possamos afirmar as reais razões pelo término de seu trabalho na *Folha Nova*, temos um indicativo que pode ajudar. Foi apenas em abril de 1885 que parte do pagamento por seus serviços chegou até suas mãos. Manuel Mancio encaminhou o valor e uma carta pedindo desculpas pelo atraso. De acordo com suas palavras:

Tem sido realmente imperdoável descuido meu, que só nas grandes trapalhadas da direção da folha, porém tem alguma circunstância atenuante. Estou certo, porém, que me indultará enquanto pessoalmente não vou pedir-lhe o meu perdão. Junto 10\$000 réis, saldo das nossas tão curtas relações editoriais e fico a ver se estudo alguma combinação para de novo tentá-la a honrar e amenizar com a sua colaboração as colunas da *Folha Nova*<sup>38</sup>.

O que chama a atenção em uma primeira leitura dessa fonte é o pagamento do valor de 10\$000 réis pelos seus serviços. Não sabemos precisar a quanto tempo de trabalho equivalia o montante, no entanto, uma afirmação é certa: era pouco. A título de exemplo, a assinatura anual do periódico *A Família* custava o mesmo valor. Já o *Jornal do Comércio*, cobrava isso por três meses. Comparando com o valor de artefatos materiais, encontrava-se uma caixa com seis ceroulas de brim, em uma loja na rua da Quitanda, por aproximadamente 18\$000 réis; já um conjunto de alfaiataria masculino era na faixa dos 50\$000 réis. Para ilustrar ainda mais, agora dentro do trabalho jornalístico, e também numa perspectiva relacional, Machado de Assis, em 1884, recebia o mesmo valor que Corina Coaracy para cada uma de suas crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias*, dentro de sua famosa série “Balas de estalo” (NERY, 2021, p. 115).

As discrepâncias nos valores são desmedidas e indicam a desigualdade salarial na profissão entre homens e mulheres. Não bastasse o valor ser ínfimo, ainda demorou cerca de três meses após sua realização para chegar até as mãos de Corina Coaracy. Os óbices, conquanto, não ficaram apenas no campo financeiro, como queremos aqui destacar, ele esteve presente no dia a dia dentro do trabalho jornalístico e intelectual, tanto nas representações ridicularizadas quanto nos ataques constantes na imprensa e, claro, no tratamento recebido pelos colegas masculinos, ocupantes do mesmo espaço. Após passar por essa experiência, Corina trabalhou ainda, ao longo da década de 1890, nas redações da *Cidade do Rio*, *Correio do Povo* e *O Paiz*, jor-

38 Carta de Manuel Mancio para Corina Coaracy. Referência BR RJFCRBAMLB C. Cy Cp 7, Fundo Corina Coaracy. Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro.

nais muito importantes e com grande circulação no final do século XIX. No *Cidade do Rio*, jornal a cargo de José do Patrocínio, Corina estreou uma crônica semanal de primeira página intitulada “A Esmo”, que foi um verdadeiro sucesso, tanto que manteve a sua continuidade nos outros dois jornais em que posteriormente foi trabalhar.

Em cada uma dessas experiências jornalísticas como pertencente ao quadro pessoal dos respectivos jornais, com um conglomerado de homens, enfrentou um dissabor diferente, todos voltados para as coerções de gênero. No *Correio do Povo*, um de seus colegas, João Ribeiro, pediu desculpas em carta ao afirmar ter a molestado, mas sem querer e nem desejar. Na ocasião, ele disse que a única saída era pedir demissão para não mais compartilhar o mesmo espaço com Corina, entendendo que isso seria uma ofensa para a jornalista. A resposta de Corina, por sua vez, seguiu o caminho oposto, uma vez que ela disse que:

Creia que lhe não conservo o menor ressentimento, e se mágoa experimentei não foi pelo fato de haver escrito o que pensa, francamente, rudemente embora, pois que a crítica, por mais apaixonada que seja, não me poderá ofender como escritora. Magoei-me, e profundamente por se haver dado o caso, e em termos tais, entre colegas de redação, por haver sido o artigo publicado em folha a que eu pertença<sup>39</sup>.

Interessante observar a atitude profissional de Corina com o ato, demonstrando compreender que cabe a qualquer pessoa dentro do universo das letras estar propícia a crítica. Mas, em contrapartida, o que aconteceu foi relacionado ao que falamos anteriormente, a dificuldade de convivência e aceitação dos pares masculinos com mulheres na mesma posição. Várias outras situações semelhantes aconteceram. Em *O Paiz*, teve que receber adjetivações como suscetível, teimosa, desconfiada, cabeçuda, caprichosa e pirracenta, segundo as próprias palavras em carta de um dos responsáveis pela folha, Jovino Agres. Não bastasse os problemas ao lado de colegas, comumente se publicavam calúnias ao seu respeito, e em uma dessas ela ficou bastante incomodada, fazendo questão de responder ao dito cujo, isso porque o autor foi um dos colaboradores da *Cidade do Rio*, folha que ela já havia feito parte do quadro pessoal<sup>40</sup>.

Corina teve constantemente que lidar com os embaraços de ser uma mulher pública e que, ainda, incomodava seus pares. São inúmeros os relatos que encontramos de sua insatisfação com os colegas. Para demonstrar um pouco seus sentimentos, podemos recorrer às palavras que ela própria escreveu para Araripe Júnior: “Em meio de todos os dissabores, das mágoas todas que eu me deparo na rude faina de batalha na imprensa, basta um gesto amigo, um imprevisto aplauso, um juízo benévolo e inesperado, para nos verter na alma, desiludida talvez [...]”<sup>41</sup>. Na ocasião, o literato

39 Cartas entre João Ribeiro e Corina Coaracy. Referência BR RJFCRBAMLB C. Cy Cp 10, Fundo Corina Coaracy. Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro.

40 Na ocasião, a *Cidade do Rio* publicou uma crítica intitulada “Um sarcey de saias”, em que direcionaram uma série de ofensas a Corina Coaracy. Ver mais sobre sua resposta em: *O Paiz*, 1891, Ed. 3355:2-3.

41 Carta de Corina Coaracy e Araripe Júnior. Referência BR RJFCRBAMLB C. Cy Cp 2, Fundo



a escreveu para consolar após mais uma crítica envolta de seu nome na imprensa. Mesmo com todos os problemas que enfrentou, Coaracy se identificava como uma jornalista. Interessante destacarmos aqui também qual era a condição que ela acreditava ser necessária rumo à profissionalização, a também conhecida prática. Em suas palavras:

nunca procuramos fazer praça do pequeno tirocínio jornalístico que havíamos adquirido durante alguns anos na melhor das escolas – a prática – e isto desse a nossa saída das aulas colegiais; nunca nos referimos, quer direta, quer indiretamente, aos estudos a que nos consagramos no remanso do nosso lar (*O Paiz*, 1891, Ed. 3355:2).

Essa prática foi construída mediante o trabalho em diversos jornais, inclusive no âmbito internacional. Em meados da década de 1880, Corina assinou contrato com o *The New York Herald*, uma folha renomada de Nova York onde “publicando ao mesmo tempo as correspondências noticiosas do seu representante oficial no Rio de Janeiro, pagava-nos generosamente pelas cartas literárias e políticas que daqui lhes enviávamos” (*O Paiz*, 1891, Ed. 3355:2). Ela também recebeu convite para ocupar o quadro de jornalistas do *New York World e do South American Journal*, a qual recusou ambos por conta dos compromissos assumidos com a Cidade do Rio à época. Tudo isso demonstra como sua trajetória se diferencia da que foi traçada por suas antecedentes, em que é possível perceber uma demanda pelo seus serviços, isto é, ela foi uma jornalista procurada pelos pares da imprensa, porém não deixou de enfrentar adversidades pelo fato de ser mulher. Para ela, e todas as outras jornalistas aqui apresentadas, o gênero foi o principal fator que dificultou a profissionalização na perspectiva jornalística, já que essa era uma função historicamente masculina.

### Algumas conclusões

*“Justo nesse momento um policial chegou com um jornalista. Fiquei muito amedrontada e pensei que pudesse ser reconhecida como colega de profissão, então virei o rosto e disse: ‘Não quero ver jornalista nenhum, não vou falar com ninguém’”* (BLY, 2021, p. 43).

Em 1887, nos Estados Unidos, Elizabeth Jane Cochrane, que se notabilizou pelo pseudônimo de Nellie Bly, aceitou um desafio do *New York World* em prol da sua profissão: passar-se por louca para conseguir uma reportagem investigativa dentro das acomodações do Hospício de Alienados de Blackwell’s Island, uma instituição psiquiátrica de mulheres que vinha sendo alvo de denúncias constantes. Essa foi a única maneira encontrada para conseguir um emprego no quadro pessoal do jornal em meio a uma série de obstáculos que se colocaram ao longo de sua vida (LUTES, 2002). É perceptível que Nellie Bly se identificava com a profissão de jornalista, como suas palavras colocadas ao início demonstram, o que foi comum em mulheres

mundo afora, que vinham ocupando a imprensa frente a todos os óbices.

Ao longo da década de 1880, aconteceu uma série de transformações no jornalismo (BEASLEY; GIBBONS, 1993). Nos EUA, foram muitas as mulheres que atuaram como jornalistas nos grandes jornais, a própria Corina Coaracy, também em 1887, assinou um contrato com o *The New York Herald* como uma das correspondentes estrangeiras daquela folha, laureando os norte-americanos com acontecimentos sobre o Brasil, sobretudo no que se refere aos movimentos abolicionistas daquela década. Alguns anos antes, a própria Bly foi rejeitada pela redação da folha, indicando que ainda que ambas não se conhecessem, elas estavam circulando nos mesmos espaços. Coaracy também recebeu convite do *New York World* para ser uma das colaboradoras da folha, porém recusou o pedido por estar atarefada com as demandas do trabalho na redação da Cidade do Rio, a cargo de José do Patrocínio.

A especificidade brasileira sobre a profissionalização de mulheres no ofício de jornalista reside em diversos fatores, e um está intimamente relacionado ao contexto de meados da década de 1850, quando o *Jornal das Senhoras* estreava na corte carioca. Gostaríamos de salientar, porém, que não queremos aqui conduzir para uma discussão de que antes as mulheres não ocupavam a imprensa, pelo contrário, temos indícios diversos que comprovam suas participações em jornais, como trata o caso da própria Nísia Floresta (DUARTE, 2008). Contudo, a partir do lançamento em 1852, as mulheres se tonam proprietárias, assumindo funções como estudo, escrita, escolhas editoriais e tipográficas, divisão de tarefas entre o grupo, negociações quanto ao preço, subscrições, propaganda e divulgação, dando início a uma gênese sobre a profissionalização, que ganhará novos contornos ao longo das décadas.

A própria Violante, segunda redatora a assumir o *Jornal das Senhoras*, reforçou sua ambição em modernizar a folha lançada por sua antecedente, porém as dificuldades não possibilitaram sua materialização. Tanto que retornou duas décadas depois, lançando *O Domingo*, que trouxe modificações significativas no projeto editorial e nas suas novas ambições jornalísticas naquela ocasião. Francisca Senhorinha, do mesmo modo, tentou a todo custo permanecer na carreira, conciliando esse trabalho com o de professora, e fazendo com que o tema educacional permeasse os objetivos do jornal, desde nos temas de artigos até anúncios e divulgação de escolas e professoras. Temos ainda Carlota Corte Real que, embora não se tenha muitas informações sobre seu empreendimento, é possível apreender que ele surgiu mediante o incentivo de suas companheiras das lides, num desejo de ocupar espaços historicamente negados à entrada feminina. Amélia Carolina, por sua vez, revolucionou os padrões de seu periódico, buscando a todo custo uma adequação ao modelo hegemônico, isso porque trouxe páginas repletas de anúncios, realizou negociações em diversos espaços do país, trouxe publicações de cunho informativo e, além, almejava fazer com que o *Echo das Damas* se tornasse diário e com maquinário próprio, o que também não veio a acontecer.

Já Corina Coaracy dá luz aos novos delineamentos que se colocam para as mulheres jornalistas a partir de finais do século, sobretudo ao longo da década de

1890, que carrega modificações não só no trabalho feminino, mas também na reestruturação da imprensa em sociedades anônimas ou comanditas com grande capital. Ainda que o debate feminista não tenha norteado as publicações de Corina, sua atuação contestatória com seus colegas de profissão e sua prática dentro das redações demonstram não só que ela estava atenta às desigualdades de gênero colocadas, posicionando-se, respondendo críticas e comentários pejorativos a seu respeito, mas também reforça sua posição contrária às amarras patriarcais, em que constatamos uma mulher atuante, ativa e capaz de tomar suas próprias decisões sobre o seu trabalho intelectual.

A pergunta que dá o título a esse trabalho, “Seriam elas profissionais?”, depois de todo esse percurso teórico e metodológico pode, então, ser retomada. Se pensarmos a profissionalização feminina dentro das instituições, associações e jornais hegemônicos talvez a resposta seja não, já que esses espaços dificilmente cederam oportunidades igualitárias. Agora se centramos nossa análise nas formas diversas que essas mulheres buscaram para ser valorizadas como profissionais, a resposta possa ser sim, já que enfrentaram uma série de dificuldades para permanecer com os seus trabalhos, fosse ao tentar a todo custo manter seus jornais em circulação ou até mesmo quando se submeteram às críticas e ataques constantes por ocuparem um lugar que historicamente não era seu. A profissionalização de mulheres ao longo do século XIX jamais pode ser pensada da mesma maneira que as dos homens; os percursos, as condições e os espaços jamais foram os mesmos.

## Referências

### Fontes

#### Jornais:

*A Reforma*. Rio de Janeiro, Ano 1874, Edição n. 79.

*A Revolução Pacífica*. Rio de Janeiro. Ano 1862, Edição n. 73.

*Bello Sexo*. Rio de Janeiro. Ano 1862, Edição n. 1.

*Cidade do Rio*. Rio de Janeiro. Ano 1892. s/e

*Commercial*. Rio de Janeiro. Ano 1887, Edição n. 65.

*Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro. Anos 1852 (Edições n. 6, n. 45), 1854 (Edição n.17).

*Novidades*. Rio de Janeiro. Ano 1887, Edição n. 94.

*O Domingo*. Rio de Janeiro. Ano 1873 (Edições n. 4 e n. 6), Ano 1874 (Edição n. 8), Ano 1875 (Edição n. 48).

*O Mágico*. Rio de Janeiro. Ano 1852. Edição n. 11.

*O Paiz*. Rio de Janeiro. Ano 1891, Edição n. 3355.

*O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Rio de Janeiro. Ano 1889, Edição n. 12.

*The Rio News*. Rio de Janeiro. Ano 1891, Edição n. 36.

#### Manuscritos:

Carta de Corina Coaracy e Araripe Júnior. Referência BR RJFCRBAMLB C. Cy Cp 2, Fundo Corina Coaracy. *Acervo Casa Rui Barbosa*. Rio de Janeiro.

Cartas entre João Ribeiro e Corina Coaracy. Referência BR RJFCRBAMLB C. Cy Cp 10, Fundo Corina Coaracy. *Acervo Casa Rui Barbosa*. Rio de Janeiro.

Carta de Manuel Mancio para Corina Coaracy. Referência BR RJFCRBAMLB C. Cy Cp 7, Fundo Corina Coaracy. *Acervo Casa Rui Barbosa*. Rio de Janeiro.

#### Bibliografia:

ALONSO, Ângela. Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011. p. 166-199.

BARBOSA, Everton. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, 2016.

BEASLEY, Maurine H.; GIBBONS, Sheila J. *Taking their place: a documentar his-*

- tory of women and journalism*. United States: The American University Press, 1993.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves do Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, v.7. Conselho Federal da Cultura, 1970.
- BLY, Nellie. *Dez dias num hospício*. Editora Fósforo, 2021.
- COARACY, Vivaldo. *Todos contam sua vida: memórias de infância e adolescência*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.
- DUARTE, Constância. *Nisia Floresta: vida e obra*. Segunda edição. Natal: EDUFRN, 2008.
- FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 2009.
- LÉVEQUÊ, Sandrine. Femmes, féministes et journalistes: les rédactrices de la fronde à l'épreuve de la professionnalisation journalistique. *Le Temps des médias.*, v.12, 2009. p. 41-53.
- LUTES, Jean Marie. Into the Madhouse with Nellie Bly: Girl Stunt Reporting in Late Nineteenth-Century America. *American Quarterly*, v. 54, n. 2 (jun., 2002). pp. 217-253.
- NERY, Gabriela. Literatos em escritórios de jornais: jornalismo, literatura e trabalho (1883-1908). *Revista Art Cultura*, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 66-83, jan.-jun., 2021.
- NERY, Gabriela. Nos escritórios da rua do Ouvidor: a imprensa e o ofício dos jornalistas na passagem do Segundo Reinado a Primeira República (1875-1891). *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, v. 182, n. 485, p. 111-138, jan./abr., 2021.
- MARQUES, Wilton José. *Gonçalves Dias, o poeta na contramão: literatura e escravidão no romantismo brasileiro*. São Carlos, Edufscar, 2010.
- MARQUES, Wilton José. O poeta e o poder: favores e afrontas. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 32, 2003. p. 33-49.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Florianópolis: Edusc, 2005.
- PLANTÉ, CHRISTINE. Femmes exceptionnelles: des exception pour quelle règle. *Les Cahiers du GRIF*, n. 37-38, 1988.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

# “Do lupanar à sepultura”: os crimes das degoladas da rua das Marrecas

*Caroline Farias Alves*<sup>42</sup>

## Introdução

Os crimes da rua das Marrecas tornaram ainda mais famosos entre populares, policiais e jornalistas os nomes de Lili das Joias e Augusta Martins, mulheres já conhecidas pelos que frequentavam os arredores do centro do Rio na busca por prazer sexual<sup>43</sup>. Além de terem sido assassinadas no mesmo local em um curto intervalo de tempo, ambas ainda compartilham a mesma nacionalidade europeia e o fato de terem vivido do “comércio de mulheres perdidas”, onde conseguiram certa estabilidade, evidenciada por seus bens de valor. O degolamento, conhecida forma de humilhar inimigos de guerra, foi o método utilizado pelos assassinos nos dois casos.

Importantes componentes de uma imprensa engajada na reprodução da violência cotidiana através do noticiário popular, as imagens de crimes contra mulheres divulgadas na virada do século XIX para o XX não se limitaram à representação de corpos femininos violados. As imagens apresentaram e incitaram os comportamentos de uma época e seus usos apontam as variadas estratégias de produção das emoções e sensações. Reconstituições de cenas de crimes e representações de cadáveres dividiram espaço, nas páginas das revistas e jornais, com os anúncios e as mais esperadas novidades da sociedade carioca, que vivia intensos momentos de transformação.

O desenvolvimento tecnológico do novo século, marcado pela popularização da linotipia e a chegada das impressoras Marinonis, respondeu às demandas de agilidade e estética dos jornais modernos<sup>44</sup>, ampliando a circulação de impressos e possibilitando um maior investimento na produção de visualidades. Alcançando camadas populares e iletradas da sociedade, o conteúdo visual foi utilizado como um importante recurso didático, atraindo o consumidor pouco acostumado com a qualidade gráfica.

Requisitadas no noticiário policial, as imagens proporcionavam materialidade à narrativa jornalística, cumprindo as funções de comover e informar. Vítimas, as-

42 Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP, na linha de pesquisa “Gênero, Subjetividade e Cultura Material”, com financiamento CAPES. Mestre, bacharela e licenciada em História pela UFJF. Membro do Laboratório de História da Arte e da linha de pesquisa “Mulheres e a Escrita da História” (NEHSP). Email: carolinef.alves@hotmail.com.

43 O título do artigo faz referência à manchete publicada pela Gazeta de Notícias (1917a, p. 2) ao noticiar a morte de Augusta Martins e as buscas pelo seu assassino. Manteremos, nas citações colhidas da imprensa, a grafia da época.

44 Ao lado desses aparelhos, o telégrafo, fonógrafo, daguerreótipo e o cinematógrafo movimentaram a dinâmica urbana, levando ares de progresso para a imprensa. Naquele contexto, o Correio da Manhã anunciou aos seus leitores que, a partir do melhoramento possibilitado pela tecnologia, o material tipográfico corresponderia “às exigências de um jornal moderno, cuidando também com apuro da parte esthetica” (1902, p. 1).

sassinos e ladrões tornavam-se personagens arquétipos envolvidos em tramas que transformavam o local do crime em um cenário misterioso e sombrio. Ocupando um lugar efêmero e transitório, entre a realidade do fato e a narrativa da ficção, a minúcia nas descrições dos atos, locais, armas e protagonistas promoviam a identificação com o público leitor, mantendo a inteligibilidade do crime.

Os rumos políticos do novo regime e a situação econômica do pós-abolição às vistas da implementação dos projetos de civilidade movimentaram ainda mais as dinâmicas realidades sociais, que se pluralizavam com o crescimento demográfico. Enquanto o corpo social era atravessado pelas exigências da cidade, o espaço urbano transformava-se a partir de experiências singulares, marcadas pelos embates entre a imposição moral de condutas e as resistências cotidianas às normas regulatórias. Além de acompanhar as demandas da modernidade, a imprensa, por meio de seus editores, redatores e jornalistas, mostrava-se a par das teorias científicas, atrelando, ao seu caráter informativo, conteúdos que classificavam as posições dos novos agentes sociais e operavam na regulamentação de gêneros normativos<sup>45</sup>.

A construção de uma narrativa sobre o assassinato de mulheres nesse período, portanto, precisou ser atravessada pela narrativa sobre os corpos e os espaços. As novas formas do saber oitocentista produziram existências reguladas pelos discursos médicos e jurídicos, responsáveis pela higienização dos espaços, estendida aos corpos dos cidadãos indesejáveis. Ao lado do moralismo religioso, a biologia destinou para determinados corpos os campos da anormalidade, coroando a rainha do lar em contraposição à mulher emancipada, operária ou decaída. Nascia a mãe higiênica que, associada ao amor puro e sentimento sagrado, tornou-se a responsável pela manutenção da moral familiar e formação da nova ordem republicana.

O recorte delimitado para nossa pesquisa<sup>46</sup> serviu de palco para a confluência de um ideário positivo-evolucionista, marcado pela chegada e rápida assimilação, em terras brasileiras, do eugenismo, higienismo, das teorias da degenerescência e da frenologia. Herdeira das concepções da história natural, a antropologia mesclou a evolução darwinista e a degenerescência teorizada por Morel, se popularizando através de publicações com ampla circulação transatlântica, contando com o aparato pluridisciplinar de antropólogos, biólogos, psiquiatras, médicos legistas e juristas (DARMON, 1991).

No Brasil, as teorias e os métodos relacionados à antropologia e à medicalização do crime, que tiveram Cesare Lombroso como seu mais valoroso propagador, encontraram um lugar de destaque nas publicações policiais em circulação pela imprensa, nos arquivos de medicina e nas obras de juristas. Em 1895, uma das grandes

45 Os discursos e as visualidades do noticiário policial revelam tensões, disseminam valores e iluminam os comportamentos considerados desejáveis para os homens e mulheres da época. Nesse sentido, concordamos com Rachel Soihet (2002), que afirma a importância da observação atenta e a leitura dos jornais como um procedimento fundamental na análise da violência contra mulheres no prelúdio republicano.

46 O artigo apresenta uma abordagem inicial, sendo o recorte de uma pesquisa de doutorado que propõe investigar as representações de crimes contra mulheres na imprensa do entresséculos XIX e XX.

autoridades públicas do saber médico jurídico, na sua obra com acentuada inspiração lombrosiana de título *Atentados ao Pudor: Sobre as Aberrações do Instinto Sexual*, disserta:

Qualquer observador superficial nota logo que o caracter brasileiro é propenso á sensualidade e ao amor. Creanças de quatorze anos freqüentam francamente as casas das prostitutas. Os assumptos eróticos constituem a conversação predilecta de moços e velhos. Qualquer mulher que passa nas ruas ou embarca nos bonds tem logo convergidos sobre si olhares ardentes dos homens. Os theatros representam peças de uma immoralidade revoltante, as actrizes exhibem-se seminuas. Os jornaes publicam contos e anedotas que tornam castas as historias de Boccaccio. Os livros pornográficos têm um consumo enorme e muitos negociantes enriquecem vendendo gravuras e objectos immoraes. Prostitutas que aqui chegam quasi andrajosas, em pouco tempo estão cobertas de sedas e brilhantes. Pessoas de posição social dão públicos escândalos por causa de mulheres. Ha, porém, apenas uma exuberancia do instinto sexual ou já estamos na degenerescência? (CASTRO, 1934, p. 9).

Em seus escritos, Viveiros de Castro investiga as aberrações sexuais e os comportamentos patológicos, tema de grande repercussão e debate no Oitocentos<sup>47</sup>, refletindo sobre como as transformações experimentadas pela cidade do Rio de Janeiro destinavam a população à degenerescência física e moral. Nesse sentido, a fusão das raças e a concorrência estrangeira originária da Europa foram fortes argumentos utilizados pelo jurista para justificar a corrupção dos costumes e o aumento da criminalidade.

Sobre os crimes envolvendo a violência contra mulheres, Viveiros de Castro tem uma postura precisa, julgando como culpado todo aquele que subjugua, seja por meio da violência física ou pela coação moral, mulher honesta e, “até mesmo”, prostituta. Em seu diagnóstico social, entretanto, baseado na experiência como promotor público e juiz de direito, o autor encontra outro culpado. Segundo ele, a causa determinante para o aumento da violência contra mulheres seria, “em primeiro lugar” responsabilidade da “propria mulher”, pois,

Dominada pela ideia de emancipação, ella faz tudo que de si depende para perder o respeito, a estima e a consideração dos homens. A antiga educação da mulher recatada e tímida, delicada sensitiva evitando os contactos ásperos e rudes da vida, foi despresada como cousa anachronica e ridicula; e temos hoje a mulher moderna, vivendo nas ruas, sabendo tudo, discutindo audaciosamente as mais escabrosas questões, sem fundo moral, sem refreio religioso, ávida unicamente de luxo e sensações, vaidosa e futil, preza fácil e muita vez até espontaneamente offerecida á conquista do homem (CASTRO, 1934, p. 9).

De encontro com os discursos incômodos à presença feminina nas ruas, propo-

47 A psiquiatrização do prazer perverso foi uma das estratégias do dispositivo da sexualidade no século XIX, segundo Foucault (1977), emergindo com o gerenciamento e controle da produção dos corpos.



mos analisar a emersão de justificativas da violência com base na relação entre corpo, comportamento e cidade, estabelecida por meio do noticiário sobre o assassinato de meretrizes. Nosso artigo, fragmento de uma pesquisa de doutorado em estado de desenvolvimento, orbita em torno da produção de conteúdos e visualidades relacionados a dois crimes específicos ocorridos durante a Primeira República<sup>48</sup>.

Em outubro de 1914, o corpo de uma mulher assassinada é encontrado na casa de n. 28, na rua das Marrecas, no centro do Rio. A rua foi assim apelidada pelos moradores em referência às marrequinhas esculpidas em bronze que decoravam o chafariz projetado por Mestre Valentim, em 1785. Além do chafariz, duas estátuas representando Eco e Narciso, confeccionadas pioneiramente em metal fundido no Brasil, ocupavam o espaço de esquina, conectando as ruas dos Barbonos e das Marrecas, originalmente chamada de rua das Belas Noites.

O crescimento populacional, a exaustão da zona portuária, a circulação dos “elementos” estrangeiros e a insuficiência policial atribuíam à identidade geográfica do Rio de Janeiro as digitais do crime. Nesses espaços, habitava uma atmosfera semelhante à capturada por Dominique Kalifa (2014), em seus estudos sobre topografia criminal e imaginário social na Paris oitocentista, aproximando-se também da descrição do submundo portenho de desordem urbanizada, mapeado por Lila Cairamari (2011). Idealizada por políticos, médicos e higienistas, a nova capital brasileira se haussmanizava durante as primeiras décadas do século XX, a partir dos projetos de modernização alavancados por Pereira Passos, Oswaldo Cruz e Carlos Sampaio. A construção do moderno clamava pela destruição dos modos de vida de uma parte da população urbana, empurrada às margens.

Resultado, no entanto, de reformas ocorridas ainda em um período anterior, as ruas do Passeio e das Belas Noites tiveram sua origem a partir de um aterramento realizado em fins do século XVIII para construção do Passeio Público. O local, já naquele momento, era considerado repugnante e malcheiroso, sendo ocupado pela lagoa do Boqueirão da Ajuda, espaço de despejo de dejetos para desaguar no mar, durante o período colonial. Médico e romancista, Joaquim Manuel de Macedo descreve que a lagoa “formada pelas águas da chuva que ficavam estagnadas, mostrava-se de feio aspecto, às vezes exalava um cheiro desagradável e, na opinião de muitos, passava por ser um foco de peste” (MACEDO, 2005, p. 87).

Mesmo antes da presença de pensões movimentadas, hotéis baratos, da circulação barulhenta de meretrizes e sujeitos errantes, os arredores da lagoa do Boqueirão já eram considerados perigosos, imundos, foco de doenças que se espalhavam pela cidade. Assim como os espaços urbanos sujos e perigosos, o corpo da prostituta foi concebido como foco transmissor de moléstias venéreas, corroído pelo vício e responsável pela degeneração das raças<sup>49</sup>. Ao lado dos loucos, judeus, detentos e

48 Mantendo o modelo aplicado pela imprensa da época, que geralmente utilizava os endereços ou personagens para batizar as ocorrências policiais, referimo-nos aos dois assassinatos como os “crimes da rua das Marrecas”.

49 Considerada um produto da cidade e um mal necessário, segundo um glossarista de Agostinho, durante o século XIII, “a prostituta na sociedade é como um esgoto no palácio. Se retirar o esgoto, o

homossexuais, as prostitutas tornaram-se as principais representantes da cidade doentia. Em *Metrópolis - a face do monstro urbano*, a professora Maria Stella Bresciani destaca o importante papel de Parent Duchâtelet, ao dedicar sua vida pela busca dos centros de contágio de moléstias epidêmicas em Paris:

Os esgotos e as prostitutas, considerados por ele receptores dos dejetos humanos, foram objetos de intensa pesquisa com resultados expressos no mapeamento dos desaguedouros subterrâneos da cidade e na regulamentação da prostituição controlada pela polícia (BRESCIANI, 1985, p. 62).

Alvo dos projetos de reocupação dos espaços centrais da cidade pela prefeitura e de incentivo à moradia pelo mercado imobiliário, a rua das Marrecas carrega ainda os estigmas sociais por sua fama como cenário tradicional do comércio sexual. No passado, a rua acolheu a sociabilidade boêmia e ficou conhecida como uma importante zona de meretrício habitada por mulheres estrangeiras e judias, algumas originárias do Leste Europeu e provenientes do contrabando sexual (KUSHNIR, 1996).

Apesar da origem europeia, Rosa Schwars conhecia bem as ruas do centro do Rio, marcava encontros no Café Avenida<sup>50</sup> e alimentava seu vício em idas frequentes a casas de jogos, onde apostava até as joias do próprio corpo. Foi graças ao hábito de caminhar alegre pelas ruas da cidade, cheia de colares, pulseiras e anéis brilhantes, que recebeu seu apelido, Lili das Joias<sup>51</sup>. As joias foram também consideradas pela polícia e por parte majoritária da imprensa como o principal motivo de seu assassinato. A ostentação da meretriz foi destaque na matéria do jornal *A noite* que, ao narrar a história de Lili, afirmou:

Era feliz na sua vida de mercadora de amores, pois conseguira fazer dinheiro e chegou a possuir uma verdadeira fortuna em joias.

Era, no entanto, perseguida por uma fatalidade cruel. Roubavam-na sempre e, já tempos que já vão longe, amasiou-se com um homem que a explorou, jogando o seu dinheiro, fazendo-a viciar-se nas espeluncas, onde ella perdeu todos os brilhantes, todo o ouro que possuía.

Lili desapareceu, voltando logo depois, já então mais moderada e, em pouco tempo, palácio inteiro está contaminado” (RICHARDS, 1993, p. 123). Nesse aspecto, voltamos a destacar a presença de uma moral religiosa que atravessa os discursos médicos e jurídicos, impondo um rígido controle das práticas corporais e modelos de sexualidade normativa. Afinal, a desigualdade original da mulher, segundo a filosofia agostiniana, nasce da criação dos corpos e possui uma raiz espiritual (LE GOFF; TRUONG, 2006).

50 O Café Avenida ocupava um espaço de esquina entre a rua do Passeio e a rua das Marrecas. Foi um estabelecimento movimentado que atendia um público diverso. Entre prostitutas, boêmios e marinheiros estrangeiros, era comum a presença da polícia, que apartava brigas e acalmava os ânimos.

51 Optamos por utilizar, neste trabalho, a designação Lili das Joias, o nome público de Rosa Schwarts. Lili Bijou foi também o nome afrancesado de uma artista italiana que, ainda jovem, foi financiada por “marchantes” e se apresentou, durante o início do século XX, em cassinos de Buenos Aires, Montevidéu e São Paulo (SCHETTINI, 2020). O nome também se assemelha ao da “namorada vampiro” de Paulo, personagens do romance *Lapa* (1936), de Luís Martins.

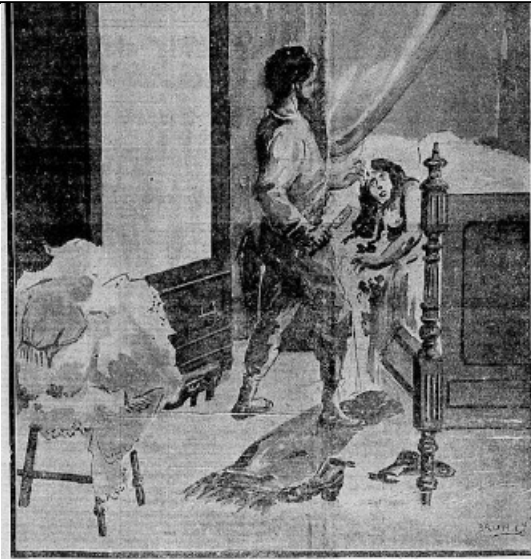
conseguiu novamente dinheiro e joias de grande valor, que trazia consigo, fascinando os olhos dos ambiciosos, dos apaixonados do ouro (CRIME..., 1914, p. 2).

O corpo de Lili foi encontrado no chão de seu quarto com um profundo golpe no pescoço e outro no ombro, ambos feitos com navalha, segundo o exame dos peritos. Em edição com manchete “Um crime monstruoso”, do jornal *A Época*, de 9 de outubro de 1914, localizamos uma ilustração retratando a meretriz com cabelo elegantemente preso, gola alta, joias e, na parte inferior da página, uma nova ilustração (Figura 1), apresentando aos leitores o momento anterior ao crime. No interior do quarto, Lili desperta assustada com a presença do amante assassino erguido diante de sua cama. Com a navalha em mãos, o assassino ocupa uma postura lateral na cena, provavelmente uma estratégia do artista para ocultar sua face, visto que, naquele momento, a identidade do criminoso era ainda desconhecida.

A assinatura da imagem faz referência à importante casa de fotografuras Brun, que prestava serviços para diversos jornais e revistas da época, tornando difícil indicar com precisão a autoria dos desenhos. O estúdio empregava ilustradores e fotógrafos que cobriam eventos, notícias cotidianas e acontecimentos policiais. Apesar das poucas informações sobre a autoria, a observação atenta da imagem revela importantes indícios de demandas sociais, demarcando também algumas práticas aplicadas pela cultura midiática do início do século.

Em *História Cultural da Imprensa*, Marialva Barbosa qualifica o uso das ilustrações pelos jornais como uma espécie de arremedo da imagem técnica, que paulatinamente constrói um caráter aparentemente objetivo. Essas ilustrações seriam, portanto, olhadas como “espécies de janelas e não como imagens” (BARBOSA, 2010, p. 32). Para nossa análise, torna-se necessário refletir sobre a própria legenda da ilustração, na qual a utilização da palavra “reconstituição” sugere uma representação do real, agregando veracidade e transformando a imagem da cena do crime em um relato factual.

Figura 1. Um crime monstruoso! No interior de um quarto aparece uma mulher horrivelmente degollada á navalha.



A reconstituição do crime

A Época. Rio de Janeiro, Anno III, n. 776. 9 de outubro de 1914. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

As ilustrações simulavam a objetividade da imagem técnica obtida pela lente fotográfica. A partir do cruzamento de imagens, podemos notar que o ilustrador responsável pela representação do assassinato de Lili teve acesso a registros fotográficos ou visitou a cena do crime. Antes de um desenvolvimento pormenorizado desta hipótese e da justificativa de sua relevância, precisamos, mesmo que de maneira breve, elucidar o contexto que possibilitou e as circunstâncias que determinaram a produção desse conteúdo visual.

Os anos que precederam o assassinato de Rosa Schwartz, nossa Lili das Joias, foram marcados pelo desenvolvimento de novas técnicas e instrumentos que visavam a resolução de crimes e a identificação de criminosos. A atuação da polícia científica estava em pauta nas principais metrópoles brasileiras. Motivada pelo anseio de controle sobre a população que se multiplicava, o discurso das entidades enfatizava a necessidade de enfrentar as novas formas de criminalidade que se atualizavam com a modernidade.

Esforçando-se para acompanhar as discussões internacionais, os periódicos médicos e policiais publicavam artigos sobre o tema e traduziam a produção dos autores de prestígio, como Francis Galton, Juan Vucetich, Alphonse Bertillon e Rodolph Archibald Reiss. Este último, professor e fundador do Institut de Police Scientifique da Universidade de Lausanne, esteve no Brasil durante o ano de 1913 para aplicar um curso técnico aos policiais paulistas sobre investigação, fotografia e exame dos

locais de crime.

Em maio de 1927, o periódico oficial do Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro, *O Boletim Policial*, apresentou um texto de Reiss, no qual o cientista forense descreve alguns métodos dos inquéritos judiciais, destinando à fotografia um papel de destaque. Segundo o autor, as investigações devem começar a partir do estudo topográfico do lugar do crime, passando pela inspeção do cadáver, seguindo a procura dos traços, das pegadas e dos sinais. A fotografia é apontada como instrumento científico fundamental enquanto reprodutora fiel dos fatos. Considerada uma espécie de “memória artificial”, ela possibilitaria um julgamento mais justo pelos magistrados e por aqueles que não puderam visitar a cena do crime. Ainda de acordo com Reiss,

A imagem photographica de um crime póde igualmente exercer uma influencia psychologica, seja sobre o acusado, seja sobre os jurados. A narrativa mais bem feita não reproduzirá jamais tão fielmente os horrores d’um assassinato quanto uma fotografia (BOLETIM POLICIAL, 1927, p. 17).

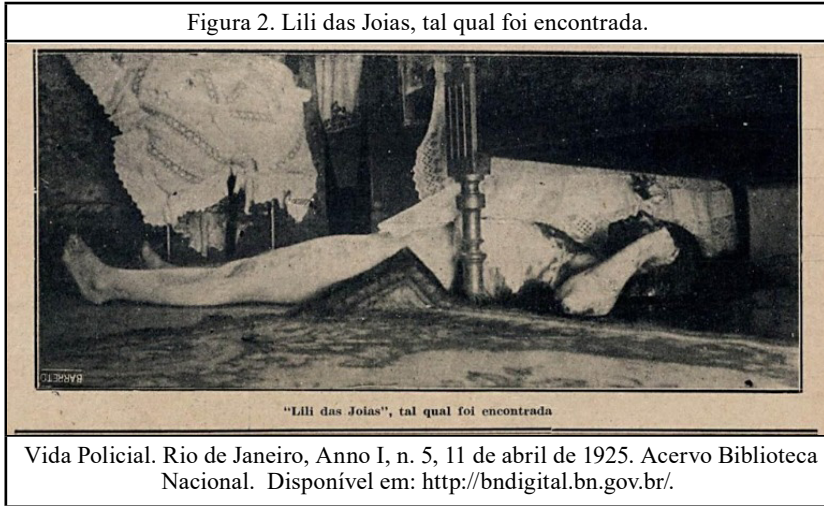
A imprensa do entresséculos parece ter notado esse apelo às sensações provocado pelas imagens fotográficas e ilustrações de crimes. A parcela não preocupada com as críticas realizadas pelos empreendimentos jornalísticos considerados “sérios” e por escritores renomados investiu na hiperexposição da violência, alcançando o aumento na tiragem de impressos<sup>52</sup>. Em consonância com a produção ilustrada que encontramos na imprensa, Rudolph Reiss também indicou que, além do uso das fotografias, o estudo topográfico da cena do crime deveria ser acompanhado pela produção de desenhos e croquis (BOLETIM POLICIAL, 1927).

Mais de uma década após o assassinato de Lili das Joias, a revista *Vida Policial*, lançada durante o ano de 1925, publica uma matéria sobre os matadores de meretrizes, dando destaque ao primeiro assassinato da rua das Marrecas. A edição apresenta duas fotografias, ambas do estúdio Barreto. A legenda da primeira imagem refere-se erroneamente a Lili das Joias quando, na verdade, a retratada é Augusta Martins, sobre a qual falaremos em seguida.

Já a imagem da segunda página é uma fotografia horizontalizada que focaliza o corpo de Lili enrijecido e estendido no chão (Figura 2). Os olhos e a boca estão aparentemente abertos. A metade superior do corpo encontra-se embaixo da cama, estando o cotovelo da vítima dobrado em direção à cabeça. Um relato reproduzido por outro periódico, ao descrever a cena do crime, destaca essa mesma postura e apresenta uma fotografia retirada a partir de um novo ângulo (Figura 3), citando que:

52 A historiografia já ressaltou essa relação, demonstrando o aumento na tiragem de impressos em países onde o *fait divers* desenvolveu-se, ainda em meados do século XIX. A popularidade da penny press estadunidense, por exemplo, ou os recordes alcançados no número de cópias do *Le Petit Journal* são amostras relevantes (KALIFA, 2019; GUIMARÃES, 2009). No contexto latino-americano, o México oferece um bom exemplo. Apesar da dificuldade na precisão dos números impressos e vendidos, os editores do *Notas Rojas*, no início do século XX, atribuíram ao crime o sucesso das vendas (PICCATO, 2014).

A posição do cadáver apenas denota que deve ter sido horrível a agonia da Lili. O corpo, inteiramente nu, foi encontrado meio oculto por debaixo da cama, de forma que a axilla esquerda da victima apoiava no pé da cama (OS GRANDES..., 1914, p. 3)



As matérias sobre crimes publicadas na imprensa desse período aproximavam-se das diretrizes da polícia científica, preservando também características narrativas veiculadas nos romances policiais. O quarto de Lili foi extensivamente fotografado e citado pelas matérias da imprensa, sendo descrito como “um aposento de regulares dimensões, e mobiliado com relativa elegância” (OS GRANDES..., 1914, p. 3). Mesmo admitindo que o exame do local não esclareceria o mistério do assassinato, os textos e imagens dedicavam muita atenção às descrições das cenas do crime.

Nossa suposição de que o ilustrador do jornal *A Época* tenha visitado o local do assassinato ou se baseado em registros fotográficos parte da observação do mobiliário. Notamos a semelhança, nas três imagens, de um mesmo modelo de cama com os pés marcados pela variação de contornos, de um banco à esquerda, onde se aglomeram tecidos de igual padronagem, fora a presença, entre os dois móveis, de um espelho de corpo inteiro, posicionado diagonalmente. Além disso, a ilustração retratando Lili também se assemelha em fisionomia e reproduz um padrão de penteado utilizado pela prostituta<sup>53</sup>. Aproximar e comparar imagens em diferentes linguagens e publicadas por diversas empresas jornalísticas nos permite afirmar que existe, por trás das reconstituições produzidas por ilustradores da imprensa, cuidado ao entregar para os leitores cenas de crime fidedignas.

53 Comparamos esse último aspecto com a fotografia localizada em *A Noite* (1914, p. 2).

Figura 3. Como foi encontrada a vítima.



### Jack Barceló e os matadores de meretrizes

O assassinato de Lili das Joias foi tratado com demasiado entusiasmo e atenção, não somente pelas condições e exagerado grau de violência cometida, mas pelo fato do assassino ter sido capturado, algo raro nos crimes envolvendo prostitutas naquele período. Bernardino Barceló, espanhol que desembarcou no Rio em busca de trabalho, ao descobrir que a esposa havia entrado para o universo da prostituição, prometeu assassinar todas as mulheres decaídas, começando por Lili. Após o crime, Barceló viajou para São Paulo, onde foi preso ao atentar contra a vida de uma segunda vítima, Helena Dias (UM CRIME..., 1914).

Durante o julgamento e mesmo após a condenação, o assassino ganhou muita atenção dos populares e da imprensa, recebendo diversas alcunhas, como o “Herodes de Mulheres Livres”, “Ingenuo regenerador de Madalenas” e, a mais utilizada, “Novo Jack, o estripador”. Muito conhecido pela sociedade brasileira do período, Jack Estripador foi responsável por uma série de assassinatos de prostitutas na periferia de um distrito em Londres, durante o ano de 1888. Notícias e informações sobre

os seus crimes chegaram rápido no Brasil, circulando por meio de jornais, revistas e lotando teatros no centro do Rio. Em fins do século XIX, a companhia Dias Braga foi destaque no teatro Variedades encenando alguns crimes do assassino em série britânico. O jornal ilustrado *D. Quixote* destacou a peça como:

[...] um drama que oferece todos os matadores, recheado de assassinatos, roubos e demais complicações tão ao sabor de nossas plateas avidas de commoções fortes no theatro, como se lhes não bastara o que os nossos jornaes noticiam diariamente sob varios titulos espaventoso de factos passados na vida real cá da terra. (1896, p. 6)

As associações entre casos brasileiros e crimes do exterior, realizadas pela cultura midiática, demonstram a existência de um imaginário social comum, construído com base em visualidades e códigos simbólicos compartilhados. Em sua análise sobre os primórdios do sensacionalismo na imprensa, Valéria Guimarães (2014) aponta a prática habitual de tomar emprestado determinados arquétipos, sejam populares ou ficcionais, na espetacularização do cotidiano produzida pelos faits divers<sup>54</sup>.

Nesse sentido, a produção nacional inspirava-se na imprensa estrangeira, revelando um “imaginário compartilhado e precocemente globalizado” (GUIMÃRES, 2014, p. 106). Era comum que, mesmo em temáticas locais, as narrativas passassem por um processo de adaptação, estandardizada a partir de composições internacionais que evocavam novos Troppmans e Pranzinis<sup>55</sup> assim que crimes semelhantes eram praticados. A narrativa criminal, portanto, foi impregnada por transferências culturais, por meio das quais uma circunstância, um criminoso ou mesmo o local do crime mobilizavam memórias e representações reativadas.

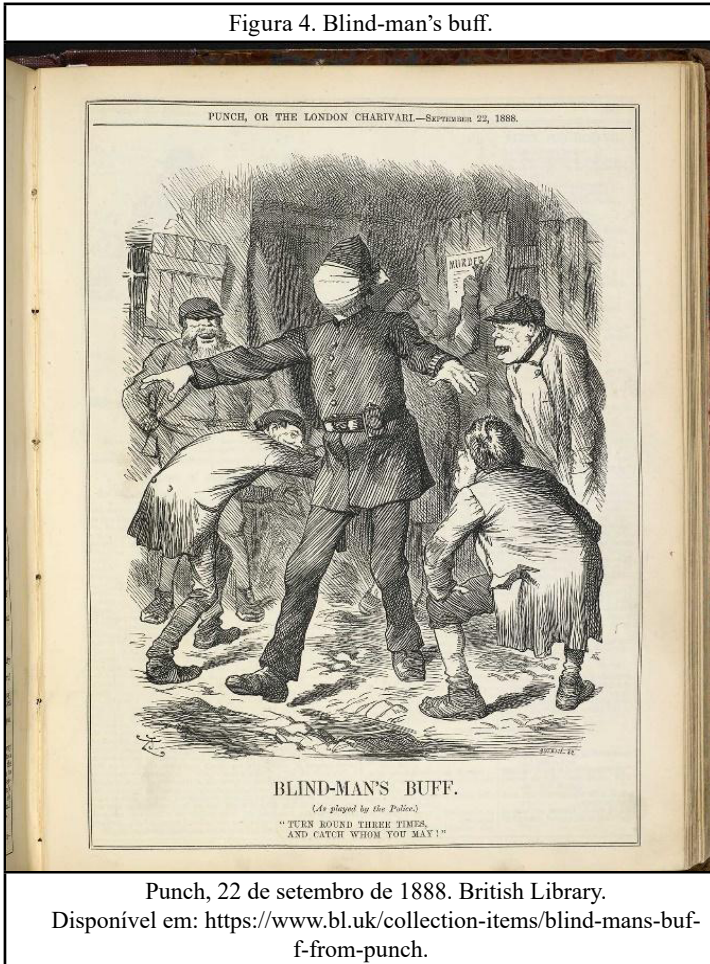
Apesar da popularidade de Jack Estripador e da intensa cobertura realizada pela imprensa por meio dos jornais diários, as investigações não conseguiram identificar e prender o autor dos assassinatos, gerando críticas à impunidade e sátiras que destacavam a incompetência da polícia. Um exemplo disso é a ilustração de John Tenniel para a revista inglesa *Punch* (Figura 4), em que um grupo de criminosos brinca de cabra-cega com um policial incapaz de pegá-los e com a face inteira vendada. Enquanto isso, no fundo da imagem, outro homem pendura um cartaz anunciando um novo assassinato. Em uma nova ilustração, dessa vez para o *The Illustrated Police News* (Figura 5), os policiais da Scotland Yard são representados dormindo, enquanto o assassino age e novos corpos de mulheres mortas são encontrados nas ruas de Londres.

54 O termo francês se refere a uma expressão jornalística designada para acontecimentos que se destacavam pela excepcionalidade, geralmente crimes sensacionais, suicídios, acidentes e desastres de grande repercussão.

55 Jean-Baptiste Troppmann foi um assassino francês responsável pela morte de oito membros da família Kinck, no ano de 1869. Já Henri Pranzini assassinou uma cortesã, sua empregada e uma criança, no ano de 1887, em Paris. Ambos tiveram o julgamento e a execução amplamente divulgados pela imprensa.

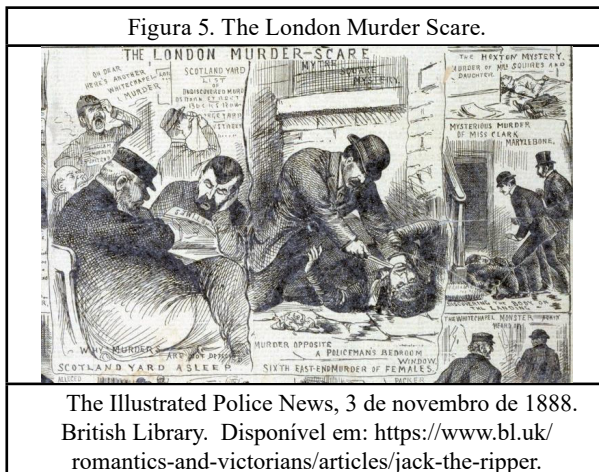


Figura 4. Blind-man's buff.



Punch, 22 de setembro de 1888. British Library.  
Disponível em: <https://www.bl.uk/collection-items/blind-mans-buff-from-punch>.

Figura 5. The London Murder Scare.



The Illustrated Police News, 3 de novembro de 1888.  
British Library. Disponível em: <https://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/jack-the-ripper>.

No Brasil, reações sobre a prisão de Bernardino Barceló tiveram um tom semelhante de crítica. A revista *O Malho* publicou duas charges ironizando o trabalho ineficiente dos policiais do Rio. Na primeira (Figura 6), os “scherlocks cariocas” amontoam-se enquanto a polícia de São Paulo encontra e prende o degolador da Lili das Joias. Na segunda imagem (Figura 7), o policial paulista agarra o criminoso pela gola, avisando-o que, daquela vez, ele quem seria degolado. Enquanto isso, Barceló afirma que o teriam deixado escapar no Rio de Janeiro para que virasse romancista e escrevesse sobre seus atos criminosos, apontando para a popularidade desse tipo de produção na época.



Figura 7. Os assassinos “preparados”.



### A vez de Augusta Martins: a rua das Marrecas é palco de um novo crime

Jack Estripador reaparece alguns anos depois na imprensa carioca. Em 1917, os populares lotaram novamente os arredores da rua das Marrecas assim que foi anunciado um novo crime. No conventinho de dona Annita Galliana, no quarto localizado no andar térreo, o corpo de uma mulher, que aparentava ter por volta de seus vinte anos de idade, segundo os jornalistas, foi encontrado sobre a cama, envolto por lençóis e encharcado de sangue (A NOITE, 1917).

“Mais uma degolada” e “pela segunda vez a rua das Marrecas é teatro de um crime horrível”, noticiava a imprensa. A vítima era Augusta Martins, meretriz de nacionalidade portuguesa que também respondia pelo nome de Maria Augusta e Belliza. Apesar da vida boêmia, os jornais da época destacavam que Augusta era por todos considerada uma mulher “humilde e respeitosa”, com “atitudes discretas” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1917a, p. 1).

O uso de determinados adjetivos na descrição do corpo e da personalidade recatada de Augusta é algo que merece nossa atenção. Isso porque, durante esse período, a prostituição foi relacionada à desordem social, ao aumento da criminalidade e à proliferação de epidemias. O comércio de prazer no Rio de Janeiro passou, ao longo do século XIX, aparentemente se intensificando no pós-abolição, a ser tema de disputa entre polícia, autoridades municipais e saúde pública. Além de serem acusadas

de prejudicar os comerciantes, as meretrizes que trabalhavam nas ruas do centro do Rio desagradavam a população local e as “famílias honestas”.

Solicitando ações efetivas da Câmara Municipal e do chefe de polícia, mais de setecentos cidadãos, nacionais e estrangeiros, reuniram-se para assinar um documento exigindo medidas efetivas contra os “abusos praticados pelas meretrizes nas mais publicas ruas” (SANTOS; DUARTE, 1879, p. 1). Apesar do parecer elaborado pelos deputados Lima Duarte e Felício dos Santos ser contrário à petição, partindo da compreensão de que a queixa configurava-se como responsabilidade da polícia municipal, os autores reafirmaram:

Não só a prostituição cheia de galas que affronta os bons costumes e a seriedade do lar, que corrompe a mocidade pela sedução e libertinagem, mas também a que exerce-se como industria lucrativa com as solicitações mercantis, descendo á rua para provocar os transeuntes, a que, perdido todo o pudor e respeito á sociedade, expõe-se semi-nua nas portas e janellas, proferindo obscenidades, perturbando a tranquilidade da vizinhança (SANTOS; DUARTE, 1879, p. 1).

Assim como Viveiros de Castro, o documento também destaca o perigo relacionado ao elemento estrangeiro, culpabilizando, sobretudo, a prostituição importada da Europa. Os autores explicitam que “em geral os agentes do mal vêm de fóra, é a espuma da fermentação putrida das grandes cidades do velho mundo que a especulação atira ás nossas praias” (SANTOS; DUARTE, 1879, p. 1). Neste aspecto, a ênfase dada pela *Gazeta de Notícias* ao bom comportamento de Augusta que, apesar do trabalho “indigno”, segundo expressões da própria imprensa, foi uma mulher romântica e de bom coração, parece confrontar a concepção popular da imoralidade atribuída às mulheres que mercadejavam o próprio corpo.

Tanto a imprensa quanto o discurso médico-legal relacionado ao saneamento moral da cidade moderna destacavam a associação da prostituição com outros males sociais. Em um manifesto contra as devassidões, propondo a autopsia social dos degenerados, Ferreira da Rosa (1896) elenca as três formas características do vício na capital da república: a prostituição, a jogatina e o roubo. A própria Lili, tempos antes de sua morte, protagonizou escândalos ao denunciar às autoridades policiais um penhor ilegal, realizado ao perder suas joias nos jogos de azar. A prostituta também foi avistada em episódios de briga e balbúrdia com companheiras no Café Avenida, marcando novamente presença na delegacia (CORREIO DA MANHÃ, 1913). Além de motivar ações da polícia que visavam o confinamento e controle dos locais de baixo meretrício, esse tipo de ocorrência reforçava uma produção de discursos que regulava o comportamento não só das mulheres decaídas, servindo também como modelo nocivo para as “honestas” moças de família.

Poucos dias depois do assassinato de Augusta, a *Gazeta de Notícias* publicou uma carta endereçada ao redator, na qual o remetente assume a autoria do crime. A identidade não é exposta e a carta chega acompanhada de uma fotografia do possível assassino, vestido de terno e gravata e com o rosto vendado por uma máscara na

região dos olhos. Novamente, Jack Estripador é acionado, tanto pelo meio de comunicação usado entre o suposto assassino e a imprensa, através da publicação de uma carta, quanto pelo próprio conteúdo desta, em que o assassino britânico é citado. Se comparando com Jack Estripador, o autor da carta publicada na Gazeta compartilha também algumas informações equivocadas, com grafia incorreta. Tecendo relações entre as cidades que protagonizaram os crimes, o suposto assassino afirma:

[...] pois bem: todo mundo se recorda de que Jack, o Estripador, creio que ali por volta de 1850, cometeu repetidos crimes de morte de mulheres como essas das Marrecas e toda a ótima policia de Londres possa em momento jamais conseguiu prende-lo (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1917b, p. 1).

Além das diversas reclamações e insultos proferidos contra as autoridades policiais, o conteúdo da carta corresponde ao tom de crítica e anseio da imprensa pela prisão do assassino. Apoiando-se na incapacidade policial, o autor do texto desafia as autoridades, insinuando: “seria mais fácil uma criança botar abaixo o Pão de Açúcar a murros do que a polícia me prender” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1917b, p. 1).

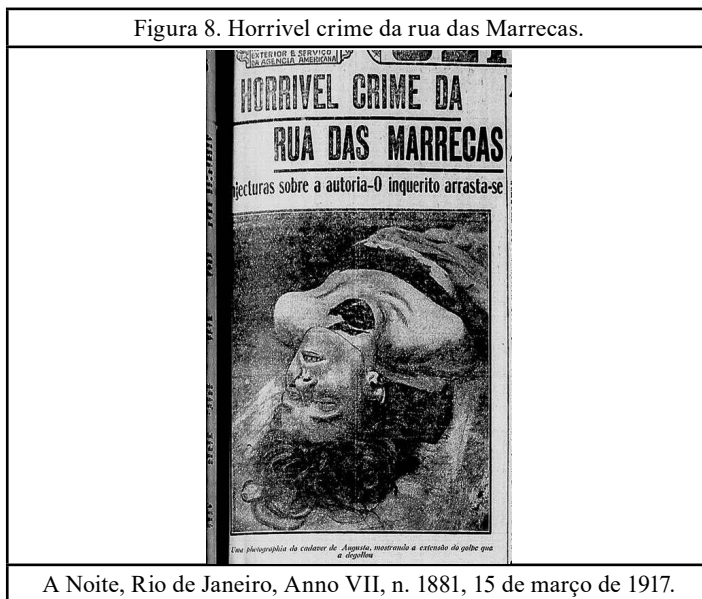
Em visita à cena do crime, a perícia concluiu que a morte de Augusta foi em decorrência de uma hemorragia provocada por dois golpes de navalha direcionados ao pescoço da vítima. Nos dias seguintes ao assassinato, o corpo da prostituta estampou a capa de diversos jornais, em fotografias e ilustrações que valorizavam uma diversidade de ângulos, sempre destacando a longa ferida no pescoço e o corpo estendido e ensanguentado sobre a cama<sup>56</sup>.

A popularidade dessas representações integra um fenômeno mais amplo, que ganhou forças a partir do século XVIII, quando o corpo morto e nu tornou-se, ao mesmo tempo, objeto de curiosidade científica e de deleite mórbido. O fascínio pelas formas cadavéricas e por uma beleza meduseia<sup>57</sup>, examinada por Mario Praz (1986, p. 33), contempla imagens impregnadas de “dor, corrupção e morte” e vigora a partir de uma nova sensibilidade, motivada pela descoberta do horror como fonte de encanto e beleza. No início do século a criatura de Mary Shelley (1818), composta por pedaços de cadáveres, anunciou a eclosão de novas percepções do corpo relacionadas ao ideal de belezas grotescas, fragmentadas e monstruosas. Mobilizando diferentes formas de olhar, as relações entre as práticas artísticas e os saberes científicos se atravessaram, levando muitos artistas a necrotérios e famílias inteiras ao morgue parisiense para reconhecer e observar cadáveres.

56 A *Época*, *A Noite*, *A Rua*, *Gazeta de Notícias* e *O Imparcial* foram, dentre os periódicos consultados, os que apresentaram mais imagens, dedicando-se às características mencionadas no texto.

57 De acordo com as *Metamorfoses*, de Ovídio, dona de uma aparência e cabelos deslumbrantes, Medusa foi uma sacerdotisa violada pelo deus do mar, no templo de Minerva. Punida pela perda da virgindade, Medusa teve seus cabelos transformados em serpentes e seu rosto tomado por uma face monstruosa, fazendo com que ela transformasse em pedra todos que se arriscassem a olhá-la. Decapitada por Perseu, sua cabeça-troféu tornou-se um tema nas representações e um ideal de beleza, contaminada pelas características que deveriam causar aversão.

Figura 8. Horrível crime da rua das Marrecas.



A Noite, Rio de Janeiro, Anno VII, n. 1881, 15 de março de 1917.

A produção cultural sobre crimes realizada pela imprensa demonstra que os populares não marcavam presença apenas nas inaugurações de estátuas nas praças centrais da cidade. Assim que um novo assassinato era anunciado, a população não se atrasava, transformando as ruas estreitas do centro do Rio em espaços para a plateia, que se aglomerava ao redor do teatro sangrento das cenas de crime. Além da transformação em lugares de memória e visitação, era comum que as pessoas aguardassem o término das investigações e acompanhassem os corpos das vítimas em peregrinações, partindo do local do assassinato até o necrotério. Os lugares, segundo Kalifa (2014, p. 288), foram fundamentais para a construção das realidades criminais, assim como os meios, as circunstâncias e os autores. Em seu texto de divulgação do segundo assassinato, o periódico *A Noite* comenta sobre o batismo das vias públicas com o nome de cidadãos ilustres, apontando que, devido à popularidade dos crimes, já havia motivos suficientes para a rua das Marrecas ser rebatizada como rua da Degola (A NOITE, 1917b, p. 1).

### Considerações finais

Para além do registro do crime, acreditamos que a cultura visual evidencia possibilidades potentes de reflexão. As imagens clarificam as relações entre gênero, civilização e modernidade quando apresentam as formas de uma cidade transformada por práticas sanitaristas - de higienização dos espaços e disciplinarização dos corpos - sobrepostas pela representação cadavérica de mulheres decaídas assassinadas<sup>58</sup>.

<sup>58</sup> Em nossa pesquisa de doutorado, localizamos sobreposições de imagens, precursoras das

Explorando um importante terreno de observação particular, compartilhamos um breve estudo de casos entrelaçados, acreditando, a partir deles, ser possível desenvolver releituras de fenômenos maiores, com problemas que não se limitam a um perímetro local (GINZBURG, 1989; REVEL, 2010). Objetivamos integrar, na competente historiografia do crime e da violência brasileira produzida até esse momento, uma dimensão sensível, possibilitada pelo olhar direcionado às imagens de assassinato de mulheres.

Destacamos que essas mulheres, facilmente invisibilizadas em pesquisas com perspectivas mais alargadas, possuíam nome, sobrenome e endereço, viveram com autonomia e desfrutaram de amizades e afetos. Apesar disso, foram julgadas e enquadadas, mesmo após suas violentas mortes, como decaídas, imorais e perigosas. Nesse contexto, a violência contra prostitutas é justificada a partir da natureza feminina, que impõe aos corpos a imutabilidade de um destino biológico e social. Seja através da morte vagarosa por moléstias venéreas, dentre as quais a sífilis alcança protagonismo, seja na apreensão da precariedade que, segundo Judith Butler, pode conduzir à potencialização da violência, “uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las” (2015, p. 15). Independentemente da ostentação de Lili ou da docilidade de Augusta, ambas rompem as barreiras simbólicas que lhes conferem sentido social. Suas mortes são compreendidas como fruto do destino reservado às mulheres do meretrício.<sup>59</sup>

A opção pela definição traçada por alguns autores de classificar os *fait divers* como relatos autocontidos ou, de maneira restrita, como descrição de fatos sem duração e sem contexto, dificultaria o enquadramento da rubrica aos relatos criminais de Lili e Augusta publicados na imprensa republicana. Apesar de uma aproximação com a segunda conotação elaborada por Barthes, que define a relação de coincidência na estrutura do *fait divers* “com efeito, tanto mais espetacular porque revira certos estereótipos de situação” (1964, p. 224), identificamos, por meio da divulgação sensacional dos assassinatos, elementos que escapam da noção de “imanência constitutiva” elaborada pelo autor. Dentre esses elementos, podemos citar algumas estratégias narrativas que ressaltam a continuidade e complementaridade dos crimes narrados, a intensa relação nutrida com a produção estrangeira por meio de transferências culturais ajustadas às condições locais e a formação de uma memória do medo (MATHEUS, 2011).

Devemos considerar, além da análise das composições e formas em que as mulheres e seus corpos foram enquadrados e representados, quais espaços ocuparam essas imagens. Espaços concretos, relacionados à diagramação do material impresso, ao tamanho das figuras, ao diálogo com manchetes e legendas e a circulação

---

fotomontagens, destacando cadáveres femininos dividindo espaço com ruas e edificações em molduras modernas, confrontando a representação do acontecimento e a narrativa jornalística.

59 Segundo a Gazeta de Notícias (1917b, p. 1), “é o destino que está reservado às mulheres do meretrício. Quando, como ainda ha pouco aconteceu a infeliz Augusta Martins, não são assassinadas, degolladas, ficam para todo o sempre marcadas com a cicatriz de um ferimento, producto de uma aggressão por ellas sofrida”.



dessas imagens pela cidade, motivada pela popularidade que promoveu o grande consumo desse tipo de visualidade. E, por que não, espaços imaginários? Tendo em vista a constituição de um imaginário social do crime alimentado por esse conteúdo visual, como buscamos apresentar. Ao propor uma reflexão que alcance os imaginários sociais, esperamos que o leitor compreenda nosso afastamento de uma antiga concepção imperialista racional, que os apresenta como desprovidos de importância política pela carência de concretude e materialidade. Pelo contrário, o imaginário é “condição de possibilidade da realidade” (SWAIM, 1993, p. 6), conectado à cultura visual e informado pelas relações de gênero, podemos a partir dele, dimensionar diferentes aspectos da experiência humana.

Ao racionalizar determinados temas, é comum que se deixe de lado certas dimensões sensíveis e afetivas, partindo de modelos de produção de saberes pautados em experiências que privilegiam o universal e os discursos hegemônicos. Uma história da violência de gênero, de maneira oposta, é também uma história do corpo, das expressões e das diferenças. Nesse sentido, os feminismos nos ajudam a enxergar que as justificativas da inferioridade feminina concentram-se na diferenciação social dos sexos e atravessam nossos corpos, codificados como subordinados e passivos. Inscrevendo-se a partir de uma gramática social, o corpo é aqui pensado como uma matéria permeada por histórias, produto de pedagogias que implicam sofrimento.

Acreditamos no caráter formativo das imagens operando como uma pedagogia da violência, apresentando à sociedade como determinados comportamentos foram punidos de forma exemplar. Lili, Augusta e tantas outras prostitutas estrangeiras ocupam um hiato flexível no imaginário, entre vítimas infortunadas e perigosas mulheres fatais. A vida dessas mulheres infames,

[...] destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros - breves, incisivos, com frequência enigmáticos - a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder (FOUCAULT, 2006, p. 207).

É a partir da morte, interpelada pela violência física e discursiva, que nos desafiamos a conhecer um pouco mais dessas mulheres e das tentativas de regular e coagir suas existências, suas experiências urbanas e seus usos do corpo.



## Referências

### Fontes:

*A Época*, Rio de Janeiro, ano III, n. 776, 9 out. 1914.

*A Noite*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1000, 7 out. 1914.

*A Noite*, Rio de Janeiro: ano VII, n. 1881, 15 mar. 1917a.

*A Noite*. Rio de Janeiro: ano VII, n. 1882, 16 mar. 1917b.

*Boletim Policial*. Rio de Janeiro: ano I, n. I, maio 1927.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: ano II, n. 202, 2 jan. 1902.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: ano XII, n. 5197, 23 abr. 1913.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: ano XIV, n. 5705, 8 out. 1914.

*Don Quixote*. Rio de Janeiro: ano 2, n. 62, 1896.

*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: ano XLII, n. 635, 16 mar. 1917a.

*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: ano XLII, n. 79, 20 mar. 1917b.

*O Malho*. Rio de Janeiro: ano XIII, n. 636, 21 nov. 1914b.

PARECER n. 137 da Comissão de Saúde da Câmara dos Senhores Deputados apresentado pelos Exmos. Srs. Drs. Lima Duarte e Felício dos Santos em sessão de 19.8.1879 e aprovado pela mesma Câmara, in *Diário Oficial*, 20.8.1879, n. 222, (RJAGCRJ.CM.PTÇ.48.4.63).

*Vida Policial*, Rio de Janeiro, ano I, n. 5. 11 abr. 1925.

### Bibliografia:

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARTHES, Roland. Structure du fait divers. In: BARTHES, Roland. *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1964.

BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, 1985.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAIMIRI, Lila. Os lugares da desordem. Uma geografia legal para a Buenos Aires dos anos 1930. *Topoi 12*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 179-192, jul/dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/JBgWWCS5ZK4XYNJdP3zfcfC/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

- CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Atentados ao Pudor: Sobre as Aberrações do Instinto Sexual*. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934.
- DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.
- GUIMARÃES, Valéria. Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 103-124, jul-dez, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/34324>. Acesso em: 10 out. 2021.
- KALIFA, Dominique. *A Tinta e o sangue: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque*. São Paulo: Unesp, 2019.
- KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/4dvWtmLR4ttzvZXn85Rmp3y/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.
- KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: Mulheres Judias e Prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *O corpo no Ocidente Medieval*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *La Donna Delinquente, la prostituta e la donna normale*. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1903.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- MATHEUS, Leticia Cantarela. *Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. Você disse imaginário? In: NAVARRO-SWAIN, Tânia

- (org.). *História no Plural*. Brasília: UnB, 1993. Disponível em: <http://www.taniavarros-wain.com.br/chapitres/bresil/vc%20disse%20imaginario.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.
- PICCATO, Pablo. Murders of Nota Roja: Truth and Justice in Mexican Crime News. *Past & Present*, Oxford, n. 223, p. 195-231, 2014. Oxford University Press, The Past and Present Society. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24545156>. Acesso em: 10 out. 2021.
- PRAZ, Mario. *La carne, la morte e il diavolo nella letteratura romântica*. Florença: Sansoni Editore, 1986.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SCHERLOCKS DA Fancaria. *O Malho*. Rio de Janeiro: ano XIII, n. 635, 14 nov. 1914a.
- SCHETTINI, Cristiana. *Clichês baratos: sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do século XX*. Campinas: Unicamp, 2020.
- SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. *Projeto História*, São Paulo, n. 25, p. 269-289, dez/2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10592>. Acesso em: 10 out. 2021.

## **Parte II**

# Uma notável escritora: trajetória de Madame de Staël (1766-1817)

*Louise Salles Schaeffer*<sup>60</sup>

## Introdução

Nos dias de hoje, a história escrita por mulheres e sobre elas está tendo um reconhecimento notável, cujas pesquisas englobam diversos temas e personalidades que contribuem positivamente para o diálogo sobre a participação histórica das mulheres na sociedade. Em virtude da participação de inúmeras mulheres que construíram um legado dentro da historiografia e embora fossem “ocultas” até as últimas décadas, diversos trabalhos analisam e legitimam mulheres que foram essenciais para a construção da sociedade como um todo. Não cabe nesse artigo analisar quais mulheres e temas relacionados a participação de gênero na construção dessa história, mas sim, apontar e analisar especificadamente uma importante personalidade do século XIX: a escritora franco suíça Madame de Staël.

Faremos, portanto, uma breve análise de quem foi e quem se tornou Madame de Staël a partir de seus escritos, seu convívio pessoal e letrado e sua colaboração em diversas áreas do conhecimento. Madame de Staël transitou entre diversos espaços, isso possibilitou que conhecesse e dialogasse com diversas personagens ao longo de sua vivência na virada do século XVIII para o século XIX. Desde escritores do iluminismo como Rousseau, Kant, Montesquieu e Voltaire, passando pelas ideias do conservador Edmund Burke até chegar aos seus contemporâneos como Benjamin Constant, Emmanuel Joseph Sieyès e os filósofos do *Sturm e Drang*<sup>61</sup> alemão. Staël ora dialogava, debatia, criticava e ora se opunha aos intelectuais do cenário romântico europeu. Sua participação enquanto uma escritora do romantismo no continente, determinou sua importância intelectual para a posterioridade.

Madame de Staël foi e continua sendo uma das maiores escritoras do século XIX, juntamente de outras notáveis como as francesas George Sand e Madame de Genlis; as inglesas George Eliot, Elizabeth Barrett Browning, as irmãs Brontë, Jane Austen e Elizabeth Gaskell e diversas outras. Embora não seja tão conhecida e traduzida no Brasil, Madame de Staël é referência indiscutível no campo da filosofia, literatura e tradução. Seus escritos marcam profundamente as análises e concepções de uma França Revolucionária, cujo ideal do século das Luzes refletiu na humanidade.

Segundo a historiadora Una Birch no livro “Sociedades Secretas e a Revolução Francesa”, Madame de Staël foi uma espécie de profeta, pertencente a uma categoria

60 Graduada e mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Faz parte do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP) e do grupo de estudos e pesquisa Mulheres e a Escrita da História, ambos da UFJF. Sua principal linha de pesquisa é mulheres escritoras do século XIX, com ênfase em escritoras francesas e a contribuição destas para a literatura feminina do período. E-mail para contato: lo-loal@hotmail.com

61 Tempestade e ímpeto em alemão. Foi um movimento literário na época do romantismo alemão (1760 – 1780) com diversos autores principalmente na literatura e nas artes.

divergente daqueles indivíduos cujo pensamento ia em oposição ao seu. Sua visão de sociedade se baseava principalmente nas considerações e nas características de um povo perante sua moralidade, sua virtude e a glória. Cita a historiadora:

Ela acreditava no futuro do povo, acreditava que os atos poderiam, um dia, coexistir com os ideais; e de acordo com essas crenças ela falou e viveu. Em um longo duelo ela foi a vitoriosa, pois os princípios pelos quais ela lutou, triunfaram. Ela manteve suas crenças na liberdade, e sustentou sua dignidade pessoal espalhando que a liberdade individual era necessária ao homem para que ele não fosse nem um selvagem, nem um escravo, e que a independência da alma encontrava a independência dos estados (BIRCH, 2020, p. 102).

De acordo com sua prima, Madame Necker de Saussure (considerada uma das primeiras biógrafas de Madame de Staël) em seu texto *Notice sur le caractère et les écrits de Madame de Staël*<sup>62</sup>, “rien de ce qui est venu d’elle ne peut être comparé à elle-même<sup>63</sup>” (SAUSSURE, 1820, p.II). Para Madame de Saussure, nada que Madame de Staël escreveu se comparava à sua originalidade, enfatizando que tudo que ela produziu e publicou não é o que caracterizava de fato a personalidade de Staël. A individualidade e o caráter pessoal de Staël estavam a cima de sua produção escrita, segundo sua prima. Segundo Christopher Herold, Madame Necker de Saussure tinha diversas vantagens em relação a outros biógrafos: “She knew Madame de Staël; she possessed uncommon sensibility and psychological insight and she was extremely inteligente<sup>64</sup>” (HEROLD, 1958, p. 477).

Para Lydia Maria Child, em seu livro *The History of the Condition of Women in Various Ages and Nations*, de 1835, Madame de Staël “foi intelectualmente a maior mulher que já existiu” (2003, p. 44) e segundo a historiadora norte americana Bonnie Smith, Staël se auto intitulava “gênio” na arte de fazer história, se apresentando assim em alguns dos seus livros como *Corinne ou l’italie* e *De l’Allemagne* (SMITH apud CHILD, 2003, p. 44). Ainda de acordo com Smith:

Durante todo o século XIX, esse modelo de “gênio” influenciou mulheres escritoras e feministas que se inspiraram em Staël para moldar a si próprias e a muitos de seus personagens de ficção. (...) ela era um modelo cuja memória conservou grande força até muito depois da sua morte, uma ressonância que poderia alimentar a ambição dessas mulheres (SMITH, 2003, p. 44).

Madame de Staël foi uma das maiores escritoras francesas do século XIX e seu prestígio não é conhecido apenas em território francês, como também é reconhecida e estudada no mundo todo. Foi uma escritora que ultrapassou os limites geográficos e influenciou muitos escritores e escritoras de sua época e dos anos posteriores.

62 Madame de Saussure foi convidada pelos filhos de Madame de Staël para escrever um prefácio na coleção de obras organizada por eles e publicada em 1820.

63 “Nada que veio dela, pode ser comparado a ela mesma” (tradução nossa).

64 “Ela conhecia Madame de Staël; ela possuía uma sensibilidade incomum e discernimento psicológico; e era extremamente inteligente” (tradução nossa).

Mesmo após sua morte, segue sendo uma respeitável fonte e objeto de pesquisa para se entender o cenário intelectual, político e social do século XIX. Segundo Maria Fairweather, os escritos de Madame de Staël são unidos em um fio condutor, cuja discussão proposta por ela é importante nos dias atuais, como foi essencial no tempo dela:

It is perhaps as a moralist that Madame de Staël is still entirely relevant today. In all her works, in her letters and journals, in the accounts of her contemporaries, friends and enemies there is a common thread: her advocacy of reason and tolerance in the face of fanaticism and violence, her belief in action and her optimism in the face of despair, as important in our day as it was in hers<sup>65</sup> (FAIRWEATHER, 2005, p. 4).

## O nascimento de uma notável

Madame de Staël teve como nome de batismo Anne Louise Germaine Necker, nascida em 22 de abril de 1766, filha única de Jacques Necker, banqueiro e ministro das finanças de Luis XVI na década de 1788 e de Suzanne Curchod, importante intelectual apaixonada pelas letras que era responsável por um importante salão literário parisiense do século XVIII, frequentado por grandes nomes como Diderot e D'Alembert. A maioria de biografias sobre Staël, indicam que começou os estudos muito cedo, provavelmente aos 11 anos e com essa idade já frequentava os salões de sua mãe. Praticava leitura de Montesquieu, Voltaire e Rousseau (MISSIO apud BALAYÉ, 2016, p. XII) e fazia duras críticas a esses autores, assim como também sabia ler em outros idiomas e pôde ler outros autores estrangeiros. Toda essa influência no campo literário permitiu que a jovem Germaine tivesse uma abertura ao mundo político aristocrático.

Por saber ler e escrever muito bem, Madame de Staël falava sobre assuntos que poucas mulheres debatiam e isso gerava um incômodo exaustivo na camada masculina francesa de sua época. Desde muito nova, Anne Louise já se interessava pela vida política, teve uma educação à altura da expressiva aristocracia francesa. Escreveu sobre outros países, sobre importantes conceitos, literatura, geografia, filosofia, linguagem e é considerada um dos maiores nomes da literatura comparada francesa. Staël também é referência em estudos de tradução, linguagem, teoria liberal, política e estudos de comparação, Germaine Necker já era uma mulher incrível antes mesmo de possuir o nome que a consagraria essa potência literária.

Embora seja de pouca repercussão, mas existentes e em crescente ascensão, estudos que analisam as mulheres na Revolução Francesa têm expandido e contribuído para a compreensão da participação dessas personagens dentro do período. Segundo Laura de Melo e Souza no prefácio de “Virtuosas e Perigosas”, livro de Tânia Morin: 65 “É talvez como moralista que Madame de Staël ainda está inteiramente relevante hoje. Em todas as suas obras, em suas cartas e diários, em os relatos de seus contemporâneos, amigos e inimigos, há um fio condutor: sua defesa da razão e da tolerância em face do fanatismo e da violência, sua crença na ação e seu otimismo diante do desespero, tão importante em nossos dias quanto estava no dela” (tradução nossa).

Os anos entre 1789 e 1795 marcaram para sempre a história da luta política das mulheres. Elas participaram ativamente da tomada da Bastilha, moveram-se até Versalhes para buscar os monarcas, tricotaram enquanto ouviam os discursos que impeliram à radicalização política da Assembleia Nacional e da Convenção, vestiram uniformes para combater como soldadas, foram espectadoras do Terror com seu séquito de execuções públicas e profanações (SOUZA, 2013, p. 21).

Madame de Staël teve uma grande participação durante o período revolucionário. De acordo com Tânia Machado Morin, Staël participou dos debates políticos de sua época, “comparecendo assiduamente às galerias da Assembleia Nacional, de onde se dizia que mandava bilhetes aos deputados no plenário instigando-os a apoiarem moções patrióticas” (MORIN, 2013, p. 96). Ainda segundo Morin (2013, p. 96), a escritora francesa foi uma espécie de *égerie*, isto é, uma conselheira, inspiradora de um homem político. Ela exercia forte influência em alguns representantes, como por exemplo Narbonne e Tayllérand.

Durante os séculos XVIII e XIX, haviam um número considerável de salões literários, organizados por mulheres da intelectualidade e aristocracia francesa. Um exemplo evidente foi de sua mãe, Suzane Churchod que tinha um salão muito conhecido e frequentado por grandes nomes da literatura francesa e foi nesse espaço que a pequena Germaine teve contato com tantas obras e escritores renomados. Anos mais tarde, ela se tornaria responsável não somente por ser um dos nomes mais conhecidos e famosos do Romantismo francês, como também foi a responsável pela organização de um dos mais importantes salões literários da época. Estabelecido na cidade de Coppet, que fazia divisa entre a França e a Suíça, seu castelo, onde se localizava o salão, ficou conhecido como “Grupo de Coppet” e segundo Janaina Ravagnani:

Foi assim chamado porque seus membros eram da elite intelectual liberal da época e se reuniam em um castelo que levava esse nome, próximo a cidade de Lauzanne. O castelo de Coppet foi erguido em 1300 e comprado pelo seu pai Jacques Necker em 1784 depois de algumas restaurações (RAVAGNANI, 2013, p. 19).

Em Coppet, Madame de Staël foi denominada como um símbolo de resistência contrária a Napoleão. De acordo com Edmir Missio, a escritora reuniu diversas personalidades do continente europeu que eram “(...) contrárias ao imperador; dentre elas, destacavam-se Benjamin Constant, Talleyrand, August Schlegel, Zacharias Werner, Sismonde de Sismondi e Vincenzo Monti” (MISSIO, 2016, p. XIII). Ainda segundo Missio, esse grupo literário se destacou principalmente pela produção letrada sobre tradução, ficções e história.

É de suma importância lembrar que Madame de Staël recebeu grande influência do Iluminismo e da Revolução Francesa, e foi uma difusora das ideias libertárias no período totalitário, marcado pela exaltação massiva do nacionalismo, sob o governo imperial ditatorial de Napoleão Bonaparte. Sua participação crítica e ativa no con-



texto político francês fez com que se tornasse uma importante referência na divulgação do Romantismo na França assim como Chateaubriand, Lamartine, Stendhal e outros. Além do romantismo francês, Staël ainda foi fundamental para o romantismo alemão, inglês e italiano. Em relação ao romantismo alemão, ela foi caracterizada como uma das principais interlocutoras entre as culturas francesa e alemã no início do século XIX (RAVAGNANI, 2013, p. 9). Interessante frisar, que graças a esse importante intercâmbio cultural entre os dois países, Staël escreveu *De l'Allemagne*, considerada uma poderosa obra no campo da filosofia e da política.

Durante toda sua vida, Madame de Staël viajou por grande parte da Europa, em uma busca curiosa pelo modo de viver, escrever e ler dos seus vizinhos europeus. Passou pelos estados germânicos, Inglaterra, Itália, Suíça, Polônia e Rússia e teve uma rica rede de sociabilidade com grandes intelectuais da época. Staël se interessava por política e pelo destino da França, e com isso sempre buscava relacionar por onde passasse, as questões sociais, políticas, administrativas e sociais com as da França. Dessas viagens e relacionamentos literários, Staël conheceu Lord Byron na Inglaterra e reencontrou na casa de campo de Juniper Hall famosos escritores que faziam parte do seu círculo social como Talleyrand, Jaucourt, Malouet, Madame de la Châtre, Mathieu de Montmorency, Alexandre e Fanny d'Arblay e Louis Narbonne. (DIESBACH, 1983, p. 131-132). Já nos estados germânicos, teve importante relação com os irmãos Friedrich e August Schlegel e o filósofo Friedrich von Schiller.

Seu convívio pessoal era recheado de autores renomados. Um dos principais nomes desse leque de personalidades foi sua relação com o escritor suíço Benjamin Constant, cujo longo relacionamento rendeu escritos literários interessantes como por exemplo o livro *Corinne et l'Italie* de Staël publicado em 1802 e *Adolphe* de Constant, publicado em 1816. Muito se discute sobre a questão de que, ambas as obras, são analisadas enquanto uma realidade inserida dentro da ficção, isto é, tanto as personagens *Corinne*, quanto *Adolphe* possuem características semelhantes à de seus criadores e a trama que se desenvolve nos romances pode ser facilmente comparada ao relacionamento amoroso de Staël e Constant. Esse debate, em vigor ainda nos dias atuais, leva a problematização da possibilidade de que *Corinne* e *Adolphe* sejam obras autobiográficas.

### **Carreira literária: escritos de Madame de Staël**

Madame de Staël escreveu muito, durante toda sua vida. Uma vasta produção intelectual marca uma trajetória de vida de uma mulher notável, célebre<sup>66</sup> e polímata<sup>67</sup>. Ela possui peças de teatro, artigos e citações que circularam e marcaram o século das luzes na França. Além de produções literárias, Staël também escreveu ensaios

66 Antoine Lilti pondera sobre o conceito e a contextualização do termo celebridade e a participação de Madame de Staël nesse debate no livro “A invenção da Celebridade” de 2018.

67 Peter Burke no livro “O polímata” publicado em 2020, discorre sobre a formação de um ser polímata, cuja sabedoria engloba diversas áreas do conhecimento. Para Burke, Staël foi uma das mulheres escritoras ativas do século XIX considerada polímata (BURKE, 2020).

e cartas. Essas últimas foram trocadas com diversas pessoas ao longo da sua vida, desde sua mãe<sup>68</sup> até seus casos amorosos, como por exemplo o Duque de Palmela e o Lorde Byron. Os primeiros escritos da francesa surgiram durante o processo revolucionário francês e as consequências da Revolução Francesa, entre 1789 e 1799. Entretanto, ainda jovem, entre os anos de 1781 e 1785 ela escreveu três romances *Mirza, Adelaide et Théodor e Pauline* que só foram publicados dez anos mais tarde. Em 1786 ela escreveu uma peça de teatro, *Sophie ou Les sentiments secrets*, porém só foi publicada em 1790. Já em 1788 publicou *Lettres sur le caractere et les écrits de J. J. Rousseau* uma obra que demonstra a influência da filosofia na formação literária, política e pessoal dessa escritora.

Em 1793, no auge do ano do terror sob à luz dos impactos da Revolução Francesa, Staël publicou *Refléxions sur le procès de la reine* onde defendeu a rainha Maria Antonieta que fora acusada de crimes que não havia cometido. Com intuito de defender a rainha e livrá-la da guilhotina, a baronesa saiu em sua defesa demonstrando seu papel como mulher e mãe, vítima de calúnias e preconceitos.

Ao mesmo tempo em que estava inserida no cenário revolucionário da Revolução Francesa na década de 1790, Madame de Staël, com apenas 19 anos já estava em processo de escrita daquele que seria seu texto mais reflexivo acerca da felicidade dos indivíduos perante a nação, o texto *De l'influence des Passions Sur le Bonheur des Individus et des Nations* publicado em 1796.

Nessa obra, a autora faz um tratado sobre a importância das paixões para a formação da virtude, da glória e da felicidade do indivíduo. Segundo Madame de Staël “les passions, cette force impulsive qui entraîne l’homme indépendamment de sa volonté, voilà le véritable obstacle au bonheur individuel et politique”<sup>69</sup> (STAËL, 1979, p. 59). Ainda de acordo com a autora, “sans les passions, les gouvernements seraient une simple machine, aussi simple que tous les leviers dont la force est proportionnelle au poids qui’ils doivent soulever.”<sup>70</sup> (STAËL, 1979, p. 59).

Essa analogia se equivale ao destino do homem, que seria composto apenas de um equilíbrio justo entre desejos e possibilidades para satisfazer a si próprios. Todo o texto é baseado em definições de como o indivíduo está disposto a conhecer a felicidade em todas as instituições humanas, fundamentadas principalmente no uso da moralidade.

Além desses temas, como a virtude, a felicidade, a moral e a glória, a autora também analisa outros conceitos em *De la Litterature*<sup>71</sup>: “je me suis proposé d’examiner quelle est l’influence de la religion, des moeurs et des lois sur la littérature, et

68 Madame de Staël mantinha contato com diversos indivíduos através das cartas. Esse estilo literário conhecido como escrita epistolar é um dos mais importantes temas de pesquisa sobre a escritora francesa.

69 “As paixões, essa força impulsiva que conduz o homem independentemente da sua vontade, é o verdadeiro obstáculo à felicidade individual e política” (tradução nossa).

70 “Sem as paixões, os governos seriam uma simples máquina, tão simples como todas as alavancas cuja força é proporcional ao peso de quem a levanta” (tradução nossa).

71 “Eu me propus a examinar qual é a influência da religião, dos costumes e das leis na literatura, e qual é a influência da literatura na religião, nos costumes e nas leis” (tradução nossa).

quelle est l'influence de la littérature sur la religion, les moeurs et les lois" (STAËL, 1991, p. 65). A escritora elucida que sua tentativa principal é explicar o espírito humano na filosofia e com isso, analisar as diversas instituições que são relacionadas a moralidade do ser humano. Cita Staël:

Je vais examiner d'abord la littérature d'une manière générale dans ses rapports avec la vertu, la gloire, la liberte et le bonheur; et s'il est impossible de ne pas reconnaître quel pouvoir ele exerce sur ces grands sentiments, premiers mobile de l'homme, c'est avec un intérêt plus vif qu'on s'unira peut-être à moi pour suivre les progrès, et pour observer le caractere dominat des écrivans de chaque pays et de chaque siècle (STAËL, 1991, p. 66)<sup>72</sup>.

Caminhando em uma trilha semelhante ao *Influence des Passions*, no livro *De la Litterature*, Madame de Staël, aborda o caráter próprio das literaturas; a Influência das instituições e dos costumes; a distinção entre espírito da sociedade antiga e da moderna e a universalização da poesia (distinção entre poesia clássica e romântica). Segundo a escritora, viver o contexto revolucionário e analisar os debates filosóficos da época, faz com que seja necessário debater sobre os acontecimentos da vida:

Nous, que le hasard de la vie a jetés dans l'époque d'une révolution, nous devons aux générations futures la conaissance intime de ces secrets de l'âme, de ces consolations inattendues, dont la nature conservatrice s'est servie pour nous aider à traverser l'existence<sup>73</sup> (STAËL, 1991, p. 86-87).

Publicado em 1800, *De la Litterature* foi um guia sobre a literatura antiga comparada à literatura moderna, enfatizando as literaturas do sul que englobam os gregos, latinos, espanhóis, franceses e do outro lado, as literaturas do norte que reúne os ingleses, alemães, dinamarqueses, suecos, islandeses e escandinavos. De acordo com a autora, é importante analisar as relações das diversas literaturas existentes entre elas, as ações e reações que elas exercem ou sofrem e as influências morais e estéticas que derivam dessa troca de ideias.

É no início do século XIX, que Madame de Staël alcança uma visibilidade como grande escritora francesa, isso, graças a sua potente produção literária publicada durante os primeiros anos do século. Suas obras são consideradas como importante fonte para o campo da literatura, da tradução e da filosofia, assim como também tem um enorme valor para o campo historiográfico, haja vista, sua importância dentro do contexto histórico da época. São as obras *De la Littérature: Considérée dans ses Rapports Avec les Institutions Sociales* que foi publicada em 1800, já citada

72 "Primeiro, examinarei a literatura de uma maneira geral nas relações com a virtude, a glória, a liberdade e a felicidade; e se é impossível não reconhecer o poder que ela exerce sobre esses grandes sentimentos, o primeiro motivo do homem, é com um interesse mais vivo que talvez se unam a mim para acompanhar o progresso e observar o caráter dominante dos escritores de cada país e de cada século" (tradução nossa).

73 Em 1795, Madame de Staël escreveu *Essai Sur les Fictions*, um texto que traz abordagens semânticas a respeito da questão das ficções.

anteriormente; *Delphine* de 1802; *Corine* ou *L'Italie* de 1807; *Dix annés d'exil* de 1810 e por fim *De L'Allemagne* de 1813 que foram os maiores escritos de Staël e que consagrou a escritora como a grande potência literária que é até os dias atuais.

Madame de Staël sempre defendeu o cosmopolitismo cultural e social entre as nações. Na sua concepção, era necessária uma troca de valores e conhecimentos entre os indivíduos para que houvesse uma expansão da literatura. Essas teorias literárias podem ser vistas tanto no *De la Litterature*, como no *De l'Allemagne*, *Corinne* ou *l'Italie*, *De l'esprit des traductions* e no *Essai sur les fictions*<sup>74</sup>. Em todas as suas obras, Madame de Staël deixava um pouco de sua personalidade, de suas ideias, seus sentimentos e de toda sua vida. Essas inserções pessoais foram analisadas principalmente em *Delphine* e *Corinne* ou *l'Italie*, obras que a maioria de seus biógrafos consideram autobiográficas.

*Delphine*, é considerado um romance histórico de Madame de Staël pois embora a escritora não o considerasse político, era um livro que tinha como cenário o turbulento período da Revolução Francesa. Escrito entre 1789 a 1792, mas publicado somente em 1802, Madame de Staël enfoca as situações vividas pelas suas personagens, as quais estão fortemente inseridas no contexto revolucionário francês. Essa inserção fez com que muitos biógrafos comparassem sua vida íntima com alguns traços da personagem principal *Delphine* d'Albérmar.

Em *Delphine*, a escritora aborda temas políticos e sociológicos como o status da mulher, o liberalismo político, a emigração, o suicídio e o divórcio. Tendo esses dois últimos, como a escrita central de Staël.

Em 1805, Madame de Stael viaja com seus filhos e o filósofo alemão Auguste Schlegel para a Itália para emergir na cultura e política do país italiano. Com essa viagem ela começa a escrever *Corinne* ou *l'Italie*, seu segundo romance considerado autobiográfico e um dos seus livros mais importantes.

Além de uma descrição de Roma, *Corinne* ou *l'Italie* também faz um paralelo entre o povo inglês, francês e italiano e uma análise profunda entre o ser mulher e o ser homem, com base nos dois personagens principais: Corinne e Oswald. De acordo com a prima de Madame de Staël, Madame de Saussure, os dois personagens são a representação de Staël: Corinna é o entusiasmo e Oswald é a dor; os dois compõem a personalidade da escritora francesa. Segundo Narcelli Piucco:

*Corinne* ou *l'Italie* relata a história de uma poetisa e artista que guia o lorde escocês Oswald pela Itália. *Corinna* é uma mulher extraordinária, entusiasta das artes, música, literatura e poesia. Seu destino é envolvido em mistérios, pois ninguém sabe onde nasceu, ela fala várias línguas e reúne todos os atrativos referentes aos países França, Inglaterra e Itália. Oswald é uma mistura de timidez e orgulho, de sensibilidade e indecisão, de gosto pelas artes e do amor pela vida regrada. A tese silogística do romance é a melancolia do amor inglês de *Corinna*, Oswald, que sofre com a morte do pai, a culpabilidade e o ra-

74 “Nós, que o acaso da vida lançou na época da revolução, devemos às gerações futuras o conhecimento íntimo destes segredos da alma, desses consolos inesperados, cuja natureza conservadora serviu para nos ajudar a atravessar a existência” (tradução nossa)

cionalismo. O entusiasmo italiano de *Corinna* serve como uma antítese ao feminismo, à liberação e espontaneidade. Ele é a estética e a religião de *Corinna*, a base da moral, da subjetividade e identidade (PIUCCO, 2008, p. 18).

O romance tem como cenário a Itália e a os caminhos percorridos pelas personagens através das cidades de Roma, Veneza e Florença. A obra *Corinne* faz uma ligação dos elementos do romance aos de uma narração de viagem, situando a Itália e seus costumes, sua literatura e arte. A reflexão feita em *Corinne* se aproxima de certa forma com a escrita de *De l'Allemagne*. Embora sejam obras destoantes que abordam temas divergentes, o processo de imersão em um país estrangeiro para viver costumes diferentes daqueles vivenciados na França, fizeram com que ambos os livros fossem considerados verdadeiros ensaios sobre a moral e os costumes dos países estrangeiros, alheios ao nacionalismo francês.

A obra, dividida em XX livros, foi publicada em Paris, em 1807. O título *Corinne* ressalta a característica de romance, e o subtítulo *L'Italie* remete ao guia de viagem ou a um tratado sobre a Itália, representando a arte de Staël em unir os dois temas em um só livro. A obra foi traduzida para o inglês, *Corinne, or Italy*, e para o alemão, *Corinna oder Italien*, em 1807, no mesmo ano de sua primeira publicação em francês, e para o italiano no ano seguinte, 1808, *La Corinna ossia l'Italia*. O romance se tornou rapidamente um sucesso, teve quatorze edições entre 1807 e 1810, e circulou além da Europa (NARCELI apud BALAYÉ, 2008 p. 18).

Em 1803, logo após a publicação de *Delphine*, Madame de Staël sofreu sua segunda ordem de exílio, e é a partir dessa ordem, na companhia de Benjamin Constant, que é realizada uma viagem para Berlim e Weimar, principais cidades na Alemanha por onde ela desenvolveu seus estudos. Nesse país, a francesa aprendeu alemão e se tornou amiga de grandes filósofos como Goethe, os irmãos Schlegel e Schiller. No país germânico, a baronesa descobriu uma literatura jamais vista na França e ela fez questão de estudar e divulgar aos franceses essa escrita a partir de uma obra de suma importância para estudiosos atuais: *De L'Allemagne*. De acordo com Simone Balayé, Staël não convidava os franceses a imitar os alemães, mas somente se inspirar nesse exemplo para encontrar suas próprias riquezas:

Le livre de Madame de Staël n'a pas pour seul but de faire connaître l'Allemagne aux Français. Comme dans ses précédents ouvrages, elle veut leur faire prendre conscience des contraintes qui tuent leur littérature, qui la vident de tout contenu pour la réduire à une forme<sup>75</sup>. (BALAYÉ, 1968, p. 23).

Na sua obra mais icônica, Staël escreveu um guia completo apresentando todas as esferas do país, isto é, ela apontou e analisou os costumes, a vida, os ambientes, a língua, os estudos e a filosofia, a imaginação e a realidade, a razão e a religião, os sentimentos e as regiões de todo o país alemão.

75 “O livro de Madame de Staël não tem somente como objetivo fazer os franceses conhecerem a Alemanha. Como nos seus trabalhos anteriores, ela quer conscientizar os franceses das restrições que matam sua literatura, que esvaziam todo o conteúdo para reduzi-la a uma forma” (tradução nossa).

Durante sua estadia na Alemanha, Madame de Staël ampliou seus conhecimentos sobre a filosofia alemã, se aproximando fortemente das teorias de Kant e Schelling. Além da forte influência dos irmãos Schlegel na contribuição de seus estudos, August Wilhelm Schlegel o irmão mais novo, se tornou preceptor de seus filhos, um fiel confidente e um grande colaborador. Sua viagem é interrompida em 1806 devido a morte de seu pai, obrigando-a a retornar a Coppet na Suíça.

A mediação cultural provocada por Staël entre França e Alemanha resultou em mais uma insatisfação política efervescente no imperador Napoleão, decretando mais uma ordem de exílio à francesa em 1810. Inclusive, uma das principais divergências que Madame de Staël teve durante os anos finais do século XVIII foi a conturbada relação com o ditador, cujo ódio pela escritora desencadeou uma série de exílios e perseguições para a mesma. Napoleão deixava explícito seu descontentamento com a mesma: “Detesto essa mulher!” (SMITH apud POLOWETSKY, 2003, p. 44). Segundo autores, Napoleão ficou extremamente irritado com o cúmulo de elogios que as obras de Madame de Staël estavam recebendo, tratava-se de uma recepção positiva de sua maior inimiga, cuja audácia o desafiou durante todos os anos de seu governo.

De acordo com Marie-Helene Torres, Staël foi uma importante tradutora de Nietzsche (2004, p. 141). Seu trabalho enquanto tradutora foi de fundamental importância, uma vez que, foi responsável pela tradução de textos em francês para o alemão e também o contrário. De acordo com a escritora francesa “não há mais eminente serviço que se possa prestar à literatura do que transportar de uma língua para outra as obras-primas do espírito humano” (TORRES apud STAËL, 2004, p. 141). É a partir de seu conhecimento em diversas línguas como italiano, francês, alemão e inglês, que Madame de Staël não somente desempenhava um papel de tradutora, de difusora de ideias em diversos idiomas, como também se tornou uma cosmopolita, que perambulava entre culturas e linguagens e cuja sabedoria a transformou em um dos principais nomes da literatura francesa do século XIX, objeto de pesquisa de inúmeros pesquisadores e pesquisadoras.

Em 1810, falava-se do livro *Dix Années d'Exil*, que originalmente não foi publicado como memórias, mas sim um texto redigido por Staël e compreendido como um manifesto dos dez anos em que foi ordenada ao exílio pelo imperador Napoleão Bonaparte. No entanto, de acordo com a introdução feita por Paul Gautier em uma *nouvelle édition* do livro em 1904, diz que não foram dez, mas sim sete anos em que Madame de Staël viveu de forma exilada, “non pas même de dix années, mais de sept seulement (de 1800 à 1804 et de 1810 à 1812) coupée par un intervalle de six ans”<sup>76</sup> (GAUTIER, 1904, p. II).

Na mesma edição de 1904, além da introdução de Gautier, temos o prefácio escrito em uma edição de 1821, pelo filho da Madame, Auguste de Staël, explicando os anos de exílio e os acontecimentos que se sucederam ao fato:

76 “Nem mesmo dez anos, mas apenas sete (de 1800 a 1804 e de 1810 a 1812) cortados por um intervalo de seis anos” (tradução nossa).

Le titre de Dix Années d'exil est celui dont l'auteur lui-même avait fait choix; j'ai dû le conserver, quoique l'ouvrage, n'étant pas achevé, ne comprenne qu'un espace de sept années. Le récit commence en 1800, c'est-à-dire deux ans avant le premier exil de ma mère, et s'arrête en 1804, après la mort de M. Necker. La narration recommence en 1810, et s'arrête brusquement à l'arrivée de ma mère en Suède, dans l'automne de 1812. Ainsi la première et la seconde partie de ses mémoires laissent entre elles un intervalle de près de six années<sup>77</sup> (STAËL, 1904, p. XXX).

*Dix années d'Exil* foi uma obra póstuma de Madame de Staël, desse modo, a tarefa da publicação do livro recaiu, portanto ao seu filho Auguste de Staël, que em 1820 publicou a coleção *Ouevrès Complètes*, dividida em 17 volumes e que conta com a vasta produção literária de sua mãe. Todos os volumes estão disponibilizados na Gallica, site da Biblioteca Nacional Francesa<sup>78</sup>.

Entre os anos de 1812 e 1813, Staël escreveu *Considerations sur les Principaux Evenements de la Révolution Française* que foi também publicado postumamente somente em 1818, pelo seu filho August de Staël e o duque de Broglie. No *Considerations*, a escritora faz uma análise primordial sobre a Revolução a partir do ponto de vista de uma personagem inserida no contexto histórico, isto é, seu embasamento decorre através de sua própria participação durante o processo revolucionário. Dividido em 3 volumes, sua obra possui uma riqueza historiográfica poderosa que pode ser comparada a outras obras escritas durante o período, como por exemplo “Antigo Regime e a Revolução” de 1856 de Alexis de Tocqueville e “Antigo Regime” de 1875 de Hippolyte Taine. Ambos os livros, foram e são até hoje em dia obras fundamentais quando se fala sobre a Revolução Francesa, no entanto, mesmo tendo um poder teórico e uma análise historiográfica fascinante, *Considerations* não é tão célebre quanto os dois últimos:

La révolution de France est une des grandes époques de l'ordre social. Ceux qui la considèrent comme un événement accidentel, n'ont porté leurs regards ni dans le passé, ni dans l'avenir. Ils ont pris les acteurs pour la pièce; et, afin de satisfaire leurs passions, ils ont attribué aux hommes du moment ce que les siècles avoient préparé (STAËL, 1818, vol.1, p. 1)<sup>79</sup>.

77 “O título de Dix Années d'Exil é aquele cujo autora ela própria fizera uma escolha; eu tive que ficar com ele. Embora a obra, não foi concluída, compreende um período de sete anos. A história começa em 1800, ou seja, dois anos antes do primeiro exílio de minha mãe, e para em 1804, após a morte de M. Necker. A narração começa novamente em 1810, e para abruptamente com a chegada da minha mãe na Suécia, no outono de 1812. Assim, a primeira e segunda parte de suas memórias deixam entre eles um intervalo de quase seis anos” (tradução nossa).

78 Ver todos os volumes disponíveis no site da Biblioteca Nacional Francesa em: <<https://gallica.bnf.fr/blog/28122017/madame-de-stael-1766-1817?mode=desktop>>.

79 “A revolução da França é uma das grandes eras da ordem social. Aqueles que consideram isso um evento acidental, não olharam para o passado ou para o futuro. Eles levaram os atores para a peça e, para satisfazer suas paixões, atribuíram aos homens da época o que os séculos haviam preparado” (tradução nossa).

Nessa coleção, Madame de Staël faz um roteiro minucioso sobre os principais acontecimentos do processo Revolucionário sob o ponto de vista liberal e constitucional, uma vez que, ela tinha ideias constitucionalistas, as quais tinham que ser aplicadas durante a república francesa, sempre tendo como parâmetro o modelo inglês de governo. A escritora considerava a república uma forma política para pequenos países, no entanto, grandes nações deveriam ser monarquias constitucionais. A França sempre foi um país nacionalista e sob o governo de Napoleão não foi diferente, aliás, foi até mais rigoroso. O imperador era o maior opositor de Madame de Staël durante o século XIX, ordenou, como já vimos, uma série de exílios para a escritora francesa ao longo dos anos principalmente por considerar que seus escritos fossem antinacionalistas, que feriam o orgulho e o sentimento nacional do país. Sobre o imperador, Staël escreveu:

Au moment où Bonaparte voulut se faire nommer empereur, il crut à la necessite de rassurer, d'une part, les révolutionnaires sur la possibilite du retour des Bourbons; et de prouver de l'autre, aux royalistes, qu'em s'attachant à lui, ils rompoient sans retour avec l'ancienne dynastie<sup>80</sup> (STAËL, 1818, vol.2, p. 326).

Importantes temas como literatura, suicídio, divórcio, costumes, mulheres, política, exílio, revolução, filosofia e paixões são facilmente encontrados e analisados na sua vasta produção. Madame de Staël tinha uma característica sublime em analisar de forma magistral temas em vigor de sua época. Também debatia e criticava diversos autores que rodeavam esse cenário tipicamente masculino.

Toda a extensa produção literária de Madame de Staël está disponível online graças ao site da Biblioteca Nacional francesa. Existe também um grupo literário, a *Société des études staëliennes*, fundado em 1929, cuja finalidade é debater e analisar os trabalhos de várias gerações de pesquisadores que investigam a contribuição e a influência do pensamento de Madame de Staël e o Grupo de Coppet para a posterioridade<sup>81</sup>.

## Conclusão

Madame de Staël falava de diversas linguagens, da imaginação, do entusiasmo, da razão, do sentimento, da tradução, do conceito, da política, da literatura, das nações, entre muitos outros assuntos. Ela era uma escritora múltipla, de diversos escritos, problematizados e publicados de forma hegemônica se a colocarmos em relação aos escritores que eram contemporâneos a ela.

Uma mulher escritora, crítica literária, *sallonière*, importante intelectual que

80 “Quando Bonaparte quis ser nomeado imperador, achou necessário tranquilizar os revolucionários, por um lado, sobre a possibilidade do retorno dos Bourbons; e para provar, por outro lado, aos monarquistas que, ao se apegar a ele, romperiam irrevogavelmente com a antiga dinastia” (tradução nossa).

81 Sobre a Société des études Staëliennes, ver mais em: < <http://www.stael.org/> >. Acesso em: dezembro de 2021.



participou ativamente do contexto político e social de sua época. Staël é um dos principais nomes quando se pensa sobre o movimento pré-revolucionário francês e a participação das mulheres na Revolução Francesa. Embora não tenha participado como militante, a autora participou enquanto escritora, contribuindo com uma produção direta e original sobre aquele período que seria um dos maiores marcos da história contemporânea mundial.

De acordo com a historiadora Una Birch, Madame de Staël representava um estilo idealista e uma filosofia de vida únicos de sua própria personalidade. A escritora defendia ideologias contrárias às de Napoleão e isso desencadeou não somente uma inimizade entre os dois, mas se tornou um conflito marcante durante a Revolução Francesa. Para a historiadora, Staël representava através da “fé na inata bondade e na perfectibilidade do homem e pela crença na liberdade como a primeira condição do progresso da humanidade” (BIRCH, 2020, p.79).

Ainda segundo Birch, com o advento do período revolucionário e a crença nas virtudes do homem, Madame de Staël traçava o caminho do progresso do espírito humano da época de Homero até o ano de 1789. A escritora enaltecia a fé na lei do progresso e na perfectibilidade do homem, cita Birch:

Ela confessou com orgulho que se referia a esses, ainda recentes momentos de 1789 como uma nova época para a humanidade, e admitiu seu presente medo, na realidade objetiva, que este talvez não tenha sido mais que um “terrível evento” (BIRCH, 2020, p.85).

Madame de Staël faleceu em 14 de julho de 1817, aos 51 anos, deixando algumas obras inacabadas como *Considérations sur les principaux événements de la Révolution française e Dix Années d'exil*, já citadas anteriormente. No entanto, tais obras foram publicadas postumamente, em 1820 pelos seus filhos, como também já foi mencionado nesse artigo.

A participação e atuação de Madame de Staël enquanto uma mulher das letras no século XIX fez com que a sua celebridade se tornasse visível na posterioridade. Tamanha era a facilidade que tinha para escrever sobre os mais variados assuntos e isso contribuiu fortemente para transformá-la em uma das maiores escritoras de sua época. Essa visibilidade foi o suficiente para que as suas ideias e concepções fossem lidas e debatidas não somente dentro do continente europeu, como também no mundo todo.

## Referências

### Bibliografia:

- BALAYÉ, Simone. Introduction. In: STAËL, Madame de. *De l'Allemagne*. GF Flammarion, Paris, 1968.
- BIRCH, Una. *Sociedades Secretas e a Revolução Francesa*. Tradutor e editor: Pedro Bordim Fabris. 2020. Recurso digital.
- BURKE, Peter. *O Polímata*. Editora Unesp, 2020.
- DIESBACH, Gislain de. *Mme de Staël*. Paris: Perrin, 1983.
- FAIRWEATHER, Maria. *Madame de Staël*. Londres: Robinson, 2005.
- GAUTIER, Paul. Introduction. In: STAËL, Madame de. *Dix Années d'Exil*. Paris; Librairie Plon. 1904.
- HEROLD, J. Christopher. *Mistress to an Age: A life of Madame de Staël*. New York: Grove Press, 1958.
- MISSIO, Edmir. Introdução. In: STAËL, Madame de. *Da Alemanha*. Tradução Edmir Míssio. – I. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- MORIN, Tânia Machado. *Virtuosas e Perigosas: as Mulheres na Revolução Francesa*. [1.ed.] São Paulo: Alameda, 2013.
- PIUCCO, Narceli. *Corinne ou l'Italie de Mme de Staël: da adaptação à retradução estrangeirizante*. 225 f. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Estudos da Tradução), UFSC, 2008.
- PIUCCO, Narceli. *Retradução comentada de Corinne ou l'Italie de Mme de Staël*. Tese de doutorado. Florianópolis, SC, 2014.
- RAVAGNANI, Janaina. *Madame de Staël e o Romantismo: Projeto de Tradução*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, 2013.
- SAUSSURE, Madame Necker de. Notice sur le caractère et les écrits de Madame de Staël. In: STAËL, Madame de. *Oeuvres Complètes*. Tome I. Paris: Treuttel et Wurtz, 1820.
- SCHAEFFER, Louise Salles. *Madame de Stael: um panorama sobre os estudos biográficos, literários e teóricos acerca da herança deixada pela personagem no plano França-Brasil*. Trabalho de conclusão de Curso. UFJF, Juiz de Fora, 2018.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: Edusc, 2003.
- SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio. In: MORIN, Tânia Machado. *Virtuosas e Perigosas: as Mulheres na Revolução Francesa*. [1.ed.] São Paulo: Alameda, 2013.

STAËL, Auguste de. *Prefáce de Madame de Staël fils*. In: STAËL, Madame de. *Dix Années d'Exil*. Paris; Librairie Plon. 1904.

STAËL, Madame de. *Considérations Sur les Principaux Événements de la Révolution Française*. Tome I. Delaunay, Paris, 1818.

STAËL, Madame de. *Considérations Sur les Principaux Événements de la Révolution Française*. Tome II. Delaunay, Paris, 1818.

STAËL, Madame de. *Essai sur les fictions suivi de De l'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations*. Présentation par Michel Tournier. Paris, Ramsay. 1979.

TORRES, Marie Hélène Catherine. A mulher intelectual francesa na época de Mme. de Staël. In: BARBOSA, Tereza Virgínia Ribeiro & SANTOS, Ana Cristina Fonseca dos. *Tradução e tradição clássica na América Latina*. V.2 – Lima Barreto. P. 95 - 104. FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2011.

TORRES, Marie Hélène Catherine. Madame de Staël: Do espírito das traduções (1920-1821). In: FAVERI, Cláudia Borges & TORRES, Marie-Hélène Catherine (Orgs.) *Antologia Bilingue: Clássicos da teoria da tradução*. v.2 P.141-151. Núcleo de Tradução - UFSC, Florianópolis, 2004.

# O Mundo de Maria Graham: Análise sobre a narrativa autobiográfica *Reminiscences*

Flaviana Aparecida da Silva<sup>82</sup>

## Introdução

Regulado de acordo com as relações de gênero, o ideal da mulher no século XIX normatizava o comportamento vinculado à esfera doméstica e, deste modo, as mulheres deveriam seguir os papéis ligados aos cuidados familiares e do lar (FRANCO, 2017). Rompendo com os ideais da domesticidade, Maria Graham foi uma mulher fascinante que viajou o mundo, escreveu e publicou livros, desenhou e coletou espécies nativas em seu trabalho de botânica e foi testemunha importante do processo de independência no Brasil. Embora o gênero estabelecesse restrições nas atividades que desempenhava, os caminhos trilhados demonstram atuações em áreas predominantemente masculinas, com inúmeros trabalhos publicados pela editora John Murray e relações com o Royal Botanic Gardens Kew, instituição responsável por desenvolvimentos de atividades da história natural.

Ao escrever sobre essa personagem tão importante, buscamos trazer a história da viajante através de suas próprias palavras. O presente texto é parte das discussões apresentadas na dissertação *Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825)* (SILVA, 2021). Objetivamos entender a trajetória de Graham por meio da narrativa *Reminiscences*, inserida na obra *Maria, Lady Callcott: The creator of Little Arthur*, de Rosamund Gotch, observando suas ideias e concepções de mundo e, com isso, compreender a maneira pela qual projetou sua imagem para os leitores que conferissem seu texto. A partir do fio condutor do gênero, de que modo as falas de Maria Graham nos fornecem informações do período em que foram escritos? De que maneira o fato de ser uma mulher branca, inglesa e alfabetizada interferiu na imagem que tencionou construir em *Reminiscences*? Procuo, através deste artigo, analisar a narrativa autobiográfica produzida durante os anos finais de sua vida e relacionar com as representações ao “feminino” presente em *Journal of a Voyage to Brazil*.

Maria Graham nasceu na Inglaterra, em Papcastle, uma cidadezinha portuária próxima a Cockermouth. Filha de George Dundas, Almirante Real da Marinha Britânica, sua trajetória desde a juventude foi marcada pelas viagens marítimas. Casou-se com Thomas Graham, também membro da Marinha e, em 1821, o acompanhou em uma viagem a serviço da Grã-Bretanha que visava inspecionar e defender os interesses britânicos durante o processo de independência das colônias sul-americanas,

<sup>82</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do NEHSP- Núcleo de História Social da Política. Este artigo faz parte da dissertação de mestrado intitulada *Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825)*, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior – CAPES. E-mail: flavianaaps@hotmail.com

neste caso, o Brasil e Chile. Entre idas e vindas, a viajante permaneceu na América entre os anos de 1821 e 1825 e, durante esse período, produziu dois diários de viagem e um manuscrito dedicado ao imperador d. Pedro I. O percurso foi marcado por uma tragédia, a morte do marido durante a viagem para o Chile. Entretanto, Maria Graham continuou sua jornada pela América e retornou ao Brasil com a presença do escocês Lorde Cochrane (GOTCH, 1937). Apesar da perda e das dificuldades de estar em território desconhecido, circulou por variados espaços de sociabilidade e esteve presente no debate político através das relações com a família de Luís do Rego, visconde do Rio Seco, José Bonifácio e da Família Real.

Em linhas gerais, os estudos produzidos sobre Maria Graham tratam dos diários de viagem e de outras obras literárias da viajante<sup>83</sup>. Porém, o presente artigo traz uma discussão que envolve a narrativa autobiográfica, até então, pouco analisada sob a perspectiva de gênero. Inserido no campo de estudos da história das mulheres e de gênero, a pesquisa é relevante para entender as percepções individuais de Graham e observar a dinâmica social em que estava inserida. Além de utilizar como fonte a narrativa autobiográfica, trazemos outros documentos como, por exemplo, trecho de cartas trocadas entre a viajante e o editor John Murray, seu testamento e relatos de viagem inseridos em *Journal of a Voyage to Brazil*.

O primeiro estudo biográfico publicado sobre Maria Graham foi escrito por sua sobrinha-neta, Rosamund Brunel Gotch<sup>84</sup>, através da obra *Maria, Lady Callcott: The creator of Little Arthur*, publicada em 1937. A autora teve acesso à autobiografia não finalizada da viajante, inicialmente intitulada *Reminiscences. Reminiscências*, na tradução para o português, foi escrita entre os anos de 1836 e 1842, através da ajuda da amiga Caroline Fox. As reflexões sobre si contam a história do nascimento ao ano de 1807, e acreditamos que em razão do período abordado na autobiografia, Gotch enfatizou a educação recebida pela viajante na infância e adolescência. Além da autobiografia, o livro contém trechos de cartas trocadas entre a viajante e pessoas do seu círculo social como, por exemplo, o dono da editora que publicava suas obras, John Murray. Nesse sentido, *Maria, Lady Callcott: The creator of Little Arthur* é um estudo rico em informações acerca da vida pessoal da viajante. Tanto a autobiografia quanto o livro, não foram traduzidos para o português e para melhor fluidez do texto e garantia de informação ao leitor, a tradução dos relatos será disposta no corpo do artigo e os trechos originais em notas de rodapé.

Para subsidiar a análise da narrativa autobiográfica, Pierre Bourdieu, François Dosse e Ngela de Castro Gomes foram autores importantes na construção do olhar

83 Regina Akel (2007) em *The journals of Maria Graham (1785-1842)*, analisou os quatro diários de viagem de Maria Graham e afirmou que a viajante adquiriu poder através dos “atos de performatividade” construídos em suas obras. Os atos são formas de discurso autoritário e, segundo a autora, ela construiu as “personas” de uma mulher intelectual; independente; heroína respeitável e aquela que segue os padrões femininos na sociedade. Isadora Silva (2009) em *O viés político e histórico de Maria Graham em Diário de uma viagem ao Brasil*, investigou os aspectos políticos e históricos do diário de viagem de Maria Graham, bem como a influência do material produzido por Robert Southey (utilizado para escrever a introdução do *Journal of a Voyage to Brazil*).

84 Rosamund Gotch era sobrinha-neta de Augustus Wall Callcott, segundo marido de Maria Graham.

para a obra e entendê-la enquanto fonte que oferece aspectos das projeções de vida tanto de Graham, quanto do olhar da biógrafa sobre a trajetória da viajante.

Bourdieu em *A ilusão biográfica* acredita que o significado da vida dos indivíduos é construído no momento em que são narradas suas trajetórias nas autobiografias. Desse modo, as vidas não possuem significado ou lógica, e só ganham sentido quando é construída uma reflexão sobre si através do texto. Na narrativa, os autores buscam ter o controle na imagem projetada e, os biógrafos, na grande maioria das vezes ao consultarem as autobiografias, concordam com a imagem que os biografados querem transmitir (BOURDIEU, 2002). Em contraposição, François Dosse argumenta que nem tudo é ilusão biográfica, pois as experiências e as trajetórias possuem significados e materialidade (DOSSE, 2009). Para além de investigar a veracidade do conteúdo abordado na narrativa, ngela de Castro Gomes afirma que o fundamental é observar a tentativa de convencimento dos autores, pois nesse esforço estão inseridas suas intenções (GOMES, 2004). Portanto, ao analisar *Reminiscences*, também observaremos o esforço de Maria Graham em construir uma imagem a ser preservada e, ao mesmo tempo, refletir sobre as intenções em deixar registradas as projeções.

A autobiografia está entre os gêneros literários mais produzidos pelas mulheres no século XIX, seguidos do diário íntimo e da correspondência.

é uma escrita privada e mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mais excepcionalmente, contar sua vida. Correspondência, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado (PERROT, 2017, p. 28).

Além da autobiografia, utilizamos relatos do *Journal of a Voyage to Brazil*<sup>85</sup> para entender a concepção ligada à educação e a mulher na escrita de Maria Graham. É do nosso conhecimento que o gênero da literatura de viagem apresenta ideias dos aspectos culturais, sociais, políticos e históricos do país de origem do autor (FRANCO, 2011). Os relatos trazidos por este artigo nos ajudam a entender a visão de mundo de Graham na medida em que a viajante ao escrever sobre outras mulheres reflete também sobre o “eu”. Deste modo, o conceito de “testemunho duplo feminino” (LEITE, 1984) foi importante para compreender seus textos, assim como as discussões sobre as relações de gênero, culto à domesticidade e ideais de feminilidade no século XIX.

As mulheres viajantes, segundo Leite (1984), refletiram sobre a sua própria

<sup>85</sup> Utilizamos a versão traduzida de *Journal of a Voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822 and 1823*, pois consideramos o mais adequado para a estrutura e fluidez do texto, visto que foi publicado pela Biblioteca Nacional e traduzido pelo renomado historiador Américo Jacobina Lacombe. Por conseguinte, as traduções são confiáveis. Além disso, simultaneamente, recorremos ao diário de viagem original a fim de conferir os relatos selecionados para a análise da pesquisa.

condição de viajante europeia ao mesmo tempo em que representavam outras mulheres encontradas nas “zonas de contato” (PRATT, 1999). As autoras possuíam visões interna e externa da “condição feminina” em que as relações familiares, pessoais, sociais e profissionais influenciavam seus textos, ao passo que os testemunhos sobre outras mulheres também permeavam suas narrativas. Além disso, os relatos frequentemente comparavam a condição feminina na América com as situações do seu país de origem (LEITE, 1984). Nessa perspectiva, os relatos no diário de Maria Graham além de conterem representações sobre as mulheres, também abordam reflexões da autora. Ao olhar sobre si, Graham carrega a reflexão acerca da sua existência no mundo.

Para subsidiar a análise da condição da mulher viajante e suas experiências no mundo, os estudos de Stella Scatena Franco tornam-se fundamentais neste trabalho. Nos textos de viajantes femininas analisados pela historiadora, foram observadas as tendências presentes nos relatos como, por exemplo, a caridade, o altruísmo e a maternidade. Ao preocuparem-se com as normas e convenções sociais do período, as viajantes adotaram “um discurso apaziguador, que tendia a autodesqualificar suas ações e capacidades” (FRANCO, 2017, p. 235). As viagens possibilitaram o contato com outras mulheres que trabalhavam e eram intelectualizadas e, também, que escrevessem sobre os mais diversos assuntos, para além da dimensão autobiográfica. Dessa forma, em comparação às experiências masculinas, se por um lado as viajantes “reproduziam um padrão normativo e viril, por outro, nem sempre correspondiam aos comportamentos idealizados” (FRANCO, 2017, p. 236), uma vez que podiam ultrapassar os limites impostos das tarefas e funções a partir das divisões sexuais.

A partir das ideias elencadas, algumas questões são colocadas em análise. Inserida em uma sociedade que restringia a entrada e participação de mulheres na esfera política e pública, qual era a percepção da inglesa sobre a educação e o letramento “feminino”? De que maneira o elemento da alfabetização era encontrado em seus relatos sobre as mulheres no diário de viagem? A autora compartilhava as tendências observadas nos textos de escritoras femininas como propensão à caridade e altruísmo? De que maneira os aspectos da autobiografia remetem ao contexto social em que estava inserida? Estas são algumas perguntas que nortearam a presente pesquisa que se propõe a realizar apontamentos do olhar sobre o “eu” praticado pela viajante.

## **O mundo de Maria Dundas Graham: reflexões da sua trajetória na literatura e botânica**

*“Perto da pequena cidade portuária de Cockermouth, em Cumberland, há uma antiga estação romana cujo nome moderno é Papcastle. Lá eu nasci em 19 de julho de 1785<sup>86</sup>”.*  
(GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 7). (Tradução nossa).

86 Texto original: “Near the little sea-port town of Cockermouth in Cumbria, there is an ancient Roman station whose modern name is Papcastle. There I was born on July 19th, 1785” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p.7).

É com o trecho acima que Maria Graham inicia a narrativa de *Reminiscences*. Em 19 de julho de 1785, nossa personagem, de sobrenome Dundas, nasceu em Papcastle. Filha mais velha do escocês George Dundas<sup>87</sup> e da estadunidense Ann Thompson, teve três irmãos: William Boulden Dundas, Ralph Dundas<sup>88</sup> e Agnes Dundas. Seu pai ocupava o cargo de Almirante Real da Marinha Britânica<sup>89</sup>. Sua mãe mudou-se para a Inglaterra buscando refúgio junto aos parentes que moravam em Liverpool, pois seu pai havia falecido na guerra de independência dos Estados Unidos (GOTCH, 1937).

A família de Maria Graham mudava constantemente por causa do trabalho do pai. George Dundas, apesar de ocupar um cargo de prestígio na Marinha Britânica, não era a pessoa mais rica do clã dos Dundas de Manor.

Jamais me permiti esquecer que, como meu pai não possuía fortuna particular, dependia inteiramente das chances de qualquer prêmio em dinheiro que pudesse obter, além do pagamento de um capitão da Marinha, e, como o mais velho dos quatro filhos, era dever educar-me para, pelo menos, poder sustentar-me, se não para ajudar os outros<sup>90</sup> (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 59). (Tradução nossa).

Ainda assim, quando seu pai faleceu em 1814, a inglesa recebeu £ 5000 libras e uma “pensão” de £ 100 ao ano (VALE, 2001). Apesar das condições financeiras limitadas do pai, a viajante teve acesso aos estudos, principalmente por influência do tio paterno. Maria Graham foi uma mulher que devido à posição social da família paterna, obteve instrução e acesso a uma rede de sociabilidade na Grã-Bretanha onde circulavam intelectuais, professores e pessoas da alta sociedade britânica. É notável pontuar a importância das relações de sociabilidade para sua formação intelectual e, conseqüentemente, nas produções literárias e naturalistas.

O irmão mais velho de George<sup>91</sup>, David Dundas de Richmond (1735-1820), era a pessoa com melhor condição financeira da família e ocupava o cargo de médico cirurgião do rei Jorge III. Por influência do tio, Maria Graham frequentou a alta sociedade britânica e teve contato com cientistas, artistas, escritores, pintores e pessoas da nobreza. No final da adolescência, a inglesa mudou-se para a casa do tio em Edimburgo, na Escócia, e foi nesse momento que a inglesa “ampliou a rede de

87 George Dundas foi filho do comerciante Robert Dundas e Margareth Dundas. Serviu como oficial da Marinha na guerra estadunidense e, em 1783 foi nomeado tenente, contudo, deixou o emprego para atuar nos serviços de receita. Dois anos depois, foi nomeado almirante, visto que o cargo era concedido por antiguidade na lista dos capitães (VALE, 2001).

88 Ralph era surdo e estudou no Braidwood’s Deaf and Dumbs Academy (GOTCH, 1937).

89 O Almirante, ou Royal Admiral, era um dos cargos mais altos da Marinha Britânica.

90 Segue o trecho original: “I never suffered myself to forget, that as my father had no private fortune, he was entirely dependente on the chances of any prize-money he might obtain, beyond the pay of a captain in the Navy, and, as the oldest of his four children, it was my duty to educate myself so as at least be able to provide for myself if not to help others” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 59).

91 Além de David Dundas, o pai de Maria Graham tinha outro irmão, mais novo, James Dundas. Ele foi advogado em Edimburgo, Escócia, e também influenciou na rede de sociabilidade de Maria Graham e em sua formação intelectual.



sociabilidade e o capital social, conhecendo um amplo espectro social que desdobrava desde o poeta escocês Thomas Campbell, até Luís Felipe, futuro rei da França” (GONÇALVES, 2007, p. 114).

Maria Graham destaca a importância das redes de sociabilidade na busca pelo saber e para sua inserção no “mundo letrado”<sup>92</sup>. A autora informa que foi na casa de Madame Achard que aprendeu francês, e em outros espaços conheceu figuras da realeza como o Príncipe de Gales que mais tarde se tornou George IV, a duquesa de Devonshire, Lady Bessborough e, também, intelectuais como Dugald Stewart<sup>93</sup>, John Playfair<sup>94</sup>, John Leslie<sup>95</sup>, Dr. Thomas Hope<sup>96</sup> e Thomas Brown<sup>97</sup>. As relações sociais e a posição da família foram fundamentais no processo de alfabetização. Ela afirma que seu “querido tio” lhe encorajava a ler “muitos livros de história, algumas partes de história natural e livros de viagens por todas as partes do mundo” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 59), aproveitando todas as oportunidades de adquirir conhecimento, por mais estranho que o assunto parecesse aos seus hábitos (GRAHAM apud GOTCH, 1937).

A trajetória de Maria Graham estava ligada ao mundo das viagens, literatura e botânica. Segundo Thompson (2011), em muitas sociedades e períodos, o ato de viajar é atribuído ao homem e, as mulheres, de acordo com a ideologia patriarcal, são associadas ao lar e à imobilidade, pois havia restrições que dificultavam suas viagens. Apesar das limitações, elas são geralmente encontradas nos registros como acompanhantes de seus maridos, pais e irmãos em diversas atividades, como nas guerras, migrações e colonizações. Neste sentido, o número de mulheres que viajavam era restrito e, ainda menor era o número daquelas que escreviam e publicavam seus relatos, devido ao índice de baixa alfabetização feminina. Apesar das possibilidades limitadas de viajar, escrever e publicar, a historiografia recente apresenta mulheres que, ao menos desde o século XVIII, se movimentaram pelo espaço e inseriram-se no campo da produção de literatura de viagem.

A primeira viagem realizada por Graham foi para a Índia, com a companhia do pai<sup>98</sup>, da irmã Agnes e do irmão mais novo Ralph (GOTCH, 1937). Durante esse percurso se aproximou de Thomas Graham<sup>99</sup>, um jovem que assim como seu pai, também ocupava um cargo na Marinha Britânica. Ela o descrevia como um “típico

92 Ricardo Martins em *Atenienses e Fluminenses: a invenção do cânone nacional trabalha com o conceito de “cidade letrada”* para pensar a participação de grupos letrados na construção da sociedade latino-americana. O autor se preocupa em pensar “como os homens de letras brasileiros, através de suas instituições, criaram o discurso para legitimar a fundação e o desenvolvimento de uma literatura nacional e seu respectivo cânone” (MARTINS, 2008, p. 1).

93 Professor de Filosofia Moral em Edimburgo.

94 Professor de Matemática e Filosofia Natural.

95 Professor de Matemática e Filosofia Natural.

96 Professor de Química em Edimburgo.

97 Filósofo e poeta escocês.

98 George Dundas havia sido nomeado comissário da Marinha Real em Bombaim, na Índia.

99 Thomas Graham era um escocês, filho de Robert Graham e Margareth-Elizabeth, e foi o 12º filho de Laird of Fintry. Como tenente, foi enviado à Índia em 1808 para se juntar ao HMS Russell. Foi promovido ao cargo de comandante em 1810 (VALE, 2001).

britânico e marinheiro, cordial e gentil” (MARCHANT, 1963, p. 128). Os dois se casaram em 1809 e Maria adquiriu o sobrenome ao qual ficou conhecida por muitos anos.

O casal retornou para a Inglaterra em 1811 e, no ano seguinte, Maria Graham publicou seu primeiro livro sob o título *Journal of a Residence in India*, inserindo-se a partir deste momento no universo das letras. A obra no formato *in quarto*, foi produto da viagem realizada à Índia, e com duas edições na Inglaterra, recebeu uma tradução para o francês em 1818, *Journal d’un séjour fait aux Indes Orientales pendant les années 1809, 1810 et 1811*. De acordo com o periódico literário *Quarterly Review*, a obra teve custo elevado devido às ilustrações (SCHOENFIELD, 2003). Dois anos mais tarde, publicou o segundo livro sobre o país, no formato epistolar, *Letters on India; with Etchings and a Map* (GOTCH, 1937).

O casal voltou para a Grã-Bretanha em 1811, na residência na Escócia. Nesse período Maria Graham trabalhou como tradutora e editora de livros. Revisou obras de Lorde Byron e Jane Austen. Moraram na Escócia por oito anos, e, em 1819, Thomas Graham foi enviado à trabalho para a Itália e Maria o acompanhou. Suas viagens misturam-se com os livros, pois muitas de suas obras se referem aos lugares pelos quais visitou. Em 1820, a inglesa publicou *Memoirs of the Life of Nicholas Poussin e Three Months Passed in the Mountains East of Rome, during the Year 1819*, referente à sua viagem na Itália (GOTCH, 1937).

Após um período de quatro anos, a autora voltou a publicar o gênero literatura de viagem através das obras *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there, during Part of the Years 1821, 1822, 1823* e *Journal of a Residence in Chile, during the Year 1822; and a Voyage from Chile to Brazil, in 1823*, produtos de sua estadia nos dois países da América do Sul. E depois desse período intenso de viagens, Maria Graham não escreveu mais diários e suas obras a partir desse momento, são constituídas por livros de história, arte, literatura infantil, e trabalhos de traduções e edições de livros, muitos dos quais enviados por John Murray, amigo e dono da editora em que trabalhava.

No Brasil, sua obra mais conhecida é o diário de viagem escrito sobre o país, no entanto, na Inglaterra, seu maior sucesso de tiragem é o livro infantil publicado em 1835, *Little Arthur’s History of England*, com mais 80 mil cópias vendidas (RENDALL, 2006). Através de sua produção intelectual, é possível perceber que Maria Graham transitou entre os mais diversos segmentos da literatura, desde a botânica, história, diários de viagem e o universo infantil. A relação com John Murray, dono da editora que publicava seus livros, apresenta-se importante em sua trajetória no “mundo letrado”, pois além de ser seu amigo, Maria Graham realizava trabalhos encomendados por ele.

Maria Graham viveu os dois últimos anos de sua vida muito doente. Faleceu no dia 21 de novembro de 1842, em Kensington Gravel Pits, após complicações de uma tuberculose. No documento constado no The National Archives<sup>100</sup>, Graham deixou

100 O arquivo pode ser acessado através do site: < <https://www.nationalarchives.gov.uk/>>

registrada a autorização para que seu segundo marido, Augustus Wall Callcott, se beneficiasse das “propriedades e ofertas e bens pessoais”, além de estar “autorizado a dispor dos direitos autorais sobre as obras escritas e publicadas”<sup>101</sup>.

É interessante notar no documento a informação de que Maria Graham deixou bens pessoais e propriedades, além de ter os direitos autorais acerca dos livros publicados. Essa informação nos dá indícios da relação e atuação da inglesa no ambiente letrado, mostrando-se que foi uma mulher diretamente conectada às suas produções e ao mercado literário. Antes de publicar o *Journal of a Voyage to Brazil*, na carta escrita para John Murray, Maria Graham apresentando-se preocupada, pediu informações sobre a sua atuação no mercado europeu. “Por favor, imploro como um favor especial que você me escreva algumas vezes e me fale do mundo dos autores e livros... Eu gostaria de saber como estou indo” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 244)<sup>102</sup>.

Além de escritora, Maria Graham também atuou na área da botânica, coletando espécies nativas e realizando esboços de vegetais. No decurso de sua viagem ao Império do Brasil, a inglesa coletou e desenhou espécies da flora brasileira e enviou para a Inglaterra<sup>103</sup>. Foi principalmente no período em que morou no bairro Laranjeiras, interior do Rio de Janeiro que Maria realizou esse trabalho, visto que apreciava as flores e o encanto da floresta virgem localizada atrás de sua casa. Quando não podia secar e prepará-las adequadamente, realizava esboços das plantas para enviar ao Dr. William Hooker<sup>104</sup> através da fragata Aurora (GRAHAM, 1997). Atualmente, as amostras coletadas fazem parte do acervo herbário do Royal Botanic Gardens Kew, na coleção denominada *Herbarium Hookerianum*. Além disso, as sementes e plantas coletadas no Rio de Janeiro foram utilizadas na publicação da obra *Exotic*

101 Transcrição completa do documento: “THIS IS THE LAST WILL of me Maria Callcott, wife of Sir Augustus Wall Callcott now residing at Kensington Gravel Pits (I) give and (bequeata) to my other husband that said Sir August Wall Callcott for this own use and benefit all and singular the property and offers and personal estate of every find of which I am possessed or wish I am in anyway authorized or empowered to dispose of and more particularly all and (singular) my copyrights and all other the interest whith I may have a ATTRACTIVE OF MY (otata) in the several works which from (trinc to trinc) have been written and published by me and I request that this my will may be (rouse or to) as by me in (excris) of all and every powers and authorities (?) we in this be half and last I do and apportion my husband executor of this my will in witness where of I hae executed set my hand this 8 of October 1842” (THE NATIONAL ARCHIVES, 1842).

102 Texto original: “I beg as a special favour you will write to me sometimes and tell me of the world of authors and books... I should like to know how I am going on” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 244).

103 Em sua estadia no Chile, por exemplo, Maria Graham também se interessou pelas espécies nativas. Certa vez, ao almoçar com um médico chileno, o escudou apresentar uma planta chamada culen, que poderia ser cultivada no Chile. A viajante afirmou que os habitantes locais lhe mostraram a planta mencionada, entretanto, o médico contradizendo-a, afirmou que isso não era possível, pois não havia ouvido falar da espécie no Chile. Ao voltar para casa, Graham foi buscar a planta, e a encontrou no matagal atrás da casa. Segundo Pratt (1999), ela criticava o “conhecimento de seus equivalentes masculinos”.

104 William Jackson Hooker foi professor de botânica na Universidade de Glasgow, botânico inglês e primeiro diretor oficial do Royal Botanic Gardens Kew. Ele desenvolveu uma rede de conexões para a obtenção de plantas e sementes do mundo inteiro (HAGGLUND, 2011).

*Flora (1822-1827)*<sup>105</sup>.

No percurso da produção da história natural, apesar das distinções entre os viajantes masculinos, as mulheres compartilharam em grande parte das vezes as mesmas viagens, trabalhos e espaços. Entretanto, as dificuldades de atuação e o próprio reconhecimento pelos seus estudos são recebidos de maneiras diferentes (MÉNDEZ-RÓDENAS, 2014). De acordo com Méndez-Ródenas (2014), ao menos desde o século XVIII, as mulheres fazem parte do grupo dos viajantes do período Iluminista que exploravam o conhecimento do mundo natural e, portanto, elas cumpriram o papel de observadoras sociais, etnógrafas amadoras e escritoras da história natural. Os homens buscavam o conhecimento para estabelecer um discurso de poder, e as mulheres o utilizavam como meio de autovalidação, além de reforçar a capacidade do saber por meio da escrita. Muitas viajantes buscavam nas viagens o reconhecimento público e a consolidação de “uma carreira de escritora”. Deste modo, a narrativa do “eu” que buscava unir o mundo externo e interno, possibilitaram as viajantes à familiarização com as disciplinas que posteriormente se tornariam as ciências sociais.

Durante a estadia no Rio de Janeiro, Maria Graham trocou cartas com Dr. Hooker. Nas correspondências com o diretor do Royal Botanic Gardens Kew<sup>106</sup>, a inglesa mencionou os obstáculos na secagem de plantas, por escassez de materiais apropriados, mofo, clima e insetos que dificultavam seu trabalho. Além de William Hooker, Graham manteve contato com o botânico David Douglas, a quem recorria para esclarecer dúvidas a respeito do sistema de classificação das plantas (ZUBARAN, 2005).

Era muito difícil para as mulheres “assumirem” seus papéis de escritoras, em razão dos constrangimentos sociais e, de maneira “naturalizada”, assumiam a ideia de pertencimento a esfera doméstica. Embora as mulheres viajantes realizassem os mesmos trajetos que os homens como nas viagens, publicações e no campo da história natural, elas não eram vistas da mesma forma que os homens e, portanto, eram consideradas amadoras<sup>107</sup> (MÉNDEZ-RÓDENAS, 2014).

A partir de tais considerações, é necessário destacar que apesar das dificuldades e restrições de gênero e das distinções quanto à recepção de trabalhos “femininos”, Maria Graham manteve uma regularidade de produções tanto literárias quanto botânicas. Podemos perceber a importância do trabalho através dos seus relatos no diário, no esboço biográfico de d. Pedro I<sup>108</sup> e em sua atuação na Inglaterra. A viajante

105 Para saber mais, consultar: <https://www.kew.org/read-and-watch/digitising-the-directors-correspondence>

106 Para saber mais, consultar: <https://www.kew.org/>

107 Estudiosos como Carl Thompson não a consideram uma “amadora” no sentido depreciativo da palavra. Segundo o autor, ela manteve ligações com grupos científicos sofisticados e renomados pintores como, Charles Eastlake, Thomas Lawrence, David Passavant e Gustav Waagner (THOMPSON, 2017).

108 O manuscrito Esboço biográfico de d. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro de seu tempo foi escrito após a morte do imperador e adquirido pela Biblioteca Nacional em 1938. O documento narra o período de estadia na Corte e, principalmente, a residência em Laranjeiras, zona rural do Rio de Janeiro, onde exerceu ativamente suas atividades de botânica. É uma fonte relevante de informações sobre o processo de recolhimento e preservação das espécies naturais e pinturas de

junto com a Princesa Teresa da Baviera, foram as duas mulheres que participaram na produção da obra que trata do conjunto de espécies da flora brasileira, *Flora Brasiliensis*<sup>109</sup>, inicialmente editada por Karl Friederich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban<sup>110</sup>. Para além dessas atividades, ela foi a primeira mulher a publicar nas *Transactions of the Geological Society*<sup>111</sup>, acerca do terremoto presenciado no Chile em 1822.

Além de coletar espécies nativas, Maria Graham realizou esboços de vegetais, paisagens, cenas do cotidiano e da arquitetura. O desenho fez parte de sua educação, assim como das jovens de sua classe. Segundo Hagglund (2011), a inglesa estudou pintura com o paisagista William Alfred Delamotte<sup>112</sup>.

Dr. Von Martius, por exemplo, referiu-se a “Uma dama altamente talentosa”, John Sims a chamou de “autora engenhosa e sensata” e David Douglas escreveu sobre seu “lápiz talentoso”. Não obstante, apesar deste primeiro plano de gênero, ela é considerada uma informante séria por todos eles e citações dela são usadas para fornecer mais informações sem qualificações<sup>113</sup> (HAGGLUND, 2011, p. 47). (Tradução nossa).

Durante as viagens, Maria Graham carregava um caderno de desenho e aquarelas e, em sua estadia no Império, produziu cerca de 200 imagens de paisagens, arquitetura e pessoas no cotidiano brasileiro. A obra *Journal of a Voyage to Brazil* possui poucas gravuras da viajante, contudo, a edição traduzida pela Biblioteca Nacional contém 21 ilustrações inéditas. De acordo com Lacombe (1956), em 1845 o viúvo Augustus Callcott doou ao British Museum as pinturas e desenhos referentes ao Brasil. As obras inéditas foram obtidas através do embaixador Joaquim de Souza Leão Filho, e muitas são objetos de estudo, sobretudo, por botânicos, geólogos e historiadores da arte.

É importante ressaltar as múltiplas atuações de Maria Graham na literatura, na botânica e nas artes e perceber como o elemento da educação esteve presente nos caminhos trilhados pela inglesa e na imagem construída de si na autobiografia. A seguir, verificaremos como foi a educação recebida por Graham e em que medida a análise dos seus escritos autobiográficos nos oferecem informações acerca do contexto ao qual estava situada, sobretudo, das condições das mulheres que estavam ao seu redor. Não é nosso objetivo questionar a veracidade dos fatos apresentados pela

plantas.

109 O estudo pode ser acessado através do site: < [www.florabrasiliensis.cria.org.br](http://www.florabrasiliensis.cria.org.br)>

110 Muitas mulheres esposas de diplomatas fizeram parte de projetos imperiais do naturalismo como, por exemplo, Georgiana Molloy (1805-1843), Lady Henrietta Clive (1758-1830) e Annabella Telfair. Algumas criaram herbários e jardins botânicos pelos lugares visitados e enviaram para a Inglaterra espécimes vegetais, vivos e secos, sementes e desenhos (HAGGLUND, 2011).

111 Para saber mais: <https://www.geolsoc.org.uk/>

112 No site do British Museum há ilustrações de aquarela, caneta e tinta referentes aos lugares da Índia, Itália e Inglaterra.

113 Texto original: “Dr. Von Martius, for example, refers to ‘A highly accomplished lady’, John Sims calls her an ‘ingenious and sensible authoress’ and David Douglas writes of her ‘talented pencil’. Nevertheless, despite this foregrounding of gender, she is regarded as a serious informant by all of them and quotations from her are used to supply further information without qualifications” (HAGGLUND, 2011, p. 47).

autora e sim compreender a representação e a reflexão sobre o “eu”.

**“Se escrevo mal, feliz por ser esquecida, se bem, feliz em ser lembrada com respeito”: análise sobre a narrativa *Reminiscences*, de Maria Graham**

Produzidos nos anos finais da vida de Maria Graham, *Reminiscences* traz a reflexão da viajante sobre o “eu” na infância e juventude. Poucos estudos se dedicaram na análise da narrativa autobiográfica, sendo a maioria deles explorados na perspectiva literária. Akel (2009) afirma que os eventos narrados pela viajante possuem recursos fictícios de uma escrita romancista. Ela salienta que Graham criou a personagem de uma menina ignorada pela família “esnobe” da classe alta e abandonada em internatos que pareciam cruéis. Entretanto, conseguiu encontrar incentivadores que lhe ajudaram a desenvolver o interesse intelectual, desafiando as normativas de gênero do período.

Para além do olhar literário, é nosso interesse entender a construção da imagem que Maria Graham criou de si e verificar o processo de alfabetização da artista. Desde criança, teve acesso à educação. Quando morava com a mãe, estudava em casa, ouvindo as leituras da Bíblia e de Shakespeare. Mais tarde, estudou com o padre da vila à qual morou. Segundo Gonçalves (2007), a educação que recebeu era uma combinação de religiosidade e erudição. Foi separada da mãe ainda pequena, e aos sete anos de idade foi estudar em um colégio interno na cidade de Drayton, em Abingdon, região vizinha à Oxford. Como foi mencionado, seus estudos foram financiados pelo tio paterno David Dundas e, por sua influência, recebeu uma instrução de qualidade e uma educação consolidada em história, botânica e desenho. Sua mãe faleceu após sua partida para o colégio interno, tendo em vista que já se encontrava com a saúde debilitada, e esse foi um dos motivos da perda do convívio entre os irmãos. Durante o período ao qual estudou em Drayton, a inglesa ficou sem ver o pai por dez anos (GOTCH, 1937).

Na infância, Maria Graham aprendeu a desenhar, estudou francês e fazia leitura das obras de Homero e Shakespeare. De acordo com a viajante, os colegas da escola a apelidaram de “tiger”, devido ao comportamento visto como “agressivo”. Muitas vezes, foi colocada em castigo e, durante esses momentos, passou o tempo lendo livros (GOTCH, 1937).

Ao longo da autobiografia, Maria Graham construiu uma imagem ligada ao “mundo letrado”, afirmando estar inserida no universo da leitura desde criança. O comportamento visto como “agressivo”, dá indícios de que se diferenciava das outras meninas de sua época. Além disso, afirmava que seus divertimentos eram estranhos para uma menina de nove anos, porém, ela não tinha mais nada para fazer. Ao dizer que os livros haviam sido colocados em seu caminho, muito provavelmente estava fazendo referência à influência do tio paterno na educação.

Na escrita de Maria Graham, constatamos opiniões que criticavam a desigualdade entre os sexos. A inglesa considerava que a educação fazia parte da diferença

entre homens e mulheres, pois os homens recebiam uma instrução de qualidade, em comparação das mulheres que, em sua maioria, eram criadas para serem boas mães e donas de casa.

Amando como amava a literatura, considerava que a grande diferença entre o homem e a mulher era a educação... da qual invejei demais; e nunca me passou pela cabeça que aqueles que tivessem as mesmas atividades e vivessem entre as mesmas coisas não fossem livres para conversar como irmão e irmã sobre os objetos de interesse comum... Não tendo mãe cuja experiência pudesse me guiar, e vindo tão recentemente da casa de Miss Bright, onde não era admitido o suficiente do mundo para me preparar em qualquer grau para a sociedade, eu choquei os preconceitos de muitos, e alarmei a cautela de outros, pela facilidade com que conversava igualmente com homens e mulheres<sup>114</sup> (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 85). (Tradução nossa).

Além disso, as pessoas diziam que ela flertava com os homens com quem conversava, e que estes tinham boa condição financeira. E, na tentativa de se justificar, afirmou que sua aproximação com o sexo oposto tinha apenas o objetivo de adquirir conhecimento.

Por não ter sido educada a sair para o mercado, como geralmente são as moças, fiquei verdadeiramente surpresa e indignada quando certos fofoqueiros, homens e mulheres, descobriram em mim um espírito de flerte quando eu só procurava conhecimento, e que calculei a renda de vários jovens cavalheiros com quem eu costumava conversar, quando com toda sinceridade não conhecia a posição de nenhum deles<sup>115</sup> (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 84). (Tradução nossa).

Se esforçando para projetar a imagem da mulher culta que se interessava na busca pelo saber, Maria Graham afirma que se diferenciava das mulheres do seu período, pois elas eram educadas a “sair para o mercado”. Nesse sentido, não almejava se casar com um homem rico e sim obter conhecimento através das conversas com o sexo oposto. Em contraposição a outros escritos de viajantes em que está presente a ideia da mulher e o casamento, a narrativa de Graham não associa o “feminino” ao lar. É importante pontuar que a mulher no século XIX é idealizada a partir dos valores e papéis relativos a “delicadeza, altruísmo, caridade, cuidados familiares e

114 Texto original: “Loving literature as I did, I considered that great difference between men and women was that of education... which I envied excessively; and it never entered into my mind that such as had the same pursuits, and lived among the same things, were not free to converse like brother and sister on the objects of common interest... Having no mother whose experience might guide me, and coming so newly from Miss Bright’s where not enough of the world was admitted to prepare me in any degree for society, I shocked the prejudices of many, and alarmed the caution of more, by the ease with which I conversed alike with men and women” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 85).

115 Texto original: “Not having been brought up to the trade of coming out for the market, as young ladies generally are, I was truly surprised and unaffectedly indignant when certain gossips, male and female, discovered in me a spirit of flirtation when I was only seeking for knowledge, and that I have calculated the income of several young gentlemen with whom I was in the habit of conversing, when in all sincerity I knew not the rank of any of them” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 84).

domésticos, zelo pela família, pelos doentes e pelos pobres” (FRANCO, 2008, p. 141). Os princípios eram associados ao pensamento de que essas funções e atribuições se referiam “a uma essência natural”, definida biologicamente e marcada pela fragilidade do sexo feminino. Neste discurso prevalece uma hierarquia entre os sexos, e “as mulheres são consideradas ‘naturalmente’ inferiores e subordinadas aos homens” (FRANCO, 2008, p. 141). Portanto, Maria Graham ao refletir sobre o “eu”, projeta sua imagem ligada ao interesse da educação de qualidade, desconsiderando o elemento exclusivo da realização de atividades domésticas pelas mulheres.

Gostaríamos de chamar a atenção do leitor para as críticas com relação à educação “feminina”, pois novamente afirmou que no período da juventude costumava ouvir que seus talentos seriam mais bem utilizados se fosse um homem, visto que além de não trazer benefícios para mulheres cultas, a instrução as tornava arrogantes e sem serventia.

Tenho certeza de que, se tivesse uma garota para educar, soltaria ela e seus livros da mesma maneira, pois sou muito grata àqueles que, em minha própria instância, seguiram esse plano. Isso me dava o hábito de usar qualquer oportunidade de melhoria que caísse no meu caminho, e como os livros não eram meus, eu era obrigada a pensar pacientemente sobre o que li, para que não me escapasse além da recuperação<sup>116</sup> (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 44). (Tradução nossa).

Maria Graham ao criticar as mulheres que não se interessavam pela leitura e ao reivindicar receber a mesma educação que os homens, criticava também a educação que preparava as mulheres para serem boas esposas e mães, ao invés de inseri-las ao universo da leitura. Também, ao mencionar que era grata àqueles que seguiram o plano de preparar as mulheres para a instrução, possivelmente se referia a atuação de seus tios no processo educacional.

A viajante não se identificava com a esfera doméstica e ao verificar seus escritos em *Journal of Voyage to Brazil*, percebemos que ao representar as mulheres encontradas nos lugares visitados no Império do Brasil, sempre destacava suas características ligadas à educação. Ao falar sobre um grupo de mulheres de Pernambuco, ressalta positivamente a educação “feminina” que era baseada em literatura, desenhos, canto, dança e, é claro, o francês. A partir de 1820, a educação baseada nos preceitos franceses começava a ter destaque tanto na Europa, quanto nos grandes centros do Império do Brasil (MELLO, 1996). Segundo Campoi (2011), na educação das mulheres de elite nessa década, foram incorporadas regras de etiqueta, piano, canto, dança, literatura e francês<sup>117</sup>.

116 Texto original: “I am sure that if I had a girl to educate I should turn her and her books loose together in the same way, for I am very grateful to those who, in my own instance, pursued this plan. It gave me a habit of using whatever opportunity of improvement fell in my way, and as the books were not my own, I was obliged to think patiently about what I read, lest it should escape me beyond recovery” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 44).

117 Debret e E. Belman, viajantes que estiveram no Brasil no início do XIX, informaram em seus relatos sobre a importância da educação francesa na vida das mulheres de elite (LEITE, 1984).



Mas a melhor decoração nessa noite foi a presença de uma quantidade das mais belas mulheres que já vi no Brasil, pela maior parte irmãs, primas ou sobrinhas da dona da casa, cuja mãe, a baronesa de Campos, pode orgulhar-se de possuir uma das mais belas famílias do mundo. A filha do casal, D. Carlota, distingue-se aqui pelo talento e cultura acima de suas companheiras. Fala e escreve francês bem e se fez progressos não pequenos em inglês. Conhece a literatura de sua terra, desenha corretamente, canta com gosto e dança graciosamente. Várias de suas primas e tias falam francês corretamente, de modo que tive o prazer de conversar livremente com elas e receber boa cópia de informações sobre assuntos que só interessam a mulheres (GRAHAM, 1956, p. 250).

Assim como na autobiografia, Maria Graham fez uso do elemento do letramento para escrever sobre uma parte das mulheres que encontrou em sua viagem ao Império do Brasil. Seja para criticar ou elogiar, a autora utilizava o aspecto da educação para falar sobre as mulheres. Quando encontrou Maria Quitéria<sup>118</sup>, personagem conhecida pelas batalhas contra o exército português na Bahia, afirmou que ela era “iletrada, mas inteligente” e se recebesse instrução, “poderia ser uma pessoa notável” (GRAHAM, 1956, p. 331). Além disso, não era masculina na aparência e possuía modos delicados e alegres. Não havia nada de admirável em suas maneiras à mesa, a não ser o hábito de fumar charuto após as refeições e comer farinha com ovos no almoço e peixe ao jantar.

Ao dizer que possuía modos delicados e aparência não masculina, Maria Graham informava sobre os padrões de feminilidade do XIX. Assim como afirma Leite (1997), quando uma viajante escreve sobre outra mulher, ocorre o processo de reflexão e escrita sobre a sua própria “condição feminina”. Nesse sentido, quando a viajante dá destaque para a aparência, os trajes e os comportamentos, seus relatos revelam uma adequação aos padrões de feminilidade das mulheres inglesas em que a delicadeza, a educação e o cuidado com a aparência eram elementos importantes. Também podemos afirmar que era uma maneira de se diferenciar dos “outros”, sinalizando sua condição de superioridade. Segundo Rendall (2006), a partir da década de 1770, essas representações fizeram parte da construção da feminilidade da classe média britânica branca no início do XIX, em que as mulheres selvagens e orientais eram representadas como inferiores em seus textos. E, semelhantemente na representação realizada em *Reminiscences*, a autora tem como destaque o letramento para as descrições relacionadas às mulheres, principalmente aquelas que faziam parte da elite.

## Considerações Finais

Embora o período vivenciado por Maria Graham tenha sido marcado pelo pa-

118 Maria Quitéria de Jesus, contrariando a vontade de seu pai, fugiu de casa e fingiu-se de homem para lutar contra o exército português na Bahia. O episódio, na época, lhe rendeu uma homenagem realizada pelo imperador d. Pedro I. Atualmente a figura de Maria Quitéria é vista como heroína e, em 1953, o Exército também lhe homenageou (COELHO, 2019).

triarcalismo e, conseqüentemente, por restrições de acesso à alfabetização, publicações de livros e outros trabalhos, a viajante estava inserida no universo das letras, da botânica e das artes, escrevendo e publicando suas obras, e atuando como pintora e naturalista.

A busca incessante pelo conhecimento é um elemento nítido na autobiografia de Maria Graham. Ao representar a figura de si por meio de uma intelectual, narrou passagens que se diferenciava das outras mulheres do período. Ela afirma que era frequentemente convidada para bailes, porém, não gostava de dançar e “preferia sentar-se e conversar com os professores que eram suficientemente amáveis” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 84), no verdadeiro respeito pela filosofia e real desejo de aprender. Em seguida, pontua que por essa razão, não foi bem recebida pela sociedade em geral, que exigia das mulheres um comportamento no qual ela não tinha.

O fio condutor de *Reminiscences* desenvolve-se através da infância feliz passada principalmente com a mãe, visto que o pai estava ausente no mar (AKEL, 2009). Em seguida, apresenta sua vida na juventude, desta vez, ligada a figura masculina do pai e, posteriormente, do marido, sobretudo, ao narrar o período de viagens e de moradia na Escócia. O estudo de Rosamund Gotch corrobora com a autobiografia de Maria Graham, ao mostrar uma viajante que estava ligada ao “mundo letrado” desde o período da infância.

A leitura de um texto autobiográfico nos concede a possibilidade de adentrar-se no interior das emoções e dos pensamentos de quem o está escrevendo. Assim como afirma Gomes (2004), na investigação de uma autobiografia é fundamental que o historiador busque captar as intenções que o narrador coloca nas entrelinhas do texto. Deste modo, *Reminiscences* visa frisar a formação de uma mulher alfabetizada, com preocupação e interesse pelo mundo das letras. Quando estava de castigo na escola, diferentemente das outras meninas, ficava lendo livros. Em diversos momentos construía sua imagem para demonstrar a diferença de comportamento com relação às outras inglesas, seja para afirmar que não se interessava em casar-se com um homem rico, ou, para criticar a educação desigual entre homens e mulheres. Na medida em que escreve sobre si, Graham enfatiza a sua diferença ao comportamento normativo feminino do XIX que, em razão ao sentimento da busca pela instrução, foi rejeitada e criticada por parte de sua família e amigos.

## Referências

### Fontes:

GOTCH, Rosamund Brunel, Maria, *Lady Callcott: The creator of Little Arthur*. Londres: John Murray, 1937.

GRAHAM, Maria. *Journal of a Voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822 e 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown; and John Murray, 1824.

THE NATIONAL ARCHIVES. *Will of Dame Maria Callcott, Wife of Kensington Gravel Pits, Middlesex*. Ref. PROB 11/1982/150. Kew: The National Archives.

### Bibliografia:

AKEL, Regina. *Maria Graham: A literary biography*. Amherst, New York: Cambria Press, 2009.

AKEL, Regina. *The journals of Maria Graham (1785-1842)*. Coventry: The University of Warwick, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CAMPOI, Isabela Candeloro. *O livro “Direito das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX*. História, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 196-213, ago/dez 2011.

COELHO, Raphael Pavão Rodrigues. *A memória de uma heroína: a construção do mito de Maria Quitéria pelo Exército brasileiro (1953)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2019.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres; Edunisc, 2008.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Viagens e relatos: representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX*. Tese (Livre Docência). São Paulo: USP, 2017.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Orgs. Mary Anne Junquei-

- ra, Stella Maris Scatena Franco. – São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, p. 62-86.
- GOMES, ngela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida. Viagem e escrita de si em Maria Graham. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica*, Rio de Janeiro, v. 29, n° 1, p. 110-122, jan-jul, 2007.
- HAGGLUND, Betty. The Botanical Writings of Maria Graham. *Journal of Literature and Science*, v. 4, n. 1, 2011, p. 44-58.
- LACOMBE, Américo Jacobina. “Advertência do Tradutor”. In: Maria GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. XI-XII.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MAIA, Ludmila de Sousa. *Viajantes de saia: gênero, literatura de viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nisia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Tese (Doutorado em História), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- MARTINS, Ricardo André Ferreira. Atenienses e fluminenses: a invenção do cânone nacional. *Anais do Seta*, Unicamp, vol. 2, 2008.
- MARCHANT, Anyda. The Captain’s Widow: Maria Graham and the Independence of South America. *The Americas*, v. 20, n. 2, p. 127-142, oct. 1963.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. “O nosso progresso”. O carapuceiro: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1996.
- MÉNDEZ-RÓDENAS, Adriana. *Transatlantic travels in nineteenth-century Latin America: european women pilgrims*. Lewisburg (PA): Bucknell University Press, 2014.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. ngela M. S. Correa. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- RENDALL, Jane. The condition women, women’s writing and the Empire in nineteenthcentury Britain. In: HALL, Catherine; ROSE Sonya. *At home with the Empire*. Metropolitan Culture and the Impirial World. New York: Cambrigde University

Press, 2006, p. 101-121.

SCHOENFIELD, Mark. Novel Marriages, Romantic Labor and the Quartely Press. In: WHEATLEY, Kim. *Romantic periodicals and print culture*. Londres: Routledge, 2003.

SILVA, Flaviana Aparecida da. *Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidades nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825)*. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

THOMPSON, Carl. *Travel Writing*. London: Taylor & Francis Group, 2011.

THOMPSON, Carl. Journeys to Authority: Reassessing Women’s Early Travel Writing, 1763–1862. *Women’s Writing*, v. 24, n° 2, p. 131-150, 2017.

VALE, Brian. *A Frigate of King George: Life and Duty on a British Man-of-War*. Londres/ Nova York, I. B. Tauris, 2001.

ZUBARAN, Maria Angélica. “A vistosa vestimenta vegetal do Brasil”: Maria Graham e as representações da natureza tropical no século XIX. *Revista Textura, Canoas*, n° 11, p. 57-63, jan-jun 2005.

# Mulheres letradas entre a História Intelectual e as práticas historiográficas: breves considerações sobre produção feminina e a escrita da história nos oitocentos brasileiro

*Jeane Carla Oliveira de Melo*<sup>119</sup>

O presente texto partirá desta premissa inicial: como as mulheres participaram da construção do conhecimento histórico nos oitocentos brasileiro? Antes da profissionalização do campo entre nós<sup>120</sup>, quais autoras<sup>121</sup> poderiam ser consideradas as precursoras da escrita da história em nosso país? É exatamente em torno dessa intrincada pergunta, na qual adentra em uma zona nebulosa de questões, que buscaremos apontar algumas possibilidades analíticas com o tema, trazendo reflexões em torno das relações entre o gênero e o desenvolvimento das práticas historiográficas<sup>122</sup> por parte das letradas e intelectuais situadas na segunda metade do século XIX, no Brasil.

Esta é uma das questões mais candentes que venho tentando responder desde que ingressei no doutorado<sup>123</sup>. E aqui me permito falar em primeira pessoa no intuito de compartilhar *insights*, olhares e angústias que cercam essa temática tão pouco visitada pela historiografia brasileira. Posso como tema privilegiado de investigação um belo e “estranho” objeto que se decompõe em tantas questões as quais considero estar no meio de uma jornada ainda em sua fase inicial, de tão desafiador e intrigante que a problemática se tem me apresentado. Em meados de 2010, tive meu primeiro

119 Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de História Social da Cultura. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - Campus Alcântara. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Email para contato: jeane\_melo@ifma.edu.br

120 A partir de 1934, começam a ser institucionalizados os primeiros cursos superiores de História no país. O primeiro, no aludido ano, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e, o segundo, em 1935, pela Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro (SILVA; FERREIRA, 2011).

121 Comungo da ideia de produção feminina na perspectiva posta por Epple (2006); recusando quaisquer essencialismos e determinismos, e buscando, em contrapartida, entender os contextos históricos pelos quais emergiram as condições de possibilidade do exercício intelectual entre homens e mulheres.

122 Compreendo o conceito certeaniano de práticas historiográficas tal como Marcelino e Caldeira quando afirmam que não se pode entender “os historiadores isoladamente, já que eles fazem parte de grupos intelectuais, integrando-se em formas determinadas de elaboração memorialística, de produção de imagens e imaginários, de escritas e narrativas de si, os quais se expressam em materiais dos mais diversos. Cartas, comemorações, coleções, guias museológicos, livros de história, filmes, pinturas, crônicas, enfim, são muitos os objetos passíveis de investigação” (2021, p. 11).

123 A tese ainda em andamento, provisoriamente intitulada “Entre a escrita da história na escola primária e o magistério feminino oitocentista: a produção intelectual e o percurso docente de Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)”, tem sido desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, na linha de História Social da Cultural da UFMG e orientada pela profa. Dra. Ana Paula Sampaio Caldeira.

contato com o nome da professora-autora de livros escolares, Herculana Firmina Vieira de Sousa (1815-1903), uma açoriana atuante na instrução pública e particular na província do Maranhão. Graças ao trabalho instigante da pesquisadora Circe Bittencourt (2008), cujas investigações resultaram na obra intitulada *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*, é que tomei conhecimento, destoando da hegemônica autoria masculina, que na segunda metade do XIX existiram mulheres que escreveram livros escolares de História do Brasil, em um momento ainda de afirmação do mercado editorial didático brasileiro. E mais que isso. Eram obras que dialogavam tanto com a educação das sensibilidades do público escolar quanto estavam afinadas com os debates e a produção historiográfica oriundas do IHGB e do Colégio Pedro II, no qual preconizavam, por sua vez, a partir de diversos matizes teóricos e políticos, determinadas memórias e interpretações para a formulação de uma história nacional.

Deste modo, o IHGB e o liceu imperial situado na Corte carioca, enquanto instâncias legitimadoras<sup>124</sup> das vozes historiadoras oitocentistas, exerceram uma notável influência na elaboração de compêndios e manuais didáticos de História do Brasil<sup>125</sup> – essa disciplina fruto de um complexo arranjo cultural a envolver a produção de currículos e propostas pedagógicas no qual estão imersas em culturas escolares<sup>126</sup> atuantes com suas dinâmicas internas e externas. Ocorre que, no caso, as mulheres não estavam nestes espaços. Impedidas de participar da maior academia ilustrada brasileira<sup>127</sup>, elas (no caso daquelas que produziram obras didáticas no século XIX, como Herculana de Sousa e Maria Guilhermina de Andrade) se aventuraram pelo gênero histórico a partir dos seus lugares sociais como professoras primárias. É, portanto, do espaço social e laboral do magistério que impuseram suas vozes historiadoras, tornando possíveis a produção de seus bens culturais na disputa pela cena didática com outros autores. Se, para escrever história era necessário estar integrado à vida pública de algum modo, certamente as mulheres professoras cumpriam esses requisitos, pois elas constituíam, desde o final da década de 1820, os primeiros grupos de mulheres ingressantes nos mundos do trabalho do magistério particular e/ou estatal no interior de suas províncias, vilas e freguesias.

Dito isto, cabe assinalar que tanto Herculana de Sousa quanto Maria Guilhermi-

124 Oportuno lembrar também que não apenas o IHGB atuava na formulação de uma memória nacional, mas também outros espaços se configuraram como lócus de produção de discursos sobre a nação, como o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Itamaraty.

125 Além da professora Circe Bittencourt, destaco, dentre aqueles elaborados com tais temáticas voltadas para o ensino de História e os manuais didáticos oitocentistas, outros dois importantes estudos: o da professora Arlette Gasparello, intitulado: *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira* (2004) e do professor Ciro Flávio de C. B. de Melo: *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX* (2008).

126 Por cultura escolar, comungamos do conceito antropológico elaborado por Dominique Julia “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (2001, p.10).

127 Em 1850, a poeta, literata e professora Beatriz Brandão se candidata para ingressar no IHGB; sua admissão fora vetada, sobretudo, pela “orientação marcadamente androcêntrica da agremiação” (OLIVEIRA, 2018, p. 121).

na de Andrade publicaram em momentos politicamente bastante distintos: o *Resumo da História do Brasil*, da professora açoriana, vem a público em 1868, em meio a Guerra do Paraguai e época final da Conciliação; já o *Resumo da História do Brasil* de Andrade, em 1888, ano da abolição e véspera da transição do regime monárquico para o republicano.

Em ambos os contextos históricos, em que pese os primeiros passos dados pelo movimento feminista brasileiro<sup>128</sup>, as mulheres não poderiam votar, sofriam uma série de restrições no gozo da vida pública e o ingresso ao ensino superior era um feito heroico levado a termo por poucas e abastadas jovens<sup>129</sup>. Mesmo ausentes do Instituto, é oportuno assinalar que elas sofriam a influência da referida academia em seus textos históricos. Elas não estão no IHGB, mas os debates do IHGB estão presentes em seus manuscritos. Não é uma relação que deve ser desprezada *a priori*, mas devidamente problematizada, considerando que o manual didático da professora Herculana fora enviado ao Instituto<sup>130</sup>, quando do momento de sua publicação. Um exercício que pode ser compreendido como busca de legitimidade e reconhecimento dos “pares” detentores do monopólio da memória oficial da nação. De todo modo, as demandas dos currículos da escola primária oitocentista e a produção historiográfica de seus tempos eram um dos maiores norteadores a guiá-las pelos caminhos da escrita de uma história nacional.

No caso específico de Herculana de Sousa, o seu *Resumo de História do Brasil* dialoga bastante em termos intertextuais com a obra didática de Abreu e Lima (SANTOS, 2013), a ponto de nos perguntarmos se, para as mulheres e suas atividades de pesquisa, as possibilidades de construção de um texto histórico direcionado para os escolares não estariam voltadas para as práticas de compilação<sup>131</sup> de obras canônicas e populares<sup>132</sup>, considerando que o acesso a exploração de documentos era bastante limitado às pesquisadoras oitocentistas? Essa é uma das primeiras questões. Compilar era uma das (únicas) práticas possíveis às mulheres que quisessem produzir in-

128 Lutavam por acesso à educação e ao voto, impondo essas reivindicações em impressos e periódicos (HAHNER, 2003; DUARTE, 2017).

129 A Reforma Leôncio de Carvalho em 1879 permitiu o acesso das mulheres ao ensino superior; a primeira mulher a se formar no ensino superior em uma faculdade brasileira foi Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954), formada pela Faculdade de Medicina da Bahia.

130 Edição da revista do IHGB que recebeu o livro: Ata da sessão de 05 de junho de 1868. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 31 (Parte II), 1868, p. 326. Foi Cesar Augusto Marques que o enviou ao Instituto. Consta ainda na Ata da 6ª Sessão Ordinária de 22 de maio de 1891, que um exemplar do livro foi entregue à biblioteca do IHGB através da doação do sócio Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo (RIHGB, 1891, p. 562). Não foi possível saber se se trata da primeira ou segunda edição do *Resumo da História do Brasil*.

131 Apesar de haver autores no cenário oitocentista brasileiro que se utilizavam dessa operação historiográfica “que se aproximava da compilação, gênero de longa duração, mas que seria descartado no século XIX enquanto possibilidade de oferecer um modelo para a escrita da história do Brasil” (SANTOS, 2013, p. 45).

132 De acordo com Bittencourt (2008), um dos historiadores mais lidos na segunda metade do século XIX, foi sem sombra de dúvida, Joaquim Manuel de Macedo e sua obra voltada para o público escolar do Colégio Pedro II, *Lições de História do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1861, sendo posteriormente sucedida por um significativo número de reedições



interpretações acerca do passado brasileiro? Quais eram as fontes históricas utilizadas por estas autoras em suas operações e procedimentos historiográficos?

Não se pode perder de vista também a diversidade dos repertórios culturais femininos, bastante variados a depender dos contextos sociais, condições econômicas, oportunidades de acesso ao consumo de bens culturais, dentre outros variados arranjos aos quais as mulheres letradas e professoras-autoras experienciavam. Para Michele Perrot (2016), no mundo ocidental, os primeiros grupos formados pelas professoras primárias são também as nossas primeiras intelectuais; no contexto do Brasil pós-Independência, elas são forjadas, muitas vezes de modo *artesanal*<sup>133</sup>, para serem profissionais atuantes dos ramos da instrução pública e particular em suas vilas e capitais espalhadas pelas províncias; mulheres que eram geralmente solitárias<sup>134</sup>, “cerebralinas”, possivelmente leitoras de jornais e consumidoras de obras didáticas, de textos religiosos, de romances, folhetins e livros científicos. Em que pese a presença das hierarquias sociais de gênero, a atuação letrada de Herculana de Sousa, que, mesmo antes de escrever o seu livro, se divulgava nos jornais publicizando seus serviços como professora (MELO, 2017), nos dão a medida de que o usufruto de um universo variado de práticas de leituras era também uma marca característica destas profissionais do ensino.

A escrita da história de Herculana de Sousa, bem como o seu protagonismo docente foram, portanto, o meu ponto de partida, mas não o de chegada. Sensível a questão das práticas historiográficas desenvolvidas pelas mulheres letradas nos oitocentos, parti à campo para levantar outras autoras as quais produziram obras de cunho histórico, sejam elas, biografias, memórias, romances, peças teatrais, poesia épica, tratados políticos, e, claro, o livro didático de história (geral ou do Brasil). O critério adotado foi o braudeliano<sup>135</sup>: como elas representavam e interpretavam em suas produções letradas, o passado brasileiro enquanto discurso/narrativa com dimensões temporais? Sabia que Herculana de Sousa e Maria Guilhermina de Andrade não estavam sozinhas nessa seara. E foi uma grata surpresa (re)descobrir que a cultura histórica brasileira teve uma interessante e intensa participação feminina, ainda aguardando por análises mais densas, capazes de “testar os limites” impostos por uma historiografia oitocentista predominantemente masculina, ainda com resistências a pensar a inserção das letradas na constituição da memória da nação, mas também como fomentadoras de outros discursos históricos, que, mesmo que não destoassem das recorrentes ideias hegemônicas em torno da escrita da história, cir-

133 Heloísa Villela (2001), explica que essas práticas de formação foram frequentes em locais ausentes de Escolas Normais; assim, era um tipo de formação para o magistério em que os futuros professores e professoras aprendiam na prática acompanhando outros mestres, o que era feito geralmente nas classes chamadas de adjuntas.

134 No sentido que eram inicialmente um grupo mais isolado, considerando o diminuto número de mulheres que atuavam na docência nas primeiras décadas do século XIX.

135 Compreensão do processo histórico para além da simples cronologia tradicional, com ritmos e durações temporais distintas, possíveis de coexistência, mas também perpassadas por rupturas e descontinuidades (LOPES, 2008).

cularam apartados do cânone<sup>136</sup>.

A instalação de tipografias, a promoção da educação elementar feminina<sup>137</sup> (embora incipiente), a efervescência dos jornais e uma certa popularização do mercado editorial brasileiro criaram condições (mas não sem inúmeros obstáculos e interditos) para que grupos de mulheres passassem a tornar públicos os seus manuscritos. E mais que isso; propiciou que esses manuscritos se transformassem culturalmente (CHARTIER, 1998) em impressos como manuais escolares, romances, libelos feministas, tratados políticos, jornais, revistas e afins. O publicismo feminino, mais marcante a partir da segunda metade do século XIX deve ser percebido como integrante de um conjunto de experiências sociais a arregimentar dimensões ligadas à profissionalidade, autoria, produção, circulação e consumo por um público leitor em formação no contexto de uma sociedade que tornar-se-ia cada vez mais letrada. Um publicismo que chama a si mesmo inúmeras interrogações de gênero, que nos levam a pensar quais caminhos, percalços e dificuldades as mulheres autoras percorreram para se tornarem protagonistas e intelectuais na cena letrada de seus tempos.

A partir do levantamento efetuado em dicionários biográficos<sup>138</sup> e antologias, busquei mapear obras de cunho histórico de autoras mulheres, que tivessem sido escritas e/ou publicadas durante o século XIX – e grande parte delas se concentrava nas décadas finais do referido século. Compreendendo vários gêneros literários, são obras diversas, as quais contribuíam para educar as sensibilidades do público leitor a partir da própria consciência histórica das intelectuais em suas representações sociais e políticas acerca do passado.

Dos nomes identificados nesta busca, emergiram, a saber: a potiguar Nísia Floresta, com sua produção polígrafa, contando com poesia épica, ensaio e romance histórico (*A lágrima de um Caeté*; *O Brasil e Dedicção de uma amiga*, respectivamente); a argentina Juana Manso, que publicou no Brasil a novela histórica *Misterios del Plata*, em formato de folhetim no jornal que dirigia, o *Jornal das Senhoras*; a brasileira Josephina de Neuville, escritora de uma autobiografia publicada em 1869, em Portugal (*Memórias da minha vida*); a professora-autora Isabel Gondim, também com uma farta produção literária voltada para temáticas históricas (no qual se destacam *A sedição de 1817* e o drama *O Sacrifício do Amor*); a aristocrata e colecionista Viscondessa de Cavalcanti, que traz a lume em 1889 a obra *Catálogo das Medalhas brasileiras e estrangeiras referentes ao Brazil*; a produção biográfica de Ignez Sabino (publicadas no jornal *A Estação*, como também o livro *Mulheres Illustres do Brazil*, de 1899) e Josephina Álvares de Azevedo (*Galeria Illustre: mulheres célebres*, de 1897).

136 Visto aqui como um dispositivo de poder científico e cultural que têm invisibilizado a contribuição feminina na história dos processos literários e historiográficos (FANINI, 2014).

137 Assegurada pela lei de 15 de outubro de 1827 (GONDRA & SCHUELER, 2008).

138 Principais dicionários consultados: a obra *Ensaístas Brasileiras*, organizada por Heloísa Buarque de Holanda e Lúcia de Araújo (1993); os três volumes do projeto *Escritoras Brasileiras do século XIX*, organizados por Zahidé Muzart (1999) e o *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (1711-2001)*, de Nelly Novaes Coelho (2002).

Dentre as obras de autoria feminina, identificadas na pesquisa de tese<sup>139</sup>, todas elas possuíam em comum um forte diálogo com perspectivas do passado brasileiro e a promoção de uma consciência histórica, podendo, a partir disto, serem interpretados como pertencentes ao gênero histórico – desde que enxerguemos a escrita sobre o passado em uma dimensão mais ampla, de modo que seja possível abarcar aspectos atinentes às práticas historiográficas possíveis às mulheres letradas oitocentistas. Contudo, não são obras inéditas no sentido de que nunca foram examinadas pela pesquisa acadêmica; existe, de fato, uma certa fortuna crítica sobre elas; o olhar inovador aqui proposto reside em perceber as autoras como sujeitos de uma operação historiográfica e seus bens culturais como parte de um movimento mais amplo, ligado a construção das ciências humanas em um momento-chave de constituição da cultura histórica no país.

É importante afirmar que as mulheres letradas tiveram uma intensa participação nesses processos culturais e epistemológicos, contribuindo para popularizar narrativas históricas que possuíam um caráter tão pedagógico quanto formativo junto a um crescente público leitor, através de manuais didáticos, biografias, ensaios e romances. O século XIX, enquanto “século da história” a despertar o *gosto* pelo passado enquanto tarefa política, cívica e memorialística por parte da intelectualidade brasileira, com efeito, também mobilizou a pena feminina em uma relação muito pouco conhecida entre nós.

No entanto, as aventuras femininas pelo gênero histórico nos colocam diante de alguns impasses conceituais, que dizem respeito tanto as discussões epistêmicas (OLIVEIRA, 2018) envolvendo a história da historiografia quanto ao gênero como categoria relacional de análise. Eram essas intelectuais publicistas historiadoras “diletantes”<sup>140</sup>, mobilizadoras de práticas historiográficas (CERTEAU, 2002) ou mediadoras culturais (GOMES & HANSEN, 2016), considerando o produto e os públicos atingidos pela circulação de suas produções literárias? Estamos diante de um “ornitorrinco” historiográfico? O termo historiador, nos oitocentos, flexionava para o seu correspondente feminino, “historiadora”? Penso que esse é um debate desafiador e estimulante e que deve ser melhor aprofundado, considerando as con-

139 Adotei os seguintes critérios para as catalogar as escritoras: aquelas nascidas no Brasil ou que, mesmo sendo estrangeiras, publicaram no país, como Juana Manso Noronha. Contemplamos também o oposto, de escritoras brasileiras que publicaram no exterior como Josephina de Neuville e Nísia Floresta. E, por fim, privilegiamos o ano em que as obras foram escritas (durante o século XIX), ainda que só publicadas posteriormente. Assim, reforço ainda ser este um levantamento de cunho parcial e incompleto, haja vista que outras obras poderão surgir no decorrer da pesquisa.

140 Amadoras, na acepção de Smith (2003), isto é, as autoras que escreveram à margem do que se considerava profissionalismo. A pesquisadora questiona de modo contundente a partenogênese androcêntrica da historiografia inglesa e norte-americana, mas, por outro lado, é bom que tenhamos cautela, no cenário nacional brasileiro, para o uso do termo amadora – pelo menos no que diz respeito às praticantes da escritura histórica, sobretudo, porque, no que tange à produção de uma história escolar, pois tanto Herculana quanto Maria Guilhermina desenvolveram não um amadorismo, mas uma profissionalidade no campo editorial didático, considerando que as suas obras foram adotadas para uso do alunado nas escolas públicas e particulares, em suas respectivas localidades e demais outros estados.

dições pelas quais as escritoras adentravam determinadas redes de sociabilidade, se comunicavam com seus pares letrados, assim como examinar as suas condições de possibilidades de acesso à pesquisa documental e bibliográfica e a recepção de seus bens culturais.

Se por ora não é possível obter uma resposta enfática (e seria essa a intenção?), o certo é que não parece pertinente vê-las apenas como literatas genéricas, que por estarem ausentes dos espaços constituintes de um *ethos* historiador (TURIN, 2009) não tenham produzido conhecimentos históricos socialmente legítimos e epistemologicamente relevantes. Afinal de contas, trata-se de escritoras que atuaram no sentido de “elaborar narrativas sobre os acontecimentos do passado, reconstituindo vivências e eventos que lhes foram significativos” (LIBLIK, 2014, p. 56). Abreu e Lima, Joaquim Manuel de Macedo, Varnhagen e Capistrano de Abreu não seriam menos historiadores se considerarmos também a importância da *voz historiadora* oriunda das produções letradas de Herculana de Sousa, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Ana Rosa Termacsics (RIBEIRO, 2019), Nísia Floresta, Isabel Gondim, Ignez Sabino, dentre outras. Em que pese as importantes contribuições do campo da história da historiografia, pluralizar o debate historiográfico dos oitocentos no campo intelectual brasileiro se mostra uma tarefa urgente, considerando a existência de um expressivo número de vozes femininas que configuraram um “panorama de diferentes epistemes” (EPPLÉ, 2006, p. 146) na medida em que contribuíram tanto para delinear as práticas do ofício quanto para divulgarem narrativas históricas junto a um público leitor mais amplo:

Considerando que as autoras oitocentistas se aventuraram por diversos gêneros textuais, um deles ainda bem pouco explorado na pesquisa histórica é aquele que diz respeito a produção de memórias e biografias, de manuais didáticos de história, de romances históricos, de história religiosa, de práticas colecionistas, de ensaios e poemas históricos. Empreender uma investigação com este fim significa entender que mesmo ausentes do cânone e dos espaços de sacração intelectual como o IHGB – que poderia nomear quem seria considerado historiador ou não – as mulheres também participaram da produção do conhecimento histórico nos oitocentos, de um modo radicalmente diferente dos homens de letras e a partir de condições hierarquicamente distintas (MELO, 2020, p. 231-232).

Para Maria da Glória de Oliveira (2018), o “historiador do Brasil imperial”, seria alguém que manejasse em suas pesquisas, virtudes epistêmicas ligadas à um certo culto biográfico de grandes homens, ao amor pela *imparcialidade* e fosse portador de uma escrita da história considerada *científica*. No entanto, o aludido conjunto de práticas “era mais uma questão de índole cívica e disposição moral do que de método” (OLIVEIRA, 2018, p. 118). Deste modo, no contexto dos oitocentos, a figura do historiador estava diretamente relacionada às performances cívicas e intelectuais executadas por homens públicos e eruditos como políticos, advogados, diplomatas, professores, jornalistas e afins. Como as mulheres letradas construíam a sua erudição a partir de seus lugares sociais, considerando que eram locais profundamente atravessados por hierarquias de gênero, lhes gerando distintas condições de possibilida-

de para o desenvolvimento de suas vozes historiadoras? De modo a escrutinarmos o apagamento destas trajetórias da memória disciplinar da História, seria bastante salutar experimentar caminhos teóricos que pudessem ser cruzados com perspectivas de crítica feminista e as relações sociais de gênero.

Um dos caminhos sugeridos para superar a prejudicial “separação paradigmática” que marginalizou a produção feminina no processo de constituição dos saberes científicos, se pautaria no rompimento com a tradição de uma história intelectual afeita a homogeneizar e/ou guetizar a mulher como cientista, como apontou Hilda Smith (2007) – e, para esta autora, é necessário haver um duplo esforço: além de recuperar as “antigas pensadoras”, deve-se observar com mais atenção as aventuras polígrafas das letradas, que produziram conhecimentos mais diversificados do que costumam alcunhar genericamente como sendo apenas literário ou feminista:

na nossa coleção de pensamento político e social das mulheres, nós afirmamos que o interesse em obras femininas tem sido majoritariamente limitado a textos literários e escritos feministas, desprezando assim, seus diversos pareceres políticos e sociais. (SMITH, 2007, p. 219).

Recuperando, portanto, *seus diversos pareceres políticos e sociais*, como as virtudes epistêmicas necessárias ao fazer histórico, construídas pelos pesquisadores do IHGB e de outros locais de produção de uma memória nacional, poderiam também ser mobilizadas pela intelectualidade feminina? O apagamento de seus nomes na história da historiografia, na história dos intelectuais e do cânone – é um dos sintomas mais notáveis quando se trata da produção do esquecimento das contribuições das mulheres intelectuais. É possível falar da contribuição destas escritoras sem mencionar o papel do gênero nos processos de exclusão e esquecimento de suas memórias? Para Bonnie Smith (2003), essa é uma das interrogações essenciais, considerando que a trajetória histórica da profissionalização do campo dos historiadores comumente tem excluído a participação feminina de seus processos de institucionalização; além disto, pouco tem se questionado acerca do gênero da história a qual praticamos:

O gênero foi parte constitutiva dos procedimentos na história científica, e os modos complexos de utilização do gênero foram cruciais para o avanço científico. Ao mesmo tempo, as conexões não reconhecidas entre racionalidade histórica e gênero tiveram consequências, sobretudo o desenvolvimento da profissão como uma iniciativa opressivamente masculina. (SMITH, 2003, p. 219).

Portanto, estamos diante de um debate tanto epistemológico e político, quanto feminista. Não parece ser muito produtora simetrizar o apagamento entre homens e mulheres intelectuais – ainda que um conjunto de variáveis diversas, como geografia, classe, raça e etnia e geração atuem nas distintas trajetórias vivenciadas pelos homens e mulheres de letras, diferenciando as suas experiências sociais e possi-

bilidades de inserção na memória histórica. Acionando aqui *metáforas de gênero*, sabemos muito bem entre nós quem são os “pais” fundadores da história brasileira, mas causa estranhamento perguntar acerca das suas correspondentes femininas, isto é, onde estariam as mães precursoras da escrita histórica no Brasil?

Talvez a ausência deste questionamento denote o gênero dominante da história da historiografia nacional como um campo que, mesmo com contribuições seminais, tem operado confortavelmente com silêncios e com a naturalização das exclusões que dizem respeito à memória intelectual feminina, sobretudo, a oitocentista (OLIVEIRA, 2018). Para Joan Scott (1995), se o gênero é um dos elementos estruturantes das relações de poder na história das sociedades, é lícito supor que o fazer científico expressa também problemas teóricos e metodológicos que são *generificados*; nesse sentido, cabe refletir até que ponto a historiografia moderna ocidental, essa que influencia o ofício dos historiadores e historiadoras no tempo presente, se encontra atravessada por tais vieses. Deste modo,

o envolvimento das mulheres com a história precisa ser relacionado a uma questão epistemológica significativamente importante, qual seja, a do pressuposto de que na constituição do cânone historiográfico ocidental, o sujeito do conhecimento e o autor é quase sempre masculino. Quando imaginamos um grande historiador, instintivamente o imaginamos homem, tanto é que com certa frequência ouvimos nos cursos mais tradicionais de História a expressão “o pai da história” – tendo como representantes Heródoto e Tucídides – sendo raríssimo pensarmos na possibilidade eventual de que a ciência histórica tenha uma “mãe” (LIBLIK, 2014, p. 56).

Apesar do tema ainda carecer de mais estudos e reflexões, no meio acadêmico brasileiro algumas pesquisas têm se voltado para explorar essa problemática que cerca a produção feminina e suas relações com a historiografia. É importante ressaltar que nem todas as investigações que tematizam mulheres intelectuais se interrogam acerca da presença das relações de gênero em seus percursos letrados – uma vez que outros caminhos teóricos foram adotados, contudo, pensamos ser importante citar estes estudos pela escassez de pesquisas que privilegiam a mulher historiadora como protagonista de um fazer acadêmico articulado às contribuições dadas à constituição profissional do campo. Ademais, estas investigações têm atuado em duas frentes: a primeira, voltada para examinar as possibilidades da escrita histórica de autoria feminina nos oitocentos (SCHELL, 2019; MELO; 2017; 2020, PENNA, 2020) e, a segunda, orientada para examinar a inserção das mulheres no processo de profissionalização do campo da história, bem como o estudo das trajetórias intelectuais das primeiras gerações profissionais de mulheres historiadoras no Brasil.

Nessa segunda seara, citamos os estudos das pesquisadoras Carmem Liblik<sup>141</sup>, Daiane Machado<sup>142</sup> e do pesquisador Otávio Erbereli Jr.<sup>143</sup> Fora de uma profissiona-

141 Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990) (2017).

142 Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998 (2016).

143 A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997) (2019).

lidade historiadora, mas com iguais relações de afinidade temáticas, outros estudos vêm sendo desenvolvidos acerca das mulheres intelectuais<sup>144</sup> e publicistas atuantes nas primeiras décadas do século XX, como Lídia Besouchet, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, Amélia Rodrigues, Julia Lopes de Almeida e Amélia de Rezende de Martins, para citar alguns significativos exemplos. O campo se revela bastante promissor. Se formos considerar a autoria de mulheres intelectuais na produção de textos históricos entre a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do XX, teremos um vasto repertório de produção letrada que permitiram às escritoras se transmutarem em biógrafas, autoras de livros didáticos de história e de estudos históricos, memorialistas, romancistas e dramaturgas de obras em que o passado emerge como principal dimensão temática e analítica. Será que um dia veremos os seus nomes integrando coletâneas historiográficas?

Se o campo acadêmico tem se animado a enfrentar as questões que surgem do encontro *tenso* entre uma profissão que se estabeleceu entre nós de forma “opressivamente masculina” (SMITH, 2003) com a presença de mulheres que, ao mesmo tempo em que propuseram novas questões à historiografia, experimentaram um certo apagamento de suas trajetórias na memória disciplinar, significa dizer que o esquecimento e o silêncio possuem uma inegável dimensão de gênero e se impõem como um dos principais obstáculos a serem mitigados; ele é também um dos efeitos mais lúgubres da violência de ordem simbólica<sup>145</sup> que atingiram em cheio as mulheres intelectuais.

Júlia Lopes de Almeida “silenciou” quando a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras foi preterida (FANINI, 2009) pelos seus pares letrados. Se a prolífica escritora do entresséculos (também autora de narrativas históricas para crianças<sup>146</sup>) não reservou palavras públicas (*os déficits documentais*) para criticar a misoginia da ABL, não significa que ela tenha aquiescido com a própria exclusão ou feito disto um fato menor em sua trajetória como literata. Este episódio demanda uma leitura atenta acerca dos silêncios e constrangimentos pelos quais as mulheres são submetidas quando almejam estar à altura dos seus pares, isto é, dos homens intelectuais; por mais destacadas e bem-sucedidas que sejam em seus *métiers*, não podem desfrutar de um status igualitário no meio letrado; entendamos os *sutis* mecanismos pelos quais as violências simbólicas se perpetuam a partir das clivagens de gênero e, surpreendentemente, os “silêncios” passam a falar (e a incomodar)<sup>147</sup>.

Um dos modos de repensar o silêncio feminino que perpassa a história intelectual e a historiografia é trazer à tona as vozes que têm ficado soterradas pelas práticas

144 Pusemos em destaque estudos acerca de mulheres intelectuais que publicaram obras de cunho histórico fora dos limites do profissionalismo acadêmico, dentre os quais, respectivamente: Rangel (2016), Ribeiro (2011), Alves (2005), Amed (2010) e Haydn (2017).

145 A violência simbólica é um dos territórios sociais em que se percebe a força da dominação masculina (BOURDIEU, 2019).

146 Histórias da nossa Terra (1911).

147 E sobre esse ponto específico, menciono a obra-denúncia de Amélia de Freitas Bevilaqua, criticando a exclusão de sua candidatura à ABL, na década de 1930: Amélia Beviláqua e a Academia Brasileira de Letras: documentos histórico-literários (1930).

de memoricídio<sup>148</sup> recorrentes na história do pensamento social brasileiro. Mas não só. Para a historiadora alemã Angelika Epple (2006), a “abertura” dos gêneros da história poderia gerar “novas” historiadoras, assim como novas práticas historiográficas poderiam surgir desse encontro, contribuindo para recuperar as vozes marginalizadas e diletantes. Ela considera que as mulheres escreviam história de uma forma não-acadêmica, o que nos leva a pensar nos lugares “marginais” de produção do conhecimento, mas que igualmente devem ser levados em consideração pela pesquisa universitária. A autora ainda faz a crítica ao campo da história da historiografia, por excluir tais narrativas construídas fora da Academia e demais instituições letradas, afirmando que a disciplina não deveria operar com classificações extremamente rígidas e ortodoxas, sobretudo, após a virada linguística ocorrida nos anos 1960:

A história da historiografia vive um sério dilema; ela ainda procura suas próprias origens como se nunca houvesse ocorrido uma virada linguística, ela cai repetidamente em um positivismo cego. A história da disciplina acadêmica está reduzida à pré-história dos padrões científicos modernos. A lei aponta para sua própria construção. *O que é historiografia, não é definido, é encontrado na tradição do objeto.* Não surpreende o fato de que nenhum trabalho histórico produzido por uma mulher tenha sido descoberto. Nos velhos tempos, não era permitido às mulheres frequentar universidades, conseqüentemente, não havia historiadoras mulheres. *Mas um olhar mais atento a esse fato indica que isso é consequência do dilema linguístico em torno do termo historiografia* (EPPLÉ, 2006, p. 140).

Portanto, para Epple (2006), pensar a história da historiografia a partir da perspectiva de gênero, significa promover uma abertura do olhar para narrativas não canônicas, produzidas pelos sujeitos que estavam fora dos espaços profissionais, como era o caso das mulheres autoras, sobretudo no século XIX. Deste modo, torna-se necessário escrutinar as relações de poder que validam determinadas narrativas históricas em detrimento de outras e repensar antigos pressupostos, promovendo assim “a historicização dos critérios que faz a historiografia ser o que é” (EPPLÉ, 2006, p. 141), de modo a incluir distintas narrativas emergentes como discursos historiográficos igualmente epistêmicos, uma vez que atuaram na constituição de uma cultura histórica em seus tempos de açon.

Perspectiva semelhante possui também Sylvia Paletschek (2009). A historiadora alemã reflete sobre a dupla tarefa de inscrever mulheres historiadoras na *cultura da memória* e de abrir os limites aos quais considera “estreitos” da tradicional história da historiografia. Um esforço que reside em examinar os discursos históricos veiculados em diferentes mídias, para além daqueles construídos exclusivamente nos contextos acadêmicos. De acordo com Paletschek (2009), operar tais deslocamentos, poderia fazer surgir novas historiadoras, que, com seus bens culturais, tais como romances e novelas históricas, contribuíram para a popularização do conhe-

148 Conceito utilizado por Baéz (2010) e Duarte (2019) para designar a destruição do legado cultural de um grupo ou indivíduo. No caso do primeiro pesquisador, o termo é aplicado para pensar o etnocídio dos povos afro-latinos-americanos, enquanto que Duarte utiliza a expressão para pensar o apagamento autoral feminino na história da literatura brasileira.



cimento histórico. Com efeito, para esta estudiosa, integrar uma análise acadêmica das histórias produzidas foras dos tradicionais espaços de pesquisa, incorporando-as como parte integrante da história da historiografia, “pode se revelar em um esforço muito frutífero” (PALETSCHEK, 2009, p. 172).

Ela ainda considera a importância de identificar e recuperar as mulheres que trabalharam como assistentes, auxiliares e tradutoras de pesquisas e trabalhos históricos. Isto é, levantar os ofícios e ocupações que registraram a presença feminina, mas que, de algum modo, invisibilizaram as mulheres enquanto profissionais, apontando, com isto, para o sintomático funcionamento das hierarquias de gênero que perpassam o trabalho intelectual dos praticantes da escrita e da pesquisa histórica. Talvez seja por isto que saibamos tão pouco a respeito da historiadora austríaca Lucie Varga (1904-1941)<sup>149</sup> e das tradutoras brasileiras Maria Emília Leal (XIX-?) (SILVA, 2008) (premiada pela tradução de obras históricas voltadas para o campo didático) e Lúcia Furquim Lahmeyer (1864-1954)<sup>150</sup> (prolífica tradutora e revisora do IHGB, especialista na tradução das obras de Spix e Martius). Se as suas contribuições tiveram um importante impacto cultural em seus meios, resta saber quais razões concorreram para que os seus nomes fossem secundarizados da memória intelectual brasileira. Retirá-las dos bastidores de um trabalho invisibilizado nos ofereceria, certamente, outras perspectivas de atuação intelectual feminina em campos nos quais não estamos habituados a procurá-las.

Deste modo, a partir de rápido panorama esboçado até aqui, é possível apreender que tanto a pesquisadora americana Bonnie Smith, quanto as alemãs Angelika Epple e Sylvia Paletschek possuem um programa de crítica ao que nomeiam como *partenogênese androcêntrica* da história disciplinar, como também apontam modos de reabilitar as historiadoras e memorialistas por meio de uma intervenção linguística aos pressupostos teóricos da história da historiografia, convidando os leitores e pesquisadores a refletir acerca do gênero e das relações de poder que atravessam a produção do conhecimento histórico levado a termo durante a profissionalização do campo, o que por sua vez, têm impactado as formas e delineamentos das pesquisas históricas em curso atualmente nas Academias. Essas lições são importantes para analisarmos questões que medeiam o campo intelectual oitocentista brasileiro, sobretudo em relação às formas das práticas historiográficas que se estabeleceram entre nós através do viés do gênero; também para pensarmos como a produção feminina de obras históricas têm sido uma preocupação menor nos quadros da historiografia brasileira constituída entre os séculos XIX e as primeiras décadas do XX.

O esforço a ser feito se pauta, portanto, em testar os limites dessa “*constatação resignada*” (OLIVEIRA, 2018) no contexto da temporalidade oitocentista e promover um necessário e salutar encontro entre a produção intelectual feminina, os problemas de ordem epistêmica e a própria historiografia, percebida não como um espectro hermético, mas como um campo em que emergem distintas possibilidades

149 Ver mais sobre Lucie Varga em: <https://www.cafehistoria.com.br/lucie-varga-e-os-annales/>

150 Algumas das obras traduzidas por ela: História do Brasil, de H. Handelman (1931) e Viagem ao Brasil, de Spix e Martius (1938).

de análises. Mas, quais caminhos teóricos e metodológicos nos permitem alargar os limites da constatação resignada? Teóricas da crítica literária brasileira, das ciências sociais e da antropologia podem nos ajudar a pensar propostas e lançar olhares novos acerca das relações entre gênero e escrita da história. Rita Terezinha Schmidt (2017), Norma Telles (1992) e Mariza Correa (2003), a partir de seus respectivos trabalhos na história da literatura e na antropologia, questionam, de modo contundente, o apagamento feminino de literatas e pesquisadoras em seus campos de conhecimentos e áreas de atuação, bem como discutem a ideia de autoras que foram invisibilizadas na medida em que ousaram produzir “o conhecimento da memória da nação como escritura” (SCHIMDT, 2017, p. 228). E, mais uma vez, a crítica que as referidas estudiosas estabelecem não se trata tão somente de fazer uma inclusão artificial e provisória das “esquecidas”, mas de pensar nas relações de poder que constituem o cânone científico e de como o conhecimento formal é atravessado pelas tessituras sociais do gênero.

Durante a pesquisa sobre Herculana de Sousa, que me fez debruçar acerca da sociedade maranhense oitocentista, busquei reler a obra chamada *O Cativeiro*. Publicada em 1941 pelo jornalista Dunshee de Abranches (1867-1941), o livro reconstrói a jornada de experiências infantis e juvenis do autor, que foram responsáveis pela sua adesão aos ideais abolicionistas e republicanos. E as mulheres nesta obra, exercem uma importante função memorialística, pois, foi através delas e de suas reminiscências que o escritor entrou em contato com as histórias mais subterrâneas e desconhecidas da província maranhense.

As primeiras personagens descritas na autobiografia são as tias do escritor, D. Martinha e D. Amância de Abranches. Eram as guardiãs da papelreira – estante que continha os arquivos pessoais de família Abranches, como cartas, documentos e livros. É com a permissão das tias, que o autor consegue acessar as memórias individuais e coletivas de sujeitos que vivenciaram tempos singulares na província do Maranhão. A outra personagem, D. Martinha de Abranches (avó do autor), professora espanhola, surge na narrativa através das missivas (considerados “ensaios de psicologia social”) enviadas ao seu esposo, o jornalista Garcia de Abranches, em que analisava a sociedade local imersa nos conflitos da Balaiada (1838-1841). E uma outra importante voz que emerge na aludida obra, através do seu poderoso depoimento é D. Emília Branco<sup>151</sup>. Mulher culta e educada de origem portuguesa, essa senhora relatou as formas cruéis com que as mulheres eram tratadas; até aquelas pertencentes à elite, não raro eram mantidas sob violência física e privadas do acesso à instrução, no que nomeava como “cativeiro das brancas”, tendo sido ela mesma vítima dessa situação degradante. Por sua memória prodigiosa, o autor a considerava uma verda-

---

151 D. Emília Branco foi uma senhora portuguesa radicada em São Luís, Maranhão. Reconhecida pela sua educação esmerada, era uma ávida leitora das obras pertencentes ao Real Gabinete Português de Leitura; no campo profissional, deu aulas particulares em sua residência, onde também realizava saraus literários. Separou-se do seu primeiro marido, vindo anos mais tarde a “casar-se” com David Azevedo, cônsul português. Dessa união nasceram três filhos, todos escritores: Arthur, Aluísio e Américo Azevedo.

deira “crônica” da sociedade maranhense do dezenove.

No referido livro, é ostensiva a presença de mulheres como narradoras privilegiadas e cronistas argutas dos eventos ocorridos na província maranhense durante o aludido século. Guardiãs não oficiosas da memória e historiadoras de seus tempos? São questões a serem pensadas. De todo modo, *O Captiveiro* é uma obra que enseja possibilidades que vão desde as formas como as mulheres são representadas no contexto de uma sociedade patriarcal e escravista até os modos em que elas se constituíam como historiadoras informais, alimentando a produção de tradições e memórias mais amplas. O interesse pelo passado foi também uma questão tomada pelas mulheres, que o fizeram de acordo com as condições de possibilidade. Das memórias orais publicadas por terceiros aos estudos históricos formais, não foi pouca a produção letrada de cunho histórico protagonizada pela intelectualidade feminina em uma temporalidade na qual não costumamos examinar as mulheres como sujeitos de operações historiográficas.

Penso que a historiografia brasileira deve estar atenta e alerta à estas *novas* demandas, indagando-se como o campo pode lidar com a gama variada de discursos históricos e representações literárias acerca do passado, construídas pela pena feminina. Para tanto, é importante examinar os modos de constituição de seus *eus eruditos* e a atuação historiadora possível por parte das letradas; analisar, portanto, lugares sociais diversos, tais como: o magistério (o mercado editorial didático voltado para a história escolar, além das professoras-autoras citadas como Herculana de Sousa e Maria Guilhermina de Andrade, registrou também, nas primeiras décadas do XX, a presença de escritoras como Esmeralda Masson e Amélia de Rezende Martins); o jornalismo (Juana Manso, Ignez Sabino e Josephina Álvares de Azevedo); a própria atividade literária e dramaturga (autoras de autobiografias e dramas históricos, como Helena Morley e Andradina América); as condições ligadas ao matrimônio e ao pertencimento familiar (esposas e filhas de políticos e escritores (como são os casos das escritoras memorialistas e biógrafas, Maria do Carmo de Melo Rego e Carolina Nabuco, respectivamente). Os cenários dos quais emergem a produção feminina são plurais e diversificados.

Apesar de terem tido facilitadores e pertencerem a determinadas redes de sociabilidade intelectual que lhes granjeou distintas oportunidade de inserção em seus meios, como falar dessas mulheres sem abordar as estruturas de exclusão que as cercavam socialmente? Por outro lado, há que se levar em conta as suas lutas pelo protagonismo, bem como as estratégias auspiciosas das mulheres que conseguiram ingressar nos institutos históricos estaduais, como Marie Robinson Wright, sócia do IHGSP<sup>152</sup> e Isabel Gondim, sócia tanto do IAHGP<sup>153</sup> quanto do IHGRN<sup>154</sup>. Chama atenção também o caso de Maria Junqueira Schimdt, conhecida em seu tempo, mais precisamente em 1928, como *historiadora de mulheres*<sup>155</sup>. São relações que mere-

152 Instituto Histórico Geográfico de São Paulo.

153 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

154 Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte.

155 Assim ela foi nomeada por Anna Amélia de Queiroz Carneiro Mendonça, em sua conferência

cem um exame mais pormenorizado, focalizando também as táticas utilizadas por estas historiadoras para conseguirem se inserir em seus respectivos meios letrados e profissionais.

Abordar as estratégias utilizadas por estas intelectuais e os bastidores das cenas letradas de seus tempos não deve prescindir também de uma reflexão engajada em torno do sexismo existente nesses espaços, ainda que tal discussão soe incômoda ou anacrônica para alguns pouco afeitos a pensar os repertórios de exclusão da intelectualidade feminina no pensamento social brasileiro. Uma investigação que deve ser ao mesmo tempo, atenta a um exame rigoroso das fontes disponíveis, mas também epistêmica e corajosa, na medida em que seja capaz de tecer uma crítica dialogada aos conceitos e consensos estabelecidos em torno da história da historiografia brasileira.

Vimos que não basta apenas acrescentar novos nomes femininos na história intelectual – é necessário, além disso, compreender como se deu a construção social do *cânone historiográfico*, questionando-o através do gênero contido em seus repertórios de inclusão e exclusão. Se, como apontou Bonnie Smith, o que sustenta uma ideia de historiografia ocidental partiu de critérios laborais e epistêmicos apenas possíveis aos homens intelectuais, talvez seja salutar, conforme sugeriu Epple (2006), pensar na historicidade da criação de tais critérios e compreender, portanto, que a ciência é uma criação cultural dinâmica e aberta à reatualizações e contínua re-elaboração de seus pressupostos e bases. Afinal de contas, em qual lugar acomodaremos as múltiplas vozes historiadoras femininas que atuaram anteriormente à profissionalização do campo?

E em relação à tais vozes e escrituras, devemos também adotar posturas problematizantes; nem heroicizar a existência das letradas, como se fossem mulheres “à frente do seu tempo” como tampouco naturalizar a produção do esquecimento em torno de seus nomes, que se configura em uma imensa violência simbólica de gênero produzida pela história; buscar um exame para além de tais problemáticas dinâmicas nos parece ser um caminho produtivo para compreender os múltiplos modos pelos quais as mulheres atuaram na construção da cultura histórica oitocentista e a partir de quais condições históricas concretas tais inserções ocorreram, considerando que ao falarmos sobre mulheres, estamos nos referindo a uma categoria que também é múltipla, contingente e histórica.

Concordo sobremaneira com Epple (2006) e Smith (2003), quando ambas afirmam que talvez seja mais frutífero pensar em como os efeitos de socializações distintas atuaram e impactaram no processo de configuração intelectual de homens e mulheres – o que certamente reverberou em suas escolhas temáticas, modos de escrita e condições de possibilidade. O trabalho doméstico, a administração da família, a educação dos filhos, o preconceito (racial e de gênero) que minou e desencorajou talentos literários são determinantes que merecem um exame pormenorizado.

Cito aqui o ilustrativo exemplo de Maria Paes de Barros (1851-1952). A escri-  

---

sobre a presença feminina na história do Brasil, proferida no IHGB, em 1928 (SILVA, 2018).

tora relatou como era penoso produzir em meio aos labores familiares e a derrocada financeira de sua família, o que acabou atrasando projetos que, quando finalmente concluídos, haviam perdido o seu “frescor” e novidade, passando praticamente despercebido pela recepção do público (refiro-me ao ambicioso projeto da produção de uma *História do Brasil*, obra volumosa publicada em 1932, mas escrita décadas antes e que, no entanto, só pôde vir a lume naquele ano) (BARROS, 1998).

Será raro ouvirmos de um historiador, sobretudo na década de 1930 que sua produção intelectual foi afetada pelos cuidados familiares que estavam sob sua responsabilidade. A numerosa prole de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), com seus sete filhos, não o impediu de escrever *Raízes do Brasil*, *Visões do Paraíso*, assim como outras obras que redefiniram a historiografia brasileira. Sem a sua esposa e colaboradora intelectual Maria Amélia Alvim (1910-2010)<sup>156</sup>, como seria possível dar conta de ter se tornado esse iminente intelectual pai de sete crianças que eram privadas de frequentarem sua biblioteca<sup>157</sup>? Espaços destinados ao trabalho intelectual masculino mantinham-se intocados dos dissabores da vida doméstica. Qual lugar destinaremos à Maria Amélia Alvim na historiografia brasileira, diante de tantos *déficits documentais*? As hierarquias de gênero têm permitido aos homens assumirem importantes papéis no mundo público uma vez que as mulheres, atuando no âmbito privado, estruturam e organizam as atividades essenciais a produção e reprodução da sobrevivência humana, pois

As mulheres lidam com o particular irredimível: vivenciam a realidade todos os dias, a cada hora, em sua função de servir (cuidando da comida e da sujeira); em seu tempo, que pode ser interrompido sempre; em sua atenção dividida. Pode alguém generalizar enquanto a vida particular clama por ela a todo momento? Ele, que faz símbolos e explica o mundo, e ela, que cuida das necessidades de corpo e mente e dos filhos – a disparidade entre ambos é enorme (LERNER, 2019, p. 175).

Será a história da historiografia um território possível para se combater a *disparidade* entre homens e mulheres na história intelectual? Para Sylvia Paetschek (2009, p. 174), a resposta é sim. E a pesquisadora continua: “inscrever mulheres na historiografia não é apenas um projeto acadêmico, mas também político (...) se os historiadores feministas, sejam eles homens ou mulheres, não fizeram esse esforço, quem fará?” Portanto, nos resta apenas comungar com tal perspectiva e concordar que há ainda muito trabalho a ser feito.

156 Pianista e artista plástica, foi colaboradora intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, tendo sido também uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores.

157 Informação colhida no documentário sobre o historiador, intitulado *Raízes do Brasil: uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda* (2004), de Nelson Pereira dos Santos.

## Referências

### Fontes:

ANDRADE, M. G. L. de. *Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias brasileiras*. Boston: Ginn & Company, 1888.

SOUSA, H. F. V. de. *Resumo da História do Brasil desde o seu descobrimento até a aclamação de S.M.I. (1500-1840)*. São Luís: Typographia de Belarmino de Mattos, 1868.

### Bibliografia:

ABRANCHES, Dunshee de. de *O cativo* – memórias. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1941.

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

ALVES, Ivia. *Interfaces: ensaios críticos sobre escritoras*. Ilhéus/BA: EDITUS, 2005.

AMED, Jussara Parada. *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2010.

BÁEZ, Fernando. *A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CERTEAU, Michel. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Unesp, 1998.

CHAVES, André Onofre Limírio. *Do Kemet para o Novo Mundo: O colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- CORREA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- DUARTE, Constância Lima. L. *Imprensa Feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- DUARTE, Constância Lima. *Memoricídio: o apagamento da história das mulheres na literatura e na imprensa*. Mesa redonda no XVIII Seminário Internacional Mulher e Literatura, Aracaju, UFSE, 2019.
- EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história. In: MALERBA, Jurandir (Org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2019.
- FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes De Almeida: entre o Salão Literário e a Antessala da Academia Brasileira De Letras. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.27, p.317-338, 2009.
- FANINI, Michele Asmar. O gênero do cânon: excuro sobre a (in)expressiva participação feminina nos campos artístico e científico na passagem do século XIX para o XX. *Arquivos do CMD*, v. 2, n. 2, 25 nov. 2014.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GOMES, ngela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos. (Org). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. Sao Paulo: Cortez, 2008.
- HAHNER, June. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- HAYDN, Amanda. *Uma liderança feminina no laicato católico: a trajetória política e intelectual de Amélia Rezende Martins na Ação Social Brasileira (1918-1932)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de; ARAÚJO, Lúcia Nascimento. *Ensaístas brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e as artes de 1860 a 1991*. Rio de

Janeiro: Rocco, 1993.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIBLIK, Carmem Silva da Fonseca Kummer. A participação das mulheres no conhecimento histórico. *Revista Feminismos*, v.2, n.3, 2014.

LIBLIK, Carmem Silva da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2017.

LOPES, Marcos Antônio. (Org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

MELO, Dra. Jeane Carla Oliveira de. Mulher, professora e Historiadora dos Oitocentos: Herculana Firmina e seu Resumo da História do Brazil (1868). In: *XXIX Simpósio de História Nacional contra os preconceitos: História e Democracia*. 2017. Anais [...]. Brasília: Universidade Nacional de Brasília. 2017, p. 1-8. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489599891\\_ARQUIVO\\_ARTIGOANP](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489599891_ARQUIVO_ARTIGOANP). Acesso em: 10/02/2021.

MELO, Dra. Jeane Carla Oliveira de. Uma historiografia do esquecimento: o memoricídio e as práticas de escritura histórica de mulheres no século XIX. In: Bueno, André; Estacheski, Dulceli T.; Zarbato, Jaqueline (Org.). *Ensino de História e Estudos de Gênero*. 1ed. Rio de Janeiro/Nova Andradina: Sobre Ontens/UFMS, 2020.

MUZART, Zahide. (Org.). *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. RS: EDUNISC; Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, 8 dez. 2018.

PALETSCHEK, Sylvia. Opening up narrow boundaries: memory culture, historiography and excluded histories from a gendered perspective. In: EPPLÉ, Angelika; SCHASER, Angelika. *Gendering historiography: beyond national canons*. Frankfurt/N. York: Campus Verlag, 2009.

PENNA, M. *Mulheres de Letras & Virtudes: Os “Esboços Femininos” de Igeez Sa-*



- bino (1890-1891). Monografia (Graduação de História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2016.
- RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Lídia Besoucher e Newton Freitas: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2016.
- RIBEIRO, Cristiane de Paula. “*A vida caseira é a sepultura dos talentos*”: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886). Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2019.
- RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Cultura histórica e História ensinada em Goiás (1846 - 1934)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás, 2011.
- SAMPAIO, Ana Paula Caldeira; MARCELINO, Douglas Attila. (Orgs). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. Curitiba: CRV, 2021.
- SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 45-62, dezembro de 2013.
- SCHELL, Deise Cristina. *Juana Paula Manso, historiadora: gênero e produção do conhecimento histórico na Argentina oitocentista (1852-1875)* - Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, 2019.
- SCHIMDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres reescrevem a nação. In: HOLLANDA, H. B. de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, 2008.
- SILVA, Norma Lúcia; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do Ensino Superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.
- SILVA, Gabriela Correa da. As mulheres conferencistas nas Tardes no Instituto: gênero e história no Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB). *Embora Revista Eletrônica*. Fortaleza, vol. IX, n° 17, jan a jun, 2018.
- SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. EDUSC:

São Paulo, 2003.

SMITH, Hilda L. Women Intellectuals and Intellectual History: their paradigmatic separation. *Women's History Review*, v. 16, n. 3, p. 353-368, 2007.

TELLES, Norma. In: JOBIM, José Luís [org.]. *Palavras da Crítica: Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, n. 2, p. 12-28, mar. 2009.

VILLELA, Heloísa. O mestre escola e a professora. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano M; VEIGA, Cinthya G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

YAMASHITA, Jougi Guimarães. Lucie Varga: a “desconhecida” historiadora dos Annales. In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/lucie-varga-e-os-annales>. Publicado em 03 Jul 2017. Acesso em 26 jan 2021.

# Educação Feminina e a produção literária no século XIX – Narcisa Amália de Campos e a publicação da obra *Nebulosas*

*Olga Mattos de Lima e Silva*<sup>158</sup>

## Introdução

Verificamos nas últimas décadas do século XX e anos iniciais do XXI, no interior da disciplina História, um intenso crescimento no número de pesquisas que se dedicam ao estudo sobre mulheres e ao gênero como categorias analíticas. A história das mulheres, dessa forma, se transformou em uma prática estabelecida em diversas partes do mundo, relacionando-se diretamente com os movimentos sociais (SCOTT, 1992, p. 63-95). De acordo com Michelle Perrot, entretanto, esse processo de incorporação das mulheres na História foi tardio em relação às outras disciplinas, o que pode ser justificado por diversos fatores, dentre os quais destacamos, a função socialmente construída do gênero feminino, que relacionou as mulheres à esfera do privado, do doméstico, do lar. Um outro fator significativo que cabe ser destacado diz respeito aos desafios que envolve o processo de recuperar os vestígios deixados pelas mulheres no passado, ou seja, a “escassez” de fontes escritas disponíveis, quando comparadas com o quantitativo de fontes “oficiais” masculinas. Importante lembrarmos que por muito tempo o acesso à educação era muito mais restrito para o público feminino (PERROT, 2007, p. 29).

Acreditou-se por muitos anos, portanto, que as mulheres possuíam uma certa “essência feminina”, que moldava e pré-determinava as suas funções na sociedade. Apesar de todos os desafios e dificuldades que lhes eram impostos, porém, as mulheres escreveram muito, lutaram intensamente por seus direitos, pelo acesso à vida pública, pelo direito à educação e ao voto. Sobretudo, lutaram pelo direito de se manifestarem, de expor suas ideias, seja através de manifestações artísticas ou literárias (TELLES, 2009, p. 342). Neste sentido, Michelle Perrot afirmou:

Agir no espaço público não é fácil para mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. Mas elas têm atuado, e de muitas maneiras [...] com frequência, apoiam-se em seus papéis tradicionais, e aí tudo vai bem [...] tudo se complica quando ousam agir como homens. A fronteira do político se revela particularmente resistente. (PERROT, 2007, p. 146)

No que tange à historiografia brasileira que se debruça sobre os estudos do sé-

---

158 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), linha de pesquisa Narrativas, Imagens e Sociabilidades. Bacharel em História pela UFJF e mestre em História Social pelo PPGHIS-UFJF. Integrante do Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF). E-mail: olgamattos1@yahoo.com.br

culo XIX, esse processo de incorporação das mulheres e do gênero como categorias analíticas proporcionou a retirada do anonimato de inúmeras mulheres Oitocentistas, e a “descoberta” de suas produções. Estes estudos recentes apontam para o fato de que muitas dessas mulheres, embora atualmente desconhecidas, produziram muito, conquistaram até mesmo prestígio e reconhecimento no período em que viveram.

De acordo com a autora Zahidé Muzart, que é pioneira nos estudos sobre mulheres escritoras do período Imperial brasileiro, existe um enorme desconhecimento acerca das inúmeras escritoras do século XIX, o que de maneira alguma significa que elas não tenham produzido. Ao contrário, essas mulheres escreveram muito. E a produção delas é vasta, contando com gêneros variados, como cartas, romances, poesias, relatos de viagens, entre outros. Neste sentido: “Perto da produção masculina, podemos dizer que as mulheres pouco publicaram. Contudo, não pouco escreveram.” (MUZART, 1995, p. 90).

Tomando como base as concepções até aqui apontadas, o presente artigo tem como principal objetivo discutir a repercussão e visibilidade alcançada pela poetisa esquecida Narcisa Amália de Campos, em função da publicação de sua obra *Nebulosas* em 1872. Acrescentamos também um pouco das concepções da autora acerca do papel da educação feminina na sociedade em que vivia, através do “resgate” de alguns de seus textos publicados na imprensa periódica. Ressaltamos que os dados apresentados ao longo do trabalho são preliminares e configuram-se como um pequeno recorte de uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento, que visa a reconstrução inédita da trajetória de Narcisa Amália de Campos entre os anos de 1870-1924.

Compreendemos que o exercício da prática literária no Brasil Oitocentista configurou-se como um espaço predominantemente masculino, impondo muitos desafios e dificuldades àquelas mulheres que buscavam adentrar neste universo. Afastando-nos de uma abordagem vitimista ou que compreende que as mulheres que conseguiram transpor essa barreira sejam consideradas à frente de seu tempo ou excepcionais, nosso objetivo é justamente demonstrar que a autora Narcisa Amália, assim como diversas outras mulheres, foi agente de sua trajetória e alcançou visibilidade e reconhecimento dentro de uma sociedade que lhe impôs um papel social diferente, atuando intensamente pela defesa de suas ideias. A sua importância, portanto, se materializa a partir da compreensão de seu contexto. Neste sentido, Magali Gouvea Engel afirmou que: “fenômenos e personagens históricos jamais poderão ser compreendidos fora do momento em que viveram.” (ENGEL, 2009, p. 26).

Tania Bessone verificou intenso um crescimento do público leitor brasileiro ao longo do século XIX, que foi se expandindo na medida em que começou a ser produzidos livros dentro do próprio Brasil, ocasionando o surgimento de livrarias, bibliotecas e tipografias. Segundo a autora, as mulheres demoraram um pouco mais para serem consideradas escritoras, primeiro elas se tornaram leitoras. Sobre o crescimento desse público leitor feminino, afirmou que:

Não chegaram a formar sociedades ou confrarias nos moldes masculinos, tal como se deu com a Sociedade Petalógica ou o salão de escritores instalado na Garnier. Mas à medida que diminuiu o analfabetismo, a cidade ampliou o número de escolas e as mulheres puderam se profissionalizar, conquistando um lugar no universo de interesse criado pela cultura do livro. Outros fatos geraram melhores ofertas aos leitores, sobretudo com o aumento de bibliotecas públicas e particulares. As autoras já teriam aí muitas leituras para lhes servir de referência e reforçar os novos contingentes de escritoras. (BESSONE, 2005, p. 12).

Os livros, dessa forma, eram escritos exclusivamente por homens. Quando dedicados ao público feminino objetivavam educar as mulheres, reforçando quais funções e atribuições deveriam seguir, estabelecendo um padrão construído. Era, portanto, uma forma de perpetuar a essência feminina. É preciso destacar que ser alfabetizada era um privilégio que poucas desfrutavam no Brasil do século XIX. A imprensa neste contexto se tornou fundamental pois transformou muitas mulheres, que antes eram apenas leitoras em produtoras de conhecimento nos jornais. É por meio da imprensa que as mulheres começaram a reivindicar o direito ao voto, à educação e ao acesso as esferas públicas.

Para que a presente proposta seja possível, utilizamos como principal fonte primária a imprensa periódica, sobretudo os impressos que circularam no Rio de Janeiro no período. Ressaltamos que a imprensa periódica se configurou no século XIX como principal espaço de propagação de ideias (MOREL, 2008). Embora Narcisa Amália de Campos estivesse residindo em Resende durante o recorte temporal trabalhado, enquadramo-la na categoria “intelectuais cariocas” utilizada por Angela de Castro Gomes, que compreendeu este grupo como uma categoria não restrita somente aos que nasceram na Corte, incorporando também aqueles que passaram a residir e teceram suas redes de sociabilidade transitando pela província do Rio de Janeiro (GOMES, 2004, p. 81).

No que se refere ao aspecto metodológico, utilizamos o conceito de gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995), nos possibilitando compreender que os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens não são naturais ou essencialistas, ao contrário, são historicamente determinados. Acrescentamos também que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1995, p. 28). Cabe salientar ainda que a categoria “mulheres” empregada do longo do artigo não está sendo utilizada em sentido universal. Refere-se a um determinado grupo específico e restrito na sociedade brasileira Oitocentista, o de mulheres letradas.

### **Narcisa Amália de Campos**

Narcisa Amália de Campos nasceu no ano de 1852 em uma pequena província do interior do estado do Rio de Janeiro, denominada São João da Barra. No ano 1863 mudou-se juntamente com seus pais e irmãos para Resende (RJ), em função de uma doença pulmonar de seu pai, localidade onde residiu até meados da década de 1880, partindo então para a Corte, onde permaneceu até o fim de sua vida. Pode-

mos afirmar que embora os pais de Narcisa Amália não fossem extremamente ricos, desfrutaram de uma condição financeira razoável, tendo em vista que conseguiram proporcionar-lhe acesso à educação. Ora, é necessário salientarmos que demandava uma determinada condição para proporcionar estudos aos filhos, neste contexto do Brasil na segunda metade do século XIX, sobretudo para mulheres. Narcisa Amália foi criada junto com os seus sete irmãos (OSCAR, 1994, p. 19). Acreditamos que a poetisa tenha sido educada por seus próprios pais.

Joaquim Jácome de Oliveira, pai de Narcisa Amália, era filho do major e comerciante Jácome de Campos. A sua influência na imprensa periódica desempenhou papel fundamental para a inserção de Narcisa Amália nestes espaços, conforme apontaremos abaixo. Cabe acrescentarmos que a figura da mãe da poetisa, Narcisa Ignácia Pereira de Mendonça, professora primária, de origem portuguesa, também foi decisiva para sua formação (OSCAR, 1994, p. 19). Narcisa Amália cresceu, portanto, num ambiente familiar extremamente propício ao desenvolvimento intelectual (FAEDRICH, 2017, p. 24), possibilitando-a iniciar desde muito jovem não somente os estudos de literatura, línguas e música, mas também sua trajetória como literata.

Na busca por vestígios acerca do início da atuação de Narcisa Amália nos jornais que circularam na Corte, encontramos, até este momento da pesquisa, dados interessantes que demonstram que o nome poetisa começou a despontar em torno do ano de 1870, com apenas dezoito anos de idade. Um exemplo extremamente revelador acerca dos desafios enfrentados por mulheres que buscavam adentrar no universo literário do século XIX, é uma publicação do *Diário do Rio de Janeiro*, na edição de 17 de janeiro de 1870. Na ocasião, o redator Luis Guimarães Junior (SIQUEIRA, 2020), anunciou que uma obra literária francesa, intitulada *Os climas antigos*, havia sido traduzida por Narcisa Amália “da Silveira”, uma jovem cultora de letras. E sobre a mesma, afirmou:

Jovem cultora das letras, de quem eu já conhecia varias poesias inspiradas e espalhadas nos jornaes da capital e das provincias.

E’ uma poetiza distincta; intelligencia viva e penetrante; inspiração duplamente santificada: por partir do talento daescriptora e do coração da mulher.

E’ uma cousa realmente bella de ver-se uma elegante senhora preencher os intervallos, que lhe deixam o crochet e os demais trabalhos domesticos, com estudos serios, brilhantes, tendentes a aperfeiçoar a intelligencia e depurar o espirito. (*Diário do Rio de Janeiro*, 1870, Ed. 328:1)

Alguns elementos podem ser pontuados a partir da leitura do trecho acima. Entre eles destacamos que o redator se referiu à Narcisa Amália como uma poetisa, apresentando uma certa familiaridade com sua obra, fornecendo indícios de que textos/poemas da autora estivessem sendo publicados na imprensa, que ela já era, portanto, reconhecida de alguma forma por suas produções. Ademais, nos revela uma dualidade muito interessante sobre o fato de que o universo de letras não era visto como algo comum para as mulheres neste período. Ao mesmo tempo em que

reconheceu a qualidade da obra de uma autora feminina, o redator acrescentou que a produção literária não era um atributo feminino, demarcando que o lugar da mulher era o do doméstico, o da costura.

No intervalo entre os anos de 1870 e 1872, encontramos também em periódicos que circularam fora da Corte, fortes indícios de que a poetisa Narcisa Amália já começava a ser reconhecida por seus textos e poemas. Foi publicado por exemplo, no *Correio Paulistano* poemas de Narcisa Amália em 1871 (*Correio Paulistano*, 1871, Ed. 4346:2). Na edição de janeiro de 1872 da revista *Artes e Letras*, que era publicada em Lisboa – Portugal, Narcisa Amália apareceu como uma das colaboradoras. E sobre ela, o redator Rangel de Lima, redigiu algumas considerações interessantes, que novamente nos fornece indícios de que a produção da poetisa já circulava, reconhecendo-a como “uma talentosa escritora”:

Da talentosa escriptora a sr<sup>a</sup> D. Narcisa Amalia recebi um folheto denominado – Celeste. É composição que se lê n’um quarto de hora, e é esse, quanto a mim, o seu grande defeito. A quem escreve como a sr<sup>a</sup> D. Narcisa Amalia não devia ser permitido publicar obras de tão pequeno tomo; o leitor enlevado na poesia e elegancia do stylo do livrinho, chega ao fim e entristece. Succede-lhe como ao esfaimado a quem sirvam apenas uma pequena parte da melhor iguaria; cresce-lhe o appetite. Como, porém, as obras litterarias se não avaliam pelo peso, faz bem a sr<sup>a</sup> D. Narcisa Amalia, visto entender que o assumpto lhe não dava para mais, em publicar aquellas poucas paginas que são nova e irrefragavel demonstração de quanto vale o seu talento. (*Revista Artes e Letras*, 1872, Ed. 1)

Ainda na mesma edição, Narcisa Amália publicou um extenso texto comparando a beleza existente entre a arte, a literatura e a música, alegando ser esta última a maior de todas (*Revista Artes e Letras*, 1872, Ed. 1). Parece-nos existir, dessa maneira, um forte vínculo entre autores brasileiros e portugueses. Ressaltamos que esta relação da poetisa com periódicos que circularam em Portugal necessita de um maior aprofundamento, que ainda será realizado no decorrer do percurso de nossa pesquisa sobre a trajetória de Narcisa Amália.

Embora ainda não saibamos determinar corretamente a idade que Narcisa Amália possuía quando se casou pela primeira vez, sabemos que era ainda muito jovem quando isso ocorreu. De acordo com Elfi Kürten Fensk, foi aos onze anos (FENSK, 2015). Thatiane Abreu afirmou que foi aos treze anos (ABREU, 2001, p. 6). Já o autor João Oscar, por sua vez, alegou que foi aos doze anos de idade (OSCAR, 1994, p. 28). De qualquer forma, o casamento com o artista João Batista da Silveira durou poucos anos. É interessante ressaltarmos que na primeira citação acima trabalhada, o redator Luis Guimarães Junior fez referência ao nome do marido de Narcisa Amália, o que nos sugere que em 1870 ainda pudessem estar casados. Certamente a separação causou muitos transtornos para a poetisa, visto que era algo muito incomum para o período. De acordo com João Oscar, João Batista faleceu alguns anos após a separação, em 1876, vítima de um acidente (OSCAR, 1994, p. 29).

Com uma trajetória muito peculiar, Narcisa Amália ainda se casou novamente.

Joaquim Jácome, pai da poetisa, faleceu em 1876, deixando a família em uma situação financeira muito precária. Neste período, Narcisa Amália cogitou se mudar para o Rio de Janeiro, mas optou por permanecer em Resende ao se casar com o comerciante Francisco Cleto da Rocha (OSCAR, 1994, p. 68). O segundo casamento da poetisa, segundo João Oscar, durou apenas alguns anos. Isto pois a atividade literária de Narcisa Amália provocou muito ciúmes em seu cônjuge, uma vez que mantinha vínculos de amizade e correspondência com outros literatos da época. Francisco da Rocha teria, portanto, proibido-a de continuar com suas atividades intelectuais, causando muitos atritos. Ela, porém, não teria aceitado estas restrições, optando por separar-se novamente. Muito insatisfeito com a situação, Rocha Padeiro, como também era conhecido, espalhou boatos de que a autoria de *Nebulosas*, obra que veremos abaixo, não era de Narcisa Amália e sim de seus infinitos amantes. E em função de todo o transtorno, ela se viu obrigada a deixar a cidade de Resende, passando a residir na Corte em finais de 1880 (OSCAR, 1994, p. 71).

### **Invisibilidade feminina? Publicação e repercussão da obra *Nebulosas* – 1872**

No final do ano de 1872, Narcisa Amália publicou sua única obra literária, intitulada *Nebulosas*, pela Editora Garnier. Prefaciada por Pessanha Póvoa, antigo aluno de Joaquim Jácome, pai da poetisa. Enquadrada dentro do movimento literário do romantismo brasileiro (FAEDRICH, 2017, p. 238), *Nebulosas* contava com 44 poemas de temáticas variadas como a exaltação da pátria e da natureza, defesa do voto feminino, saudosismo, melancolia, amor, também defesa da abolição. A obra se configurou como um marco na trajetória de Narcisa Amália, uma vez que alcançou grande repercussão na imprensa periódica, como demonstraremos, através do “resgate” de como a obra foi noticiada e recebida na Corte. O conteúdo dos poemas de *Nebulosas* abre caminhos para diversas discussões, neste trabalho, porém, optamos por concentrarmos na repercussão e visibilidade alcançada pela obra. A título de ilustração, selecionamos alguns trechos de poemas com caráter de crítica social da obra. O primeiro, intitulado *O Voto*, foi dedicado à sua mãe, e abordou a defesa do voto feminino

#### *O Voto*

A viração que brinca docemente / No leque das palmeiras, / Traga à tu'alma inspirações sagradas, / Delícias feiticieras. [...]

Os filhos todos submissos junquem / De rosas tua estrada; / E curvem-se os espinhos sob os passos / Da mãe idolatrada! / Tais são as orações que aos céus envia / A tua pobre filha; / E Deus acolhe o incenso, embora amena / De branca maravilha! (AMÁLIA, 2017, p. 37)

O segundo poema, intitulado *O Africano e o Poeta*, apresentou críticas ao sistema escravocrata que vigorava no Brasil na segunda metade do século XIX. Nele, a autora estabelece um paralelo entre os cativos e o poeta, alegando ser este último capaz de compreender e denunciar toda a dor e sofrimento dos escravos:



*O Africano e o Poeta*

No canto tristonho / Do pobre cativo / Que elevo furtivo, / Da lua ao clarão; / Na lágrima ardente / Que escalda-me o rosto, / De imenso desgosto / Silente expressão; / Quem pensa? – O poeta / Que os carmes sentidos / Concerta aos gemidos / De seu coração. [...] Meu Deus! Ao precito / Sem crenças na vida, / Sem pátria querida / Só resta tombar! / Mas... quem uma prece / Na campa do escravo / Que outrora foi bravo / Triste há de rezar?!... / - Quem há-de? ... O poeta / Que a lousa obscura, / Com lágrima pura / Vai sempre orvalhar! (AMÁLIA, 2017, p. 130 – 132)

Ao nos debruçarmos sobre os periódicos que circularam na Corte no período se torna que Narcisa Amália conquistou grande visibilidade e reconhecimento por sua obra, apesar de ser uma mulher num espaço que lhe impôs restrições. *Nebulosas* dividiu opiniões. O elemento central que observamos tanto nas críticas negativas quanto nas positivas é a marcação clara de que o exercício da escrita literária era considerado um atributo masculino, evidenciado através da utilização de uma retórica de inferiorização e desqualificação da obra, conforme já observamos acima. Mesmo quando são dirigidos elogios à Narcisa Amália, essa marcação era realizada. Importantes nomes se manifestaram sobre a publicação de *Nebulosas*, entre eles destacamos a fala de Machado de Assis, que exemplifica claramente o nosso argumento:

Com este título acaba de publicar a Sra. D. Narcisa Amália, poetisa fluminense, um volume de versos, cuja introdução é devida à pena do distinto escritor de Pessanha Póvoa. Não sem receio abro um livro assinado por uma senhora. É certo que uma senhora pode poetar e filosofar, e muitas há que neste particular valem homens e dos melhores. Mas não são vulgares as que trazem legítimos talentos, como não são raras as que apenas pagam de uma duvidosa ou aparente disposição, sem nenhum outro dote literário que verdadeiramente as distinga. A leitura das *Nebulosas* causou-me a este respeito excelente impressão. Achei uma poetisa, dotada de sentimento verdadeiro e real inspiração, a espaços de muito vigor, reinando em todo o livro um ar de sinceridade e modéstia que encanta, e todos estes predicados juntos, e os mais que lhe notar a crítica, é certo que não são comuns a todas as cultoras de poesia. [...] Termino as transcrições e a notícia, recomendando aos leitores as *Nebulosas*. (Semana Ilustrada, 1872, Ed. 629:5031)

Podemos apontar, a partir da leitura do trecho acima destacado, que o mesmo é extremamente revelador sobre o quanto o universo da literatura era um espaço restrito para mulheres, visto que era considerado como um espaço majoritariamente masculino. Logo ao dizer que não sem receio abriria um livro escrito por uma mulher, Machado de Assis afirmou que Pessanha Póvoa prefaciou a obra, reforçando a ideia de que era preciso ter um “mentor” masculino por trás da publicação, funcionando como uma espécie de “autorização” (FAEDRICH, 2017, p. 245). Na sequência o autor destacou que ter talento para a escrita era algo muito raro para as mulheres. Embora Machado de Assis fizesse um elogio à *Nebulosas*, construiu toda uma narrativa que vai desqualificando a obra por ter sido redigida por uma mulher. Dito de

outra forma, a fala do autor demonstrou que *Nebulosas* se enquadrava dentro do que era considerado uma boa obra literária mas que apesar disto havia sido redigida por uma mulher. Essa dualidade, entre reconhecer uma obra feminina e demarcar que a literatura era um atributo masculino, aparece em praticamente todos os jornais que noticiaram a publicação da obra que conseguimos mapear na imprensa periódica. A crítica de Machado de Assis, portanto, não foi isolada, ao contrário, o papel esperado das mulheres no contexto do século XIX não era o de produtoras de literatura. Mas apesar disso, Narcisa Amália, como muitas outras mulheres, alcançou reconhecimento. Para demonstrar, selecionamos alguns trechos de publicações nos principais jornais que circularam na Corte.

Antes mesmo da publicação de *Nebulosas*, o periódico *A Reforma* noticiou no dia 17 de novembro de 1872 que em breve seria lançada uma obra de Narcisa Amália. Importante destacarmos que este jornal foi extremamente favorável à poetisa, redigindo críticas positivas. Interessante observarmos que o redator pontuou que Narcisa Amália já era conhecida, antes de publicar a obra, por suas produções poéticas:

A poetiza brasileira. – Segue hoje para Rezende a inspirada poetisa D. Narcisa Amalia, depois de haver entregue ao Sr. Garnier os autographos do mimoso livro que se intitula *Nebulosas*.

Por estes poucos dias teremos mais um volume de inquestionavel valor litterario.

O publico que conhece o merito das produções poeticas de um engenho tão delicado, receberá com affeição tão grata nova. (*A Reforma: Orgão Democratico*, 1872, Ed. 266:2)

A publicação em si de *Nebulosas* também foi noticiada pelo periódico *A Reforma*. Entretanto, o que nos chama atenção neste periódico, é que as marcações de desqualificação, já mencionadas acima, são menos evidentes, quando comparadas aos demais jornais, embora também faça menção ao sexo da autora da obra. Observamos também que o redator buscou enquadrar uma Narcisa Amália como um importante nome para a literatura brasileira:

Há muito tempo não anunciamos o aparecimento de um livro com tanta abundancia de coração. O volume que se intitula *Nebulosas* é uma das mais delicadas colleções de poesias lyricas, que ultimamente sahiram á lume. Requinta-lhe o mérito intrinseco, o facto de ser esse volume firmado por uma senhora. As *Nebulosas* são dignas da musa que inspirou a Casimiro de Abreu, essa mesma musa que ainda hoje inspira Fagundes Varella. Narcisa Amalia é um talento de primeira ordem e tem as grandes qualidades que caracterizam os melhores poetas: inspiração remontada, sentimento profundo, e naturalidade. Cultora da forma, apaixonada pela suavidade e elegancia do verso, cada estrophe das *Nebulosas* é um mimo de perfeição tanto pela idéa, como pelo primor da expressão. [...] saudamos mais uma vez a jovem autora de *Nebulosas*, hoje, depois de lido o seu formoso livro, repetimos com jubilo as palavras de entusiasmo com que o anunciamos ao sahir do prelo. Todos os elogios são poucos em face de um trabalho tão recomendável. (*A Reforma: Orgão Democratico*, 1872, Ed. 299:1)

Destacamos que ainda no periódico *A Reforma*, localizamos uma publicação no início do ano de 1874, que sugere que a obra *Nebulosas* também teria repercutido positivamente em Portugal. Esta informação ainda é preliminar e necessita de aprofundamento, nos fornecendo indícios de uma possível relação entre a produção literária no Brasil e Portugal, conforme já apontado anteriormente:

Narcisa Amalia – Em outro lugar d’esta folha publicamos a mimosa composição da conhecida autora de *Nebulosas*.

O nome de Narcisa Amalia revelou-se logo rodeado de uma eureola, que só os espíritos da elite podem conquistar.

A imprensa daqui e de além-mar recebeu-a com as distincções que o seu merecimento e sexo exigem, e acolheu a sacerdotisa das musas com a justa homenagem e tão elevados talentos.

Não era preciso longa vista para prophetisar-lhe repetidos triumphos em uma carreira, que tantos homens abandonaram, e ella seguiu com todo o enthusiasmo e vocação da fé e da inspiração. (*A Reforma: Orgão Democratico*, 1874, Ed. 25:2)

Já no periódico *Jornal do Comércio*, encontramos os elementos de desqualificação semelhantes aos que destacamos na fala de Machado de Assis. Isto é, transparece a dualidade entre reconhecer a qualidade de uma obra escrita por uma mulher, e demarcar que a produção da literatura era atributo comum somente para os homens:

Nas *Nebulosas*, collecção de poesias da Sra. D. Narcisa Amalia, revela-se um bello e vigoroso talento poético, que seria notável n’um homem e que podemos considerar raro e extraordinário n’uma senhora, mesmo sem entrar na questão da maior ou menor aptidão dos sexos para a cultura dos dotes intellectuaes. Aceitando os factos quaes elles são, ao menos por ora, vemos nesta poetisa um talento verdadeiramente varonil, realçado talvez pelas graças peculiares do seu sexo. (...) o nome de uma senhora servirá primeiramente de estímulo á leitura; depois será saudado como um dos mais formosos ornamentos que a nossa litteratura poderá, descarnecida apontar ás nações. (*Jornal do Commercio*, 1872, Ed.356:2)

Encontramos no periódico *O Mosquito* uma crítica extremamente negativa. O interessante é que este é o único jornal encontrado, até o momento da pesquisa, que não faz nenhuma referência ao sexo da poetisa. Novamente encontramos indícios da grande repercussão que a obra alcançou. Para o redator, *Nebulosas* era medíocre, com exceção de um ou dois versos, mas o argumento não foi construído com base no fato de a autora ser uma mulher. Dessa forma, em 18 de janeiro de 1873 foi publicado:

*Nebulosas*. Tenho andado a esquivar-me de fallar das *Nebulosas*. Ainda este livro não tinha apparecido, já se lhe cantavam hosanans. Depois que sahiu á luz, ergueu se a imprensa toda a acclamar a sua authora, cada qual fez a sua transcripção e só a Gazetilha se cohibiu de seguir o exemplo, dando com razão, o embaraço na preferencia.

Vai, pois, parecer firme proposito de fazer firme opposição o dizer algumas palavras des-  
toantes do unisono applauso. O livro da Exma. Sra. D. Narciza Amalia é um livro muito  
mediocre. Tirem se duas poesias – Amor de Violeta e Sete de Setembro e ficam apenas, de  
todas aquellas paginas de versos, algumas – poucas – passagens felizes.  
Sei bem que é o primeiro livro da jovem authora, e folgo com isso. Talvez no futuro po-  
derá ella produzir obra mais perfeita, mas tem muito de que se emendar e não pouco que  
aprender. (O Mosquito, 1873, Ed. 175:3)

Na imprensa feminina, isto é, escrita por e para mulheres, também encontramos  
referências a *Nebulosas*. No periódico *O Domingo* em 14 de dezembro de 1873, a  
redatora escreve um longo texto questionando o papel da mulher, destacando que  
Narcisa Amália era um exemplo a ser seguido, o de mulher de talento. Nesta publi-  
cação, D. Violante A. Ximenes de Bivar e Vellasco argumentou ainda que a educação  
feminina proporcionaria uma igualdade entre homens e mulheres:

D. Narcisa Amalia, que é filha do tropico, e por conseguinte ardente e apaixonada, reclama  
atenção de todos pela delicadeza do sentimento e pelo seu genio, e ainda mais pela cultura  
que seus versos revelam.

As *Nebulosas* confirmam o que já se vai considerando como verdade em todo o mundo  
civilisado, e é que a mulher, tendo a mesma educação de espirito que o homem recebe, o  
igualará.

Eduque-se a mulher, que haverá uma completa revolução entre ellas.

Basta um ligeiro exame das paginas das *Nebulosas* para attrahir vivamente muita sym-  
pathia pelo talento retemperado do verdadeiro sentimento pratico da sua autora.

Nos seus versos encontra-se sempre o mais doce lyrismo que a collocam no alto da lista  
das poucas senhoras que no Brazil tem escripto alguma cousa. (O Domingo: Jornal Litter-  
ario e Recreativo, 1873, Ed. 004:1)

O próprio Imperador Pedro II, quando esteve na cidade de Resende, visitou a  
escola pública destinada ao sexo masculino de Joaquim Jácome de Campos, pai de  
Narcisa Amália. Ao conhecer e conversar com ambos, Pedro II demonstrou grande  
apreço e admiração pela poetisa, solicitando que a mesma lhe concedesse alguma de  
suas inéditas poesias. (Diário do Rio de Janeiro, 1874, Ed. 291:2)

Até este momento, buscamos demonstrar a visibilidade reconhecimento alcan-  
çado por Narcisa Amália num espaço considerado majoritariamente destinado ao  
sexo masculino, o universo literário, através da leitura de periódicos que circularam  
na Corte. O que se torna evidente, portanto, é que *Nebulosas* esteve em alta. A traje-  
tória de Narcisa Amália como literata não se encerrou após a publicação de sua obra  
em 1872. Ao contrário, a autora continuou a atuar intensamente na imprensa, lutando  
pela defesa de suas ideias e concepções. Sobretudo reivindicando o direito ao voto e  
educação feminina, por uma maior igualdade entre os sexos, pela defesa da abolição  
da escravidão e da república. Isto se contrasta com o enorme desconhecimento atual  
na historiografia acerca da trajetória de Narcisa Amália.

Em busca dos vestígios da poetisa e seguindo o tema da educação feminina

apontado pela última citação, antes de discutirmos questões relacionadas ao processo de canonização e esquecimento de determinados autores, apontaremos algumas concepções defendidas pela poetisa sobre a educação feminina ainda na década de 1870, que conseguimos mapear na imprensa periódica até este momento da pesquisa. Destacamos que os dados apresentados são preliminares, tendo em vista que este é processo de levantamento de fontes longo, ainda não realizado pela historiografia.

### **Breve concepções de Narcisa Amália sobre a educação feminina**

A publicação da obra *Nebulosas* proporcionou para a poetisa o recebimento de duas importantes premiações. A primeira, A Lira de Ouro em 1873 (FAEDRICH, 2017, p. 249). E o prêmio da Mocidade Acadêmica, com cerimônia realizada em Resende, que foi noticiado minuciosamente na imprensa periódica, onde Narcisa Amália recebeu uma pena de ouro entregue pessoalmente pelo Conselheiro Saldanha Marinho e proferiu um discurso marcante e engajado, comparando a condição da mulher como análoga a escravidão. A educação feminina, para a autora, era um mecanismo fundamental de transformação:

Não foi o mérito do meu livro nem as idéas individuaes por elles esparsas, que arrebrantaram desses corações generosos este brado eloquente de fraternização litteraria: não devo-o apenas á felicidade de compartilhar as idéas do século e de curvar-me somente perante a Deus e a liberdade, o soberano dos séculos e a filha primogênita de sua inteligência infinita. E assim deve ser. A humanidade, contingente pelo vicio da sua própria natureza, não póde aproximar-se do seu creador senão amparada pela liberdade; livre o pensamento é necessário que livres sejam os movimentos que devem executal-o; o código que o dirige está escripto no seu próprio coração e, uma vez compreendido, a tyrania é um crime a subjeição, uma violência, ás quaes só podem submeter-se a fraqueza e a ignorância.

Voltae os olhos e vós vereis: a mulher é a escrava do homem, e, se quebra os élos que a jungem ao poste, fica ainda mais escrava dos preconceitos. Conservaram-na em trevas para que desconheça o seu direito, e, quando rompe a nuvem espessa que segrega-a das lucubrações elevadas, quando quer aspirar o ambiente vivificante das regiões superiores, vem o motejo e a irrisão precipital-a no abysmo de onde nunca devera ter sahido.

Pois bem: eu reneguei a escravidão porque deixaram-me compreender que Deus me fizera livre como a emanação das flores que recaem os campos; livres como a brisa que doudeja pelo espaço: não escutei o motejo dos nescios, nem ouvi o gargalhar satânico dos incrédulos; olhei para o futuro, escrevi o que pensava, o que me havia ensinado a lição cahida dos lábios paternos, e deixei que esses pobres pensamentos fossem peregrinar pelo mundo. (Diário do Rio de Janeiro, 1874, Ed. 268:2)

A partir da leitura do discurso proferido por Narcisa Amália, compreendemos que, em sua concepção, o direito ao acesso à educação feminina era fundamental para transformar a condição das mulheres na sociedade em que viveu. Seria este o elemento que livraria as mulheres da opressão masculina. É preciso lembrarmos que

quando sua obra foi publicada, a poetisa já havia se separado pela primeira vez, e todo esse transtorno que ela sofreu repercutiu diretamente em seu discurso. Neste sentido, acreditamos que Narcisa Amália estivesse falando de sua própria experiência, dos desafios e preconceitos que enfrentou por ser “livre”, isto é, de não se enquadrar dentro do papel socialmente imposto às mulheres. Interessante destacarmos um elemento fundamental, o fato de que Narcisa Amália conseguiu perceber que a precária condição da mulher que ela denunciou não era algo natural, uma vez que afirmou que Deus havia a feito livre. Conservar a mulher na escuridão, dessa forma, era um mecanismo de mantê-la sobre o domínio masculino.

Selecionamos também um outro texto de Narcisa Amália sobre a educação feminina. Uma publicação no periódico *O Sexo Feminino* em outubro de 1873. Na ocasião, a poetisa argumentava acerca das diferenças entre *instrução e educação*. Observemos alguns trechos desse extenso texto:

A educação é um adorno desde os mais ricos palacios até a mais humilde choupana de um pauperrimo camponez. Mães de família, acordai desse vosso somno prejudicial – reservai alguns momentos para lêrdes, para vos instruírdes a fim de comprehendendo o que é educação, possais da-la a vossos filhos, que por seu turno a transmittirão aos seus descendentes. [...]

Educada como está, a mulher não passa de uma linda orchidéa que busca um apoio, e elada a elle vegeta sem consciencia da propria existencia. [...]

Assim vive, assim morre, sempre ignorando que é no seu cerebro ocioso, que é no seu espirito caprichoso e frívolo que repousão os germens desse bem estar social que o povo em vão implora ás leis e aos governos que nos regem. [...]

Influa o seu espirito sequioso com os principios fecundantes da sciencia, e de cada lábio voará um poema de verdades. Torne-a uma mãe que possa ensinar filosoficamente o bem a seus filhos, e será resolvido o problema da libertação dos povos, libertação baseada na instrucción, na moralidade e no trabalho. (*O Sexo Feminino*, 1873, Ed. 007:1)

A *educação*, segundo o argumento desenvolvido por Narcisa Amália nesta publicação, deveria ser ensinada necessariamente pela mãe, e a *instrução* por um educador, mas ela denunciou que isso não ocorria. Esta última se subdividia em 3 tipos: a física – que dizia respeito à saúde, ao desenvolvimento e capacidade de exercer trabalhos; a moral – que encaminhava o homem para o bem e para o amor, para o bem estar da sociedade; e a intelectual, que se ampliava com o aprendizado. Narcisa Amália defendeu que a *educação* era um atributo que deveria ser passado aos filhos pela mulher, tanto por sua natureza feminina quanto pelo fato de os pais não terem tempo disponível, tendo em vista que trabalhavam fora. Mas para que as mulheres tivessem condições de educar plenamente, deveria ser concedido a elas uma instrução básica, já que na ignorância em que se encontravam isso não seria possível. A culpa, para ela, pertencia ao governo, a sociedade e aos próprios pais, porque não se importavam com a educação de seus filhos. Narcisa Amália fez considerações contraditórias neste texto, alegando que essa *educação* era algo que poderia ser encontrado

tanto em palácios quanto em lugares simples. E convocou as mães a lerem mais, reservando sempre um tempo para instrução. Precisamos lembrar que a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX era extremamente complexa, regida por um sistema escravocrata que excluía escravos, mulheres e pessoas comuns de forma geral, com altos índices de analfabetismo, conforme mostraremos abaixo. Portanto, o chamado de Narcisa Amália destinou-se a um grupo muito específico. O de leitoras do jornal no qual escreveu, afinal poucas mulheres teriam condições de educar seus filhos filosoficamente tal qual ela propôs.

Ainda nessa publicação, percebemos que Narcisa Amália construiu uma narrativa que demonstrava só ser possível chegar a um equilíbrio social, que colocaria fim ao problema da liberdade dos povos, através da instrução das mulheres. Neste sentido, o desenvolvimento da sociedade estava condicionado ao direito a educação feminina.

Uma outra publicação que encontramos de Narcisa Amália que abordou a questão da condição da mulher na sociedade brasileira do oitocentos e o papel da educação feminina se encontra na revista *A Luz* de 1873. Na ocasião, a poetisa redigiu um texto que se destinava a realizar um elogio a D. Amália Figueirôa, uma poeta rio-grandense. Assim como no discurso do prêmio que já demonstramos, a poetisa faz acusações fortes, alegando ser um absurdo em pleno século XIX a mulher continuar numa posição de escrava dos homens. Para ela, as mulheres demonstraram sua grandiosidade e capacidade na história, desde à antiguidade, estando sempre em posição central, desde Eva. Neste sentido, Narcisa Amália afirmou ainda ser uma crueldade sem tamanho julgar o sexo feminino como incapaz de realizar tarefas intelectuais, uma atitude criminosa. Além disso, trouxe também exemplos de força e coragem, como por exemplo Joana Darc. A poetisa construiu uma narrativa pautada na esperança e no sonho de uma realidade diferente para as mulheres. Observemos um pequeno trecho desta publicação:

E a mulher que nos tempos nebulosos do paganismo conquistara a veneração dos povos, e fizera-se corôar nas praças públicas rainha da beleza e do talento; a mulher que no quadro maravilhoso do christianismo destaca-se no primeiro plano iluminada pela auréola da divindade, desce no Brasil, em pleno século xix, quasi á condição de escrava! Que a victima imbelle da mascula prepotencia de todos os tempos será ainda negado entre nós um lugar nos festins da intelligencia, um laurel nas conquistas da sciencia?

Quaes os direitos que tendes, ó homens sem coração, para julgar-a incapaz de estudos serios e de ações magnanimas? (*A Luz: Jornal Litterario e Instructivo*, 1873, Vol. II, p. 265)

Selecionamos para o presente artigo, portanto, algumas das publicações de Narcisa Amália encontradas na imprensa periódica ainda na primeira metade da década de 1870, para ilustrar um pouco das concepções da poetisa no que se refere ao papel da educação feminina, e também demonstrar os resultados iniciais de vestígios que estamos encontrando nessa busca pela trajetória de atuação de Narcisa Amália nos jornais da Corte. Neste percurso, algumas questões relacionadas ao desconhecimen-

to existente acerca da poetisa precisam ser pontuadas. Se Narcisa Amália, assim como muitas outras mulheres, alcançou visibilidade e reconhecimento por parte de seus contemporâneos, por quais razões entrou no rol de mulheres esquecidas do século XIX? Por quê não é lembrada como representante da literatura brasileira no Oitocentos? O que define se um autor será lembrado ou esquecido?

### Questão do Cânone

As questões levantadas acima são extremamente complexas, e para entendê-las é necessário pontuarmos que a questão do cânone está vinculada àquilo aceito em determinados momentos, ao que é dominante. A construção do cânone está diretamente relacionada, portanto, aos aspectos econômicos, políticos e sociais estabelecidos em um determinado contexto. Historicamente construído, o que é considerado cânone em um determinado momento, pode ser esquecido em outro contexto, e vice-versa. A palavra *cânone* tem suas origens no termo “kanon” em grego, e foi adquirindo ao longo do tempo a conotação de padrão, norma. (MUZART, 1995, p. 86).

Quando se trata dos cânones na literatura, observamos uma disparidade entre o número de homens e mulheres. Ao contrário do que parece, isto não é algo exclusivo do século XIX. Mesmo atualmente, em pleno século XXI, é possível observarmos que as mulheres ainda enfrentam exclusão na produção literária. Pensando de forma quantitativa, autores masculinos canonizados ainda são a maioria. Poderíamos listar, por exemplo, de forma completamente aleatória, diversos nomes canonizados, como Shakespeare, Balzac, Dostoiévski, Victor Hugo, Camões, Machado de Assis, Castro Alves, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, entre diversos outros. Mas este universo se reduz drasticamente quando se trata de listar nomes femininos. Conforme já discutido anteriormente, isso não quer dizer que as mulheres tenham produzido pouco. Muitas delas, inclusive, como demonstrado através da publicação de *Nebulosas* de Narcisa Amália, foram reconhecidas em seu contexto, lutando na contramão do padrão social imposto.

Na grande maioria dos casos, porém, a memória dessas mulheres foi perdida ao longo do tempo, justamente porquê uma mulher produzir literatura no século XIX se configurava como algo fora do aceitável para o período. O gênero é, neste caso, portanto, um fator determinante, uma vez que a escrita literária se caracterizava como uma atividade destinada majoritariamente ao sexo masculino.

Os estudos recentes da historiografia brasileira possibilitaram o “resgate” da memória de muitas mulheres literatas esquecidas do século XIX. Narcisa Amália não foi a única, existem muitas outras que já foram ou ainda serão descobertas/lembradas. Importante destacarmos que muitos nomes de mulheres do universo de letras do Brasil no século XIX já são conhecidas, como Júlia Lopes de Almeida, Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis, Ignez Sabino, Josefina Alves, Anna Rosa Termacsics dos Santos, entre infinitas outras. O trabalho de Zahidé Muzart, ao debruçar-se sobre a produção literária feminina no Oitocentos, foi precursor e abriu caminho para no-



vas pesquisas. Sobre o processo de canonização, a autora afirma:

Estar dentro das normas é estar bem com seus pares, é frequentar as rodinhas da Gamier ou os cafés da moda, ter seus livros recebidos com notas elogiosas e artigos críticos. Os rituais de aceitação e posterior canonização incluem atos de sociabilidade aos quais alguns autores esquecidos não se submeteram. (MUZART, 1995, p. 87).

Para compreendermos a questão do cânone, de acordo com Zahidé Muzart, é preciso levarmos em consideração vários fatores distintos. O primeiro deles, já elucidado anteriormente, está vinculado às dificuldades que as mulheres enfrentaram quando ousavam publicar uma obra. Elas escreveram muito, mas publicaram pouco. Um outro aspecto é o do gênero literário escolhido, via de regra a poesia se mostrava mais favorável às mulheres por se relacionar com uma suposta essência atribuída ao sexo feminino, vinculada à delicadeza. Este fator demonstrado ao longo do presente artigo, uma vez que Narcisa Amália, ao publicar uma obra composta por diversas poesias, enfrentou resistência, mas alcançou visibilidade e reconhecimento em seu contexto, embora sua trajetória seja pouco lembrada. A classe social e a cor também precisam ser levadas em consideração no processo de construção do cânone. A sociedade brasileira do século XIX era complexa, regida por um sistema patriarcal com valores eurocêntricos, que excluía mulheres, pessoas pobres e escravos. A grande maioria da população era analfabeta e esse universo era ainda mais restrito para as mulheres.

Um fato que exemplifica o que era aceito como padrão na produção literária do século XIX, o que era canônico, foi a própria fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897. Segundo Magali Gouveia Engel, Júlia Lopes de Almeida participou das discussões que antecederam a criação da agremiação, sob a direção de Machado de Assis. Seu nome, inclusive, chegou a ser indicado para fazer parte do corpo de membros da instituição; porém, foi substituído pelo de seu marido Filinto de Almeida na listagem final. A justificativa utilizada foi de que, seguindo os moldes franceses, a Academia não consentia na participação de mulheres. (ENGEL, ano, p. 28).

A partir dessas concepções abordadas, observamos que o processo de canonização ou esquecimento de um determinado autor/obra está diretamente vinculado ao seu contexto, ao que era considerado padrão dentro daquele universo. Neste sentido, grupos subalternos de forma ampla, como as mulheres, ficaram à margem do processo. A construção de um autor canonizado não perpassa somente pela qualidade de sua obra, mas também por questões econômicas, políticas e sociais. Historicamente determinado, o cânone pode se transformar ao longo do tempo.

## Conclusão

Em vias de conclusão, ao nos debruçarmos sobre a trajetória da poetisa Narcisa Amália de Campos, observamos que as mulheres enfrentaram muitos desafios

quando se lançavam no universo de letras. Alcançar legitimidade e prestígio dentro deste contexto não era tarefa fácil. Apesar disto, muitas se destacaram, embora sejam pouco lembradas pela historiografia. O esquecimento da produção dessas mulheres está diretamente relacionado processo de construção do cânone, que não perpassa somente pela qualidade de uma obra literária, mas também por questões econômicas, políticas, sociais e de gênero. Cabe a nós realizarmos este “resgate”.

Ressaltamos que ao discutir as questões que envolvem a canonização/esquecimento de um autor, não objetivamos inscrever Narcisa Amália no rol de autores canonizados do século XIX, somente compreender os fatores envolvidos nestes processos.

Longe de apresentar resultados consistentes, o nosso objetivo no presente artigo foi discutir e apresentar alguns dos elementos que já conseguimos visualizar em nossa pesquisa. Buscamos, portanto, demonstrar que o esquecimento de Narcisa Amália se contrasta com os vestígios que encontramos de sua intensa atuação no universo de letras do século XIX. Ao abordar a repercussão de *Nebulosas*, objetivamos demonstrar que a poetisa alcançou reconhecimento, visibilidade e prestígio em seu contexto, isto é, foi reconhecida produtora de uma boa obra literária, que se enquadrava dentro dos parâmetros da época, atuando na contramão do comportamento do papel socialmente atribuído ao sexo feminino. Conforme demonstramos, os jornais da Corte noticiaram a publicação de *Nebulosas* conferindo-lhe grande prestígio. Mesmo quando as críticas eram negativas, transparece o fato de que a obra esteve em alta.

Narcisa Amália se dedicou a redigir críticas sociais contundentes, conforme explicitado ao longo do artigo, denunciando elementos fundamentais da sociedade brasileira do Oitocentos. A liberdade das mulheres estava condicionada ao acesso à educação. Do contrário, continuariam na “escravidão”. A autora percebeu, portanto, que a condição da mulher não era algo natural, e que poderia ser transformada.

## Referências

### Fontes:

*A Luz: Jornal Litterario e Instructivo*. Rio de Janeiro. Ano de 1873.

*A Reforma: Orgão Democratico*. Rio de Janeiro. Ano de 1872.

*Correio Paulistano*. São Paulo. Ano de 1871.

*Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Anos de 1870 a 1874.

*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. Ano de 1872.

*O Domingo: Jornal Litterario e Recreativo*. Rio de Janeiro. Ano de 1873.

*O Mosquito*. Rio de Janeiro. Ano de 1873.

*O Sexo Feminino*. Campanha (MG). Ano de 1873.

*Revista Artes e Letras*. Lisboa, Portugal. Janeiro de 1872.

*Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro. Ano de 1872

### Bibliografia:

ABREU, Thatiane. “Quebrando o silêncio em busca da liberdade: memória e luta das escritoras Carolina Nabuco e Narcisa Amália”. *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Niterói, p. 6. Disponível em: <[http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii\\_pdf/Thatiane\\_Abreu.pdf](http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Thatiane_Abreu.pdf)>. Acesso em 30 abri, 2021.

AMÁLIA, Narcisa. *Nebulosas*. Prefácio de Pessanha Póvoa; apresentação e posfácio de Anna Faedrich. 2º Ed. Rio de Janeiro: Gradiva Editorial; Fundação da Biblioteca Nacional, 2017.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UEP, 1992.

ENGEL, Magali Gouveia. “Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo?”. In: *La manzana de la discordia*. Santiago: No. 8: 25- 32, 2009.

FAEDRICH, Anna. “Narcisa Amália, poeta esquecida do século XIX”. *REVISTA SOLETRAS*, São Gonçalo, v. 2, p. 237-252, 2017.

FENSKE, Elfi Kürten. “Narcisa Amália de Campos - poeta, republicana, abolicionista e feminista do século XIX”. Templo Cultural Delfos, junho/2015. Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2015/06/narcisa-amalia-de-campos.html>>. Acesso em 20 abri, 2021.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. “As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura”. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 81-93, 2005.

GOMES, Angela de Castro. “Os intelectuais cariocas, o modernismo e o naciona-

lismo: O caso de Festa”. *Luso-Brazilian Review*, Volume 41, Number 1, 2004, pp. 80-106 (Article).

MUZART, Zahidé L. “A questão do cânone”. In: *Anuário de Literatura n° 3*. Florianópolis: (s.n.), 1995.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OSCAR, João. *Narcisa Amália: vida e poesia*. Campos, RJ: Lar Cristão, 1994.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de ngela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

SIQUEIRA, Gabriela Martimiano Crepald. “Um olhar sobre o progresso: o fio condutor de ‘por paus e por pedras’ de Luís Guimarães Junior (1872).” In: *XIII Encontro Estadual de História e Mídias: Narrativas em disputa*. Anais. Pernambuco: Câmara Brasileira do Livro, 2020 p. 1/14.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: *DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

# Os usos da retórica antiescravista na produção literária de Maria Firmina dos Reis: as obras *Úrsula* e *A Escrava* (1859 – 1887)

*Natália Lopes de Souza*<sup>159</sup>

## Introdução

Em 1859, Maria Firmina dos Reis<sup>160</sup>, escritora e poetisa maranhense, tornava público seu romance *Úrsula*, que trazia, envolto as influências do romantismo, argumentações e críticas à escravidão nas entrelinhas da obra. Vinte sete anos depois, em 1887, a mesma autora voltou a trazer uma produção literária contrária a escravidão, dessa vez um conto intitulado *A escrava*, contendo como temática central, a maternidade negra tecendo uma crítica contundente em relação a separação de mães e filhos escravizados.

Em fins do XIX, vemos intensificar os debates entorno do fim da escravidão, tais tensões são refletidas e passam a fazer parte do cotidiano das sociedades. Na literatura não é diferente, ela também passa a ser temática nas obras, sobretudo daquelas que seguiam a linha do romantismo, que tinha como objetivo ajudar a fundamentar a identidade cultural brasileira (MARTINS, 2009).

Ademais, o romantismo foi utilizado como ferramenta social para os debates entorno da nacionalidade e da escravidão. Isso porque, “o campo das letras – arena privilegiada de intervenção política – e a literatura romântica, foram usadas como instrumento reafirmador da nacionalidade” (CANO, 2001, p. 127 e 128), bem como utilizados para difundir os ideais e debates abolicionistas, juntamente com o iluminismo e positivismo (ALONSO, 2015, p. 52).

Portanto nesse contexto, houve a difusão do antiescravismo, tanto nos jornais, revistas e obras literárias, a fim de formar uma opinião pública favorável ao abolicionismo (SANTOS, 2018). Essa ambiência proporcionada pela literatura ajudou a moldar os processos de mudança na sociedade, tanto nas legislações, ações judiciais e na vida dos escravizados como um todo. E é nesta atmosfera que as duas obras literárias de Maria Firmina dos Reis se fundamentam, podendo nos propiciar no entendimento dos debates sociais entorno da escravidão que estavam em voga na

159 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF), atuando na linha “Mulheres e a escrita da História”. Bacharel, licenciada e mestre também pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista no Programa de Iniciação à Docência Inclusiva – PIDEI Colégio de Aplicação João XXIII /UFJF Pesquisa imprensa, trajetórias, História das mulheres e relações de gênero, tendo como enfoque a trajetória de Maria Firmina dos Reis e outras escritoras maranhenses no século XIX. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0012045151317077> E-mail para contato: [natalia.lopes@estudante.ufjf.br](mailto:natalia.lopes@estudante.ufjf.br)

160 Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917) foi poetisa e escritora negra maranhense do século XIX. Adquiriu notório reconhecimento em sua sociedade colaborando com variados periódicos na província em que residia, além disso trouxe a público os romances *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1865) *Cantos a beira-mar* (1871) e *A escrava* (1887). Sobre biografia de Maria Firmina dos Reis, ver mais em: (MORAIS FILHO, 1975).

sociedade brasileira. Através de suas linhas, poderemos debater sobre o cotidiano escravista e como isso se incidia sobre as mulheres escravizadas.

O esforço antiescravista se deu de diversas formas, uma delas partiu da ênfase ao sofrimento das experiências de maternagem da mulher escravizada. Isso quer dizer que, houve uma construção de um imaginário de valorização dessa maternidade, sobretudo da maternidade negra, que passou a ser utilizada como arma para conscientização abolicionista.

Vemos que este debate acerca da maternidade negra, dentro do contexto de discussões antiescravistas ecoou por diversas esferas, sejam elas políticas, jurídicas, sociais, culturais e outras, e vemos transmutadas também nas produções literárias desta autora maranhense. E é justamente neste contexto, que nos interessa estudar *Úrsula* e *A escrava* de Maria Firmina dos Reis, pensando a partir de suas obras como fonte e lente para vislumbrarmos os debates antiescravistas presentes nas obras que perpassavam a sociedade oitocentista, sobretudo no que diz respeito a maternidade negra.

Para pensarmos as questões propostas, nos embasaremos na concepção de interseccionalidade<sup>161</sup>, sistematizada por Kimberlé Crenshaw (2002) e que se trata de uma conceituação do problema que busca entender as consequências da interação de dois ou mais eixos de subordinação e como isso gera opressões que fluem ao longo da vida dos indivíduos, sobretudo de mulheres negras. Nesse sentido, marcadores como raça, gênero, sexualidade e outros atuam diretamente sobre o indivíduo e seu lugar (VEIGA, 2020, p.5), e no caso dessa pesquisa, como tais fatores de opressão foram de alguma forma representados nas obras literárias de Maria Firmina dos Reis.

Mesmo que atualmente exista uma gama de referências bibliográficas sobre Maria Firmina dos Reis e suas obras<sup>162</sup>, a proposta deste trabalho encontra seu lugar na academia, uma vez que pretendemos pensar a partir de sua produção literária, quais os debates antiescravistas presentes na literatura produzida por Maria Firmina dos Reis em um contexto em que a literatura brasileira estava se debruçando sobre a temática da escravidão (CHALHOUB, 2018).

Tal esforço de pesquisa nos ajuda a recuperar algumas “vozes baixas da história” (PEDRO, 2013) refletindo como essas concepções e retóricas foram pensadas, a partir da produção literária de Reis. Nesse sentido, como nos diz Joana Pedro, falar de mulher na história significa, “tentar reparar, em parte essa exclusão, uma vez que procura traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens”. (PEDRO, 2011, p. 272).

Por isso, escolhemos tratar de *Úrsula* e de *A escrava*, pois ambos, ao tratar

161 De acordo com Ana Veiga, a emergência do conceito de interseccionalidade surge no horizonte de possibilidades de meados dos anos 1960, “na esteira da história do movimento negro e dos feminismos negros, que já vinham dando sinais de sua potencialidade mesmo antes do fim da escravidão continente americano” (VEIGA, 2020, p.5). Ver mais em: CRENSHAW, 2002 e VEIGA, 2020.

162 Podemos citar como exemplos duas dissertações: CARVALHO, 2018; ZIN, 2017 e CARVALHO, 2013.

de temáticas contrárias a escravidão, mesmo que em períodos distintos, refletem os debates envoltos no escravismo e nas sujeitas escravizadas e/ou libertas, nos permitindo entender e dar voz a uma parcela de mulheres silenciadas pela História.

### **As apropriações dos discursos antiescravistas nas páginas de *Úrsula* e *A escrava***

Como já mencionamos, ao longo do século XIX, a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis trouxe a público uma série de obras literárias, dentre elas o romance *Úrsula* (1859) e o conto *A escrava* (1887), que trouxeram em seu enredo, críticas a instituição da escravidão e, estavam embebidas na conjuntura literária que se embasavam nas ideias de valorização advindas do romantismo brasileiro, que, de acordo com Alonso (2015) contestava moralmente o escravismo, enfatizando a dor e resignação do sujeito escravizado.

As duas obras produzidas por Maria Firmina dos Reis, mesmo com um grande intervalo entre elas, seguiam por uma tendência romântica, que possuía como nota dominante a contestação moral da escravidão. Esse movimento artístico do XIX, do qual as duas obras estavam inseridas, utilizaram-se de “formas grandiloquentes e emoções hiperbólicas — paixão, compaixão, devotamento —, que tomou romances, música, poesia, teatro, a vida amorosa e a retórica política, raiz e fruto da nova sensibilidade” (ALONSO, 2015, p. 53).

Esses pressupostos elencados acima, podem ser encontrados nas tramas dos personagens escravizados e/ou libertos, que ao longo das histórias contadas por Maria Firmina dos Reis, tiveram suas trajetórias humanizadas e os horrores de suas experiências sendo retratadas nas páginas de *Úrsula* e de *A escrava*. Nesse sentido, destacamos que as duas obras, ao retratarem do cotidiano maranhense oitocentista, acaba por nos mostrar, aquilo que Lélia Gonzales denomina “caráter político do mundo privado” (GONZALEZ, 2011, p. 140), ou seja, suas produções literárias estavam intrinsecamente ligadas as políticas em voga no momento, uma vez que discutiam as temáticas da escravidão e seus desdobramentos na sociedade.

*Úrsula*, datado de 1859, foi publicado sob o pseudônimo “uma maranhense”, contudo, posteriormente foi noticiado que sua autora era Maria Firmina dos Reis<sup>163</sup>. A obra diz respeito a um casal protagonista. *Úrsula* e Tancredo, ambos brancos, que se apaixonaram e precisaram lidar com o tio da garota, o Comendador P, que desejava desposar *Úrsula*. Entretanto, o que chama a atenção no romance é a forma com que a autora lida com a temática da escravidão, já que tecia críticas ao sistema, além de demonstrar a agência negra dos personagens secundários da obra.

Segundo Charles Martin, “*Úrsula* é o único romance de seu tempo que tenta apresentar os negros como tal e não de acordo com estereótipos como o do bom cristão, entre outros” (MARTIN, 1988, p. 10). Desse modo, Maria Firmina dos Reis

163 Os anúncios de venda da obra traziam o nome de Maria Firmina dos Reis como sendo a autora de *Úrsula*. Ver mais: periódico O Jardim das Maranhenses, edição 13 de 1861, Hemeroteca Digital.

dá uma perspectiva humanizada para o escravizado, diferindo de outras literaturas que trabalhavam o sujeito escravizado a partir da perspectiva de propriedade e passividade.

Já em *A Escrava*, publicado em 1887 pela *Revista Maranhense*<sup>164</sup>, Maria Firmina dos Reis narrou a história de uma senhora branca que acolhe um escravo fugitivo e sua mãe, uma escrava idosa e maltratada, que apesar de ser considerada louca - depois que seu dono vendeu seus filhos gêmeos de oito anos – ainda era explorada. A “subtração da vivência plena desse amor maternal, a violência e o horror da separação entre mães e filhos é o tema deste conto” (SILVA, 2012, p. 1).

*A escrava* nos permite estabelecer uma relação direta com a Lei do ventre livre (de 1871)<sup>165</sup> e a abolição (em 1888), uma vez que se ancora na “perspectiva de Joana, uma mãe escravizada que faz ouvir sua memória dos traumas da escravidão, e termina encenando uma ação abolicionista por meio da qual Gabriel (filho de Joana) é alforriado” (MARRA, 2020, p. 136).

As duas obras de Maria Firmina dos Reis, buscaram traçar críticas a escravidão através de seus personagens escravizados e/ou libertos. Em *Úrsula*, os personagens estavam ancorados na narrativa do romantismo brasileiro que proveu recursos para desenhar “o escravo nobre e fiel, a mãe escravizada por seu filho de leite, a humilhação da pessoa reduzida a objeto de compra e venda”(ALONSO, 2015, p. 53). Dentro desse modelo, vemos a autora demonstrar Túlio como o escravo nobre, bondoso e fiel, com uma “alma generosa”, que o longo da trama fez de tudo para ajudar Tancredo, o protagonista branco.

Essa postura de Túlio, delineada como exemplo de moralidade (MARTIN, 1988, p. 10), faz parte de uma narrativa hegemônica difundida, em que a intervenção dos branco muda o destino dos escravizados, seguindo a lógica de que para merecerem a liberdade deviam apresentar características de bondade, sacrifício e submissão (VERGÉS, 2020). Nesse sentido, ancorado nesta ótica, apenas Túlio é agraciado com a possibilidade de liberdade, todos os outros escravizados presentes na narrativa não adquirem tal dádiva, uma vez que não cumprem seus papéis de submissão, como o próprio Antero, que encarna o estereótipo do escravo bêbado.

Alonso nos fala ainda que, em *Úrsula*, o personagem Túlio é o homem de nobres sentimentos, é “o escravo que se eleva, sacrifica a vida para salvar o mocinho, ao passo que o senhor regride ao estado de natureza, um “bárbaro”, “fera indômita”, “coração de tigre” (ALONSO, 2015, p. 53) Nesse sentido, a crítica vai de encontro a tese propaganda que de o escravo é mal e bárbaro por natureza, nesta narrativa, enfatiza-se a barbaridade posta pela escravidão.

Em todo o enredo do romance, denotamos que a religião possuía um papel de pano de fundo, enfatizando a argumentação de que todos são iguais perante a Deus. Essa sensibilidade humanista delineada por Maria Firmina dos Reis também estava nas bases de uma moral antiescravista da Inglaterra e dos Estados Unidos, como nos

164 O conto foi publicado na edição de nº3 em novembro de 1887. Ver: MORAIS FILHO, 1975.

165 A Lei do ventre livre era a de nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.



diz Alonso (2015), que pode ser verificada também na literatura produzida neste momento, como a obra abolicionista *A Cabana do Pai Tomás* (1852) de Harriet Beecher Stowe. Desse modo, podemos dizer que as influências antiescravistas internacionais também podem ser percebidas na literatura produzida por Maria Firmina dos Reis.

Ainda em *Úrsula*, nota-se que Maria Firmina deu voz a uma escrava chamada Susana, que descreveu os horrores sofridos na sua captura, narrando um conjunto de experiências e detalhes de uma vida além-mar, no continente africano.

Meteram-me a mim e mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfíxiados e famintos! (REIS, 2017, p. 116 e 117).

Nota-se que aqui se delineou um quadro composto com experiências da personagem Susana, em que ela descreve as dores do cativo, buscando difundir o sentimento de compaixão por parte do leitor e ancorada no discurso religioso de que todos são iguais perante a Deus.

Vemos nitidamente que a conjuntura dos debates antiescravistas que estavam em voga na segunda metade do XIX influenciaram as produções literárias de Maria Firmina dos Reis, pois, dentro do conto *A escrava*, constatamos, através de sua narrativa, que a obra se ampara na retórica abolicionista de compaixão, direito, progresso<sup>166</sup>, como nos diz o próprio conto de Maria Firmina dos Reis: “Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado” (REIS, 2017, p. 248), nessa perspectiva, a escravidão impediria o progresso da nação.

*A Escrava* também apresentava trechos que realizavam uma análise da escravidão e da legislação sobre o tema, como podemos verificar no trecho a seguir: “lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco” (MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Enquanto que em *Úrsula*, os principais argumentos antiescravistas utilizados foram os religiosos, em *A Escrava*, a discussão central girou entorno da compaixão pela maternidade negra, trazendo a luz a sujeita mulher negra, que se descreve (EVARISTO, 2005). O que não quer dizer que em *Úrsula*, a temática da maternidade negra não aparecesse. De fato, ela apareceu de forma mais secundária, como no relato de Susana, em que ecoa as vozes de milhares de mães e filhos que foram separados pela diáspora africana, em que a mesma afirma: “A dor, que tenho no coração,

166 Noções estas delineada por alguns autores, como ALONSO, 2015 e COWLING, 2018.

só a morte poderá apagar! – meu marido, minha filha, minha terra.... minha liberdade”(REIS, 2017, p. 119).

Mesmo que de forma periférica, a questão da maternidade negra já foi sendo delineada por Maria Firmina dos Reis em *Úrsula*, mas passou a ter centralidade em *A Escrava*, que continha no seu cerne, a retórica da compaixão pela mulher escravizada separada de seu filho, argumento muito utilizado pelos abolicionistas nas décadas finais do século XIX.

De acordo com Camillia Cowling (2018), a retórica abolicionista combinava duas argumentações: o apelo emocional pelas escravas e o discurso do progresso. Tais argumentações podem ter influenciado a escrita do conto de Maria Firmina dos Reis, uma vez que tais argumentações estão presentes dentro da narrativa de *A escrava*. E é o tópico da compaixão e maternidade, que tentaremos perceber as influências dos debates antiescravistas nas obras da escritora maranhense e de que forma as opressões sociais transpassam as mulheres negras. Analisá-las pela ótica interseccional se faz necessário pois, “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade, sua ferramenta ancestral” (AKOTIRENE, 2018, p. 24).

### **A maternidade negra como foco: os usos da retórica da compaixão**

Corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. [...] as crianças eram arrastadas pelos homens enquanto chamavam pela mãe e se agarravam à sua saia. Joana tentava interceder pelos filhos, mas eles eram ameaçados: – Cala-te! Gritou, meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar. – Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: – meus filhos, meus filhos! Mas ele dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar (REIS, 2017, p. 256 e 257).

O relato acima, recheado de passagens que demonstram as violências sofridas pela personagem escravizada Joana, no conto *A escrava*. A principal retórica utilizada neste trecho e ao longo de todo o conto é o sofrimento advindo da separação entre mães e filhos escravos. Tal argumentação encontrada na narrativa do conto, não pode ser caracterizada como excepcional pois, a literatura do período, tida como abolicionista, passou a utilizar essa retórica da emoção, canalizada na separação entre mães e filhos escravizados, para criticarem a instituição da escravidão, além de ajudarem na criação de espaços discursivos que demonstravam o sofrimento dos escravizados (COWLING, 2018, p. 185).

Essa literatura, apresentada como abolicionista, refletia o tom sentimental assumido por uma das correntes antiescravistas do período, a do discurso pautado pela emoção<sup>167</sup>. Essa corrente, acabou por eleger a mulher escravizada como símbolo,

167 Em fins do XIX, vigoraram diversas correntes e retóricas antiescravistas, como por exemplo uma que destacava que o aleitamento materno estava diretamente ligado a civilização, e que as

representando as injustiças da escravidão na figura da mãe, que é separada dos filhos. Nesse sentido, “os abolicionistas baseavam seus argumentos na imoralidade dessa instituição, que submetia mulheres e crianças à vontade de homens inescrupulosos e cheios de ganância” (MACHADO, 2018, p. 359).

Dessa maneira, a literatura serviu como ferramenta para a difusão dessa retórica da emoção, que tinha como foco, atingir a compaixão das mulheres de elite em relação as mulheres escravizadas, fazendo com que estas participassem ativamente da causa abolicionista (COWLING, 2018). Por isso, o debate entorno da maternidade escrava ganhou força nas últimas décadas do século XIX, e foi utilizada para convencer mulheres de elite e não brancas a participarem do movimento, enfatizando sobretudo a ligação e reconhecimento materno delas com as escravizadas, vistas como receptoras desse sentimento de compaixão e benevolência.

Destacamos que, as mulheres escravizadas foram alçadas a receptáculos de compaixão a partir de um olhar e uma definição de “mulher” branco, que relegava as escravizadas e as mulheres livres de cor ao campo do “outro”, cujas experiências não são compreendidas em suas complexidades (LORDE, 2007), mas utilizadas para definir uma maternidade essencialista, vivenciada na branquitude, sem levar em considerações as experiências e as opressões que perpassam as maternidades e as vivências das mulheres escravizadas e/ou as libertas.

À vista disso, a valorização da maternidade e seus usos como ferramenta na causa antiescravista encontraram suas raízes em um ideal de valorização, da mulher branca, enquanto mãe extremosa e rainha do lar sedimentada no XIX (MACHADO, 2018, p. 359). Essa representação da mãe burguesa “biologicamente determinado e inscrito em sua anatomia, de ‘casar, gerar filhos e plasmar os cidadãos do amanhã’” (MOTT, 1988, p. 373 e 374) perpassava o imaginário feminino burguês das últimas décadas do oitocentos.

Portanto, nessa conjuntura, quando a normatividade burguesa, aliada ao cientificismo dominante, consolidou as representações em torno da natureza feminina (ARIZA, 2017), verificamos uma exacerbação das responsabilidades femininas e dessa valorização da maternidade, como podemos ver no texto “A respeito das mães” publicado na edição de 1879 do *Almanach Literário Paulista*.

---

crianças estavam expostas ao aleitamento mercenário do legado da escravidão e inferioridade racial. Havia uma crença dos “perigos” do aleitamento de amas de leite, frutos de uma emergência da racionalidade médico-científica, com os discursos racialistas. Sobre isso ver mais em: ARIZA, 2017, p. 53; CARNEIRO, 2006; COWLING, 2018.

Felizes os que têm uma mãe para amar e adorar e dela receberem a educação; felizes os povos que conseguirem ter entre si mães capazes de bem educar seus filhos, responsabilidade porque a nação que tiver mães preciosas em seu seio caminha na vanguarda de todos os povos (Almanach Literário Paulista, 1879, p. 51).

Se torna nítido então, que nesse momento, as mães são alçadas a condição de progenitoras dos filhos da nação, responsáveis pelo futuro da sociedade, ou seja, “criar filhos, era criar os sujeitos que povoavam e faziam a nação” (ARIZA, 2017, p. 49).

De acordo com Janet Golden (2001), a configuração da maternidade ideal associava-se intimamente ao acirramento das tensões envolvendo os debates antiescravistas e a aproximação da abolição nas décadas finais do XIX, principalmente por estar associada ao sentimento de compaixão pela maternidade negra. Sobre isso, na *Gazeta da Tarde* de 1884, podemos verificar essa identificação moral através da maternidade que as mulheres de elite passaram a ter com as demais mulheres que experienciavam a maternidade, através do seguinte fragmento:

A mulher brasileira era a inimiga da escravidão [...] que despedaça o coração materno porque tira dos braços de uma pobre mulher o filho para jogá-lo na roda dos expostos (*Gazeta da Tarde*, 1884, Ed 25:2).

A mulher escravizada em fins do XIX se tornou então, símbolo da compaixão antiescravista, passando a ter centralidade nas tensões envoltas no fim da escravidão. Do mesmo modo, durante todo o período escravista, de acordo com Morgan (2004) a mulher escravizada adquiriu centralidade, enquanto trabalhadora e reprodutora, na constituição do sistema escravista atlântico, assim, desde os primórdios da escravidão, “os escravistas se preocupavam em estimular a reprodução da mulher escrava, mesmo quando o tráfico atlântico repunha a mão de obra a baixo custo”. (MORGAN, 2004, p. 355). Logo, ocorreu uma superexploração econômica que se aliava a uma superexploração sexual das mulheres amefricanas<sup>168</sup> (GONZALEZ, 2011).

Nesse contexto, “as capacidades reprodutivas das mulheres escravizadas estavam no cerne de um argumento que legitimou a escravidão hereditária, e também foram centrais para aqueles que conceberam um meio gradual e controlado de acabar com a escravidão” (SANTOS, 2016). Se torna evidente então, como as condições estruturais atravessam os corpos, estabilizadas pela matriz de opressão (AKOTIRENE, 2018), que eram objetos de disputas e tensões nas argumentações antiescravistas.

Uma dessas argumentações, que é atravessada por estas questões acima, é a apropriação da compaixão como ferramenta de luta antiescravista, que veio à tona delineando uma maternidade concebida pela elite, que muito difere da própria experiência da mulher escravizada, haja vista que, uma mulher negra tem experiências distintas de uma mulher branca, experienciando o “gênero de uma outra forma” (RI-

168 Conceito utilizado por Lélia Gonzales para se referir as mulheres negras da América Latina. Sobre isso, ver mais em: GONZALEZ, 2011.

BEIRO, 2019, p. 60).

Assim, para as mulheres escravizadas, ser mãe “engendrava situações altamente dúbias, nas quais as alegrias da maternidade vinham misturadas ao medo dos maus-tratos, da separação e de outras dificuldades que causariam sofrimento à criança.” (MACHADO, 2018, p. 359). Sobre isso, Marília Ariza (2017) nos fala que para as mulheres escravizadas a experiência da maternidade encontrava-se quase interdita pela existência da escravidão e seu legado, possuindo definições simbólicas diferentes da maternidade tida como ideal e branca.

Do ponto de vista das mulheres escravizadas, a experiência da maternidade era muitas vezes uma “vertigem dolorosamente impermanente – mesma condição de propriedade que permitia a venda de mães e filhos (ARIZA, 2017, p. 36). Ou seja, a experiência de maternidade foi perpassada por muitas violências, em que muitas mulheres foram impedidas de criar seus filhos e de conviver com eles. Tudo isso, segundo Beatriz Montes (2021), se ancora no colonialismo violento que via o ventre feminino a partir da perspectiva econômica e, tinha como consequência o rompimento dos laços entre mães e filhos.

Para além disso, esse colonialismo se incide, sobretudo, a partir do gênero, se manifestando concretamente na vida dessas mulheres de cor que viviam e vivem nos “entre-lugares” (LUGONES, 2014), que sofriam no XIX e ainda sofrem diversas opressões conectadas. Essas experiências de opressão interseccional raramente andavam sozinhas (VEIGA, 2020, p. 5), se entrelaçavam às múltiplas opressões, de raça, classe, gênero e outros. E tudo isso, no século XIX, se manifestava fortemente nas formas de maternidade vivenciadas pelas mulheres negras.

Tais experiências maternas complexas, perpassadas pelos “riscos inerentes à gravidez, lactação e criação de filhos/as sob o julgo da escravidão” (MACHADO, 2018, p. 353), eram vividas, em grande maioria, no distanciamento e abandono, uma realidade experienciada por inúmeras mulheres escravizadas. Tais questões ganharam contornos nítidos no conto *A escrava* de Maria Firmina dos Reis, desse modo, embebida nas experiências maternas negras e na conjuntura de difusão e consolidação, por parte da campanha abolicionista, da imagem do sofrimento da maternidade escrava, dignas de serem receptoras da benevolência, se tornando mulheres pela maternidade (COWLING, 2018, p. 185), o enredo do conto de Reis refletiu estas discussões que estavam em voga no momento ainda de demonstrarem as opressões conectadas vivenciadas pelas mulheres escravizadas.

No enredo do conto *A escrava*, Maria Firmina dos Reis nos informou que os gêmeos Carlos e Urbano, filhos da personagem Joana haviam nascido depois de 1871, e que mesmo assim, foram separados de sua mãe e vendidos a um traficante de escravos. Cabe destacar a ênfase dada ao texto de Maria Firmina dos Reis sobre o não cumprimento da Lei do Ventre Livre de 1871, prática utilizada no período, mesmo a lei tendo sido um marco importante para o reconhecimento dos direitos das mulheres escravizadas a maternidade (ARIZA, 2017), muitos senhores de escravos ainda a burlavam.

Através do texto de Maria Firmina dos Reis, de forma secundária, ao citar a Lei de ventre livre, podemos vislumbrar a precariedade da lei, que de fato, não solucionou os problemas da escravidão. Tais tensões entorno da lei, expressos na literatura desta autora maranhense, acaba por chegar a públicos mais amplos, o que contribui com uma conjuntura de debates que auxiliam na criação de brechas para estratégias e agências de mulheres escravas.

Depois do episódio que separação e negação da maternidade, Joana nunca mais foi a mesma, como nos conta seu filho, o personagem Gabriel:

– Ah! Minha senhora, exclamou erguendo os olhos ao céu, eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo do cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugido: porque há uma hora deixei o serviço para procurar minha pobre mãe, que além de douda está quase a morrer. Não sei se ele a encontrou; e o que será dela. Ah! Minha mãe! É preciso que eu corra, a ver se a acho antes que o feitor a encontre [...] –Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoi-tes; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás. Eu corri também, corri até aqui porque foi esta a direção que tomaram (REIS, 2017, p. 248).

Neste trecho, se torna evidente que a maternidade vivida por Joana é pautada no distanciamento e abandono forçados (SILVA, 2012), aos quais a personagem nunca superou. Mesmo tendo tido outro filho, a dor da separação sempre se tornou latente na vida desta mulher.

Ao trazer esta crítica social de negação da maternidade à mulher escrava, a literatura de Maria Firmina dos Reis, sobretudo no conto *A escrava*, nos permite, através dele, acessar algumas discussões postas na sociedade nas últimas décadas do XIX. Essa argumentação, se centrava no sofrimento da mãe negra, que nunca se recuperou ao se separar de seus filhos.

O trecho destacado, demonstra para o leitor como a mulher escravizada é atravessada tanto pela opressão racial quanto pela opressão sexista, uma vez que não consegue exercer a maternidade e seu corpo é visto e utilizado como objeto de reprodução. Estas violências vivenciadas pelas mulheres negras são interseccionais, método que qualifica a diferença específica das “mulheres de cor” (PUAR, 2013, p. 347), uma vez que diferentes opressões incidem sobre as experiências e corpos destas mulheres.

Na narrativa do conto, a retórica da compaixão, que buscava sedimentar a emoção como uma esfera de atuação política feminina na luta antiescravista, procurou gerar a simpatia e emoção pelas mães escravas, sendo utilizada como ponto central na narrativa produzida por Maria Firmina dos Reis, como podemos observar no trecho abaixo:

bem conhecia a gravidade do meu ato: - recebia em meio lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor, era expor-me à vindita lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes. Sim, a vindita lei; lei

que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo. [...] Como não devem ignorar, eu já me havia constituído então membro da sociedade abolicionista da nossa província, e do Rio de Janeiro. Expedi de pronto um próprio à capital. (REIS, 2017, p. 248).

Neste fragmento, os leitores são levados a acreditar que a senhora recebeu dois escravos fugidos em sua casa como um ato de caridade, tal atitude, realizado pela senhora abolicionista é visto nessa conjuntura como uma ação pela emoção. Sobre isso, Camillia Cowling (2018) nos fala que em fins do XIX, as mulheres abolicionistas atuavam através da esfera do sentimentalismo, ou seja, era aceitável rompantes de compaixão como o narrado no texto de Maria Firmina dos Reis.

Tal prática pautada na emoção era muito comum no Império e pode ser visto nos teatros e musicais, espaços em que as mulheres alforriavam diversos escravos nos palcos durante suas apresentações. Nesse sentido, as campanhas antiescravistas, através da compaixão, conclamavam que as mulheres participassem dos movimentos e das discussões antiescravistas. E isso também é explicitado em um fragmento do *A escrava*:

Em um salão onde se achava reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade e depois de versar a conversação sobre diversos assuntos mais ou menos interessantes, recaiu sobre o elemento servil (REIS, 2017, p. 241).

Antes de *A escrava*, Maria Firmina dos Reis já trazia em seu romance *Úrsula*, uma retórica voltada para a maternidade negra e a separação entre mães e filhos cativos, como já vimos anteriormente. Entretanto, para além da separação vivida em África, vemos, através de Túlio, uma outra espécie de experiência de separação:

Bem pequeno era eu – continuou Túlio após uma pausa entrecortada de soluços –; mas chorei um pranto bem sentido, por vê-la se partir de mim, e só comecei a consolar-me quando mãe Susana à noite, balouçando-me na rede, disse-me: – Não chores mais, meu filho, basta. Tua mãe volta amanhã e te há de trazer muito mel, e um balaio cheio de frutas (REIS, 2017, p. 168).

Aqui, já podemos ver que o personagem Túlio já denotava a violência senhorial sofrida a partir da separação. Contudo, podemos vislumbrar também o acolhimento por parte de Susana, o que demonstra que as mulheres escravizadas produziam laços de afetos e cuidados, estabeleciam vínculos, “nutria seu filho – ou o filho de outra mulher morta no parto, vendida em separado ou incapacitada” (MACHADO, 2018, p. 360). Tarefas realizadas com generosidade e resistência às situações de opressões vivenciadas por elas, tanto raciais quanto sexistas.

Segundo Patrícia Hill Collins (2019), compartilhar estes momentos de amor umas com as outras na vida cotidiana fazia parte de como elas resistiam e como preservavam a sua humanidade diante da opressão. Mesmo que essas mulheres negras

oitocentistas não soubessem que estes gestos significavam “amar a negritude como resistência política” (HOOKS, 2019, p. 37 e 38), elas o faziam mesmo assim.

De acordo com Laísa Marra (2020), nestas duas obras de Maria Firmina dos Reis são apresentadas aos leitores quatro mães escravizadas, duas brasileiras e duas africanas: em *Úrsula* são a mãe de Túlio, que nos é apresentada a partir da memória do filho, e a africana Susana. Já em *A escrava* são a mãe africana de Joana e a própria Joana. Segundo Marra (2020), a prevalência da maternidade de mulheres negras nas escritas biográficas e ficcionais de Reis demonstram que estas mães escravizadas estavam à mercê dos senhores brancos e padecem em decorrência das violências conectadas de raça e gênero. Entretanto suas complexidades e experiências nos permitem pensá-las como produtoras de “laços de afeto e cuidado, criar os filhos, foi sempre uma forma de resistir ao endurecimento da escravidão” (MACHADO, 2018, p. 328)

Nesta conjuntura oitocentista, em que a literatura passa a ser utilizada como ferramenta de difusão de ideais, podemos ver, através da produção romântica de Maria Firmina dos Reis, os debates e a retórica entorno da ênfase da maternidade negra e dos sentimentos de compaixão gerados. Nesse sentido, a literatura como um todo, bem como as argumentações postas nas legislações, na imprensa, nas ações judiciais auxiliou a facilitar o maior envolvimento das mulheres no abolicionismo, ou seja, esta retórica do sentimento dialogou diretamente com a performance destas mulheres na sociedade, uma vez que estavam atuando dentro da esfera da emoção, permitida a elas (COWLING, 2018). Nesse sentido, vemos como o sentimento passa a ser uma ação política a partir da atuação destas mulheres nos movimentos e debates abolicionistas, e como a literatura, ajudou a moldar essa consciência de identificação, a partir da maternidade, para com as mulheres escravizadas.

Mediante tudo isso, podemos constatar que, assim como outras obras literárias do período, as produções de Maria Firmina dos Reis nos permitem ponderar sobre a vida cotidiana das pessoas pertencentes a grupos oprimidos (HARDING, 2001) e, refletir os debates e movimentações antiescravistas que estavam acontecendo na sociedade. Dessa maneira, tanto *Úrsula* quanto *A escrava*, são fontes interessantes que nos permitem vislumbrar algumas complexidades e tensões antiescravistas vivenciadas no final do século XIX.

## Considerações finais

Durante o século XIX, vemos efervescer inúmeros debates acerca do futuro da escravidão no Brasil, estes acalorados debates não ficaram apenas restritos ao âmbito intelectual, mas influenciaram de alguma forma todas as instâncias, sejam elas sociais, jurídicas, políticas e culturais, que permitiram brechas e agências por parte dos sujeitos históricos tanto nas ações de liberdade, nas legislações, nos jornais, nos teatros e outros. Ou seja, estes debates e retóricas consolidados nas últimas décadas do XIX impactaram a vida dos sujeitos e sujeitas.



E na literatura não foi diferente, embebida nessa conjuntura, ela foi utilizada como ferramenta antiescravista, ajudando a solidificar e moldar as opiniões, inculcando seus ideias nos leitores, se tornando assim, espaço de disputa e de legitimação de políticas e ideais antiescravistas.

Dessa forma, ao analisar a produção literária de Maria Firmina dos Reis na segunda metade do XIX, podemos constatar e demonstrar na prática como esses debates foram utilizados na literatura. Além disso, ao analisar essa produção, podemos ver como Maria Firmina dos Reis mobilizou o conceito complexo de experiência, visto como dimensão da subjetividade (SARDENBERG, 2020), para exemplificar as dores do cativo e conseqüentemente incutir no leitor os sentimentos de compaixão, demonstrando o sofrimento materno, a nobreza do escravizado.

Tal esforço realizado por Maria Firmina dos Reis ganha especial importância pois, “durante muito tempo, quando se falava em mulheres negras não era delas mesmas que partiam as falas” (VEIGA, 2020, p. 20), e esta autora negra deu voz a gama de mulheres negras e suas experiências escravistas no século XIX. Por isso, através de sua produção literária, tivemos acesso as experiências maternas vivenciadas pelas mulheres negras, e como a partir da sua literatura, podemos vislumbrar fragmentos da realidade da maternidade negra no XIX e como as opressões sociais incidem sobre as mulheres escravizadas.

Além disso, através das suas linhas podemos observar como a retórica da emoção está empregada em suas obras, sobretudo no conto *A escrava*, produzido no período de maior tensão antiescravista, e como em suas linhas pudemos recuperar o “cotidiano, ações, práticas, resistências e lutas das mulheres cativas no longo passado escravista” (MATOS, 2013, p. 8).

Por fim destacamos que a literatura se torna para nós, pesquisadores, fontes importantes que se não espelham, nos permitem perceber como o contexto e seus debates influenciam a produção literária, e no caso das obras de Maria Firmina dos Reis, nos auxiliam a perceber quais debates sociais entorno das demandas antiescravistas influenciaram na escrita dessa escritora maranhense oitocentista.

## Referências

### Fontes:

BRASIL, Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 1.

Gazeta da Tarde. A mulher brasileira é escravocrata? Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1884, p. 2.

JAGUARIBE FILHO, Domingos José Nogueira. A respeito das mães. In: Almanach Literário Paulista, 1875 a 1884, p. 48 – 53.

O Jardim das Maranhenses, edição 13 de 1861.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula: romance; A Escrava: conto. 6.ed. Prefácio Eduardo de Assis Duarte. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2017, p. 116-118.

### Bibliografia:

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: CARNEIRO, Sueli; RIBEIRO, Djamila (org). *Feminismos Plurais*. Pólen, 2019.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868 – 1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Miriam. *Brasil Afro autorrevelado: Literatura Brasileira*. Contemporânea. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ARAUJO, Ana Carusa Pires. A narrativa abolicionista no conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis. Abralic XIV Congresso Internacional Fluxos e correntes: trânsitos e traduções literárias. *Anais*. Universidade Federal do Pará. Belém. 2015.

ARIZA, Marília Bueno de. *Mães infames, rebentos venturosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras o “orbe literario” e a construção do imperio brasileiro*. 2001. 407 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2001.

CARNEIRO, Elisabeth Ribeiro. *Procura-se uma “preta com muito bom leite, prendada e carinhosa” : uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850 – 1888)*. 2016. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília, Brasília,

2006.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. *Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2018.

CARVALHO, Virginia Silva de. *A efígie escrava: a construção de identidades negras no romance Úrsula, de Maria Firmina Dos Reis*. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Fundação Universidade Estadual Do Piauí, 2013.

CHALHOUB, Sidney. Literatura e escravidão. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das letras, 2018. p. 304.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COWLING, Camillia. Exagerado e sentimental? Gênero e abolicionismo no mundo atlântico. In: *Concebendo a liberdade. Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum: feminism in the law - theory, practice and criticism*, Chicago, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

EVARISTO, Conceição. Da representação à autorrepresentação da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, ano1- n 1, p.52 -57. 2005.

VERGÉS, François. Definir um campo: o feminismo decolonial. In: *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu editora, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, Rio de Janeiro, 2011.

HARDING, Sandra. “Comment on Walby’s ‘Against Epistemological Chasms: The

- Science Question in Feminism Revisited” Can Democratic Values and Interests Ever Play a Rationally Justifiable Role in the Evaluation of Scientific Work?”” *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 26, no.2. 2001.
- HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.
- GOLDEN, Janet. *From Breast to bottle: A social history of wet-nursing in America*. Columbus: ohio State University press, 2001.
- LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*, New York: Ten Speed Press, 2007.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, jul./dic. 2008.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das letras, 2018. p. 328-333.
- MARRA, Laísa. *A narrativa de Maria Firmina dos Reis: nação e colonialidade*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. Belo Horizonte, 2020.
- MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.
- MARTINS, Ricardo André Ferreira. *Atenienses e Fluminenses: a invenção do cânone nacional*. 2009 Tese (Doutorado em História) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.
- Matos, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectiva. *Mandrágora*, v.19. n. 19, 2013.
- MONTES, Beatriz de Carvalho. *A maternidade escravizada no contexto da Lei do Ventre Livre: Emancipação e afetividade em Salvador, Bahia, 1871-1888*. Trabalho de conclusão de curso em História. Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do estado do Maranhão, 1975.
- MORGAN, Jennifer. *Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2004.
- MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 3. São Paulo: Cia. das letras, 1998.
- OAKLEY, Ann. “Science, Gender, and Women’s Liberation: an argument against postmodernism. *Women’s Studies International Forum*, New York, Vol. 21, No. 2, 1998.

- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.
- PUAR, Jasbir. Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa: Interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 8, n.2, jul./dez. 2013.
- REIS, Isabel. “Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras na bahia oitocentista”. In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (org). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- REIS, Isabel. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- SANTOS, Jaqueline Martinho dos. Literatura e História: O antiescravismo em Maria Firmina dos Reis – Uma análise do conto a Escrava. *Memento - Revista de Linguagem, Cultura e discurso*. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/4595>>. Acesso em: outubro de 2021.
- SANTOS, Martha. “Slave Mothers”, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. *Tempo*. Vol. 22. n. 41. p. 467-487, set-dez 2016.
- SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. “Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?”. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.
- SAYERS, Raymond. *O negro na literatura brasileira*. Trad. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.
- SILVA, Danielle de Luna e. Maternidade e Afrodescendência em ‘Úrsula’ e ‘A Escrava’, de Maria Firmina dos Reis. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.
- The University of Chicago Legal Forum: feminism in the law - theory, practice and criticism, Chicago, 1989.
- ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e seu conto “A escrava”: consolidando uma literatura abolicionista. 2017 *Revista XIX*, 1(4), 142–161, 2017.

# **(Re)pensar a história intelectual e das/os Intelectuais: gênero e decolonialidade em El Corno Emplumado e nos testemunhos coletados por Margaret Randall**

*Stella Ferreira Gontijo*<sup>169</sup>

*Para sairmos dessa cilada da episteme do conhecimento eurocêntrico-colonial, devemos implodir o mapa epistêmico, questionar os espaços privilegiados, as fronteiras, os fluxos e as direções que o estruturam dessa forma, cuja aparência é de uma lei natural.*

*(Suely Aldir Messeder)*

A historiografia, em suas diversas áreas de pesquisas, acompanha o padrão global do conhecimento hegemônico que reivindica uma suposta neutralidade e universalidade, hoje contestada por algumas escolas de pensamento e intelectuais. Para Maria da Glória de Oliveira (2018), desde a formação da disciplina histórica, temos, não só a negação da participação física das mulheres nos espaços acadêmicos e de debates, mas, as virtudes que por si só conformaram o historiador excluía as mulheres, já que “ser historiador no século XIX era mais uma questão de índole cívica e disposição moral do que de método.” (OLIVEIRA, 2018, p.118) Sendo assim, as mulheres, através da violência de gênero que buscava silenciá-las junto com seus conhecimentos<sup>170</sup>, foram confinadas ao espaço privado e acabaram tendo suas contribuições desconsideradas, seus escritos ignorados no escopo da narrativa historiográfica, assim como tiveram retiradas sua condição de sujeita histórica passível de atuar e ser analisada. Este é um dos indícios do que Boaventura de Souza Santos (2020, p. 25) explicou como sendo o “caráter exclusivo deste monopólio [que] está no cerne da disputa epistemológica moderna entre formas científicas e não-científicas.”

Isto explica porque, durante muito tempo, os escritos das mulheres foram considerados como não-científicos e não-históricos, ou seja, incapazes de servirem como fonte para compreender processos históricos, trajetória, experiências coletivas e/ou individuais, desconsideradas como acesso ao passado. As mulheres tiveram negadas sua condição de sujeitas e essa condição foi reproduzida pela historiografia, o que

<sup>169</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com graduação em História pela mesma instituição (2015). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF - 2019). É membro pesquisadora dos grupos: “História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias” (UFMG), “Núcleo de Estudos em Exílio e Migração” (NEEM-UFMG) e “Núcleo de Pesquisa em História das Américas” (NUPHA-UFMG). É vice-presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandas/os (ANPG 2020-2022). Foi pesquisadora do “Projeto República: centro de pesquisa, documentação e memória” (UFMG 2017-2019), e professora substituta do Colégio de Aplicação João XXIII, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF 2019-2021). E-mail para contato: sfgontijo@gmail.com

<sup>170</sup> Para aprofundar no debate da apropriação do conhecimento das mulheres e da condenação daquelas que o detinha, sugerimos a leitura de FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

compactua com a perspectiva defendida por autoras decoloniais de que as mulheres não-brancas, colonizadas, perderam sua condição humana, não podendo ser sequer o “Outro” inventado pelo Ocidente: “A mulher negra, não sendo nem branca nem homem, neste esquema colonial representa então uma dupla ausência que a torna absolutamente inexistente. Pois ela serve como a *outra de outrxs*, sem status suficiente para a Outridade.” (KILOMBA, 2020, p.16). Esta é a “linha abissal” da qual fala Boaventura (2010), que transforma alguns sujeitos em inexistentes e sustenta a existência de quem está do outro lado da linha.

Ao negar Outridade e a condição humana às mulheres colonizadas, estas passam a ser tratadas apenas como objetos da História, excluídas da narrativa hegemônica construída pelo Norte global. Essa relação se manifesta, principalmente, na “produção do conhecimento sobre o comportamento humano, sua história, sociedades e culturas. [...] dominando a escrita da história humana.” (OYEWÚMÍ, 2020, p. 85), racializando e generificando o conhecimento. Em contrapartida a esta visão, nas últimas décadas temos visto uma série de deslocamentos acadêmicos, epistemológicos e intelectuais, muitas vezes respondendo a demandas políticas colocadas pelos movimentos sociais, que questionam essa perspectiva e apontam saídas a partir de outras abordagens e outras leituras. Nesse sentido, nos propomos a trabalhar aqui para pensar a História Intelectual e das/os Intelectuais a partir de duas dessas contribuições: os estudos de gênero e a teoria decolonial.

Na historiografia é comum o entendimento de que houve avanço com o surgimento da escola dos *Annales*<sup>171</sup>, nas primeiras décadas do século XX, em contraposição à perspectiva positivista. Para Peter Burke (1997, p. 56), “os historiadores anteriores dos *Annales* haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral”. Contudo, a história produzida pelos *Annales* continuou sendo eurocêntrica, escrita pelos mesmos atores, que reconheciam a um único sujeito universal, sendo este masculino e representado pela categoria homem-branco. Ou seja, partia da mesma base racista, patriarcal e colonial. Com o decorrer do tempo e a chegada da terceira geração dos *Annales*, já na década de 1980, as mulheres começam a ser incluídas como sujeitas com o surgimento do campo da História das Mulheres, que tem como referência a historiadora francesa Michelle Perrot (1995)<sup>172</sup>.

O surgimento deste campo foi um passo fundamental para compreensão das mulheres como sujeitas históricas, e de sua inclusão, assim como de suas experiências e trajetórias, na narrativa histórica, o que acabou conduzindo à “uma reflexão em torno da história enquanto produto da dominação masculina, a qual atuava em dois níveis: nível dos próprios acontecimentos e nível da elaboração deles empreendida pelo relato.” (PERROT, 1995, p. 20). Contudo, essa elaboração parte de uma concepção universal da mulher que excluía as mulheres de cor. A mulher universal

171 RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

172 Sua obra mais reconhecida sobre o tema foi organizada com Georges Duby, *L'Histoire des femmes en Occident de l'Antiquité à nos jours*, publicada em cinco volumes entre 1991 e 1992.

é branca, Ocidental, das classes altas, heterossexual, cristã. A colonialidade também exerce seu poder quando cria a mulher Universal como sujeita, ignorando a existência das mulheres não-brancas. Só com a emergência dos Estudos de Gênero, em fins da década de 1980, a questão da mulher conta com uma proposta de rompimento epistemológico, processo que demandou um longo caminho até o entendimento acerca da existência das mulheres colonizadas<sup>173</sup> – o que ainda está em intenso debate nas humanidades e entre as intelectuais decoloniais e pós-coloniais<sup>174</sup>. Mas, como já afirmamos em texto anterior (GONTIJO, 2019, p.18), é nesse momento de rompimento epistemológico com o surgimento dos estudos de gênero que,

[...] tem-se a fragmentação da ideia universal de mulher, ampliando a percepção da História das Mulheres e buscando cuidar dos “relacionamentos macho/fêmea e de questões sobre como o gênero é percebido, que processos são esses que estabelecem as instituições geradas, e das diferenças que a raça, a classe, a etnia e a sexualidade produziram na experiência histórica das mulheres.” (SCOTT, 1992, p.88).

É neste esteio que Margareth Rago (1998) sugere uma *epistemologia feminista* como alternativa que rompe com as perspectivas de universalidade e verdade, conceitos estes usados durante muito tempo para legitimar uma produção de conhecimento racista, generificada, sexista, heteronormativa e eurocêntrica. Para ela, produzir contradiscursos é, justamente, construir conhecimentos alternativos, que partam de sujeitos historicamente excluídos e negados. Assim, devemos fazer a “crítica feminista [que] denuncia o caráter particularista, racista, sexista e ideológico que opera no conhecimento científico Ocidental, incapaz de refletir a partir das diferenças.” (GONTIJO, 2019, p.20).

No interior das humanidades e dessas formulações, a História Intelectual e dos/as Intelectuais reproduz, salvo trabalhos pontuais, essa narrativa hegemônica eurocentrada, partindo do estudo de intelectuais, da seleção de obras e trajetórias masculinas, de cânones literários, sujeitos consagrados pela opinião pública. Estes são homens, brancos, Ocidentais, heterossexuais e cristãos, o que colabora para uma narrativa que parte das experiências do sujeito universal na produção científica, histórica e intelectual. Com a naturalização do cânone na literatura e entre os/as historiadores/as, corroboramos com o reforço de hierarquias sociais impostas, o que não só consagrou determinadas obras, mas também valores e opiniões vistas como verdades (PRATT, 2000). Dessa forma, nós pesquisadoras/es do campo da História Intelectual, acabamos por reforçar narrativas hegemônicas que historicamente excluem os/as sujeitos/as considerados/as como “Outros”, subalternizados/as, e que tiveram suas experiências, vivências e atuações silenciadas pela historiografia.

Neste cenário nos deparamos novamente com a exclusão das mulheres, sob uma

173 BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. In.: Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 530, 2017, p.1035-1054.

174 Podemos citar aqui as diferenças de concepções entre as autoras Maria Lugones, Oyèrónké Oyèwùmí, Rita Segato e Julieta Paredes, a respeito do conceito e presença do patriarcado nas sociedades antes da colonização.



ilusória impressão da existência do sujeito universal como algo dado naturalmente. Esse “esquecimento e apagamento da produção intelectual feminina da memória disciplinar, [...], cuja autoridade é assegurada não apenas por mecanismos de reconhecimento e consagração entre os próprios historiadores profissionais, mas também por meio do ensino e da difusão pública.” (OLIVEIRA, 2018, p.127), não deve ser negligenciado. Temos a tarefa histórica de superar a falsa perspectiva de neutralidade e universalidade no campo da História Intelectual. Ainda mais se pensarmos que a arte, a literatura, as revistas, se tornaram espaços importantes de atuação das mulheres e se converteram em fontes históricas privilegiadas para se pensar desde a perspectiva de sujeitos/as subalternizados/as, que estão excluídos/as das fontes históricas ditas “oficiais”. Ou seja, o objeto de análise da História Intelectual e das/os Intelectuais é, por si só, uma ferramenta para construção de novas narrativas e, por isso, é importante rompermos com a reprodução da hegemonia eurocêntrica, colonial, patriarcal e racista deste campo das ciências humanas.

Como resposta a essa narrativa histórica Ocidental, racista e patriarcal, Walter Mignolo (2008) propõe a opção decolonial como uma saída epistemologicamente desobediente, o que demanda reaprendermos os conceitos e métodos de pesquisa e interpretação já consolidados, questionar as narrativas hegemônicas que partem de uma racionalidade eurocêntrica, masculina e heterossexual, sob o véu do neutro e universal. Segundo ele, na configuração da “geopolítica do conhecimento”<sup>175</sup> que emerge com a modernidade, o Sul global é visto como provedor de material e experiências, e como incapaz de produzir teorias, ficando esta a cabo do Norte global. Para reverter essa situação, o que nos resta, segundo Mignolo, é à “desobediência epistêmica”. Ou seja, devemos romper com essa dominação Ocidental do conhecimento produzido, no nosso caso, no campo da historiografia e, no caso da reflexão proposta, na História Intelectual e dos/as Intelectuais. Assim, junto dos/as autores/as do “Giro Decolonial”<sup>176</sup>, poderemos contribuir para a chamada “Guerra da ciência” (BALLESTRIN, 2013), que pretende recuperar e revalorizar teorias e epistemologias do Sul, sem negar os conhecimentos produzidos no Norte global, mas recusando

175 Silvia Cusicanqui (2010) critica o conceito de Mignolo de “geopolítica do conhecimento” porque, segundo ela, o autor desconsidera que todo conhecimento reconhecido, inclusive do próprio grupo Modernidade/Colonialidade e do próprio autor, é produzido em universidade e centros de estudos no Norte global, inclusive se apropriando, sem dar o devido crédito, de teorias desenvolvidas no Sul global. Essa relação complexa Cusicanqui chamou de “economia política do conhecimento”: “porque la ‘geopolítica del conocimiento’ de signo anticolonial es una noción que no se lleva a la práctica, y que más bien se contradice a través de gestos de recolonización de los imaginarios y las mentes de la intelectualidad del sur. También porque es necesario salir de la esfera de las superestructuras y desmenuzar las estrategias económicas y los mecanismos materiales que operan detrás de los discursos. El discurso postcolonial en América del Norte no sólo es una economía de ideas, también es una economía de salarios, comodidades y privilegios, así como una certificadora de valores, a través de la concesión de títulos, becas, maestrías, invitaciones a la docencia y oportunidades de publicación.” (CUSICANQUI, 2010, p.65)

176 Para aprofundar o conceito de “Giro Decolonial” recomendamos: BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília. n. 11, mai./ago. 2013, p. 89-117.

a universalidade dessas narrativas e apresentando alternativas que partam de experiências de sujeitos subalternizados. Para Silvia Cusicanqui (2010) os/as intelectuais têm, inclusive, um papel central na produção e reprodução da colonialidade até os dias atuais, incluindo as/os acadêmicas/os:

[...] porque eu acredito que temos a responsabilidade coletiva de não contribuir para a renovação desta dominação. [...] A estrutura ramificada do colonialismo interno-externo tem centros e subcentros, nós e subnós, que conectam certas universidades, correntes de disciplinas e modas acadêmicas do Norte, com seus equivalentes no Sul. [...] As ideias correm, como rios, do Sul ao Norte, e se convertem em afluentes de grandes correntes de pensamento. Mas como no mercado mundial de bens materiais, as ideias também saem desses países convertidas em matéria-prima, que voltam regugitadas em uma grande mistura sob a forma de um produto terminado. (CUSICANQUI, 2010, p.63;68) [Tradução nossa]<sup>177</sup>

Temos, então, como tarefa acadêmica, epistemológica e política, reescrever a história a partir das experiências, trajetórias, leituras e participações dos/as sujeitos/as subalternizados/as. No nosso caso, com foco nas mulheres latino-americanas, na contramão do conceito universal de mulher, partindo de toda diversidade de raça, etnia, sexualidade e classe que permeiam a existências dessas sujeitas. Essas mulheres não cabem na conceituação e no imaginário estabelecido do que é “o intelectual”, pois este termo parte nada mais do que do sujeito universal masculino, hegemônico e homogêneo. Sendo assim, a História Intelectual e das/os Intelectuais produzida até aqui, até então, respondeu a lógica colonial/eurocêntrica da produção do conhecimento.

No esteio do Grupo Modernidade/Colonialidade<sup>178</sup>, acreditamos que defender “a ‘opção decolonial’ – epistêmica, teórica e política – [é parte fundamental] para compreender[mos] e atuar[mos] no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva.” (BALLESTRIN, 2013, p.89). Já temos dada a resposta para a pergunta da indiana Gayatri Chakravorty Spivak, “*Pode a subalterna falar?*”<sup>179</sup>. A própria autora (SPIVAK, 2010) chega a con-

177 “[...] porque creo que tenemos la responsabilidad colectiva de no contribuir al remozamiento de esta dominación. [...] La estructura ramificada del colonialismo interno-externo tiene centros y subcentros, nodos y subnodos, que conectan a ciertas universidades, corrientes disciplinarias y modas académicas del norte, con sus equivalentes en el sur. [...] Las ideas recorren, como ríos, de sur a norte, y se convierten en afluentes de grandes corrientes de pensamiento. Pero como en el mercado mundial de bienes materiales, las ideas también salen del país convertidas en materia prima, que vuelve regugitada y en gran mescolanza bajo la forma de producto terminado.” (CUSICANQUI, 2010, p.63;68)

178 O Grupo Modernidade/Colonialidade surgiu em universidade dos Estados Unidos no início dos anos de 1990, a partir de um rompimento com o grupo de intelectuais indianos dos Estudos Subalternos, compreendendo que era necessário que pensadores/as latino-americanos/as pensassem a colonialidade desde a experiência dos povos da região, que não compartilham da mesma História que os países asiáticos de colonização inglesa.

179 Referência ao título do livro traduzido para o português como “Pode o subalterno falar?”, pela Editora UFMG, em 2010.

clusão, como afirma Sandra Almeida, de que “o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva, uma transação entre falante e ouvinte e, nesse sentido, [...] esse espaço dialógico não se concretiza jamais para o sujeito subalterno que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar.” (ALMEIDA, 2010, p.15).

A partir dessas considerações, acreditamos que a produção bibliográfica da intelectual estadunidense Margaret Randall (1936) pode contribuir para avançarmos na produção de uma historiografia sobre a América Latina que considere as mulheres como atoras e que busque romper com a historiografia patriarcal, devido ao seu denso trabalho de registro de testemunho de mulheres latino-americanas. Além disso, avançamos no interior da História Intelectual e das/os Intelectuais ao termos como objeto a trajetória de uma mulher, e como fonte o material produzido por ela, rompendo com o padrão hegemônico de estudo de intelectuais masculinos, preconizado pelo campo. Pode parecer contraditório partir da produção de uma estadunidense quando se fala em teoria decolonial, contudo, acreditamos que seu trabalho contribui para colocarmos os povos e as mulheres latino-americanas como sujeitas.

Primeiro, a própria concepção da revista bilíngue *El Corno Emplumado*, parte de uma perspectiva decolonizadora, ao pretender enfrentar a hegemonia cultural estadunidense, a geopolítica do conhecimento e da cultura produzida pelo Norte e ingerida pelo Sul, ao colocar em diálogo e circulação poetas do Norte e do Sul global em uma relação horizontalizada. Em segundo lugar, mais importante ainda, entendemos a literatura de testemunho como uma escrita com uma capacidade decolonizadora e como espaço privilegiado de expressão das mulheres.

A literatura de testemunho assume um papel fundamental na América Latina no século XX, desempenhando uma função oficial nos governos revolucionários de Cuba e Nicarágua e no governo progressista do Peru. Estes trabalhos são uma estratégia amplamente utilizada pelas esquerdas, como afirma Verónica R. Estrada (2005), que passam a ser vistos como espaços que possibilitam a disputa da narrativa da história, ao construir uma memória coletiva acerca dos acontecimentos a partir dos sujeitos/as até então excluídos/as pelas histórias oficiais, como os povos latino-americanos, mulheres, indígenas, negros/as. Assim, configura-se como forma de resistência e espaço de elaboração encontrado pelos/as subalternos/as, com destaque para as mulheres, empenhado pela intelectualidade latino-americana na forma de literatura de compromisso. Por isso arriscamos afirmar que esses testemunhos são uma alternativa decolonial à narrativa historiográfica.

Além disso, a história acerca dos processos revolucionários latino-americanos tratam, em sua maioria, da trajetória, experiência e perspectiva dos homens que participaram, formularam e construíram esses processos. Mas, e as mulheres? Não estavam lá? Não participaram? Pelo contrário. Acreditamos que a história da contribuição e participação das mulheres nas revoluções e nas esquerdas da América Latina ainda está para ser escritas. E, nos propomos a contribuir para saldar essa dívida. Não só elas participaram ativamente, através da luta em defesa democracia, na busca

por mortos e desaparecidos, mas também estiveram na luta armada, nas guerrilhas e teorizaram sobre o que seria e deveria ser a revolução, o que esperavam de um Estado revolucionário e da reconstrução de seus países e sociedades. Nesse sentido, a narrativa construída até aqui sobre a história do movimento feminista deixa a desejar no que se refere a compreender os debates colocados pelas diversas mulheres latino-americanas, focando nas experiências e propostas das mulheres do Norte global, principalmente francesas, inglesas e estadunidenses. Ao pensarmos sobre as mulheres atuando e pensando nos processos revolucionários da segunda metade do século XX, na América Latina, não temos como separar e categorizar ambos os debates dos movimentos feministas e revolucionários, pois, como bem sintetizaram as sandinistas<sup>180</sup>: Não há revolução sem emancipação das mulheres, e não há emancipação das mulheres sem revolução<sup>181</sup>.

### **El Corno Emplumado e os testemunhos coletados por Margaret Randall**

Margaret Randall viveu de 1962 a 1984 na América Latina, em diversos países como México, Cuba e Nicarágua, com uma importante passagem pelo Peru. Atuou como intelectual e militante em eventos históricos relevantes, como o massacre de Tlatelolco (1968)<sup>182</sup>, a Revolução Cubana (1959) e a Revolução Sandinista (1979). No México, criou e editorou, junto do poeta mexicano Sérgio Mondragón, a revista cultural bilíngue *El corno emplumado/The plumed horn* (1962-1969). Nos outros países, atuou em parceria com os respectivos governos, em projetos de coleta de testemunho de mulheres. Quando Randall coloca sua função intelectual a serviço de registrar e divulgar intelectuais latino-americanos/as, enfrentando a lógica colonial de circulação de artistas, abre espaço para o registro das trajetórias e formulações das mulheres dirigentes e comuns nos processos revolucionários de Cuba e da Nicarágua, e a realidade das trabalhadoras peruanas. Assim ela contribui para romper as barreiras do silenciamento das mulheres e outros/as sujeitos/as subalternizados/as.

Nosso trabalho enquanto historiadoras/es é aproveitar, hoje, suas produções para a historiografia, usando seu trabalho na criação e editoração de *El Corno* e, principalmente, de coleta de testemunhos, como uma fonte histórica que nos dê alcance às vozes das mulheres latino-americanas, como um importante local de acesso a essas experiências e elaborações silenciadas. Como vimos, desde fim do século XX

180 “Sandinista” é a forma como são chamados/as todos/as aqueles/as que fizeram parte da Frente Sandinista de Libertação Nacional, organização responsável pela vitória da esquerda revolucionária nicaraguense em 1979.

181 Lema da Asociación de Mujeres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinoza (AMNLAE): “no hay revolución sin emancipación de la mujer y no hay emancipación de la mujer sin revolución”. [Tradução nossa].

182 Uma série de manifestações estudantis buscavam negociar com o governo do PRI, o que levaram a uma greve estudantil, com apoio de outros setores populares, nas vésperas dos Jogos Olímpicos de 1968. Este movimento finda com um grande massacre por parte das Forças Armadas, a mando do governo, na Praça de Tlatelolco/Praça das Três Culturas, na Cidade do México, dez dias antes da abertura das Olimpíadas. Milhares de pessoas foram presas e centenas mortas.

os estudos de gênero vêm se consolidando como uma importante saída teórico-metodológica para pensarmos, não apenas a inclusão das mulheres na historiografia, mas o rompimento epistemológico com uma história que exclui as mulheres de sua narrativa e da própria concepção de sujeito histórico. Por isso, devemos não só pensar de que forma elas participaram dos diversos processos históricos, mas repensar os acontecimentos a partir da experiência das mulheres. Essa exclusão se intensifica quando partimos das mulheres de cor, latino-americanas e, por isso é preciso compreendermos as relações de poder impostas com a colonialidade a fim de localizarmos e interpretarmos as vozes dessas mulheres.

O papel de intelectual que atribuímos à Randall é complexo e, por isso, não nos detemos a apenas uma definição. Também é importante lembrarmos que as características que historicamente balizam o que é um intelectual e de que forma este desempenha seu papel, partiram do sujeito universal masculino e colonial, atuantes desde o Norte global, o que nos coloca o desafio crítico, reflexivo e formulador a respeito dessa conceituação quando incluímos as mulheres. Ao entendermos Randall como uma intelectual pública (SAID, 1993), orgânica (GRAMSCI, 1982) e mediadora (GOMES; HANSEN, 2016), tentamos, a partir desses conceitos, compreender e definir de que forma se deu sua atuação no cenário latino-americano e mundial, na segunda metade do século XX, que teve um papel expressivo no meio cultural e político.

Através de *El Corno*, Randall organizou uma importante rede transnacional de intelectuais, colocando em diálogo, sujeitos que estavam em diferentes continentes, através da divulgação artística, e também através da seção de cartas que havia ao final do periódico, que criou um espaço de diálogo, que possibilitava uma comunicação direta entre autores/as, que debatiam temas polêmicos que estavam na agenda artística e política naquele momento. Segundo ela, a revista a colocou em contato com poetas ao redor de todo o globo<sup>183</sup>:

A medida que a fama de *El Corno* se espalhava, poetas vinham nos visitar. Nossa casa estava sempre cheia de poetas estadunidenses ou canadenses a caminho do sul, poetas latino-americanos indo para o norte, ou poetas da Europa ou de outra parte do mundo que foram atraídos para o México como se este fosse uma espécie de ímã. (RANDALL, 2015, s/p) [Tradução nossa]<sup>184</sup>

Ao longo dos trinta e um números, identificamos cartas endereçadas aos editores e trocadas entre os/as intelectuais, que conversavam entre si através desse espaço, com uma intensa troca artística que misturava poesia, prosa e artes plásticas. Em certo momento, essas interlocuções culminaram em encontros presenciais na casa de

183 “And *El Corno* put me in touch with poets from across the globe.” (RANDALL, 2015, s/p) [Tradução nossa]

184 As *El Corno*’s fame spread, poets came to see us. Our house was always full of US or Canadian poets on their way south, Latin poets going north, or poets from Europe or some other part of the world who were drawn to Mexico as if by a magnet.”

Randall e Mondragón, e contribuíram para ideia de organização do *Primer Encuentro Americano de Poetas* (Cidade do México, 1964), que surgiu quase como que a partir de uma demanda de um momento presencial que nasceu nas páginas de *El Corno*. Segundo Zane Koss (s/a, s/p), “esses encontros propiciaram que, relações forjadas através de cartas, pudessem ser fortalecido, e projetos consolidados”<sup>185</sup>.

Outro espaço importante da revista são seus editoriais, escritos por Randall em inglês e por Mondragón em espanhol e que, em sua maioria, abordavam conteúdos diferentes. Através dos editoriais Randall expunha sua opinião e atuava diretamente do espaço público, confrontando o *status quo*, se posicionando diante dos desafios de uma época, atuando politicamente ao articular opiniões e se dirigir a um público (SAID, 1993). A medida que a revista se consolida, e ocupa espaço no meio artístico e intelectual, acaba enveredando-se nas discussões políticas efervescentes no período, mesmo que contrariando seu primeiro editorial, em que afirmou, junto de Mondragón: “[...] esperamos que *El Corno Emplumado* seja a melhor prova (não política) de que todos somos irmãos.”<sup>186</sup>. Essas discussões e posicionamentos renderam o fim dramático de *El Corno*: ao tomarem partido a favor dos/as estudantes no massacre de Tatloloco, colocando-se contrários as ações do governo do PRI, *El Corno* perdeu todo patrocínio institucional que recebia do governo mexicano. Mas, não só isso, passaram por uma intensa perseguição político-ideológica e Randall acabou fugindo para Cuba em 1969.

Com *El Corno*, desde o início, Mondragón e Randall tinham o objetivo definido de combater a “economia global das artes”, ou seja, a falta de diálogo que havia entre o Norte e o Sul global, estando o último numa posição subalterna de consumidor das artes, e principalmente da poesia, produzida pela intelectualidade europeia e estadunidense. Na contramão da circulação cultural hegemônica, *El Corno* surge da necessidade de que as/os artistas se conhecessem melhor, assim como as referências artísticas de cada um. Por isso, dentre as antologias publicadas pela revista, encontramos inclusive algumas dedicadas as produções dos povos indígenas, como é o caso do número 10, de abril de 1964<sup>187</sup>. Essas antologias compartilhavam o mesmo espaço na revista que poetas consagrados. Traduzir significava mais do que passar de uma língua pra outra, significava traduzir a cultura, as referências entre poetas que se encontravam em diálogo para além da “linha abissal”. Como afirma Sergio Mondragón:

Foi em um dos nossos encontros [na casa de Philip Lamantia] que o grupo “descobriu” a falta, e “viu” na magia que nos reuniu a oportunidade, ou necessidade, de uma revista que

185 “These meetings provided a space where relationships forged through mais correspondence were strengthened and projects cemented.” [Tradução nossa]

186 “[...] esperamos que *El Corno Emplumado* sea la mejor prueba (no política) de que todos somos hermanos.”. Mondragón, Sergio, Randall, Margaret, and Wolin, Harvey, “El corno emplumado 1,” Open Door Archive, accessed August 31, 2021, <https://opendoor.northwestern.edu/archive/items/show/35>. Grifo nosso. [Tradução nossa]

187 Poesía primitiva – primitive poetry. *El Corno Emplumado*, México, núm. 10, abril de 1964, p.7-27.

mostraria os dois mundos: aquele da poesia hispano-americana e o da poesia do Norte da fronteira. Em outras palavras, a poesia que estava sendo produzida, naquele momento, em todo o continente. [...] a poesia de *El Corno*, desses “dois mundos”, o norte-americano e o latino-americano, deu origem a uma linguagem de rebelião e, ao mesmo tempo, foi um legado que nos deixou os grandes mestres do passado e da Vanguarda. (MONDRAGÓN, 2015, s/p) [Tradução nossa]<sup>188</sup>

Assim, a revista editorada pela intelectual estadunidense tem um papel fundamental de fazer circular artistas e intelectuais latino-americanos/as, indígenas, desconhecidos/as, no Norte global e ao redor de todo o mundo, fazendo com que esses/as artistas e pensadores/as fossem reconhecidos/as, e não apenas receptores/as do que era produzido no Norte global. Essa iniciativa é importante para circulação, trânsito, recepção e escuta dessas vozes silenciadas, não apenas nas artes, mas também na conjuntura política do período, em plena Guerra Fria, ao redor do globo. Assim, “[...] era a única revista publicada nessa década [dos anos 1960] com uma proposta de diálogo, mediante a literatura, com a cultura norte-americana, a repressora das nações latino-americanas.” (PÉREZ, 2018, p.15)<sup>189</sup>. Desempenhando o papel de perturbadora do *status quo*, através de *El Corno* Randall atuou na esfera pública em defesa dos sujeitos marginalizados da política e da sociedade, posicionando-se politicamente a esquerda no espectro político. Não só estava inserida numa nação, numa cultura e numa sociedade, como atuava em prol de lutas específicas e rompeu com a perspectiva Ocidental e iluminista da neutralidade. A partir daí se coloca, em definitivo, a serviço dos projetos políticos dos governos revolucionários e progressistas do continente latino-americano.

*El Corno* era uma revista que contava com representantes em Cuba e nos EUA, em um período em que os Estados Unidos decretaram não apenas o bloqueio político e econômico, mas também cultural. A revista circulava, colocava em trânsito e propiciava o diálogo entre o que era produzido e falado em ambos os países. Nesse sentido, o espaço de cartas desempenhou a função de burlar o bloqueio de comunicação entre intelectuais que se encontravam dentro e fora da ilha. Quando tomam partido da Revolução Cubana, este movimento foi impulsionado principalmente por Randall, intensificando o rumo tomado pela revista a partir do seu número 15, de julho de 1965<sup>190</sup>, tentando, através da publicação, diminuir os impactos de distanciamento cultural imposto pelo bloqueio: “Não só os editores se concebiam como uma

188 “It was at one of those gatherings that the group “discovered” the lack, and “saw” in the magic that had brought us together the opportunity or need for, a magazine that would showcase “both worlds”: that of Hispano-American poetry and that of poetry from north of the border. In other words, the poetry being written at the time on the length and breadth of the Continent. [...] the poetry of *El Corno*, of those “two worlds,” the North American and the Latin American, gave birth to a language of rebellion, and at the same time it was a legacy bequeathed us by the great masters of the past and of the Vanguard.”

189 [Tradução nossa] “[...] era la única revista publicada en dicha década con una propuesta de diálogo, mediante la literatura, con la cultura norteamericana, la repressora de las naciones latinoamericanas.”

190 *El Corno* Emplumado, México, núm. 15, julho de 1965.

ponte entre os Estados Unidos e Cuba, também os colaboradores e leitores os viam dessa maneira desde alguns anos antes. A editora e, por fim, a revista, paulatinamente assumiu seu papel como transmissora do que acontecia da ilha.” (IBARGUEN, 2017, p.66)<sup>191</sup>.

Com seu papel intelectual comprometido com os projetos revolucionários, em Cuba, e posteriormente na Nicarágua a partir de 1979, atuou na coleta de testemunhos que tem, por si só, dois objetivos centrais: primeiro, para os governos anti-imperialistas, os testemunhos têm um papel central na reescrita da história a partir do que narra o povo latino-americano (ESTRADA, 2005); segundo, são uma importante forma de registrar e fazer circular as vozes, experiências e formulações, até então silenciadas pelo poder (SPIVAK, 2010). Assim, a partir deles escreve-se uma outra história, diferente da oficial. Ao atuar a serviço dos governos cubanos, sandinista e peruano, fica impossibilitada de exercer na esfera pública um comportamento totalmente independente, como pretende Said. Por isso o conceito de intelectual orgânico de Gramsci contribui para compreensão da complexidade da atuação intelectual de Randall, quando esta cumpre um papel na organização social, exercendo uma função contra-hegemônica, buscando a conquista da hegemonia como parte fundamental para transformação da estrutura social nos processos revolucionários nos quais atuou. Seu papel de intelectual pública a serviço da Revolução é uma função crucial no processo de reorganização de Cuba e Nicarágua, que passavam por momentos reconfiguração nacional e política, e de reorganização da estrutura social.

O interesse com os testemunhos não era uma novidade para a autora, a presença desse tipo de trabalho pode ser notada já na fase final da revista quando, por exemplo, publicam a carta de um guerrilheiro colombiano na revista de número 28, de outubro de 1968<sup>192</sup>. Assim, com essa ampla atuação intelectual, Randall pode ser compreendida a partir do que definiu Cláudia Gilman (2003) como o papel das/os intelectuais do período, como aquelas/es que, por deter o monopólio das representações do mundo social, desempenharam um papel fundamental na luta política, atuando a favor dos processos revolucionários em curso através de sua “pena”, sendo as revistas político-culturais que emergem na época, um importante veículo para que escritores/as atuassem politicamente no espaço público e comprometidas/os com as transformações em curso. Sendo assim, nas décadas de 1960 e 1970, “[...] a política se constituiu como o parâmetro de legitimidade da produção textual e o espaço público foi o cenário privilegiado onde se autorizou a voz do escritor, convertido assim em um intelectual.” (GILMAN, 2003, p.29)<sup>193</sup>.

Randall disputa a hegemonia a partir de seu papel social enquanto mulher, e

191 [Tradução nossa] “No sólo los editores se concebían como un puente entre Estados Unidos y Cuba, también los colaboradores y lectores los veían de esa manera desde años antes. [...] la editora y, por ende, la revista paulatinamente asumió su rol como transmisora de la realidad en la isla.”

192 Hernando. Carta de un guerrillero colombiano. El Corno Emplumado, México, núm. 28, outubro de 1968, p.136-138.

193 “[...] la política constituyó el parámetro de la legitimidad de la producción textual y el espacio público fue el escenario privilegiado donde se autorizó la voz del escritor, convertido así em intelectual.” [Tradução nossa]



com os testemunhos passa a trabalhar diretamente com e a partir das narrativas e vozes de outras mulheres, das mulheres de cor latino-americanas. Sendo assim, ao debater e fazer circular a realidade das não-Ocidentais, se insere no meio intelectual contribuindo para construção de uma nova narrativa, fundamental para transformação da sociedade, da política e da cultura, colocando seu privilégio de classe, raça e enquanto estadunidense a serviço das mulheres duplamente subalternizadas – pela colonialidade e pelo seu gênero. Ela viabiliza um espaço no meio intelectual e literário onde as mulheres latino-americanas falam através de seu trabalho com os testemunhos, assim, atuou como “intelectual mediadora”, produziu novos significados ao ter contato com saberes desenvolvidos nos testemunhos coletados, ampliou sua relação com outros atores e atrizes sociais. Para Ingrid de Castro Gomes e Patrícia S. Hansen (2016), a/o “intelectual mediador” atribui sentido à bens práticas sociais, servindo também como ponte de comunicação para outros públicos externos à sociedade de onde fala ou com públicos não-especializados. É este o papel exercido por Randall tanto a partir de *El Corno*, quanto a partir das obras de testemunho.

Em seu trabalho em Cuba, atuou como editora e escritora do *Instituto Cubano de Libros* (1969-1975), ligado ao governo castrista, onde coletou testemunhos de mulheres cubanas sobre o processo insurrecional e o novo governo que se instaurava. Na década de 1970, permaneceu um tempo no Peru, contribuindo com o *Centro de Estudios de Participación Popular* (CENTRO), financiado pelo governo do General Velasco Alvarado (1968-1975) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) - dirigida pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro que vivia exilado em Lima desde 1972 –, onde também publicou ensaios e livros sobre as condições de trabalho as quais eram submetidas as mulheres trabalhadoras peruanas. Com vitória dos sandinistas na Nicarágua, em 1979 foi convidada pelo governo para realizar um trabalho testemunhal no país, sobre a transformação da vida das mulheres com o processo de luta sandinista, assumindo a posição de publicitária do Ministério de Cultura da Nicarágua, cargo que exerceu entre 1981 e 1982, a convite do poeta, antigo e grande colaborador de *El Corno* e então ministro, Ernesto Cardenal.

Os laços de amizade e de trocas com Cardenal, remetiam à *El Corno*, assim podemos perceber que a rede intelectual transnacional que criou e fortaleceu desde seus anos como editora da revista se fez fundamental para sua atuação posterior, inclusive para que os testemunhos tivessem alcance e dimensão para além das fronteiras dos Estados nacionais de onde escrevia. Randall, tanto nos prólogos desses livros, quanto em seus ensaios e entrevistas, opinou e contribuiu com uma percepção articulada entre a discussão do papel das mulheres nos movimentos e nas sociedades revolucionárias que se conformavam no território latino-americano, articulando esses processos com a realidade das mulheres populares e trabalhadoras. Mas, mais importante do que isso, colocou as vozes, as palavras e a trajetórias dessas mulheres de cor em circulação e em diálogo com o restante do mundo que sempre lhes negou a existência. Com isso, e com sua atuação transnacional, acreditamos que ela chegou a contribuir para a conformação de uma teoria política feminista latino-americana.

na. Através de seus contatos colocou em trânsito formulações e opiniões que, caso contrário, ficaria restrita aos seus pares, ou sequer teriam sido ouvidas. Randall, ao contrário, coletou, divulgou e colocou em diálogo as vozes das mulheres latino-americanas presentes nos testemunhos que organizou. A partir desses testemunhos podemos perceber as elaborações que as mulheres tinham a respeito da Revolução e do que deveria ser as novas nações que se forjariam a partir da soberania popular e nacional, libertas do imperialismo, a partir do *Homem Novo* e da *Mulher Nova*<sup>194</sup>.

Randall criou fronteiras para além da territorialidade ou, como afirma Alexandra Pita González (2016, p.14), “a prática dos intelectuais se articula para conformar o que Devés chama ‘espaços metanacionais (para além do Estado Nação)’, e estes podem articular espaços periféricos com os espaços centrais.”<sup>195</sup>. Dessa forma, apesar de originária do Norte global e geográfico, rompeu com barreiras políticas e epistemológicas, contribuindo para o diálogo e articulação entre os discursos, narrativas e experiências das mulheres subalternizadas do Sul global, e àqueles/as que nunca as ouviram. A partir desta atuação, questionou o *status quo*, contribuiu para contração à história oficial e com a reescrita das narrativas históricas, incluiu sujeitos subalternos e registrou suas experiências que foram negadas por uma historiografia oficial, que parte de uma racionalidade que se diz universal e neutra, mas que nada mais é do que eurocentrada, racista, patriarcal e heteronormativa. Nos deixou como fonte histórica as narrativas, experiências e trajetórias das mulheres de cor a respeito das revoluções e dos debates feministas, silenciadas pela historiografia.

## Considerações finais

Acreditamos que não é possível compreender a história da América Latina sem incorporar, sem ter como objeto de análise e como fonte, toda a diversidade de sujeitos/as que historicamente compõem a região. Por isso a produção intelectual de Margaret Randall nos é útil para historiografia, por nos dar acesso a espaços privilegiados dos pensamentos, formulações e experiências das mulheres latino-americanas – ou ao menos das cubanas, nicaraguenses e peruanas -, colocando seu papel intelectual a serviço das vozes até então silenciadas e desconsideradas das mulheres não-Ocidentais. Cabe a nós historiadoras e historiadores, utilizar essas fontes históricas não as colocando como objeto, reproduzindo a geopolítica do conhecimento, mas sim, percebendo-as como arquivos que nos levam às sujeitas fundamentais para compreensão dos processos históricos, para as construções narrativas e entendimentos de trajetórias individuais e coletivas.

194 Discutimos brevemente as concepções de Homem Novo e Mulher Nova a partir da concepção guevarista do primeiro conceito e das experiências das mulheres sandinistas no capítulo: GONTIJO, Stella Ferreira. Homem novo e Mulher nova: a tomada da consciência revolucionária em Cuba e Nicarágua. In.: CALEGARI, Ana Paula Cecon; GENEROSO, Lídia Maria de Abreu. [org.]. Revolução Cubana: perspectivas históricas e desafios atuais. Beo Horizonte, Initia Via, 2021, p.284-297.

195 “la práctica de los intelectuales se articula para conformar lo que Devés llama ‘espacios metanacionales (mas allá del Estadonación)’, y que éstos pueden articular espacios periféricos con centrales” [Tradução nossa]

Assim como Fanon (2020, p.27) diz que “A civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial”, o povo da América Latina passou por um processo violento de esvaziamento de suas histórias, culturas e identidades. Nesse cenário, as mulheres não-brancas foram colocadas em uma situação de dupla subalternidade<sup>196</sup>, sendo sua exclusão do espaço público e político, fundamental para consolidação do poder eurocentrado constitutivo da modernidade. A respeito do conhecimento, o que está de um lado da “linha abissal” é considerado ciência, já o que está do “Outro” são as crenças, opiniões, idolatrias, etc. Portanto, é a partir dessa relação de poder que a narrativa histórica se organiza, se sustenta e alimenta a colonialidade. Por isso, reescrever a história da América Latina tendo como ponto de partida as trajetórias subalternas, é uma tarefa revolucionária.

A proposta de um giro epistemológico a partir da “desobediência epistêmica” para repensarmos a História Intelectual e das/os Intelectuais, deve partir de processos individuais e coletivos de questionamentos, de refazer as perguntas para os mesmos problemas a partir de novas perspectivas, a fim de construirmos novas teorias. Assim, deixaremos de submeter interpretações a partir somente de teorias importadas, mas sem negá-las, teremos valorizadas as teorias do Sul, rompendo com a obediência as regras da colonialidade do saber. O conhecimento que “nor-teia” nossas leituras enquanto pesquisadoras e pesquisadores, foi forjado nas epistemologias eurocentradas e coloniais, a partir da missão civilizadora e da busca em direção ao progresso e desenvolvimento que, nada mais é, do que a história do Ocidente. Aqui está a cilada da episteme do conhecimento que produzimos:

Nesse sentido, para sairmos da episteme colonizada, possivelmente teremos que investir em nossos olhares epistêmicos eurocêntricos e nos compreendermos como seres no mundo marcados, em nossa pele e sangue, por uma política do conhecimento racializada, classista e heterossexista que nos invade com seus tentáculos tirando-nos a possibilidade de nos situarmos em sabeleres localizados, também comprometidos com a dignidade humana. (MESSEDER, 2020, p.167)

Sendo assim, o campo da História Intelectual e das/os Intelectuais tem um longo caminho a percorrer pela frente, que passa pela incorporação e pelo entendimento das mulheres de cor como sujeitas, como intelectuais com produções fundamentais para escrita historiográfica e para as ciências humanas. Principalmente se considerarmos que as fontes as quais têm como base esse campo são os espaços privilegiados de acesso àquelas/es excluídas/os do espaço público, que tiveram negadas/os suas participações na narrativa e nos documentos oficiais da História. Por fim, ainda temos muito que avançar para formulação de um conceito de intelectual em que caibam sujeitos/as subalternizados/as, que partam das experiências daquelas e daqueles que atuam fora do Norte global.

196 LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos feministas. Florianópolis, 22(3): 320, set.-dez. 2014, p.934-952.

## Referências

### Bibliografia:

- ALMEIA, Sandra Regina Goulart. Prefácio – Apresentando Spivak. In.: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.7-21.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In.: *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília. n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- ESTRADA, Verónica Rueda. *Testimonio y confesión. Épica y memoria de la Revolución Sandinista em la Marca del Zorro, Confesión de amor y Adiós muchacos de Sergio Ramírez Mercado*. Tese (Mestrado). Universidade Nacional Autónoma do México, 2005, 292p.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020 [1952].
- GILMAN, Cláudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario em América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ediciones Argentinas, 2003.
- GOMES, ngela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2016.
- GONTIJO, Stella Ferreira. *“Hasta que seamos libres”*: feminismo e Revolução Sandinista nas obras de Gioconda Belli (1972 –1993). Dissertação (Mestrado). Elisa de Campos Borges, orientadora. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. 209f.
- GRAMSCI, Antônio. Contribuições para uma história dos intelectuais. A formação dos intelectuais. In.: *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 03-23.
- IBARGUEN, Gabriela Silva. *Texto, contexto e índices de El Corno Emplumado (1962-1969)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Literatura Hispanoamericana). El Colégio de San Luis, San Luis Potosí. 481p.
- MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.154-171.
- MONDRAGÓN, Sergio. Remembering El Corno Emplumado. In.: *El Corno Emplu-*

- mado: Hemispheric Poetry Networks, 1962-1969* [exposição]. 2015, s/p. Disponível em: <<https://opendoor.northwestern.edu/archive/exhibits/show/el-corno-emplumado-hemispheric/remembering-el-corno-mondragon>> [Último acesso: 14/11/2021].
- KILOMBA, Grada. Prefácio. In.: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020 [1952], p.11-16.
- KOSS, Zane. El corno emplumado and transnational domestic space. In.: *El Corno Emplumado: Hemispheric Poetry Networks, 1962-1969* [exposição]. s/a, s/p. Disponível em: <<https://opendoor.northwestern.edu/archive/exhibits/show/el-corno-emplumado-hemispheric/transnational-domesticity-koss>> [Último acesso: 14/11/2021].
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. In.: *Cadernos de letras da UFF – Dossiê Literatura, língua e identidade*. Nº 34, Niterói, 2008, p.287-324.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. In: *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, 8 dez. 2018, p.104-140.
- OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.84-95.
- PÉREZ, Yasmín Elizabeth Rojas. *El Corno Emplumado / The Plumed Horn: poesía, vida y resistencia*. 2018. Dissertação (Mestrado em Literatura Mexicana). Instituto de Investigaciones Lingüístico-Literarias Universidade Veracruzana, Xalapa, México, 164p.
- PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência. In: *Revista Cadernos de Pagu*, 1995, p. 09–28.
- PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Introdução. In.: *Redes intelectuales transnacionales em América Latina durante la entreguerra*. Colima: Universidade de Colima. Cidade do México: Miguel Ángel Porruá, 2016, p.05-23.
- PRATT, Mary Louise. “No me interrompas”: las mujeres y el ensayo latinoamericano. In.: *Debate Feminista*, 21, abril, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. In.: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.117-142.
- \_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Mara Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cor-

tez, 2010, p.84-130.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 01-17.

RANDALL, Margaret. Remembering El Corno Emplumado. In.: *El Corno Emplumado: Hemispheric Poetry Networks, 1962-1969* [exposição]. 2015, s/p. Disponível em: <<https://opendoor.northwestern.edu/archive/exhibits/show/el-corno-emplumado-hemispheric/remembering-el-corno-randall>> [Último acesso: 14/11/2021].

SAID, Edward W. Representações do intelectual. In.: *Representações do intelectual: As Conferências Reith de 1993*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 19-36.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Mara Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p.31-83.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

## Organizadora

### **Silvana Mota Barbosa**

Professora titular de história contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Fez toda sua formação (graduação, mestrado e doutorado) em História pela Universidade Estadual de Campinas. Desde 2004 é docente permanente do Programa de Pós-graduação em História da UFJF. É uma das criadoras do *Núcleo de Estudos em História Social da Política* (NEHSP) da UFJF. Ao longo de sua carreira pesquisou temas relacionados aos poderes políticos, partidos e imprensa ao longo do século XIX. Nos últimos anos, passou a se dedicar também aos estudos em torno da história das mulheres e do gênero e coordena a linha de pesquisa Mulheres e a escrita da história, junto ao NEHSP, desde 2019. Concluiu seu pós-doutorado (Visiting Fellow) na Universidade de Princeton (NJ, Estados Unidos) em setembro de 2016.

### **Sobre o autor e as autoras**

Caroline Farias Alves - Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na linha de pesquisa “Gênero, Subjetividade e Cultura Material”, com financiamento CAPES. Mestre, bacharela e licenciada em História pela UFJF. Membro do Laboratório de História da Arte (UFJF) e da linha de pesquisa “Mulheres e a Escrita da História” (NEHSP/UFJF). E-mail: carolinef.alves@hotmail.com.

Cristiane Ribeiro - Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integrante do Núcleo de Estudos da Edição, Literatura e Imprensa (NEELIM/ UNICAMP) e do Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEGH//USP). É também pesquisadora Associada do Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com

Felipe Goebel - Doutorando no PPGH-UNIRIO, linha de pesquisa Cultura, Poder e Representações, com bolsa CAPES. Bacharel licenciado em História pela UFRJ e mestre em História Social pelo PPGHIS-UFRJ. Pesquisa a formação do setor da moda na Paris do século XVIII, com ênfase nas disputas e diálogos entre moda, papéis de gênero, atuação social feminina, cultura visual e relações de poder. Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos da História da Moda e Indumentária. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4374042309719542>

Flaviana Aparecida da Silva - Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Gradu-

ação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do NEHSP- Núcleo de História Social da Política. Este artigo faz parte da dissertação de mestrado intitulada *Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825)*, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior – CAPES.

E-mail: flavianaaps@hotmail.com

Jeane Carla Oliveira de Melo - Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de História Social da Cultura. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - Campus Alcântara. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

E-mail: jeane\_melo@ifma.edu.br

Kathleen de Oliveira Maia - Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP/UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, pesquisa as relações entre cartomancia, gênero, imigração e trabalho no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Interessa-se também pela história do ocultismo e do tarot.

E-mail: kathleenomaia@gmail.com

Laura Junqueira de Mello Reis - Doutoranda em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora integrante do Redes (UERJ) e associada ao Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada e mestre em história na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos da História da Moda e Indumentária (NEHMI).

E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5883661754436806>

Louise Salles Schaeffer - Graduada e mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Faz parte do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP) e do grupo de estudos e pesquisa Mulheres e a Escrita da História, ambos da UFJF. Sua principal linha de pesquisa é mulheres escritoras do século XIX, com ênfase em escritoras francesas e a contribuição destas para a literatura feminina do período.

E-mail: lo-loal@hotmail.com

Natália Lopes de Souza - Doutoranda em História pela Universidade Federal de



Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF), atuando na linha “Mulheres e a escrita da História”. Bacharel, licenciada e mestre também pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista no Programa de Iniciação à Docência Inclusiva – PIDEI Colégio de Aplicação João XXIII /UFJF. Pesquisa imprensa, trajetórias, História das mulheres e relações de gênero, tendo como enfoque a trajetória de Maria Firmina dos Reis e outras escritoras maranhenses no século XIX.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0012045151317077>

E-mail: [natalia.lopes@estudante.ufjf.br](mailto:natalia.lopes@estudante.ufjf.br)

Olga Mattos de Lima e Silva - Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), linha de pesquisa Narrativas, Imagens e Sociabilidades. Bacharel em História pela UFJF e mestre em História Social pelo PPGHIS-UFJF. Integrante do Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF).

E-mail: [olgamattos1@yahoo.com.br](mailto:olgamattos1@yahoo.com.br)

Stella Ferreira Gontijo - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com graduação em História pela mesma instituição (2015). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF - 2019). É membro pesquisadora dos grupos: “História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias” (UFMG), “Núcleo de Estudos em Exílio e Migração” (NEEM-UFMG) e “Núcleo de Pesquisa em História das Américas” (NUPHA-UFMG). É vice-presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandas/os (ANPG 2020-2022). E-mail: [sfgontijo@gmail.com](mailto:sfgontijo@gmail.com)

